

**UFRRJ**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

**TESE**

**A Agricultura Familiar em Seropédica-RJ: Gestão  
Social, Participação e Articulação dos Atores do Polo  
de Conhecimento Local em Agropecuária**

**Márcio de Albuquerque Vianna**

**2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E  
INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

**A AGRICULTURA FAMILIAR EM SEROPÉDICA-RJ: GESTÃO  
SOCIAL, PARTICIPAÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS ATORES DO POLO  
DE CONHECIMENTO LOCAL EM AGROPECUÁRIA**

**MÁRCIO DE ALBUQUERQUE VIANNA**

*Sob a Orientação do Professor*  
**Prof. Dr. Lamounier Erthal Villela**

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor**, no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária. Área de Concentração em Políticas Públicas Comparadas.

Seropédica, RJ  
Março de 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V617a Vianna, Márcio de Albuquerque, 1973-  
A agricultura familiar em Seropédica-RJ: gestão social, participação e articulação dos atores do polo de conhecimento local em agropecuária / Márcio de Albuquerque Vianna. - 2017.  
226 f.: il.

Orientador: Lamounier Erthal Villela.  
Tese (Doutorado). - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, 2017.

1. Políticas públicas. 2. Desenvolvimento territorial sustentável. 3. Redes. 4. Arranjos produtivos locais. 5. Conhecimentos tradicionais locais. I. Villela, Lamounier Erthal, 1964-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária III. Título.

É permitida cópia parcial ou total desta Tese, desde que citada a fonte.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E  
INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

**MÁRCIO DE ALBUQUERQUE VIANNA**

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor**, no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária. Área de Concentração em Políticas Públicas Comparadas.

TESE APROVADA EM 29/03/2017

---

Lamounier Erthal Villela, Dr., UFRRJ  
(Orientador)

---

Denise de Alcântara Pereira, Dra., UFRRJ

---

Lia Maria Teixeira de Oliveira, Dra., UFRRJ

---

Eliane Maria Ribeiro da Silva, Dra., EMBRAPA

---

José Roberto Pereira, Dr., UFLA

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, arquiteto do universo e infinito por sua sabedoria, que contou com o auxílio dos seus benfeitores do plano invisível, por me guiarem no caminho do bem, do conhecimento e do trabalho.

À minha linda esposa Dioni, meu eterno amor, que sempre esteve ao meu lado me apoiando nessa jornada de aprendizado e conhecimento que construí ao longo desses quatro anos. Você é, e sempre será, a minha companheira e a inspiração para os meus “fazimentos”.

Ao meu amado filho Lucas que compreendeu a minha ausência nos momentos em que tive que me dedicar à pesquisa.

Aos meus amados pais Thais e Roberto que sempre me incentivaram no caminho do trabalho, do estudo e do bem e que me transformaram no homem que sou hoje.

Ao meu avô Mario e à minha avó Nydia (ambos *in memoriam*) que na minha entrada no doutorado ainda estavam entre nós aqui na Terra e vibraram muito com a minha iniciativa. Tenho a certeza que, de onde estiverem, estão torcendo e felizes com a minha conquista.

À minha sogra Vera que sempre esteve de prontidão a ajudar no meu lar quando precisava me ausentar nos eventos e pesquisa de campo.

Aos meus irmãos Marcelo, Maurício e Dilson e a minha cunhada Fernanda, que sempre torceram por mim.

Ao meu orientador e amigo, Lamounier, que tanto me apoiou nesta jornada e serviu de exemplo de trabalho com a sua convicção em um futuro mais justo e igualitário.

Aos meus companheiros e amigos de jornada da turma de 2013, Viviane, Vagner, Iliany, Claudete, Marlene e Gilsa que estiveram tão presentes durante os anos do curso.

Aos amigos das turmas dos anos posteriores que também estiveram presentes nas disciplinas cursadas e tanto contribuíram nas discussões, como o Ricardo, a Ana Chacon, Ritter, Eró entre muitos outros companheiros.

A professora e amiga Lia que desde o início me ajudou ao informar sobre o programa de doutorado e me forneceu os primeiros textos para o projeto.

Aos professores do programa de doutorado do PPGCTIA que tanto contribuíram para a minha formação nas disciplinas que cursei e pela luta por um curso/programa de qualidade. Um agradecimento especial à prof<sup>a</sup> Lúcia Anjos e ao prof. Cezar Guedes que sempre estiveram dispostos a me ajudar.

À Renata, técnica administrativa do PPGCTIA, que tanto me apoiou com suas orientações sempre muito prestativas e com tanta paciência acerca dos assuntos burocráticos do programa.

Aos amigos e companheiros do Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial (LPDT), Adriana, Daniel Senna, Daniel Neto, Dayenne, Lucimar, Carlos Sarmento, Carlos Kraemer, Eduardo Gusmão, Diná, Riyuzo que tanto contribuíram para o desenvolvimento do NEDET e do Colegiado do Território da Baía da Ilha Grande, assim como todas as atividades, artigos e parcerias que construímos juntos durante todo esse tempo e que culminaram nesta tese.

Aos amigos e companheiros do DTPE/IE que tanto me incentivaram e sempre aprovaram com unanimidade os relatórios de acompanhamento do processo de doutoramento via PICDT. Agradeço especialmente aos amigos Marcelo Bairral, Bruno, Maria Angélica, Andréa, Luiza, Juaciara, Ana Chiquieri, Amparo, Fabrícia, Allan, Simone, Regina, Zé Ricardo, Benjamin, Ana Cris, Lana, Nadia, Eliane Fazolo, Fernando, Jane, Fabiane, Marcelo Siu, Marco Antônio, Liliane e tantos outros que constantemente me confortaram com palavras de encorajamento.

Ao meu amigo Fábio Trovão por ter me ajudado no “abstract”, a nova amiga Luciana dos Santos Pereira que fez o “resumen expandido” e a amiga de infância Ana Paula Cardoso Bruno que fez a revisão e a formatação final do texto.

Aos membros da banca examinadora prof<sup>a</sup> Denise, prof<sup>a</sup> Lia Maria, prof<sup>a</sup> Eliane e prof. José Roberto, que tanto contribuíram para o aperfeiçoamento do material escrito e no processo de finalização desta tese.

Aos agricultores de Seropédica que nortearam o desenvolvimento desta tese abrindo as portas de suas casas para me receberem. Destaco os agricultores e agricultoras da Associação Serorgânico com os quais tive maior contato e o privilégio de conviver mais intensamente: Iraci, Fátima, Leon, Lucia, Felipe, Priscilla, entre muitos outros que persistem com a atividade rural no município.

Aos companheiros do CONSEA e do CMRDS, Dona Lucia, Valéria, Marineide, Mírian, Beatriz, Eraldo, Elineu, Bárbara, Mariluci, entre muitos outros que me conduziram e ajudaram a vivenciar essa experiência de participação nos conselhos municipais.

Aos companheiros do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande, mas principalmente à grande liderança que é a Margarete por ter apoiado todos os momentos da sua recomposição.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida nos anos de 2013 e 2014 por meio do programa Observatório da Educação (Obeduc).

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de extensão concedida nos anos de 2015 e 2016 no programa do MDA que implantou o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Baía da Ilha Grande no qual eu participei como Assessor de Gestão Social (ATGS).

*Dedico esse trabalho ao meu incrível e maravilhoso filho Lucas pelas horas, dias e meses que deixamos de brincar juntos para que esse sonho pudesse ser realizado.*

*Não há também diálogo, se não há uma imensa fé nos homens.  
Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na  
sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos,  
mas direito dos homens.*

(Paulo Freire, 1987)

*Esta proposta da investigação de saberes populares – preferiria chamar de Ciência Popular – pode levar ao resgate de práticas sob risco de extinção. Há, aqui, a significativa preocupação com a preservação do conhecimento. (...) Evoco, uma vez mais, a metáfora (...): quando morre um ancião, é como se uma biblioteca se queimasse.*

*(Ático Chassot, 2008)*

## RESUMO

VIANNA, Márcio de Albuquerque. **A agricultura familiar em Seropédica-RJ: gestão social, participação e articulação dos atores do polo de conhecimento local em agropecuária**. 226p. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: UFRRJ, 2017.

O estudo discute o enfraquecimento da agricultura familiar em Seropédica-RJ, cujas grandes transformações socioeconômicas ocorreram nas duas últimas décadas. Por se tratar de um município próximo da capital do estado e da região portuária de Itaguaí e que, apesar de possuir histórico de produção da seda no século XIX, com assentamentos rurais no século XX e com a instalação de um polo de produção de conhecimento em agropecuária no local, mostra diminuição da atividade rural, resultando no êxodo, o que pode comprometer a segurança alimentar. Nesse cenário são apresentadas as suposições: (a) o crescimento econômico na região é percebido como uma ameaça à perda da identidade rural de Seropédica; (b) a ação comunicativa na interação de agricultores familiares com os poderes públicos locais nos conselhos municipais juntamente com o polo de instituições de ensino, pesquisa e extensão do local, pode ser um meio de promover o fortalecimento da atividade rural; (c) a organização em associações de agricultores pode favorecer a busca por uma racionalidade substantiva capaz de construir um campo de poder forte, no qual as famílias participem das decisões políticas estatais e interajam mais significativamente com as entidades de pesquisa e extensão. Os objetivos delineados são: (i) identificar as principais leis, políticas públicas, estudos anteriores e programas voltados para o desenvolvimento rural local; (ii) identificar os principais atores que propõem ações de desenvolvimento do território, a fim de reconhecer os campos de poder; (iii) verificar como se dá a ação comunicativa, a interdependência e as interações dos agricultores com o poder público e com as instituições de pesquisa e extensão do local; (iv) verificar se há a tendência de preservação e fortalecimento da atividade pelo empoderamento de grupos de famílias estruturados em associações que buscam uma racionalidade substantiva com base nos princípios da agroecologia ao valorizar os conhecimentos tradicionais construídos e difundidos localmente. Os procedimentos metodológicos de abordagem qualitativa e de caráter exploratório adotaram análise dos documentos de leis, programas e projetos para a agricultura familiar; é uma pesquisa etnográfica que realizou entrevistas semiestruturadas com atores do local. Houve a observação participante com registro das questões abordadas nas reuniões dos conselhos municipais e do colegiado territorial. Verificou-se dificuldades de permanência de agricultores devido às transformações socioeconômicas e ambientais atuais, assim como a fraca participação nas articulações discutidas nos conselhos municipais acerca da necessidade da inclusão dos agricultores em projetos de pesquisa e extensão para inclusão nas políticas públicas visando o seu fortalecimento. Percebeu-se também uma tendência de resistência de arranjos produtivos locais de agricultores orgânicos que contou no passado com o apoio de pesquisas e extensão em agroecologia, porém em projetos pontuais, descontínuos e desarticulados entre as instituições que compõem o polo, o que evidencia grande contradição. Entretanto, há recentemente a implantação de projetos integradores com o referido polo, ainda que em estágio embrionário, que buscam focar nos mercados alternativos, na inclusão em políticas públicas e na valorização do conhecimento local baseado na agroecologia. É preocupante a reprodução socioeconômica das famílias para que resistam ao processo de especulação imobiliária vigente na região. Entretanto, Seropédica apresenta um grande potencial para a criação de laços fortes como ocorre nas associações em redes com maior governança participativa, as quais defendem os seus direitos de cidadania e lutam pela sustentabilidade ambiental, social e econômica, pelo acesso às políticas públicas e por uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária no município.

**Palavras-chave:** Redes. Arranjos produtivos locais. Políticas públicas. Desenvolvimento territorial sustentável. Conhecimentos tradicionais locais.

## ABSTRACT

VIANNA, Márcio de Albuquerque. **Family agriculture in Seropédica-RJ: social management, participation and articulation of actors of the local knowledge pole in agriculture.** 226p. Thesis (Doctorate in Science, Technology and Innovation in Agriculture). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: UFRRJ, 2017.

The study discusses the weakening of family agriculture in Seropédica-RJ, whose major socioeconomic transformations occurred in the last two decades. Because it is a municipality near the capital of the state and the port region of Itaguaí and that, despite having a history of silk production in the 19th century, with rural settlements in the 20th century and with the installation of a knowledge production center in Agriculture, has shown a decrease in rural activity, resulting in the exodus, which could jeopardize food security. In this scenario, the following assumptions are presented: (a) economic growth in the region is perceived as a threat to the loss of Seropédica's rural identity; (b) communicative action in the interaction of family farmers with local public authorities in municipal councils, together with the poles of education, research and extension institutions of the area, can be a means to promote the strengthening of rural activity; (c) the organization in farmers' associations may favor the search for a substantive rationality capable of building a strong power field in which families participate in the political decisions of the State and interact more significantly with the research and extension entities. The objectives described are: (i) to identify the main laws, public policies, studies and previous programs focused on local rural development; (ii) identify the main actors who propose territorial development actions to recognize the fields of power; (iii) to verify how communicative action, interdependence and interactions of farmers with the public power and the research and extension institutions of the place occur; (iv) to verify if there is a tendency of preservation and strengthening of the activity by the empowerment of groups of families structured in associations that seek a substantive rationality based on the principles of agroecology when valuing the traditional knowledge constructed and diffused locally. The methodological procedures of qualitative and exploratory approach adopted an analysis of the documents of laws, programs and projects directed to family agriculture; It is an ethnographic research that conducted semi-structured interviews with local actors. At the same time, there was a participant observation with registration of the issues dealt with in the meetings of the municipal councils and the territorial collegiate. There were difficulties in the permanence of the families of the farmers due to the current socioeconomic and environmental transformations, as well as the poor participation in the articulations discussed in the municipal councils on the necessity of inclusion of the farmers in projects of research and extension for the inclusion in the public policies aiming their fortification. It was also observed a tendency of resistance by the permanence of local productive arrangements of organic farmers who counted in the past with the support of research and extension in agroecology, but in punctual, discontinuous and disjointed projects between the institutions that make up the knowledge production. , Which shows great contradiction. However, there have been recently the implementation of integrative projects with this pole, even at an embryonic stage, that seek to focus on alternative markets, inclusion in public policies and valorization of local knowledge based on agroecology. It is worrying the socioeconomic reproduction of families to resist the process of real estate speculation in the region. However, Seropédica presents a great potential for the creation of strong ties, as it happens in associations in networks with greater participative governance, that defend their rights of citizenship and fight for the environmental, social and economic sustainability, for the access to public policies. Fair, inclusive and egalitarian in the municipality.

**Keywords:** Networks. Local productive arrangements. Public policy. Sustainable territorial development. Traditional local knowledge.

## RESUMEN EXPANDIDO

VIANNA, Márcio de Albuquerque. **La agricultura familiar en Seropédica – RJ: gestión social, participación y articulación de los actores del polo de conocimiento local en agropecuaria.** 2017. 226p. Tesis (Doctorado en Ciencia, Tecnología e Innovación Agropecuaria). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: UFRRJ, 2017.

### 1. Introducción

A pesar de Seropédica ser un municipio que posee histórico de producción agrícola en el siglo XIX con el gusano, cosechando por la reforma agraria a partir de la década de 1930 que asentó cientos de agricultores familiares y, aún más, con la instalación de un **polo de producción de conocimiento en agropecuaria** formado por instituciones de enseñanza, investigación y extensión, viene sufriendo el enflaquecimiento de las actividades que se volvieron a la agricultura familiar en las últimas décadas. No obstante, ese polo de producción de conocimiento tiene articulado muy poco unos con los otros y junto con el poder público local en el sentido de verter el proceso de éxodo rural. Históricamente, las instituciones que se hicieron presentes en ese territorio se comportaron con base en una racionalidad instrumental, y fueron creadas o se instalaron en el local con el fin de alcanzaren algún tipo de interés propio, sea en términos individuales, sea en términos institucionales. Tal racionalidad instrumental se materializó en las acciones institucionales a partir de un crecimiento exógeno del municipio, al parecer, por estar muy próximo de la región metropolitana. El impacto de todo ese proceso es caracterizado como un tipo de intervención tutorial y no con participación, en el cual el agente externo identifica los problemas y las causas de un determinado territorio y establece cursos de acción para que sigan de forma prescriptiva como la instalación de industrias y condominios logísticos.

En los últimos años, el poder público municipal tiene idealizado y actuado para el crecimiento económico del municipio con la atracción de industrias, empresas de mineral y emprendimientos logísticos por la proximidad con la Región Portuaria de Itaguaí, cuyas inversiones en la escala global obtienen más grande PIB – Producto Interno Bruto – cuando comparados a los de los pequeños agricultores, lo que viene causando impactos socioeconómicos y socio ambientales, llevándoles a un proceso de éxodo rural y destitución del territorio. Otro factor que contribuye para el vaciamiento de las actividades rurales es la no inclusión de los pequeños agricultores en el comercio local y en las agendas de políticas públicas como, por ejemplo, el Programa Nacional de Alimentación Escolar del Municipio – PNAE. El proceso de intervención económica con base en la racionalidad instrumental insertada de manera vertical y avasalladora al largo de la historia de Seropédica redujo la posibilidad de un desarrollo con participación, sobre todo, con relación a las cuestiones que envuelven la coexistencia de la agricultura familiar en las agendas políticas locales.

Aunque el fenómeno del éxodo se muestre en curso, se da cuenta de que la tenencia y el surgimiento de algunas articulaciones y la creación de campos fuertes de poder en los consejos municipales y en algunas instancias de resistencia como en asociaciones y en comités formados por productores ubicados en pequeñas bacías hidrográficas, así como por grupos de agricultores orgánicos que actúan con cierta racionalidad edificada por la Ciencia “Agroecología”. Esas articulaciones han buscado la acción comunicativa por medio de la participación, de la gestión y del control social con el poder público municipal. Aún más, buscan el fortalecimiento de sus Arreglos Productivos Locales – APLs – por las sociedades y

proyectos con las entidades de investigación y extensión instaladas en el municipio, aunque en acciones aun puntuales, específicas y sin articulación, pero que surten algunos efectos positivos para el desarrollo del territorio, con énfasis en la difusión de los conocimientos locales, para la inclusión productiva y comercial de los mismos y para la seguridad y soberanía alimentar del municipio, con el objetivo que ocurra la probable conquista del poder, el fortalecimiento y el rescate de la agricultura familiar local. En síntesis, Seropédica ha ensañado un gran potencial para el desarrollo territorial sustentable para el medio rural, pero aun presenta divergencias de intereses institucionales y dificultades que pretenden motivar debate entre sus tres actores principales: (i) los gestores del poder público municipal, (ii) las entidades de investigación, enseñanza y extensión admitidos en el municipio y la (iii) sociedad civil organizada y representada por los agricultores familiares locales.

El objetivo central de la tesis es analizar las relaciones entre los actores institucionales y los agricultores de Seropédica en el desarrollo de la agricultura familiar local. Constituyen como objetivos intermediarios: (i) Identificar las principales leyes, políticas públicas, estudios antecedentes y planes en documentos legales en escala nacional, regional y local, así como recoger documentos con informaciones sobre la historia y el proceso de urbanización del municipio; (ii) Identificar los principales actores que proponen acciones de desarrollo rural en la región, con el propósito de reconocer los campos de poder, en función de sus intereses, por la participación de los actores en el Consejo de Seguridad Alimentar (CONSEA), del Consejo Municipal de Desarrollo Rural Sustentable (CMDRS) del municipio y del Colegio del Territorio de la Baía da Ilha Grande; (iii) Comprobar cómo se da la acción comunicativa, la interdependencia y las interacciones de los grupos de productores – redes, asociaciones, cooperativas etc – con el poder local y con las instituciones locales de investigación y extensión - Embrapa, Emater, Pesagro, UFRRJ, CTUR etc, así como entre sus pares con vistas a las nociones de desarrollo territorial rural sustentable; (iv) Comprobar se hay una tendencia de preservación y fortificación de la actividad por la potenciación de grupos de familias estructuradas en asociaciones que buscan una *racionalidad concreta* basada en los principios de la *agroecología* y en la participación en redes de producción y distribución de alimentos orgánicos, que valorizan los conocimientos tradicionales construidos y con emisión en el local. Consecuentemente, comprobar si ese conocimiento crea valor añadido al producto diferenciado, habiendo favorecido la reproducción socioeconómica de las familias, así como lograr emancipar en las áreas económica, social y política.

Este estudio adopta tres suposiciones intrínsecas fundamentales para el proceso de investigación. La **primera** de ellas punto en el crecimiento económico en la región – con clara elevación del PIB en los últimos años – como una amenaza a la pérdida de identidad rural de Seropédica, en virtud de las inversiones industriales de grande dimensiones y de alcances globales y por la proximidad a los centros urbanos que favorecen el éxodo rural. Esos factores pueden debilitar al tejido sociocultural de la agricultura local conduciendo a un proceso de destitución del territorio. La **segunda** parte del presupuesto de que la *acción comunicativa* en la interacción individual o por redes de agricultores familiares con los poderes públicos locales – principalmente en los consejos municipales – junto con las instituciones de enseñanza, investigación y extensión, por sociedades y fomentos, puede ser un medio de promocionar la fortificación de la actividad rural. La **tercera** suposición trata exactamente de como la organización en asociaciones de agricultores puede favorecer la búsqueda por una *racionalidad concreta* con capacidad de construir un campo de poder fuerte, donde las familias participen de las decisiones políticas estatales y obren recíprocamente con más frecuencia y de manera significativa con las entidades de investigación y extensión. Esa perspectiva tiene el objetivo, especialmente, de crear tecnologías sociales que valoricen las innovaciones y las prácticas tradicionales construidas y con difusión local.

## 2. Método de Investigación

Es una investigación aplicada con **abordaje cualitativo**, pues considera que hay una relación dinámica entre el mundo real y el sujeto, al cual no se puede traducir exclusivamente en números y, siendo **descriptiva**, tiende a analizar los datos por inducción con el objetivo de describir algunas características de cierta población o fenómeno asumiendo un levantamiento de datos por medio de técnicas de cuestación de datos estandarizados como entrevistas, observación, etc. En cuanto a los objetivos, la investigación también puede ser considerada exploratoria, pues tiene el objetivo de proporcionar más grande familiaridad con el problema de manera que se convierta aparente para que ocurra la construcción de hipótesis; y en cuanto a los procedimientos técnicos, es una investigación **etnográfica** a cual cuenta con la **observación participante**. Se la realizó porque hay interacción entre los investigados y el encuestador, por este último ser profesor de UFRRJ campus Seropédica desde 2011 y por haber participado de dos consejos municipales y por todo el periodo de estudio, además actuar como Asesor Territorial de Gestión Social – ATGS – en el Núcleo de Extensión en Desarrollo Territorial - NEDET – del Territorio de Baía da Ilha Grande del cual el municipio de Seropédica pertenece.

Fue fundamental para esa investigación etnográfica la adecuación de un paradigma metodológico que considere los aspectos socioculturales y políticos. Para ese estudio, se adoptó el paradigma *cualitativo* tiendo en vista que los análisis fueron basadas en las observaciones y en los discursos de los participantes. Las investigaciones cualitativas parten de la idea de que las personas actúan en función de sus creencias, percepciones, sentimientos y valores, y de que su comportamiento tiene siempre un sentido, una significación que no es observado de inmediato, necesitando ser revelado. En ese sentido, un significado que no es visto inmediatamente, pues necesita ser revelado. Conque se ve que la investigación cualitativa no está preocupada con la amplitud, pero con la comprensión de lo que significan algunos factores para las personas, cuando ellas mismas son oídas; por lo que vivencian, obtienen una visión más compleja y profunda de un facto o fenómeno social. Aunque la investigación trate y utilice datos cuantitativos para expresar de forma objetiva algunos resultados, ellos mismos fueron profundizados por los aspectos subjetivos en virtud de la complejidad de los fenómenos sociales observados por medio de discursos de los actores sociales listados para el estudio, además de no presentar una trayectoria lineal de los factos.

Después del periodo exploratorio inicial, fueron creados y aplicados instrumentos de colecta de datos que investigarán las prácticas de participación de los actores sociales, sus interdependencias y conexiones tangibles, proporcionadas por la cooperación y por la acción comunicativa, por la difusión y por el cambio de conocimientos construidos, de prácticas y técnicas, por el “saber-hacer” colectivo.

Para esa finalidad, se utilizó la triangulación de métodos como combinación y un cruce de diferentes puntos de vista (MINAYO, 2006) en los procesos participativos en la colecta y, sobre todo, en los análisis de los datos, fueron utilizados tres objetos: (i) análisis documental, (ii) entrevistas semiestructuradas a los varios actores participantes del proceso de desarrollo rural e (iii) observación participantes en las reuniones de los consejos municipales de seguridad alimentar y de desarrollo rural, reuniones de asociaciones y proyectos de capacitación y reuniones de colegial del Territorio de Baía da Ilha Grande.

## 3. Resultados y Discusión

Los resultados y discusiones fueron organizados en secciones las cuáles abordan nueve “temas rectores” en análisis transversales que pasan más adelante por todos los temas y que son oriundos de las problemáticas observadas en la investigación de campo, así como del análisis de los documentos. Son ellos: (i) el inicio de la investigación de campo con un

periodo exploratorio inicial por medio del contacto con dos aglomeraciones productivas de Seropédica lo cual viabilizó el primer contacto con la realidad local, que hizo posible la percepción de disparidades en la forma de gobernanza entre las aglomeraciones en barrios diferentes; (ii) se realizó un breve recorte histórico de la agricultura familiar por la historia oral, así como el histórico de creación del polo de producción y transmisión de conocimiento en agropecuaria con la instalación de las instituciones de enseñanza, investigación y extensión en el territorio del municipio; (iii) fueron discutidos los impactos en la agricultura familiar con crecimiento económico en la región con la especulación inmobiliaria, que llevó a la diversificación de actividades no agrícolas por los propietarios y a la venta de sus tierras, como también trajo las dificultades de inserción de los agricultores en el comercio local; (iv) hubo la discusión del impacto producido por los pasivos ambientales en la agricultura familiar con la instalación del tiradero, la minería de arena y la crisis hídrica en el municipio por la ausencia de políticas públicas con enfoque para el abastecimiento de agua; (v) hubo el estudio de las asimetrías en la participación de los agricultores y de los varios actores sociales en los consejos municipales como forma de control social y el difícil acceso a las políticas públicas locales, como también algunas articulaciones realizadas, así fue el caso del Programa Nacional de Alimentación Escolar – PNAE; (vi) hubo la discusión de la inclusión y de la participación de los actores de Seropédica en el Colegio Territorial de Baía de Ilha Grande, así como la experiencia de la capacitación con una de las comunidades del municipio por medio de NEDET – Núcleo de Extensión en Desarrollo Territorial; (vii) hubo el análisis de grupos y asociaciones de agricultores que fueron extintos y que actualmente surgen en el escenario de los SPGs – Sistemas Participativos para Garantía – compuesto por asociaciones de productores orgánicos y de los comités de micro bacías de ríos de la región que tienen la función de reunir agricultores con la proposición de preservar los recursos naturales del local; (viii) fueron presentadas y analizadas algunas articulaciones y acciones sobre la asistencia técnica rural local y los proyectos de inclusión e fortificación de la agricultura familiar como la Feria de la Agricultura Familiar de Rural y el PAA – Plan de Adquisición de Alimentos – del Restaurante Universitario de UFRRJ y el plan de capacitación de los agricultores locales promovidos por la sociedad entre Embrapa, Emater y UFRRJ; y, al fin, (ix) hubo la verificación de la fuerte tendencia de la producción de conocimiento local basada en la perspectiva de agroecología como recambio de experiencias entre los agricultores, y también la relación de ellos mismos con los encuestadores y con ‘extensionistas’ locales y el surgimiento de una “conciencia agroecológica” con la llegada de nuevos productores rurales. Al término de cada sección fueron presentados, de manera sintética, los referenciales teóricos que contribuyeron para tales discusiones y reflexiones, como también los cuadros síntesis de los objetivos de la investigación en cada tema presentado y discutido.

#### **4. Conclusión**

Fueron verificadas dificultades de permanencia de las familias de agricultores debido a las transformaciones socioeconómicas y ambientales actuales, como también la débil participación en las articulaciones discutidas en los consejos municipales acerca de la necesidad de incluir los agricultores en proyectos de investigación y extensión para que haya inclusión en las políticas públicas visando su fortificación. Hay la percepción de una tendencia de resistencia por la permanencia de arreglos productivos locales de agricultores familiares orgánicos que pudo contar en el pasado con el apoyo de investigaciones y extensión en agroecología, pero en proyectos puntuales, sin continuidad e sin articulación entre las instituciones que componen el polo de producción de conocimiento local, lo que evidencia gran contradicción por su evidente potencial. Sin embargo, hay recién implantación de proyectos integrativos con el referido polo, aunque en fase embrionaria, que buscan tener

foco en mercados alternativos, en inclusión en políticas públicas y en la apreciación del conocimiento local con base en la agroecología.

La conclusión es que ha de preocuparse con la reproducción socioeconómica así como el mantenimiento del tejido sociocultural de las familias para que resistan al proceso de especulación inmobiliaria presente en la región. Sin embargo, Seropédica presenta un gran potencial para que haya incentivo a la creación de lazos fuertes como ocurre en las asociaciones en redes con mayor gobernanza participativa, cuáles defienden sus derechos de ciudadanía y luchan por la sustentabilidad ambiental, social y económica, por el acceso a las políticas públicas y por una sociedad más justa, inclusiva e igual en el municipio.

**Palabras clave:** Redes. Arreglos productivos locales. Políticas públicas. Desarrollo territorial sustentable. Conocimientos tradicionales locales.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Quadro resumitivo das discussões teóricas com os temas e conceitos abordados. .....	18
<b>Quadro 2</b> – Quadro de métodos e resultados esperados para os objetivos traçados .....	49
<b>Quadro 3</b> – Documentos analisados. ....	50
<b>Quadro 4</b> – Atores sociais entrevistados. ....	53
<b>Quadro 5</b> – Observação participante em conselhos municipais, colegiado territorial e reuniões de projetos e associações. ....	54
<b>Quadro 6</b> – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção .....	67
<b>Quadro 7</b> – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção .....	77
<b>Quadro 8</b> – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção .....	98
<b>Quadro 9</b> – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção .....	112
<b>Quadro 10</b> – Quadro resumitivo de ações e articulações nos dois conselhos municipais de Seropédica observados.....	119
<b>Quadro 11</b> – Quadro resumitivo do processo de inclusão dos agricultores de Seropédica no PNAE.....	128
<b>Quadro 12</b> – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção .....	130
<b>Quadro 13</b> – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção .....	150
<b>Quadro 14</b> – Comitês Gestores das Microbacias – COGEMs de Seropédica.....	157
<b>Quadro 15</b> – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção .....	160
<b>Quadro 16</b> – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção. .....	181
<b>Quadro 17</b> – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção .....	195

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Dados da população de Seropédica em dez anos.....	7
<b>Tabela 2</b> – Dados econômicos do município de Seropédica comparado ao Estado do Rio de Janeiro.....	9
<b>Tabela 3</b> – Indicadores socioeconômicos do Município de Seropédica.....	9
<b>Tabela 4</b> – Número de estabelecimentos agrícolas em Seropédica. ....	10
<b>Tabela 5</b> – Descrição do número de famílias assentadas em Seropédica. ....	69
<b>Tabela 6</b> – Produção Agrícola Municipal de Seropédica - Malha municipal digital do Brasil: produção em 2005.....	69
<b>Tabela 7</b> – Alunado e escolas atendido pelo PNAE em Seropédica. ....	121
<b>Tabela 8</b> – Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE (anos 2013 e 2014).....	122
<b>Tabela 9</b> – Orçamento do Município de Seropédica para a Secretaria de Ambiente e Agronegócio. ....	164
<b>Tabela 10</b> – Assistência técnica governamental oferecida a produtores rurais de Seropédica em porcentagem (%).....	166

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Impactos socioambientais: mineração de areia e o aterro sanitário de Seropédica. 6	6
<b>Figura 2</b> – Região portuária de Itaguaí: exportação de minério. ....6	6
<b>Figura 3</b> – Arco Metropolitano que corta o município de Seropédica, rodovia BR-493. ....7	7
<b>Figura 4</b> – Tratamento gráfico da população rural de Seropédica em dez anos.....8	8
<b>Figura 5</b> – Localização do município de Seropédica no Estado do Rio de Janeiro e municípios vizinhos. ....9	9
<b>Figura 6</b> – Suposição de articulações entre os atores sociais na busca por uma racionalidade substantiva. ....13	13
<b>Figura 7</b> – Sequência de processos e interações entre os atores sociais. ....13	13
<b>Figura 8</b> – Diagrama resumitivo das convergências teóricas para o objeto da pesquisa.....19	19
<b>Figura 9</b> – A relação do conhecimento na perspectiva agroindustrial e na agroecológica.....42	42
<b>Figura 10</b> – A formação do conhecimento construído pela ciência agroecologia.....42	42
<b>Figura 11</b> – Triangulação de dados. ....50	50
<b>Figura 12</b> – Território Rural da Baía da Ilha Grande .....56	56
<b>Figura 13</b> – Logotipo do projeto.....58	58
<b>Figura 14</b> – Cronologia das atividades de campo.....59	59
<b>Figura 15</b> – Produção de banana em Seropédica pelos agricultores do bairro Sá Freire. ....61	61
<b>Figura 16</b> – Estrutura da comunidade de produtores de banana do Bairro Sá Freire e da localidade do Mutirão que estão desistindo da atividade rural.....62	62
<b>Figura 17</b> – Estrutura da associação Serorgânico e do SPG (Sistema de Participação de Garantia de Seropédica).....63	63
<b>Figura 18</b> – Plantação de aipim orgânico pelo produtor entrevistado da Associação Serorgânico. ....64	64
<b>Figura 19</b> – Sistema de captação e armazenamento de água da chuva em parceria com a EMBRAPA-Agrobiologia. ....65	65
<b>Figura 20</b> – Demarcação das Indústrias na região portuária de Itaguaí. ....78	78
<b>Figura 21</b> – Condomínio logístico Golgi.....79	79
<b>Figura 22</b> – Quantitativo de bovinos levantados pela Secretaria de Ambiente e Agronegócio no período de vacinação da febre aftosa a produtores com até 50 animais. ....85	85
<b>Figura 23</b> – Verificação se o feirante produz o que comercializa na feira de domingo em Seropédica.....93	93
<b>Figura 24</b> – Origem dos itens comercializados na feira de domingo de Seropédica.....94	94
<b>Figura 25</b> – Tempo de comercialização dos feirantes na feira de domingo de Seropédica....94	94
<b>Figura 26</b> – Mapeamento dos bairros e dos principais assentamentos/comunidades rurais de Seropédica.....97	97

<b>Figura 27</b> – Setorização de áreas no bairro Carretão.....	108
<b>Figura 28</b> – CVAPA – Centro de Valorização das Áreas de APA na comunidade do Carretão. .....	109
<b>Figura 29</b> – A localização de agricultores (alguns orgânicos) na região de Piranema com proximidade às mineradoras de areia e o aterro sanitário.....	110
<b>Figura 30</b> – Passo a passo do encontro da Agricultura Familiar com a Alimentação Escolar. .....	121
<b>Figura 31</b> – Território Rural da Baía da Ilha Grande. ....	134
<b>Figura 32</b> – Frequência dos atores de Seropédica nos encontros proporcionados pelo Colegiado da Baía da Ilha Grande. ....	136
<b>Figura 33</b> – Dinâmica de levantamento de instituições parceiras à associação Serorgânico	139
<b>Figura 34</b> – Dinâmica para levantamento dos pontos fortes e fracos da associação. ....	140
<b>Figura 35</b> – Dinâmica de organização prioritária dos temas a serem tratados na capacitação. .....	141
<b>Figura 36</b> – Imagem da primeira reunião com o grupo na residência de uma das agricultoras. .....	142
<b>Figura 37</b> – Mapa do zoneamento proposto pelo Plano Diretor.....	145
<b>Figura 38</b> – Balanço do número de participantes por encontro nas capacitações na Associação Serorgânico. ....	149
<b>Figura 39</b> – Agricultores com e sem vínculo de associação.....	152
<b>Figura 40</b> – Visita de verificação de um agricultor para a certificação de orgânico pelo SPG de Seropédica. ....	154
<b>Figura 41</b> – Ações da EMATER escritório local para a agricultura familiar em Seropédica. .....	162
<b>Figura 42</b> – Principais atividades desempenhadas pela Secretaria de Ambiente e Agronegócio. ....	165
<b>Figura 43</b> – Ações e políticas públicas em Seropédica e suas interações nas diversas escalas. .....	179

## LISTA DE SIGLAS

AACSA	Associação de Agricultores Familiares das Glebas de Coletivo e Santa Alice
ABIO	Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
APA	Área de Proteção Ambiental
APL	Arranjo Produtivo Local
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATGE	Assessor Territorial de Gênero
ATGS	Assessor Territorial de Gestão Social
ATIP	Assessor Territorial de Inclusão Produtiva
BIG	Baía da Ilha Grande
BPC	Benefícios de Prestação Continuada
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAIC	Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CCIR	Certificado de Cadastro do Imóvel Rural
CERES-Jr	Empresa Junior da UFRRJ
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMPERJ -	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
CONAB	Companhia Nacional do Abastecimento
CONSEA-Sr	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Seropédica
CPAO	Centro Estadual de Pesquisa em Agricultura Orgânica – PESAGRO-Rio
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CTR-Rio	Centro de Tratamento de Resíduos – Aterro Sanitário de Seropédica.
CTUR	Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
CVAPA	Centro de Vivência das Áreas de Proteção Ambiental
CVT	Centro de Vocação Tecnológico
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo
EMATER-Rio	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Estado do Rio de Janeiro
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária
ESAMV	Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária

FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FETAG	Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fiperj	Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
GAE	Grupo de Agricultura Ecológica da UFRRJ
GTA	Guia de Trânsito Animal
ICR	Imposto sobre propriedade territorial rural
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
ITERJ	Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro
ITR	Imposto sobre Propriedade Territorial
LPDT	Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NDA	Núcleo de Defesa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
NIA	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Científica e Tecnológica em Agroecologia da UFRRJ
NEDET-BIG	Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Baía Ilha Grande
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ORNAs	Ocupações Rurais Não-Agrícolas
PAA	Programa Aquisição de Alimentos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PEM	Plano Executivo da Microbacia
PESAGRO	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro – Centro Estadual de Pesquisa em Agricultura Orgânica – Seropédica
PID	Plano Individual de Desenvolvimento
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPA	Plano Plurianual de Seropédica
PPGAO	Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica da UFRRJ
PROEXT	Pro-Reitoria de Extensão da UFRRJ
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RGI	Registro Geral de Imóveis
SDS	Superintendência de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio de Janeiro
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAPEC	Secretaria de Estado de Agricultura e Agropecuária do Rio de Janeiro
SEMAMA	Secretaria de Meio Ambiente e Agronegócio de Seropédica

SIMPOAV	Serviço de Inspeção Municipal de produtos de Origem Animal e Vegetal
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SMECE	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Seropédica
SPG	Sistema Participativo de Garantia
SUS	Sistema Único de Saúde
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNACOOOP	União das Associações e Cooperativas de Pequenos Agricultores Rurais do Estado do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	1
1.1. Contextualização: o Município de Seropédica	5
1.2. O Problema da Pesquisa	11
1.3. Objetivos	12
1.4. Suposições	12
1.5. Relevância do Estudo	14
1.6. Organização Geral do Texto	15
<b>2. DISCUSSÃO TEÓRICA</b>	17
2.1. Desenvolvimento Local e Territorial	19
2.2. Políticas Públicas para o Rural	25
2.3. Fundamentos do Pensamento Crítico no Brasil: Racionalidade Instrumental e Racionalidade Substantiva, Ação Comunicativa e Dialogicidade	31
2.4. Participação Local e Gestão Social	33
2.5. APLs e Redes: As Associações como Possibilidades de Governança e Gestão Social	38
2.6. A Perspectiva Sociopolítica da Agroecologia e a Relação entre os Conhecimentos Científicos e os Tradicionais: Possíveis Aproximações com a Etnociência e com a Ecologia dos Saberes	40
<b>3. ASPECTOS METODOLÓGICOS</b>	48
3.1. Caracterização da Pesquisa	48
3.2. Métodos e Coletas de Dados	50
3.2.1. Análise documental	50
3.2.2. Pesquisa de campo: entrevistas	51
3.2.3. Pesquisa de campo: observação participante nos conselhos municipais e reuniões de associações	54
3.2.4. Pesquisa de campo: observação participante nas reuniões do Colegiado do Território da Baía da Ilha Grande	55
3.2.5. Participação no projeto de extensão para as mulheres do campo e NEDET	57
3.3. Análise e Tratamento dos Dados Coletados	58
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	60
4.1. O Primeiro Contato com duas Aglomerações Produtivas Locais: o Início do Período Exploratório	60
4.1.1. Os referenciais teóricos utilizados na discussão desta seção e quadro síntese de objetivos	66
4.2. Um Breve Recorte Histórico de Seropédica	68
4.2.1. A agricultura em Seropédica	68

4.2.2. O polo de produção e transmissão de conhecimento em agropecuária instalado em Seropédica.....	72
4.2.3. Os referenciais teóricos utilizados na discussão desta seção e quadro síntese de objetivos.....	76
4.3. Os Efeitos do Crescimento Econômico na Região e o Impacto na Agricultura Familiar .....	78
4.3.1. A especulação imobiliária em Seropédica.....	78
4.3.2. Ocupações Rurais Não Agrícolas – ORNAs – em Seropédica .....	86
4.3.3. As dificuldades na inclusão dos agricultores no comércio local.....	89
4.3.4. Os referenciais teóricos utilizados na discussão desta seção e quadro síntese de objetivos.....	97
4.4. Os Passivos Socioambientais em Seropédica e o Impacto na Agricultura Familiar .....	99
4.4.1. O aterro sanitário instalado em Seropédica .....	99
4.4.2. A ausência de políticas voltadas para os recursos hídricos no município e as medidas para a preservação das nascentes.....	103
4.4.3. A mineração de areia no bairro de Piranema.....	109
4.4.4. Os referenciais teóricos utilizados na discussão desta seção e quadro síntese de objetivos.....	112
4.5. A Participação dos Agricultores nos Conselhos Municipais e o (não) Acesso às Políticas Públicas como o PNAE.....	114
4.5.1. A baixa participação dos agricultores nas reuniões dos conselhos municipais e algumas articulações realizadas .....	114
4.5.2. O processo de inclusão dos agricultores na política pública do PNAE.....	120
4.5.3. Os referenciais teóricos utilizados na discussão desta seção e quadro síntese de objetivos.....	129
4.6. Seropédica no Colegiado do Território Rural da Baía da Ilha Grande .....	131
4.6.1. A participação dos atores de Seropédica no Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande.....	135
4.6.2. A capacitação na Associação Serorgânico pelo NEDET-BIG .....	138
4.6.3. Os referenciais teóricos utilizados na discussão desta seção e quadro síntese de objetivos.....	149
4.7. Os Grupos e Associações de Seropédica: Associações Extintas, Grupos Resistentes e Novas Possibilidades com o Programa Rio Rural .....	151
4.7.1. Os Sistemas Participativos de Garantia de produção orgânica de Seropédica .....	152
4.7.2. A criação dos Comitês Gestores de Micro Bacias: Programa Rio Rural .....	156
4.7.3. Os referências teóricos utilizados na discussão desta seção e quadro síntese de objetivos.....	159
4.8. A Assistência Técnica Rural Local e os Projetos de Inclusão para a Agricultura Familiar.....	161
4.8.1. As articulações institucionais: dificuldades iniciais .....	161

4.8.2. Os projetos: Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ e Restaurante Universitário .....	174
4.8.3. O programa de capacitação dos agricultores locais e outras iniciativas locais .....	177
4.8.4. Os referenciais teóricos utilizados na discussão desta seção e quadro síntese de objetivos.....	180
4.9. A Produção de Conhecimento Local com Base na Perspectiva da Agroecologia .....	183
4.9.1. A troca de conhecimentos e experiências entre os produtores orgânicos .....	184
4.9.2. A relação do conhecimento dos extensionistas e pesquisadores com os agricultores .....	186
4.9.3. O surgimento do neorural com “consciência agroecológica”. .....	192
4.9.4. Os referenciais teóricos utilizados na discussão desta seção e quadro síntese de objetivos.....	194
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>197</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>207</b>
<b>7. ANEXOS .....</b>	<b>218</b>
7.1. Anexo I – Roteiros das entrevistas .....	218
7.2. Anexo II – Lei de Regulamentação/criação do CONSEA-Sr.....	220
7.3. Anexo III – Zoneamento de Seropédica pelo Plano Diretor Participativo de Seropédica de 2006.....	223
7.4. ANEXO IV – Alteração do anexo I da Lei nº 328 do Plano Diretor Municipal .....	224
7.5. ANEXO V – Tabela roteiro para a pesquisa.....	225

## 1. INTRODUÇÃO

Apesar de Seropédica ser um município que possui histórico de produção agrícola desde o século XIX com o bicho da seda, passando por políticas de assentamentos a partir da década de 1930 as quais assentou centenas de agricultores familiares e, mais ainda, com a instalação de um **polo de produção de conhecimento em agropecuária** formado por instituições de ensino, pesquisa e extensão, vem sofrendo enfraquecimento das atividades voltadas à agricultura familiar nas últimas décadas. Contudo, esse polo de produção de conhecimento tem articulado muito pouco entre si e juntamente com o poder público local no sentido de reverter esse processo. Historicamente, as instituições que se fizeram presentes nesse território se comportaram com base em uma racionalidade instrumental (RAMOS, 1981), e foram criadas ou se instalaram no local a fim de alcançarem algum tipo de interesse próprio, seja em termos individuais, seja em termos institucionais. Tal racionalidade instrumental se materializou nas ações institucionais a partir de um crescimento exógeno do município, evidentemente, por estar muito próximo da região metropolitana. O impacto de todo esse processo é caracterizado como um tipo de intervenção tutorial e não participativo, no qual o agente externo identifica os problemas e as causas de um determinado território e estabelece cursos de ação para que sigam de forma prescritiva como a instalação de indústrias e condomínios logísticos, por exemplo.

Nos últimos anos o poder público municipal tem apoiado o crescimento econômico do município com a atração de indústrias, empresas mineradoras e empreendimentos logísticos pela proximidade com a Região Portuária de Itaguaí, cujos investimentos em escala global auferem maior PIB – Produto Interno Bruto – quando comparados aos dos pequenos agricultores, o que vem causando impactos socioeconômicos e socioambientais, levando-os a um processo de êxodo rural e desterritorialização (VIANNA, VILLELA e VIDAL, 2015). Outro fator que contribui para o esvaziamento das atividades rurais é a não inclusão dos pequenos agricultores no comércio local e nas agendas de políticas públicas como, por exemplo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar do Município – PNAE (VIANNA et al., 2016).

O processo de intervenção econômica com base na racionalidade instrumental inserida de forma vertical e avassaladora ao longo da história de Seropédica diminuiu a possibilidade de um desenvolvimento participativo, sobretudo, relacionado às questões que envolvem a coexistência da agricultura familiar nas agendas políticas locais.

Embora o fenômeno do êxodo esteja em curso, percebe-se a tendência e o surgimento de algumas articulações e a criação de campos fortes de poder nos conselhos municipais e em algumas instâncias de resistência (RAMOS et al., 2016) como em associações e em comitês formados por produtores localizados em microbacias hidrográficas, assim como por grupos de agricultores orgânicos que atuam com certa racionalidade substantiva proporcionada pela Ciência Agroecologia. Tais articulações têm buscado a ação comunicativa por meio da participação, da gestão e do controle social com o poder público municipal. Mais ainda, buscam o fortalecimento de seus Arranjos Produtivos Locais – APLs – pelas parcerias e projetos com as entidades de pesquisa e extensão instaladas no município, embora em ações ainda pontuais, específicas e desarticuladas, mas que vem surtindo alguns efeitos positivos para o desenvolvimento do território, com ênfase na difusão dos conhecimentos locais, para a inclusão produtiva e comercial dos mesmos e para a segurança e soberania alimentar do município, a fim que haja o provável empoderamento, fortalecimento e resgate da agricultura familiar local. Em síntese, Seropédica tem mostrado um grande potencial para o desenvolvimento territorial sustentável para o meio rural, mas ainda apresenta divergências de

interesses institucionais e dificuldades dialógicas entre os seus três principais atores: (i) os gestores do poder público municipal, (ii) as entidades de pesquisa, ensino e extensão instaladas no município e a (iii) sociedade civil organizada e representada pelos agricultores familiares locais.

Após a exposição inicial da complexidade dos fenômenos que envolvem a agricultura familiar no município de Seropédica-RJ face às mudanças socioculturais, ambientais e socioeconômicas discutidas nesta tese, a introdução apresentará em seguida as dicotomias e contradições que envolvem as questões econômicas, rurais e ambientais nas diversas escalas, dimensões e perspectivas teóricas, as quais serão aprofundadas ao longo do trabalho.

Na escala global, a complexidade dos fenômenos econômicos, sociais, ambientais e culturais na contemporaneidade requer uma profunda reflexão sobre a sociedade em virtude do notável crescimento do poderio econômico pelo sistema capitalista, o qual elabora estratégias de desenvolvimento de modo desigual, excludente e destrutivo (SANTOS, M., 1994; IANNI, 1997). Entretanto, percebem-se duas características ainda presentes nesse panorama: (i) por um lado, a imposição de modelos e padrões hegemônicos cientificamente aceitos e que são amplamente divulgados no ocidente e, por outro, (ii) a tímida difusão das práticas locais constituídas de significados e sentidos próprios de uma determinada região, com as suas especificidades e peculiaridades. Segundo Hall (2006, p. 80), “as evidências sugerem que a globalização está tendo efeitos em toda parte, incluindo o Ocidente, e a ‘periferia’ também está vivendo o seu efeito pluralizador, embora num ritmo mais lento e desigual”. Observa-se esse fenômeno, sobretudo, nas regiões rurais.

Veiga (2004, p. 58) aponta *o caminho do meio* onde discute que na fase atual em que se encontra a globalização, “a ruralidade dos países avançados não desapareceu, nem renasceu (...). Essa é a hipótese que parece decorrer tanto de revisão da produção científica sobre o assunto como da observação das mudanças institucionais – principalmente no âmbito das políticas públicas da União Europeia”.

Em uma análise mais específica, a agricultura no Brasil apresenta uma perspectiva bipolar: por um lado a presença hegemônica do agronegócio capitalista e, por outro, a resistência e a resiliência da agricultura familiar em uma nova perspectiva para o rural (VEIGA, 2004; ABRAMOVAY, 2003). Ambos os modelos coexistem no cenário agrícola do país, muito embora apresentando concepções políticas, administrativas, operacionais, ambientais e filosóficas divergentes.

A modernização dos processos produtivos impactou o modo de vida no meio rural a partir da segunda metade do século XX, com o advento da Revolução Verde, justificada pela escassez de alimentos no mundo e pelo combate a fome. Embora o problema da fome não estivesse na produção e sim no acesso aos alimentos pelas populações mais pobres, essa era a maior justificativa para a modernização no campo (MALUF, 2000). A produção em larga escala foi o “carro chefe” dessa revolução, seguindo, desta forma, o modelo fordista. Assim, a produção agrícola passa ser norteada pela máxima eficiência, pelo melhor desempenho, devidamente regulada e estimulada pelos aspectos econômicos. A geração de *commodities* agrícolas sustentava o modelo agrário-exportador vigente no Brasil, com o intuito de gerar superávit primário na balança comercial exterior. Parte da mão de obra, ainda que explorada com o pagamento por horas trabalhadas sem direitos trabalhistas, foi substituída por máquinas, trazendo como consequência o êxodo rural (PALMEIRA, 1999; LEITE e ÁVILA, 2007; FAVARETO, 2007). Os pacotes tecnológicos aumentaram o abismo social entre o grande produtor, que podia acessar todos esses benefícios, e o agricultor familiar, que permanecia descapitalizado e desestimulado. Portanto, ainda questiona-se o modelo agrário brasileiro por ser marcado pela forte concentração da propriedade da terra, pela pobreza rural e pela ameaça à soberania alimentar (ANDRADE et al., 2013). Logo, a administração do “pessoal” trabalhador no modelo agroindustrial passou a seguir os moldes e padrões da

indústria pelo uso da **racionalidade instrumental** (RAMOS, 1981) com o processo de modernização.

Mesmo com toda essa proposta de “modernização do campo”, percebe-se que “o projeto da modernidade ainda não foi realizado” (HABERMAS, 1995), pois esta última foi concebida pelos princípios da razão iluminista de emancipação do homem e que não são percebidos no projeto neoliberal de desenvolvimento econômico. De certa forma, utiliza-se a ideia de modernização equivocadamente como “sinônimo” de modernidade, principalmente nesse modelo de produção agrícola. Sendo assim, torna-se questionável a utilização do prefixo “pós” na utilização de expressões como o “pós-fordismo” ou “pós-modernidade”, quando esses modelos de produção em massa ainda coexistem; assim como entende-se que o projeto da modernidade com base nos princípios iluministas ainda está – ou não – em andamento (TENÓRIO, 2009).

Em contraste com a **racionalidade instrumental** (RAMOS, 1981) utilizada no modelo agroindustrial, que concebe, metaforicamente, o homem como uma “extensão da máquina”, a “outra face” da agricultura vem considerar que as questões locais são constituídas pelos pequenos produtores rurais e suas famílias que, através de um saber fazer específico, utilizam os seus conhecimentos e práticas tradicionais como uma forma de promover um melhor equilíbrio na interação com os seus pares, com a sociedade e com o meio ambiente. Esse modo de interação pode ser considerado como **racionalidade substantiva** (RAMOS, 1981). Nessa concepção sociopolítica, a agricultura familiar busca resistir às demandas do mercado de produção em larga escala e dos modelos da lógica capitalista.

Nessa lógica, a agricultura familiar no Brasil, enquanto categoria social nas duas últimas décadas foi apoiada por programas de fomento, implantados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Categoria essa introduzida pelo PRONAF<sup>1</sup>. A perspectiva de apoio à agricultura familiar no sentido de estimular a permanência do homem no campo discute a multifuncionalidade da agricultura (BONAL e MALUF, 2007) no exercício das suas quatro funções: (i) a atividade agrícola para a reprodução socioeconômica das famílias; (ii) a promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; (iii) a manutenção do tecido social e cultural e (iv) a preservação dos recursos naturais e das paisagens.

Sobre o ressurgimento do modo de vida rural, Navarro (2001, p.86) aponta as motivações que levaram a “crescentes esforços sociopolíticos de revalorização da ‘sociedade rural’ e suas atividades produtivas, de seu modo de vida e de suas características socioculturais, de suas organizações e propostas societárias”.

Para tanto, algumas políticas públicas brasileiras adotaram o enfoque territorial como forma de fortalecer o protagonismo desses atores. Exemplo dessa adoção é o programa Territórios da Cidadania da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), que procura “levar” a cidadania aos territórios com baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), objetivando “empoderar” os agricultores familiares e, assim, diminuir a pobreza no campo<sup>2</sup>.

Nessa perspectiva, deu-se de 1996 a 2016 a devida importância ao planejamento territorial proposto pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos níveis municipal, microrregional e mesorregional, no sentido de reagrupar os atores sociais por suas identidades culturais e pelos seus interesses comuns em um processo de exercício contínuo da cidadania por meio do diálogo e da participação.

Nesse sentido, alguns autores, dentre outros, Moreira e Costa (2007) apontam que há instrumentos de políticas públicas que estimulam e legitimam as organizações populares em

---

<sup>1</sup> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar criado em 1996.

<sup>2</sup> Disponível em: <[www.territoriosdacidadania.gov.br](http://www.territoriosdacidadania.gov.br)> do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Acesso em 10 jan 15.

redes locais, a fim de catalisar o máximo de ações coletivas, inclusive no meio rural, partindo das experiências e inovações vividas e regionalmente difundidas. Cazella et al. (2009, p. 34) consideram que

[...] os comportamentos inovadores não são globais, mas sim que eles são o resultado de interações localizadas entre um conjunto de atores que partilham competências específicas e conhecimentos complementares. Trata-se, nesse sentido, de uma perspectiva que busca, a partir dos padrões de interação e dos processos de aprendizagem coletiva, destacar o papel de proximidade geográfica nos comportamentos inovadores.

No caso da agricultura familiar, as dimensões pautadas na *agroecologia*<sup>3</sup> – a econômica, a ecológica, a social, a cultural, a política e a ética (SIQUEIRA et. al, 2012) – no meio rural podem ser estratégias e necessidades para o desenvolvimento territorial sustentável, quando os atores sociais envolvidos pelo bem comum, criam, negociam e colocam em ação as práticas locais que valorizem a unidade familiar. Nessa perspectiva, a família é considerada como uma unidade complexa de produção e gestora do território, ampliando o enfoque sobre os seus papéis e o desempenho das suas quatro funções (BONAL e MALUF, 2007). Sob essa lógica são criadas redes e arranjos entre os agricultores e as instituições de pesquisa e extensão como a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – a PESAGRO – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro – EMATER-Rio – Empresa responsável pela assistência técnica e extensão rural no Estado do Rio de Janeiro, etc., que fornecem o apoio para a produção do conhecimento necessário, para que ocorra uma equalização dos problemas oriundos da atividade, em parcerias que promovem a legitimação dos saberes tradicionais produzidos localmente em relação aos conhecimentos da academia. Inovações são produzidas e disseminadas localmente pelas práticas agrícolas entre produtores familiares mundo afora em virtude da proximidade geográfica, a qual leva a uma percepção coletiva de certas características. Algumas delas são dotadas de *etnociências*<sup>4</sup> (ASSIS, 2006) próprias da dimensão local, como técnicas de manejo, preservação ambiental, irrigação, atividades socioeconômicas, produção orgânica, etc., e que não devem ser silenciadas, mas sim discutidas, analisadas e legitimadas, como estratégias dos arranjos produtivos locais (VILLELA e PINTO, 2009), a partir da validação das ações rurais regionais. Para tais ações fazem-se necessárias políticas constituídas e legitimadas nas esferas públicas e acadêmicas capazes de reforçar a necessidade da valorização e da disseminação da cultura local para o desenvolvimento rural.

Nesse sentido, um dos desafios atuais é fazer com que a agricultura familiar não incorpore as lógicas e procedimentos produtivos do agronegócio, mesmo sabendo-se que a viabilidade econômica torna-se um fator preponderante para a manutenção da sua permanência no campo, o que facilita o seu modo de vida e a preservação dos seus costumes. Esse desafio implica na necessidade de que os fatores econômicos não se sobreponham às questões sociais, culturais e ambientais.

Acerca das questões socioambientais, Tolentino, Frade e Benevenuto (2014, p. 293) acrescentam que:

---

<sup>3</sup> Os aspectos relacionados à agroecologia enquanto uma alternativa promissora na atividade agrícola desenvolvida pela agricultura familiar serão aprofundados no capítulo 2, acerca dos recortes teóricos que embasarão o presente estudo.

<sup>4</sup> No capítulo 2 serão discutidas as aproximações teóricas entre a etnociência, a ecologia dos saberes e a agroecologia no sentido de levar à uma reflexão da importância da valorização dos saberes populares e tradicionais no empoderamento das famílias de agricultores para que ocorra a sua emancipação política e produtiva.

[...] o empobrecimento sistemático dos agricultores somado ao aumento populacional, a redução do tamanho das propriedades rurais e a degradação ambiental, configuram grandes desafios para a atualidade. A agroecologia possui grande potencial de contribuição para a reversão desse quadro uma vez que contempla uma abordagem de desenvolvimento que envolve a melhoria da qualidade de vida dos agricultores, aumento de produtividade da terra (com tecnologias de baixo custo de insumos que reduzem o custo de produção) e geração de trabalho, além de alimentos mais saudáveis.

Entre as duas perspectivas aqui apresentadas, a que norteia as reflexões propostas para o futuro da agricultura familiar, no que diz respeito ao trabalho no meio rural, é aquela que respeita o homem e o seu modo de vida, na busca pela sua emancipação por meio da participação e da ação comunicativa (HABERMAS, 1995) e dialógica (FREIRE, 1987), para que não esteja sujeito somente à lógica da produtividade e às regras vigentes do mercado globalizado.

Ao discutir sobre as questões globais e locais, bem como o “retorno” dos estudos sobre a etnia, Stuart Hall (2006, p. 77) salienta que:

[...] há, juntamente com o impacto do “global”, um novo interesse pelo “local”. A globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia da criação de “nichos” de mercado), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como “substituindo” o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre “o global” e o “local”.

### **1.1. Contextualização: O Município de Seropédica**

Na escala local, faz-se necessária a discussão acerca do impacto econômico e ambiental (Figuras 1, 2 e 3) das ações globais na implementação de megaprojetos no município de Seropédica-RJ, assim como observados em estudos recentes (VILLELA et al., 2014) realizados em Itaguaí, município vizinho, e que vem impulsionando o crescimento econômico e exógeno na região. Trata-se de um município com historicidade de práticas rurais, mas que ao longo dos anos vem sofrendo um processo de “desruralização” (MOREIRA, 2003; PERICO, 2009) e “desterritorialização” (HAESBAERT, 1995). Atualmente, Seropédica é percebida como um polo logístico, industrial e minerador da região, dada a proximidade com a Região Portuária de Itaguaí<sup>5</sup> (Figura 2), a Rodovia Presidente Dutra e o recente Arco Metropolitano (Figura 3).

Rocha (2014, p. 182) destaca que o desenvolvimento do que chama de “nova” Baixada Fluminense, tem como:

[...] entre as ações mais contemporâneas podemos citar a construção do Arco Metropolitano que, de forma unânime, é apresentado como uma alternativa ao desenvolvimento regional, posto pela posição singular na estrutura logística que a privilegiaria. Logo, a Baixada poderia vivenciar o tal “futuro”. Neste mesmo enredo, os agentes que compõem o campo econômico de poder atuam ora na especulação fundiária e imobiliária, através de agentes do mercado imobiliário, e pelo capital industrial, que representado pelo sistema FIRJAN conotam para a Baixada as vicissitudes de “um futuro que já chegou”, a rebote da “reestruturação territorial-produtiva” que implica numa nova organização territorial do trabalho.

---

<sup>5</sup> A região portuária do município de Itaguaí envolve um pólo industrial, siderúrgico e petroquímico com a chegada de empresas como a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA-TK), o estaleiro da Marinha do Brasil com a produção dos submarinos nucleares, a USIMINAS, a Petrobrás, a Gerdau, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a petrolífera LLX entre outras empresas menores que se instalaram nesse complexo industrial.



**Figura 1** - Impactos socioambientais: mineração de areia<sup>6</sup> e o aterro sanitário de Seropédica.  
**Fonte:** Disponível em <<http://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/base-da-construcao-civil-areia-um-dos-recursos-mais-valiosos-explorados-do-mundo-14960573>> e <<http://www.faperj.br/?id=1949.2.8>>. Acesso em 20 jan 15.



**Figura 2** - Região portuária de Itaguaí: exportação de minério.  
**Fonte:** Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/porto-de-itagua-i-no-rj-se-consolida-como-exportador-de-minerio.html>>. Acesso em 10 jan 15.

---

<sup>6</sup> Localizado em uma área de 50 km<sup>2</sup> nos municípios fluminenses de Seropédica e Itaguaí, o Arranjo Produtivo Local (APL) de Piranema é a fonte de 90% da areia utilizada na construção civil na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o equivalente a 70% de toda a areia utilizada no estado, de acordo com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Fonte: Disponível em <<http://www.faperj.br/?id=2074.2.2>>. Acesso em 10 jan 15.



**Figura 3** - Arco Metropolitano que corta o município de Seropédica, rodovia BR-493.

**Fonte:** Disponível em <<http://www.seropedicaonline.com/>>. Acesso em 10 jan 15.

Ao discutir sobre a agricultura familiar nas diversas escalas, Costa e marinho (2008) apontam que por muitos anos a mesma foi tratada como mera fonte de subsistência para os agricultores, desconsiderando o caráter profissional e os fatores socioculturais desse modo de produção. Este fato levou a futuras discussões quando da implantação de políticas de desenvolvimento. Segundo o censo agropecuário (IBGE, 2007), a agricultura familiar equivale a 79% em relação a todo o pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários no Brasil. No Estado do Rio de Janeiro está em torno de 67%.

Na escala municipal, Seropédica localizada na Microrregião de Itaguaí, na Mesorregião Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (Figura 5), geomorficamente na Baixada Fluminense (ROCHA, 2014), ocupando uma área de 283,79 km<sup>2</sup>, município emancipado de Itaguaí desde 1995, apresenta, segundo dados do **censo realizado em 2010 pelo IBGE** (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), uma população rural de 17,8% contra 82,2% de população urbana (Figura 4).

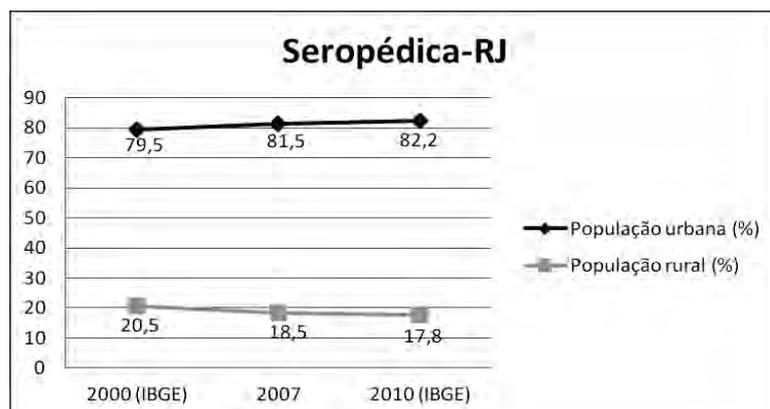
**Tabela 1**– Dados da população de Seropédica em dez anos.

Ano	População total (hab.)
2000 (IBGE)	65.260
2007 <sup>7</sup>	72.466
2010 (IBGE)	78.183

**Fonte:** IBGE, 2001 e 2011 e contagem da população em 2007 pelo Plano Diretor de Seropédica.

Embora haja um notável aumento populacional (Tabela 1) do município de Seropédica ao longo de 10 anos, percebe-se um avanço no processo de desruralização da população pelas estatísticas, pois no penúltimo censo (ano de 2000), o percentual de moradores da área rural era de 20,5 % da população total, sofrendo um declínio para 17,8%, como mostra o gráfico da Figura 4.

<sup>7</sup> Plano Diretor Participativo do Município de Seropédica, Lei 328/06. Disponível em <<http://www.seropedicaonline.com/prefeitura/leis-municipais/plano-diretor>>. Acesso em 27 mar 15.



**Figura 4** – Tratamento gráfico da população rural de Seropédica em dez anos

**Fonte:** Gráfico elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2001 e 2011) e no censo municipal de Seropédica de 2007.

Com esses dados entende-se que as configurações rural-urbanas no município estão sendo impactadas pelos investimentos de grandes empreendimentos na região<sup>8</sup>, sobretudo acerca da diminuição da quantidade de moradores no meio rural, conforme indica ao gráfico da Figura 4. Além disso, a prefeitura não cria políticas municipais para a agricultura<sup>9</sup>, embora aponte alguns aspectos de desenvolvimento rural em seu plano diretor participativo decenal. Um dos aspectos resultantes desse impacto é a possível redução da mão de obra no campo atraída pela oferta de empregos pelos empreendimentos de grande porte que podem comprometer a continuidade das atividades desempenhadas pela agricultura familiar no município.

Outro dado importante é o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) do município que saltou de 318 milhões de reais em 2000 para 938 milhões de reais em 2010 (IBGE<sup>10</sup>) a preços correntes, ou seja, sem contabilizar a inflação acumulada no período – que foi de aproximadamente 89% pelo IPCA<sup>11</sup> (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Trata-se de um aumento em torno de 106% em dez anos (acima do acumulado da inflação calculada pelo IPCA), embora não sejam percebidos efeitos em contrapartidas de investimentos significativos nos segmentos sociais como saúde, moradia, educação e, sobretudo, para a manutenção da agricultura familiar, o que pode ser caracterizado como uma das possíveis e principais causas do êxodo rural. O próprio rendimento nominal médio mensal *per capita* dos domicílios particulares permanentes evidencia diferenciação entre a população rural e urbana, sobretudo, quando comparada à média estadual, o que pode estar também contribuindo para o êxodo (Tabela 2).

<sup>8</sup> Diversas indústrias tem se instalado no município de Seropédica devido a construção da rodovia BR 493 no ano de 2014 mais conhecida como “Arco Metropolitano”, que liga o Porto de Itaguaí às demais localidades da Baixada Fluminense assim como à região norte do estado do Rio de Janeiro. Mais ainda, impactos ambientais como os areais de Seropédica, o aterro sanitário e as indústrias mineradoras.

<sup>9</sup> As discussões sobre a não criação das políticas públicas para a agricultura no município serão discutidas no capítulo 4 (Resultados e Discussões).

<sup>10</sup> Fonte: Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330555&idtema=125&search=rio-de-janeiro|seropedica|produto-interno-bruto-dos-municipios-2011>>. Acesso em 21 abr 15

<sup>11</sup> O IPCA abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (um) e 40 (quarenta) salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões. Fonte: Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc\\_ipca/defaultinpc.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm)>. Acesso em 21 abr 15

**Tabela 2** – Dados econômicos de Seropédica comparado ao Estado do Rio de Janeiro.

Município	Rendimento nominal médio mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - 2010 (R\$)
<b>Seropédica</b>	<b>672,49</b>
Seropédica (urbana)	704,90
Seropédica (rural)	514,76
<b>Estado do Rio de Janeiro</b>	<b>1.231,56</b>
Estado do Rio de Janeiro (urbana)	1.254,78
Estado do Rio de Janeiro (rural)	509,66

Fonte: IBGE (2011).

**Tabela 3** – Indicadores socioeconômicos do Município de Seropédica

Município	IDHM		Índice de Gini	
	2000	2010	2000	2010
Seropédica	0,586	0,713	0,54	0,47

Fonte: IBGE, censo demográfico (2001). IBGE, censo demográfico (2011).



**Figura 5** - Localização do município de Seropédica no Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: Disponível <http://www.emater.rj.gov.br/imagens/mapa-mini-88.jpg> Acesso 21 abr 15.

Historicamente Seropédica<sup>12</sup>, que até o final do século XIX tinha a atividade agrícola e agropecuária com a criação do “bicho-da-seda”<sup>13</sup> como sua principal característica socioeconômica na modalidade de produção em larga escala no regime escravocrata, sofreu profundas transformações no seu cenário histórico observada em três momentos marcantes. A primeira transformação ocorreu com a instalação da UFRRJ<sup>14</sup> na década de quarenta às margens da rodovia BR-465 que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo. Momento este em que a estrutura do município passou a abrigar os alunos e professores oriundos de diversas regiões do país. O segundo momento foi relativo à integração do município de Seropédica à Região do Grande Rio, que aproveitou a infraestrutura já existente de “cidade dormitório” para

<sup>12</sup> Até então Seropédica era distrito de Itaguaí, emancipada em 1995, face à edição da Lei n.º 2 446 de 12 de outubro do mesmo ano.

<sup>13</sup> A denominação “seropédica” foi criada no século XVIII na língua portuguesa para localizar “onde se faz, ou onde se trata da seda”, o que originou o nome do lugarejo onde, anteriormente, era um distrito do município de Itaguaí (FRÖES, 2004).

<sup>14</sup> A instalação da UFRRJ em Seropédica fez parte de um projeto de saneamento da Baixada Fluminense (FERNANDES, L. J., 1998)

abrigar trabalhadores e operários em função da notável expansão e desenvolvimento industrial na Microrregião de Itaguaí.

Observa-se um terceiro momento no qual ocorrem significativas transformações políticas, sociais, culturais e econômicas, pois o município passou a atrair empreendimentos industriais, logísticos e comerciais, que podem estar influenciando negativamente nas atividades rurais. Nesse contexto, a agricultura familiar passa a sofrer retrações, pois as atividades agropecuárias não oferecem um notável rendimento e não contribuem significativamente para o PIB do município. Há ainda uma forte especulação imobiliária em áreas antes agrícolas e agora residenciais e/ou industriais. Também os rendimentos auferidos na construção civil e em outras atividades produtivas levam os agricultores a migrarem de trabalho acelerando o êxodo rural, fato que contribui para um processo de desterritorialização, problemas de segurança alimentar e perda de identidade rural local. Trata-se de um crescimento econômico exógeno que exclui a participação da população local, sobretudo, dos que atuam nas atividades rurais.

A possibilidade de haver a transição da mão de obra do campo para as indústrias e comércios, devido à mudança de identidade no município de Seropédica proporcionada pelo impacto do crescimento econômico da região, pode ser entendida como um fenômeno social que não privilegia as noções de desenvolvimento nas suas várias dimensões (SACHS, 2008). Trata-se de um crescimento exógeno, ou seja, de fora pra dentro chegando a ter investimentos na escala global. Outro fator que pode estar contribuindo para o enfraquecimento da agricultura no município é o pouco estímulo e a baixa participação e mobilização social (PETERSEN; ROMANO, 1999; ROMANO; DELGADO, 2002) dos agricultores familiares, o que pode levar ao surgimento das dificuldades do setor e isolamento dos atores frente às decisões nas políticas públicas locais. Destarte, estes problemas podem estar contribuindo há décadas para a diluição do tecido social e cultural das famílias, para a perda da identidade local e, conseqüentemente, para o comprometimento com a segurança alimentar na região, principalmente para as populações mais desprivilegiadas socioeconomicamente.

É provável que os agricultores de Seropédica estejam próximos do que Graziano da Silva (1999) classifica como “rurbanos” pela configuração que o município vem estabelecendo ao logo das últimas décadas, sobretudo, pelas ocupações rurais não agrícolas – ORNAs. Ou seja, como ainda há um pouco da preservação da paisagem rural, alguns moradores permanecem utilizando o espaço no campo que se localiza próximo aos centros urbanos, porém sem exercerem a atividade agrícola.

Mesmo com esse cenário de impactação, ao observar os dados do IBGE (2007) do município de Seropédica-RJ, percebe-se que, à época, havia uma significativa representação dos estabelecimentos familiares de produção agrícola (tabela 4) comparada com os estabelecimentos não familiares, embora a área utilizada seja significativamente menor.

**Tabela 4** – Número de estabelecimentos agrícolas em Seropédica.

Município	Agricultura familiar Lei nº 11.326		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Seropédica	318	1647	103	8229

**Fonte:** Censo Agropecuário de 2006 – IBGE (2007).

Seropédica abriga há décadas o que pode ser considerado um *polo de produção e transmissão de conhecimento em agropecuária*, composto por entidades de ensino, pesquisa e extensão como, principais atores institucionais, a UFRRJ, a EMBRAPA Agrobiologia, a PESAGRO-Rio, a EMATER-Rio, a prefeitura com a Secretaria de Ambiente e Agronegócio.

Contudo **questiona-se**: qual o grau de envolvimento desses atores institucionais em ações que auxiliem as famílias de agricultores locais no enfrentamento dos problemas advindos das suas atividades nas várias dimensões? Como as instituições governamentais e não governamentais, incluindo a prefeitura municipal, têm contribuído para esse enfrentamento e, conseqüentemente, para a manutenção da atividade rural no município? Haveria outra possibilidade de desenvolvimento com um caráter socioambiental e econômico para Seropédica por ter uma instituição como a UFRRJ com uma vocação e papel fundamental de produção de conhecimento sobre as questões agrárias e agrícolas, mesmo por esse município estar localizado em uma região propensa à instalação de um polo logístico-industrial e/ou de atividades comerciais? Seria a UFRRJ emblemática de uma instituição onde se faz ciência a partir da perspectiva de uma racionalidade instrumental, com discurso de uma racionalidade comunicativa, “dialógica” de “respeito ao outro” e uma prática científica efêmera na perspectiva das Teorias Críticas?

## 1.2. O Problema da Pesquisa

Com base nos questionamentos anteriores, a **problemática** dessa pesquisa centrou-se na compreensão de como ocorre a ação comunicativa nas relações entre os atores institucionais locais que compõem esse *polo de produção de conhecimento* composto pelas instituições de ensino, pesquisa e extensão, mais o poder público municipal, com os agricultores de Seropédica. Conseqüentemente, faz-se necessária a compreensão de como as possíveis interações entre esses atores podem promover reflexões e ações para o fortalecimento e o resgate da atividade rural – agrícola e econômica, por meio de parcerias com projetos de pesquisa e extensão, acerca do enfoque local e territorial do processo de desenvolvimento sustentável nas suas várias dimensões.

As inquietações que contribuíram inicialmente para a problematização do objeto da pesquisa foram:

- (i) Face aos impactos estruturais causados pelos megaempreendimentos na região, como se dá a ação comunicativa entre o poder público, os técnicos das entidades de pesquisa e extensão e os grupos de produtores locais, tanto nas questões políticas quanto nas questões técnicas, sociais e organizacionais, no que tange a preservação das atividades desempenhadas pela agricultura familiar em Seropédica?
- (ii) O diálogo e a cooperação/colaboração entre os três atores (técnicos de pesquisa e extensão, o poder público e agricultores) que compõem o *polo de produção de conhecimento* podem estimular a participação dos produtores no enfrentamento dos problemas locais, no sentido de reestruturar e reforçar a atividade no município, a fim de preservar a coexistência da identidade rural nessa mudança estrutural para, assim, garantir a segurança e soberania alimentar das famílias e da população em geral?
- (iii) Há uma maior capacidade de preservação da atividade e da identidade rural quando os agricultores organizados em associações que buscam uma *racionalidade substantiva* com base nos princípios da *agroecologia* nas suas várias dimensões, que resgatam os conhecimentos tradicionais construídos localmente e que, conseqüentemente, agregam valor ao produto diferenciado?

A delimitação da pesquisa se restringirá **espacialmente** ao território onde o município de Seropédica se circunscreve; **conceitualmente** aos estudos teóricos sobre Gestão Social, cidadania e participação, sobre as noções de Desenvolvimento Territorial Sustentável, redes e aglomerações produtivas locais e os princípios sociopolíticos e culturais da agroecologia pela valorização dos conhecimentos produzidos localmente; **metodologicamente** à revisão dos documentos e aos discursos dos atores institucionais nas três esferas, devidamente enquanto atores representantes (i) do Estado – técnicos e articuladores do poder público municipal, (ii) dos produtores individuais e organizados em redes – associações, cooperativas, etc. e (iii)

técnicos de entidades de pesquisa e extensão rural que atuam na região, assim como algumas atividades de extensão das instituições que compõem o referido polo no período compreendido entre 2013 e 2016. Embora considere de extrema importância, pela legitimidade e pela história agrária do município, o estudo não se aprofundará nas questões discutidas pelos movimentos sociais envolvidos em fóruns e arenas de debates ambientais, fundiários e macroeconômicos da região.

### 1.3. Objetivos

O objetivo central desta tese é analisar as relações entre os atores institucionais e os agricultores de Seropédica no desenvolvimento da agricultura familiar local.

Constituem como objetivos intermediários desta tese:

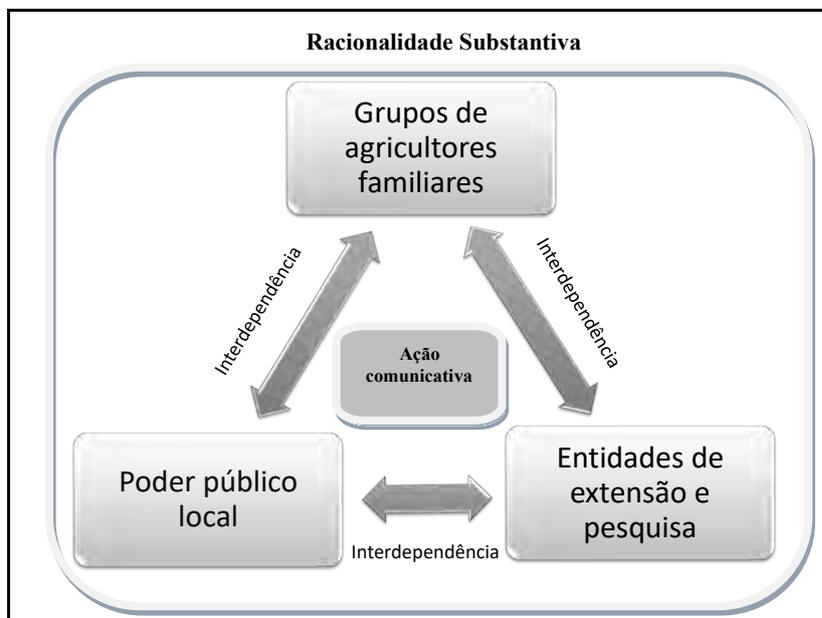
- i. Identificar as principais leis, políticas públicas, estudos anteriores e programas em documentos legais em escala nacional, regional e local – leis orgânicas federais, territoriais (Território da Baía da Ilha Grande), o Plano Diretor do município e os regimentos das associações de produtores, bem como coletar documentos com informações sobre a história e o processo de urbanização do município;
- ii. Identificar os principais atores que propõem ações de desenvolvimento rural na região, a fim de reconhecer os *campos de poder* (ABRAMOVAY, 2007; BOURDIEU, 1983) bem como as contradições nos seus discursos, em função dos seus interesses, pela participação dos atores no Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA), do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) do município e do Colegiado do Território da Baía da Ilha Grande;
- iii. Verificar como se dá a ação comunicativa, a interdependência e as interações – relação dialógica – dos grupos de produtores – redes, associações, cooperativas, etc. – com o poder local e com as instituições de pesquisa e extensão – EMBRAPA, EMATER, PESAGRO, UFRRJ, CTUR, etc., bem como entre seus pares com vistas às noções de desenvolvimento territorial rural sustentável (Figuras 6 e 7);
- iv. Verificar se há a tendência de preservação e fortalecimento da atividade pelo empoderamento de grupos de famílias estruturados em associações que buscam uma *racionalidade substantiva* com base nos princípios da *agroecologia* e na participação em redes de produção e distribuição de alimentos orgânicos, que valorizam os conhecimentos tradicionais construídos e difundidos localmente. Consequentemente, verificar se esse conhecimento gera valor agregado ao produto diferenciado, favorecendo a reprodução socioeconômica das famílias, assim como a sua emancipação econômica, social e política.

### 1.4. Suposições

O estudo adota três suposições intrínsecas para o processo de investigação. A **primeira** aponta para o crescimento econômico na região – com a evidente elevação do PIB nos últimos anos – como uma ameaça à perda da identidade rural de Seropédica, em virtude dos investimentos industriais de grandes dimensões e de alcances globais, pela proximidade aos centros urbanos o que favorecem o êxodo rural. Esses fatores podem estar fragilizando o tecido sociocultural da agricultura local levando a um processo de desterritorialização.

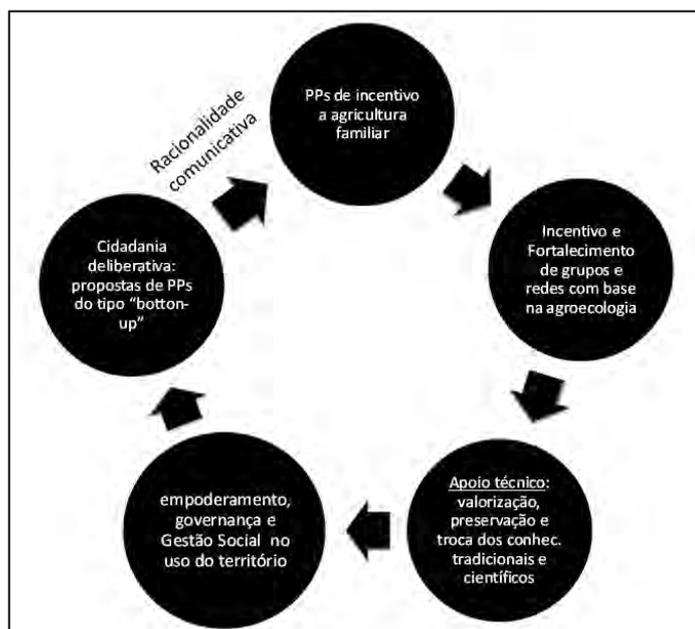
A **segunda** parte da suposição de que a *ação comunicativa* na interação individual ou por redes de agricultores familiares com os poderes públicos locais – principalmente nos conselhos municipais – juntamente com as instituições de ensino, pesquisa e extensão, por parcerias e fomentos, pode ser um meio de promover o fortalecimento da atividade rural (Figuras 6 e 7).

A **terceira** suposição trata justamente de como a organização em associações de agricultores pode favorecer a busca por uma *racionalidade substantiva* capaz de construir um campo de poder forte, onde as famílias participem das decisões políticas estatais e interajam mais frequentemente e significativamente com as entidades de pesquisa e extensão. Essa perspectiva visa, sobretudo, a criação de tecnologias sociais que valorizem as inovações e as práticas tradicionais construídas e difundidas localmente.



**Figura 6** – Suposição de articulações entre os atores sociais na busca por uma racionalidade substantiva.

**Fonte:** diagrama elaborado pelo autor.



**Figura 7** - Sequência de processos e interações entre os atores sociais<sup>15</sup>.

**Fonte:** diagrama elaborado pelo autor.

<sup>15</sup> A Sigla "PPs" significa políticas públicas. A expressão "bottom-up" significa "de baixo para cima", na qual as políticas públicas são criadas a partir das bases populares, ou seja, pelos movimentos da sociedade civil e são incorporadas e implementadas pelo poder público estatal.

## 1.5. Relevância do Estudo

Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender as mudanças estruturais na Microrregião de Itaguaí, onde Seropédica se insere logisticamente na perspectiva do crescimento econômico da região em virtude da sua proximidade<sup>16</sup> com a região portuária e, sobretudo, por se localizar na Região do Grande Rio. Contudo, essa compreensão pode estabelecer um elo de análise das questões políticas, sociais, culturais e ambientais que estão em jogo nesse processo de transformação, onde a agricultura familiar, que no passado apresentava grande desempenho no município, vem enfraquecendo ao longo das últimas décadas.

A multidimensionalidade da noção de território que propõe a participação de diversos atores sociais (ECHEVERRI, 2010) na articulação entre as questões econômicas, sociais, culturais, ambientais, identitárias e políticas, possibilita inovações e tecnologias sociais que promovem o desenvolvimento rural (CAZELA et al., 2009). A partir dos últimos anos da década de 1990 a abordagem territorial teve uma expressividade notória no MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) onde as características evidentes do subdesenvolvimento levaram à necessidade de uma aproximação dos países que compõem o bloco econômico a fomentarem essa estratégia com base nos exemplos bem sucedidos na Europa.

As convergências entre a perspectiva da Gestão Social, do enfoque territorial para o desenvolvimento sustentável, da multifuncionalidade da agricultura e os princípios da agroecologia, adotadas para esse estudo, possibilitarão analisar as diversas dimensões da agricultura familiar em Seropédica, observada a complexidade do fenômeno de reestruturação socioeconômica na região.

Essa pesquisa buscou perceber as múltiplas faces do desenvolvimento, colocando, por fim, o desenvolvimento territorial como um grande protagonista no processo de (re) democratização das políticas públicas locais no debate entre o espaço urbano e rural, como um catalisador das ideias e inovações contemporâneas do progresso regional. Esses aspectos fomentam a necessidade de assegurar a cada cidadão o direito e o acesso aos bens e serviços capazes de equalizar as desigualdades sociais, não somente por meio de uma melhor distribuição de renda caracterizada pelo desenvolvimento econômico – o que até então gerou grandes desigualdades sociais e a extrema pobreza nos países subdesenvolvidos –, mas como capaz de tornar os atores sociais mais participativos nas decisões e nas ações locais, sobretudo, para as sociedades camponesas. Para tanto, serão analisadas as possibilidades de (re)territorializar os sistemas agroalimentares através das práticas agroecológicas inovadoras, para a promoção da segurança alimentar das próprias famílias de agricultores e de toda a sociedade, sobretudo, àquelas que apresentam índices socioeconômicos na linha da pobreza. Mais ainda, repensar as questões da reprodução socioeconômica, da manutenção do tecido social e cultural dessas famílias **para além** da produção. Nessa perspectiva, valoriza-se o território preservando as suas identidades, os recursos naturais e as paisagens, contrariamente às ações capitalistas dos megaempreendedores do agronegócio e da indústria que produzem em larga escala, sem o devido compromisso com as questões sociais, culturais e ambientais do local (BONNAL e MALUF, 2007).

Sendo assim, ao verificar se o acesso ao conhecimento sob o enfoque da agroecologia, sobretudo pelas inovações desenvolvidas e difundidas localmente pelos agricultores, com as devidas parcerias com as instituições que compõem o *polo de produção de conhecimento local* supracitado pode favorecer uma participação mais efetiva nas políticas locais, o presente estudo apontará algumas discussões sobre essa viabilidade. A partir dessa iniciativa, o estudo verificará se os atores envolvidos serão capazes de produzir meios de proporcionar a liberdade

---

<sup>16</sup> Proximidade tanto para servir como “cidade dormitório”, quanto para a instalação de galpões, indústrias e empresas de mineração que escoam a produção para a exportação de produtos primários pelo Porto de Itaguaí.

ao indivíduo e suas famílias no modo de vida e no local que escolheram para viver (SEN, 2000). Com isso, possibilitá-los perceber que nas suas práticas e fazeres estão presentes os recursos necessários para a manutenção do seu bem estar, sem “obrigá-los” a migrar para outros territórios a fim de buscar novas alternativas, novos meios, ou ainda adequação às mudanças estruturais locais.

Portanto, a relevância da perspectiva dessa pesquisa está em discutir a inclusão dos agricultores nas agendas políticas locais, no sentido de garantir a sua emancipação econômica, social e política, a sua soberania alimentar, a valorização do saber-fazer local, a conservação da natureza e a permanência dos mesmos no espaço rural (LTEIF et al, 2011).

Sendo assim, como para Nabuco e Porto (2000, p. 211),

a ação pública, com apoio e participação da população, além de trazer maior transparência às atividades administrativas, **valoriza o saber popular**, define com maior precisão as necessidades reais do público-alvo e reforça as organizações populares (grifo meu).

Para que ocorra o restabelecimento de suas ações, é necessário que esses atores sociais busquem novas perspectivas para o diálogo, para a inclusão e para a participação conjunta, de modo que os interesses individuais e coletivos sejam assegurados, no sentido de promover o desenvolvimento sustentável, tendo em vista a busca por uma melhor qualidade de vida, pelo bem estar social, pelo bem comum e o pelo reequilíbrio ambiental.

## 1.6. Organização Geral do Texto

Na Seção 1 foi apresentado o panorama geral sobre o tema, a problemática observada sobre a agricultura familiar em Seropédica, o objetivo geral, os objetivos intermediários, as suposições da pesquisa e a relevância do estudo.

Na seção 2 será apresentada a discussão teórica e as convergências das ideias que poderão contribuir para a análise dos dados observados e analisados no estudo do caso da agricultura familiar em Seropédica. Os referenciais teóricos foram escolhidos no sentido de respaldar as noções sobre o território estudado e o seu desenvolvimento sustentável, a gestão e controle social na participação dos atores sociais locais, assim como estão sendo feitos os arranjos produtivos e institucionais locais, como está se dando a ação comunicativa entre os atores nas políticas públicas, a multifuncionalidade da agricultura, assim como a tendência para uma transição para a agroecologia, com base nas análises da Teoria Crítica e do Pensamento Crítico Brasileiro.

Na Seção 3 serão apresentados os aspectos metodológicos da pesquisa como os instrumentos de coleta de dados, a escolha por pesquisa qualitativa no estudo de caso, os documentos analisados, os atores entrevistados, a observação participante, o método de análise dos discursos registrados e a triangulação dos dados obtidos.

Na Seção 4 serão abordados os resultados e as discussões provenientes dos dados coletados e devidamente analisados e contrastados à luz dos referenciais teóricos apresentados na Seção 2. Este capítulo iniciará com a apresentação de um período exploratório inicial onde o autor entrevistou dois agricultores – um da Associação Serorgânico e outro do Bairro Sá Freire. Tal apresentação retrata a diferença entre as duas comunidades em termos de organização e capacidade associativa, a qual possibilitou ao autor perceber as dicotomias encontradas no município como ponto de partida para as futuras observações. Na sequência, será apresentado um breve histórico sobre as atividades rurais em Seropédica enquanto distrito de Itaguaí. Mais adiante, os impactos do crescimento econômico na região assim como os passivos socioambientais na agricultura familiar do município serão apresentados e discutidos, assim como a mobilização e a participação dos agricultores nos fóruns das políticas públicas locais e territoriais, sobretudo, acerca do direito ao acesso às políticas

públicas como o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Alimentar. Será discutida a participação dos atores do município de Seropédica no Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande enquanto espaço de fomento de ações intermunicipais e interações entre o poder público, as entidades de pesquisa e extensão e a sociedade civil. Será apresentada a experiência da capacitação realizada pelo autor à Associação Serorgânico na qual alguns temas sobre o desenvolvimento rural foram discutidos. O surgimento de novos grupos e associações de agricultores será discutido, assim como o processo de extinção de outros grupos e assentamentos criados no passado face às mudanças estruturais da região. A fragilidade da extensão e assistência técnica aos agricultores locais é um dos temas mais complexos dessa seção em função da concentração de instituições no município, a qual constitui um *polo de produção de conhecimento em agropecuária*, mas são percebidas dificuldades de “transbordamento” desses conhecimentos para a comunidade. Por fim, serão apresentados elementos discursivos sobre a valorização dos conhecimentos tradicionais construídos pelo “saber fazer” dos grupos de agricultores, nas trocas de experiências entre eles e com os extensionistas, em uma relação dialógica entre os saberes populares e os acadêmicos enquanto elementos constitutivos das práticas e fundamentos agroecológicos.

Na Seção 5 serão apresentadas as considerações finais do autor face aos resultados obtidos e analisados na pesquisa na tentativa de responder às suposições apresentadas inicialmente, bem como os objetivos traçados.

Nas Seções 6 a 8 serão apresentados os referenciais bibliográficos e os anexos do trabalho de pesquisa.

## 2. DISCUSSÃO TEÓRICA

Os referenciais teóricos que orientaram o estudo têm como finalidade respaldar as discussões acerca da complexidade do tema no que tange aos problemas inicialmente observados no meio rural (VEIGA, 2002; ABRAMOVAY, 2003). Problemas esses que são relativos às questões do processo de exclusão da agricultura familiar no desenvolvimento exógeno que vem ocorrendo no município de Seropédica e com a presença de políticas públicas do tipo *top down*<sup>17</sup> (ABRAMOVAY, 2001; GRISA, 2011; ROMANO, 2009; DELGADO, 2000) nas diversas escalas do poder (VAINER, 2002; BRANDÃO, 2004). Para tanto, o capítulo iniciará com algumas discussões sobre o desenvolvimento sustentável nas escalas local e territorial (SACHS, 2008; ABRAMOVAY, 2007; HAESBAERT, 2012) juntamente com a multifuncionalidade da agricultura familiar (BONAL e MALUF, 2007) em contraste com a noção crescimento econômico no modelo neoliberal (ESCOBAR, 2005). Passa, assim, pela ideia do desenvolvimento como liberdade (SEN, 2000) que contribuirá para ajudar na compreensão da transformação dos fatores socioeconômicos e culturais que tem ocorrido no município de Seropédica. Posteriormente, haverá uma discussão sobre concepções das políticas públicas para o meio rural no Brasil. Em seguida, serão discutidos alguns fundamentos do pensamento crítico no Brasil (SERVA, 1997; FREIRE, 1987; RAMOS, 1981) de forma que contribua para as reflexões acerca dos problemas sociais decorrentes da pouca participação e da baixa ação comunicativa (HABERMAS, 1989) no entendimento do diálogo entre os atores no trato do território, no qual os mesmos buscam – ou não – a construção de uma *racionalidade substantiva* por meio de parcerias com o Estado e com as entidades de pesquisa e extensão. O quarto subcapítulo apresentará a participação da sociedade civil na perspectiva da Gestão Social (TENÓRIO, 2007, 2012; VILLELA, 2011; ZAPATA, 2007) na qual o planejamento do território deve ocorrer de forma democrática, para que seja discutido e construído por toda a sociedade, visando o desenvolvimento endógeno, e que o mesmo contemple as demandas e especificidades de todos os seus segmentos – no caso desta pesquisa, a inclusão da agricultura familiar nas agendas de criação de políticas públicas do tipo *bottom up*<sup>18</sup>. Para corroborar com a ideia de (re)territorialização de toda a Microrregião de Itaguaí à luz da Gestão Social, será apresentada a importância dos arranjos produtivos locais (VILLELA; PINTO, 2009) e da formação de redes (BÖRZEL, 2008; FLEURY; OVERNEY, 2007; MUSSO, 2004; CASTELLS; GRANOVETTER, 1973) para que a governança na forma de associações favoreça as ações e a criação de políticas públicas para o desenvolvimento territorial sustentável. Por fim, a agroecologia (LTEIF et al., 2011; FEIDEN, 2005; ALTIERI, 2012; TOLENTINO et al., 2014) será abordada no texto como uma ciência capaz de promover o empoderamento (CRUIKSHANK, 1999; BAMPI, 2003) dos agricultores nas suas várias dimensões a partir da racionalidade comunicativa (HABERMAS, 1989) e da dialogicidade (FREIRE, 1987) entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento territorial, onde as (etno)ciências extraídas dos conhecimentos tradicionais (ASSIS, 2006; D'AMBRÓSIO, 2001; KNIJNIK, 1996) e as especificidades locais são legitimadas e entendidas como a formação de uma *ecologia dos saberes* (SANTOS, 2004) quando aliados ao conhecimento científico acadêmico. Metaforicamente falando, a convergência dos referenciais teóricos adotados para esta pesquisa ajudaram a “olhar com uma lupa” (Figura 8) as questões que envolvem questões pertinentes à agricultura familiar em Seropédica.

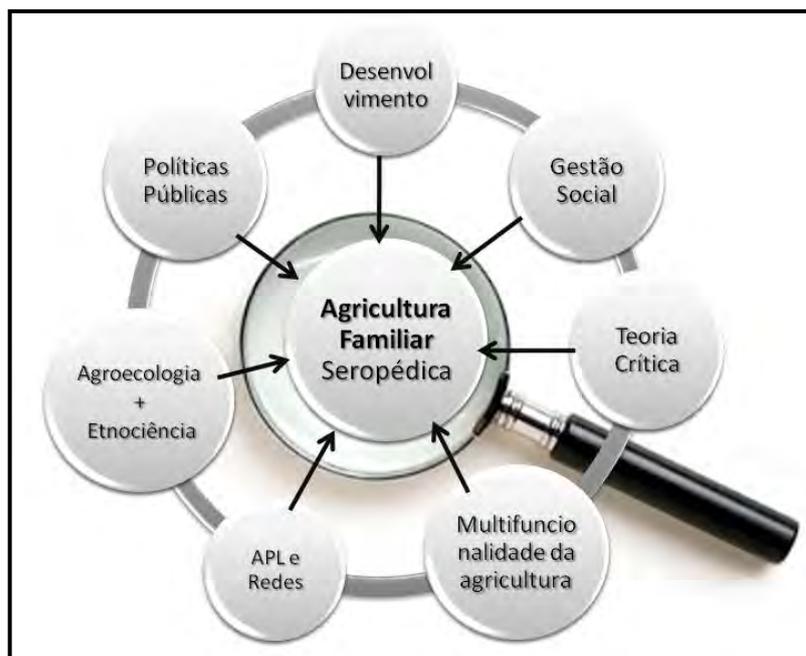
<sup>17</sup> A expressão *top down* significa “de cima para baixo”, ou seja, dos poderes públicos para a sociedade civil sem a participação da mesma nas decisões.

<sup>18</sup> Expressão usada para as políticas públicas criadas “de baixo para cima”, ou seja, com origem na sociedade civil para a execução do poder público.

**Quadro 1** – Quadro resumitivo das discussões teóricas com os temas e conceitos abordados

Subcapítulos da discussão teórica	Temas e conceitos abordados	Principais autores
Desenvolvimento Local e Territorial	Crescimento econômico <i>versus</i> desenvolvimento sustentável nas várias dimensões; multifuncionalidade da agricultura; o desenvolvimento como liberdade; a questão da pobreza no campo; dicotomia rural-urbano como <i>continuum</i> ; território e desenvolvimento territorial.	Veiga, 2002; Abramovay, 2003; Grisa, 2011; Romano, 2009; Delgado, 2000; Vainer, 2002; Brandão, 2004;
Políticas Públicas para o Meio Rural	Paradigma keynasiano <i>versus</i> paradigma monetarista; abordagem cognitiva; descentralização das políticas públicas; planos e conselhos municipais de desenvolvimento rural; Pronaf e programas voltados para a agricultura familiar; políticas públicas do tipo <i>bottom-up</i> ; programa Territórios da Cidadania.	Sachs, 2008; Abramovay, 2007; Haesbaert, 2012; Bonal e Maluf, 2007; Escobar, 2005; Sen, 2000
Fundamentos do Pensamento Crítico no Brasil: Racionalidade Instrumental e Racionalidade Substantiva, Ação Comunicativa e Dialogicidade.	Escola de Frankfurt; Racionalidade instrumental; Racionalidade Substantiva; Racionalidade e ação comunicativa; dialogicidade freireana.	Serva, 1997; Freire, 1987; Ramos, 1981; Habermas, 1989
Participação, Gestão Social e Controle Social.	Participação dos atores locais no território; participação da sociedade civil; fortalecimento das políticas públicas por meio da gestão social; participação e governança; cidadania deliberativa e gestão social e controle social.	Tenório, 2007, 2012; Villela, 2011; Zapata, 2007; Cançado, 2011
APLs e redes: as associações como possibilidades de governança e gestão social	Redes de comunicação no território; estrutura de governança nas redes; aglomerações e arranjos produtivos locais.	Villela e Pinto, 2009; Börzel, 2008; Fleury e Overney, 2007; Musso, 2004; Castells; Gravovetter, 1973
A perspectiva sociopolítica da agroecologia na relação dialógica entre os conhecimentos científicos e os tradicionais: possíveis aproximações com etnociência e ecologia dos saberes	Sustentabilidade ambiental, cultural e sociopolítica das comunidades agrícolas; problemas socioambientais; conhecimentos tradicionais <i>versus</i> conhecimentos científicos na agroecologia; difusão local do conhecimento tácito; relação horizontal e dialógica entre os diversos conhecimentos; empoderamento do agricultor familiar; diálogo dos saberes; etnociência e etnomatemática na valorização dos saberes populares; ecologia dos saberes.	Lteif et al., 2011; Feiden, 2005; Altieri, 2012; Tolentino et al., 2014; Cruikshank, 1999; Bampi, 2003; Santos, 2004; D'Ambrósio, 2001

**Fonte:** quadro elaborado pelo autor.



**Figura 8** – Diagrama resumitivo das convergências teóricas para o objeto da pesquisa.  
**Fonte:** diagrama elaborado pelo autor

## 2.1. Desenvolvimento Local e Territorial

As visões que permeiam os debates sobre desenvolvimento apresentam-se ora de forma conservadora, ora “menos” conservadora no cenário mundial, chegando a ser negada e desconstruída em uma perspectiva pós-desenvolvimentista quando inserida na crítica pós-estruturalista. De acordo com esta visão os aspectos sociais e culturais não podem ser minimizados, embora o viés econômico atribua ao conceito de desenvolvimento o seu significado mais forte no modelo da sociedade capitalista (ESCOBAR, 2005). Essa força atribuída à economia se dá a partir do “equilíbrio” buscado nas ciências naturais, em analogia à ideia de naturalização nas práticas competitivas e adaptativas entre as espécies biológicas, ampliando esse conceito para pessoas, países, blocos econômicos, etc., denominado vulgarmente de *darwinismo econômico* pela “seleção natural” dos “mais fortes”, que evidentemente está associado às leis do mercado (MALUF, 2000).

A predominância da visão economicista atrelada à ideia de desenvolvimento é a vertente da hegemônica noção de progresso, que tem fim em si mesmo, embora seja uma representação da cultura ocidental (MALUF, 2000). Nesse aspecto, o progresso “forja” a dicotomia e a diferenciação entre o que é moderno e o que é atrasado em diversos sentidos, entre eles, e de maneira mais contundente, os aspectos econômicos, bem como o processo de industrialização dos países. Assim, no mundo capitalista, prevalece a hegemonia do aspecto econômico (ESCOBAR, 2005).

De certa forma, o progresso associado ao desenvolvimento urbano e industrial é discutível e hoje é visto pelos críticos a esse modelo como um reducionismo, já que o desenvolvimento rural é intencionalmente discutido como outra forma de progresso na busca pela sustentabilidade, pela produtividade e pelo sentido de bem-estar social no campo. Assim, a marca de profundas desigualdades sociais e a extrema pobreza, observadas principalmente nos países do até então denominado “terceiro mundo”, levaram ao vislumbre do avanço rumo *desenvolvimento social* nos anos 1960 e 1970 do século XX no sentido de atender aos prejudicados, pelo até então desenvolvimento prioritariamente econômico. Em seguida, alavancou a ideia de *desenvolvimento sustentável* nos anos 1980 e 1990 em virtude dos danos ambientais e sociais causados, na busca por alternativas ao velho modelo (MALUF, 2000;

ESTEVA, 2000). Parece utopia pensar nessas três perspectivas fragmentadas do conceito – (1) desenvolvimento econômico, (2) desenvolvimento social e (3) desenvolvimento sustentável em consonância, o que ainda determina a natureza da incompletude e da complexidade desse conceito.

Durante o processo de prescrição do convencional modelo de desenvolvimento associado ao *crescimento econômico* que gerou as mais proeminentes mazelas sociais e ambientais do século XX, surgem os instrumentos compensatórios (MALUF, 2000) nas políticas públicas que tentaram mascarar os efeitos dessa postura “economicista” e que perduram até os dias de hoje. A grande perspectiva desse modelo é “supor que o desenvolvimento econômico gera efeitos benéficos para todas as camadas da população” (MALUF, 2000), o que não é percebido no mundo capitalista (POLANYI, 1980), sobretudo e, menos ainda, nos países denominados subdesenvolvidos<sup>19</sup>. A visão da economia sempre foi capturar em uma equação matemática as dinâmicas sociais a fim de justificar o crescimento econômico como um aliado à ideia de modernização, o que na sua lógica é obtida através do crescimento econômico, como se a principal premissa à materialização da modernidade fosse o desenvolvimento. Entretanto, em nome da modernização ocorre a aniquilação das diferenças, as desigualdades sociais, a destruição do meio-ambiente, entre outras perversões incalculáveis e incomensuráveis em todo o mundo.

Com isso questiona-se: as metas preestabelecidas pela perspectiva desenvolvimentista justificam as estratégias usadas pelo modelo economicista? Os fins justificam os meios? Em muitos exemplos de experiências observadas em todo o planeta percebeu-se que o desenvolvimento com base exclusivamente no crescimento econômico pode ser danoso em muitos aspectos.

As estratégias de desenvolvimento dadas pelo pensamento sob a perspectiva econômica como alternativa ao *monetarismo neoliberal* pressupõem uma autorregulação da economia pelo mercado. Com isso, o *estado mínimo*, defendido pelo *Consenso de Washington*, não prioriza a intangibilidade dos fenômenos sociais, culturais e ambientais na contemporaneidade. Assim, pensadores apontam para a concepção de que **não há mercado forte sem Estado forte**, quando apresenta a necessidade de um “novo” projeto que compatibilize crescimento econômico com equidade social com base no pensamento keynesiano contemporâneo (GUEDES; ROSÁRIO, 2005). A estratégia de “transformação produtiva com equidade social” permitiria compatibilizar um crescimento econômico sustentável com uma melhor distribuição de renda. É importante salientar que nenhum país da América Latina a partir da segunda metade do século XX conseguiu combinar taxas altas de crescimento econômico com níveis aceitáveis de distribuição de renda (MALUF, 2000).

Os fatores que levaram o Brasil a buscar uma estratégia nacional de desenvolvimento no processo de industrialização, levou a criação de assimetrias entre a economia e os fatores sociais na tentativa de promover a simultaneidade entre o crescimento e equidade social. Celso Furtado (2002) aponta que algumas técnicas assimiladas pelas novas teorias de desenvolvimento, buscam o aumento de produtividade aliado a ideia de melhoria do bem-estar e homogeneização social.

A raiz da noção de desenvolvimento que leva à modernidade implica em alguns problemas na transformação social que estão intrinsecamente atreladas à ideia de hegemonia econômica em detrimento das questões sociais e à uniformização cultural, que leva a todos um estilo de vida consumista dando referência a um **dualismo social**.

---

<sup>19</sup> Nas atuais concepções o termo *país subdesenvolvido* vem sendo substituído pela expressão *país em desenvolvimento* como uma forma de agregar a cooperação internacional aos países semiperiféricos, no sentido de dar esperança de acesso – ainda que remoto – ao *status de país desenvolvido* àqueles que seguem os passos da lógica desenvolvimentista dos países do primeiro mundo.

A alternativa ao projeto neoliberal de desenvolvimento coloca o Estado como agente principal no cenário econômico e social, não relegando a este somente as funções secundárias e coparticipativas em apoio à lógica e às leis que regem o mercado. Desde a década de 1970 começou no campo teórico a busca por políticas e programas que identificassem uma abordagem unificada à análise e ao planejamento de desenvolvimento, na procura da simultaneidade entre a integração setorial, espacial e regional com um tipo de desenvolvimento participativo, da sociedade e do Estado. O objetivo era integrar totalmente os componentes econômicos e sociais, embora hoje sejam incluídos também os fatores ambientais.

A partir das novas visões de desenvolvimento onde evidentemente são superadas as noções de hegemonia econômica neoliberal, alguns aspectos tornam-se relevantes acerca da interconectividade entre o global e o local (PACQUEUR, 2009), no sentido literal de desenvolvimento que busca a melhoria e, sobretudo, sendo visto como um processo contínuo. Entre elas são, para Maluf (2000): (1) a representação dos atores sociais nos debates e decisões políticas no sentido de pertencimento e espaço de liberdade na visão de Pierre Bourdieu (1983); (2) a inadequação da dicotomia entre desenvolvidos e subdesenvolvidos nos debates internacionais; (3) perceber o “comunitário”, o “local” e o “regional” como espaços socialmente construídos “de baixo para cima” – *bottom up*; (4) a tentativa de redução das distâncias entre ricos e pobres; (5) buscar melhorias materiais, mas mantendo as identidades culturais locais e regionais; (6) buscar políticas de reconhecimento das diferenças em crítica às velhas políticas de redistribuição; etc. Sendo assim, Maluf (2000) considera que torna-se um corolário a ideia de que quando não há melhoria na qualidade de vida pelo combate a desigualdade e a pobreza, não há desenvolvimento.

A pobreza tendo em vista a questão da desigualdade/equidade social pode ser considerada atualmente tema central na discussão sobre desenvolvimento no cenário mundial. Tendo em vista o fato de que os países da América Latina vêm apresentando nas últimas décadas indicadores de melhorias sociais – com exceção de países em situações conflituosas como, por exemplo, o Haiti – percebe-se que o ritmo da ideia de “melhoria” deve estar relacionado à qualidade de vida da população, que não deve ser um fator meramente quantitativo, o que leva as questões que envolvem a pobreza e a desigualdade para o centro da agenda nos debates do desenvolvimento da América Latina e dos países subdesenvolvidos ao redor do mundo.

Para isso entra em cena a “multidimensionalidade” da pobreza pela sua complexidade, no sentido de buscar explicá-la não somente como um único fator relacionado à dimensão “renda”, mas que seja analisada pelos diferentes indicadores observados como educação, renda, nutrição, exclusão<sup>20</sup>, acesso, etc., o que requer distintas abordagens para a uma compreensão mais profunda da sociedade.

Nos anos 80 do século XX surge o enfoque de Amartya Sen, indiano com formação na Inglaterra e nos Estados Unidos da América e ganhador do prêmio Nobel de economia em 1998, que tenta explicar a fome como um fenômeno que vai além das questões da pobreza nos debates científicos sobre o desenvolvimento, bem como a maneira como se deve compreender tal fenômeno. Amartya Sen (2000), com suas análises, chega a influenciar a noção de desenvolvimento lançada pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que apresenta que o conceito de Desenvolvimento Humano, também parte do pressuposto de que para medir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além das análises econômicas e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Esse conceito é a base do Índice de

---

<sup>20</sup> O fator exclusão aqui está relacionado ao sentido de “sentir-se excluído” o que torna um indicador de difícil mensuração, em virtude da subjetividade que envolve a complexidade do indivíduo e sua existência na sociedade.

Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicados por esse órgão das Nações Unidas. Seus estudos apontaram para a diversidade humana nas discussões sobre “equidade”, pois considera que o conceito de “igualdade” pode levar à ideia de homogeneização da sociedade.

Os estudos de Amartya Sen estabelecem que a questão da fome não está relacionada somente à escassez de alimentos. Para ele, a fome é uma incapacidade de acesso e não de produção. Esse acesso pode situar dois aspectos: (1) pela sua própria produção (como propriedade de terra, recursos para a produção, terra de boa qualidade, etc.) e (2) por meio do mercado, que depende essencialmente da renda. Um argumento que justifica o distanciamento que há entre produção agrícola e fome é o fato de que a pobreza e a fome permaneceram no mundo mesmo com a grande produção de alimentos em larga escala por meio do agronegócio capitalista, devidamente potencializada pelo advento da “revolução verde”.

A pobreza no campo é um dos fatores que emergem na discussão acerca da individualização das trajetórias das famílias de agricultores, tendo em vista as dificuldades de se manterem no campo com a falta de recursos e penetração no mercado, dificultando até mesmo a sua subsistência. Outro fator que contribui para a não permanência dos produtores familiares é a sedução pelo modo de vida no meio urbano, que está cada vez mais indissociável do meio rural (BRANDÃO, 2004). A primeira oferece outras formas de emprego e sobrevivência, seja social ou econômica, sem os problemas intermitentes da agricultura como as intempéries, a falta de infraestrutura e as pragas, levando-os a desistir da produção artesanal ao migrar para os centros urbanos e, de certo modo, superar a pobreza iminente. Por outro lado, vários programas de incentivo à permanência das famílias no campo são instaurados no Brasil pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário<sup>21</sup>, de modo a oferecer-lhe recursos e condições para a preservação da sua identidade, do seu modo de vida e da sua produção, no sentido de garantir, sobretudo, a segurança alimentar dos produtores e de toda a sociedade.

Segundo Altieri (2012, p.366):

Os movimentos sociais do campo adotam o conceito de soberania alimentar como uma alternativa à abordagem neoliberal que aposta num comércio internacional injusto como forma de resolver o problema da fome mundial. Em vez disso, o conceito de soberania alimentar **ênfatiza o acesso dos agricultores** à terra, sementes e água, focando na autonomia, nos mercados locais e **circuítos locais de produção-consumo**, na soberania energética e tecnológica e nas **redes de agricultor a agricultor** (grifos meus).

Nesse sentido, a perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável pode oferecer fortes elementos na discussão pela erradicação da pobreza no campo, de forma a captar esforços para o trabalho coletivo e integrado dos atores sociais locais nas participações nas agendas das políticas públicas regionais e nacionais. Essa perspectiva do desenvolvimento territorial será tratada a seguir juntamente com as múltiplas funções da agricultura no panorama brasileiro.

O conceito de território é bastante polissêmico por ter diversos sentidos com a ideia de responder a diferentes finalidades (BONAL; MALUF, 2007). Surge no campo das ciências sociais na década de 1970 mais especificamente na Geografia com a territorialização das atividades humanas e do poder, na Antropologia com a relação entre o mundo material e

---

<sup>21</sup> **Programas e diretrizes** para a agricultura familiar como o Plano Nacional de Reforma Agrária, Proambiente, Programas públicos de estímulo como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos. Pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial a implantação de Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável e do Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Integração Nacional Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável, Arranjos Produtivos Locais (APLs), etc.

simbólico, na Sociologia com as configurações dos espaços urbanos e rurais, e na Economia com os efeitos da produção. Na década de 1980, aparece nas ciências de gestão e administração de empresas e nos anos 1990 apontou novas abordagens multidisciplinares como distritos industriais, polos de competitividade, territórios de produtos de identidade, etc.

Boisier (2005) questiona se o processo de globalização abre espaço para o desenvolvimento local, onde presume que esse fenômeno mundial acaba impondo novos desafios ao local, embora o valorize neste cenário. Esses debates ocorrem entre os “localistas” que questionam a legitimidade das ideias dos “globalizadores” que percebem a globalização como único meio possível no desenvolvimento da humanidade. Boisier (2005) questiona ainda o processo de homogeneização tecnológica e cultural causada pelo fenômeno da globalização, sob o ponto de vista da cultura e da identidade do território. Para ele, o desenvolvimento local está impregnado pela cultura global o que interfere na transformação das características regionais de desenvolvimento. Torna-se, então, difícil perceber a dicotomia entre o global e o local na contemporaneidade, levando em conta as inserções do modo capitalista de produção e consumo tão difundido pelos mecanismos de comunicação de massa.

Outra dicotomia muito discutida ocorre entre o “rural” e o “urbano”, onde esse último é considerado como o polo das atividades rurais em um processo *continuum* onde percebe-se o rural que contém as práticas das atividades urbanas e vice-versa. Por outro lado, Veiga (2002, p. 5-6) considera que “há quem acredite que o meio rural esteja sujeito a um processo de urbanização tão poderoso que a histórica contradição entre cidade e campo estaria fadada a desaparecer”, embora apresente exemplos de países desenvolvidos onde verifica três tipos diferentes de espacialização entre o rural e o urbano.

Veiga (Ibidem, p. 6) acrescenta ainda que:

Nada disso impede, entretanto, que seja muito atraente a crença de que o destino do espaço rural será seu desaparecimento por força de avassaladora urbanização. Para seus adeptos, a oposição cidade-campo já seria, inclusive, uma questão inteiramente superada, uma vez que a ruralidade não passaria de mero sucedâneo de uma formação social anterior, condenada pura e simplesmente a sumir, a exemplo do que já teria ocorrido na Holanda, essa vasta metrópole urbana apenas recortada por corredores verdes onde se misturam espaços recreativos e terrenos de uso agrícola.

O recorte da densidade demográfica aponta para uma grande diminuição de pessoas no campo em contraposição ao aumento no meio urbano o que preocupa o processo de desenvolvimento no meio rural, para o processo de empreendedorismo, para a manutenção dos patrimônios culturais e naturais e pelo espírito de cooperação.

Nesse sentido, Veiga (Ibidem) sugere o planejamento regional como uma estratégia eficiente para o desenvolvimento territorial no campo, no sentido de “planejar” ou “ordenar” o povoamento com base na infraestrutura e na viabilização da permanência do homem no campo pelas suas potencialidades no saber-fazer, ao valorizar a atuação dos atores sociais nos processos de cooperação nas políticas públicas regionais. Para ele o desenvolvimento pode ser “endógeno” – de dentro para fora, em contraposição ao desenvolvimento “exógeno” – de fora para dentro, o que caracteriza uma prática “etnocida” das atividades locais. Embora critique o localismo – ou endogenismo – exagerado, ele considera que a lógica do desenvolvimento territorial é mais ampla no sentido de dar conta de todos esses fatores, em comparação à ideia de “desenvolvimento local”, que é mais restrita à observação dos fenômenos locais.

Brandão (2004, p.60) acrescenta à ideia de Desenvolvimento Territorial em uma visão mais estruturalista nas políticas regionais, onde expõe que:

Vivemos um momento em que todos (agentes privados e públicos) “vão ao território”, no sentido de que suas estratégias são territorializadas, mas o território não é um dado ou um sítio fixado. **É uma construção social conflituosa. Uma produção coletiva, dinâmica, multidimensional**, com trajetória histórica em aberto. Portanto, as indagações deveriam passar por: Quais atores, agentes e sujeitos? Quais são os seus

interesses concretos, seus instrumentos táticos e estratégicos? Atuam em que escala espacial? As determinações dos fenômenos estudados se dão em que escala espacial? Em que escala esses fenômenos se manifestam (local, metropolitana, nacional)? Onde estão os Centros de Decisão e Comando determinantes dos “fatores territoriais” sob análise? Após esses e outros questionamentos é que seriam pertinentes as questões territoriais (regionais, urbanas, rurais). (Grifo meu)

A visão multiescalar de espaço apresentada por Brandão (Ibidem) procura situar a busca por um referencial teórico no sentido de aparelhar os agentes políticos na determinação das estratégias e na participação dos atores envolvidos nas propostas de desenvolvimento, analisando os seus interesses coletivos e/ou individuais ao longo desse processo. Para ele, a tarefa de organizar e coordenar o sistema socioeconômico nas decisões regionais deve ser o papel da ação pública, através de ações cidadãs, no sentido de mobilizar normas, instrumentos e convenções em diversos âmbitos e níveis de ação governamentais, ou seja, em diversas dimensões escalares (BRANDÃO, 2004), municipais, estaduais, regionais, nacionais e supranacionais.

Para que haja efetivamente o desenvolvimento territorial sustentável no meio rural, a participação dos atores sociais nas políticas públicas deve ser “assim, tributário de um processo de formação, que procura **requalificar o saber-fazer local**, lançando mão de novas tecnologias socioeconômicas e ambientais. Isso pressupõe a inclusão nos processos de concepção desses projetos de sistemas versáteis de informação, formação e educação” (LEITE, 2011, p.44, grifo meu).

Mediante essa noção, Dallabrida (2016, p. 15) **define** “território como recorte do espaço geográfico relacionado ao uso e apropriação, em que se manifesta a expressão de relações de poder, identidades e territorialidades individuais ou grupais”. Sobretudo, a concepção de governança territorial é pressuposta pelo caráter participativo e democrático, segundo o autor.

Por outro lado, Haesbaert (1995) define a ideia de desterritorialização a mobilidade do espaço geográfico em que haja a perda da identidade e de vínculos, onde a noção de subjetiva de “pertencimento” acerca da conscientização da população é o que marca as territorialidades.

Em uma concepção crítica acerca da sustentabilidade no uso de instrumentos que promovam o empoderamento e as iniciativas locais para o desenvolvimento territorial, Sachs (2008, p. 61) sugere a garantia da participação e o envolvimento de todos os atores, sejam trabalhadores, empregadores, o Estado e a sociedade civil organizada, dando a devida importância ao planejamento territorial, nos níveis municipal, microrregional e mesorregional, no sentido de reagrupá-los por suas identidades culturais e pelos seus interesses comuns em um processo de exercício contínuo da cidadania.

No caso da agricultura familiar, a introdução de noções e práticas de desenvolvimento territorial sustentável pode ser uma estratégia para a permanência das famílias para que ocorra a “transição” agroecológica (FEIDEN, 2005) no meio rural. Nessa perspectiva os atores sociais envolvidos pelos interesses comuns, constroem conhecimentos, criam, negociam e colocam em ação as práticas que valorizem a unidade familiar, que hoje é considerada como uma unidade complexa de produção e gestora do território, ampliando o enfoque sobre os seus papéis e o desempenho das suas quatro funções, que são: (1) A atividade agrícola para a reprodução socioeconômica das famílias – diminuindo a pobreza no campo; (2) promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais – buscando a eliminação da fome; (3) manutenção do tecido social e cultural – preservando a identidade local – e (4) preservação dos recursos naturais e das paisagens pela promoção do desenvolvimento sustentável, que pode ser obtida também pelo turismo rural (BONAL; MALUF, 2007).

Nesse sentido, a perspectiva do Desenvolvimento Territorial Sustentável em contraponto com a ideia de crescimento econômico, vem buscar promover a inclusão das

atividades agrícolas das unidades familiares no planejamento e nas agendas das políticas públicas locais (ABRAMOVAY, 2007; HAESBAERT, 2012), principalmente onde ocorrem essas mudanças na identidade rural (VIANNA et al., 2015).

Para Sachs (2008) o desenvolvimento sustentável é visto como a intersecção e o equilíbrio entre as dimensões sociocultural, econômica e ambiental.

A conceituação de território rural adotada para essa pesquisa é a concepção de um espaço geográfico e simbólico onde atuam as relações de força, articulação, coordenação e interação entre os atores sociais envolvidos nas quatro funções desempenhadas pela agricultura familiar (BONNAL; MALUF, 2007) acerca das relações tangíveis e intangíveis que se estabelecem localmente, a fim de que ocorra o desenvolvimento territorial sustentável nas dimensões social, cultural, econômica, política e ambiental.

## 2.2. Políticas Públicas para o Rural

As políticas públicas agrárias e agrícolas da década de 1950 até década de 1970 promoveram discussões das questões relativas às tomadas de poder do Estado ao considerar o seu papel enquanto promotor do desenvolvimento no campo. Posteriormente, essa perspectiva foi muito criticada na transição do paradigma keynesiano para o paradigma monetarista onde persiste a influência da lógica do mercado (GRISA, 2011).

Na década de 1980 surge a abordagem cognitiva que confere um peso significativo à valorização das ideias na criação de políticas públicas, o que favorece o surgimento de campos de poder<sup>22</sup> nas relações de forças presentes nas arenas de disputas e interesses de múltiplos grupos nesse processo. Segundo Grisa (2011, p.93), “esta corrente de análise concebe as políticas públicas como o resultado de interações sociais que dão lugar à produção de ideias, representações e valores comuns”, quando elaboradas pelos atores sociais na busca pela construção de suas relações com o mundo, com o intuito de diminuir as fronteiras entre o Estado e a sociedade civil visando maior participação da sociedade organizada em redes. Romano acrescenta que (2009, p. 135-136) “nos últimos anos, vêm se dando o diálogo e as tentativas de articulação entre os modelos de redes de política pública e os modelos cognitivos, estes últimos em franca expansão”, ao apresentar o conceito de arena na qual mostra a diversidade de atores envolvidos em disputas que acontecem nas relações entre a ação pública e a ação estatal. Nessa concepção de arena, vence aquele que defende as suas ideias com argumentos mais persuasivos no sentido de fomentar a sua institucionalização (GRISA, 2011).

No Brasil o desafio de reunir o desenvolvimento econômico ao desenvolvimento social, levou ao processo de descentralização do poder do Estado a partir da década de 1990, que relega aos municípios “a primeira e mais importante política pública ativa, com abrangência nacional, orientada especificamente para a agricultura familiar” (ROMANO; DELGADO, 2002, p. 285). O Pronaf (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), embora seja uma política de âmbito nacional<sup>23</sup>, “foi um instrumento importante para a consolidação da ‘agricultura familiar’ como categoria” (Ibidem) que foi uma conquista pela mobilização dos agricultores familiares por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Visando o desenvolvimento sustentável do agricultor familiar nas suas várias

---

<sup>22</sup> A noção de campo por Bourdieu (1983) assim como usado por Abramovay (2007) é adotada nessa pesquisa como a produção de sentidos construídos e difundidos pelos atores que atuam nas atividades laborais e, sobretudo, na participação nos espaços públicos como fóruns de discussão das políticas públicas na escala municipal local, no qual o espaço social se divide em diferentes campos: social, político, econômico, intelectual, artístico, etc.

<sup>23</sup> Essa política foi criada na Secretaria de Desenvolvimento Rural no Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA – na década de 1990 e, posteriormente, migrou para o Ministério instalada no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

dimensões, o programa passa a ter a finalidade expressa de assegurar diversos direitos a esse segmento rural.

Com o surgimento dessa política pública de âmbito nacional (o Pronaf), a partir de 1997, institucionaliza-se a maioria dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDR – bem como a criação dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural – PMDR, como condição para o recebimento dos recursos provenientes do programa (ABRAMOVAY, 2001; ROMANO; DELGADO, 2002). A partir desse condicionamento as prefeituras passaram a ter a obrigatoriedade de organizarem conselhos com a participação dos atores sociais que pudessem contribuir mais significativamente para o desenvolvimento rural. Desta forma, e, apesar das dificuldades encontradas em promover uma ampla e capilarizada rede de conselhos que atuem para o desenvolvimento das atividades rurais, houve um avanço nas políticas de atividade da sociedade civil na elaboração de ideias para a criação e para a adequação de políticas públicas na criação de uma *cultura de participação*. Frey (2000, p.244) salienta ainda que o “fato dessa presença ser articulada ou não pelos mediadores tradicionais – isto é, os políticos locais – pode ter consequências muito diferentes”. Outro aspecto preocupante é a falta de informação dos conselheiros, com a sua baixa representatividade e o fato de que muitos geralmente são indicados pelos atores que dominam a vida social do arranjo ou localidade (ABRAMOVAY, 2001).

Mesmo que ainda sejam observadas inúmeras dificuldades de equalização dos problemas inerentes ao processo de implantação do programa, dos planos e conselhos municipais, a iniciativa dessa política pública em questão abriu espaço para a gênese dos conselhos municipais de desenvolvimento rural, o que pode surtir efeitos positivos no futuro para a manutenção do pequeno produtor rural, por meio da abertura da participação da sociedade civil nas relações dialógicas com o poder público local. Com esses novos mecanismos, políticas públicas locais do tipo *bottom up* (ABRAMOVAY, 2010) são mais possíveis de serem criadas, quando comparadas às políticas públicas que são implementadas e centralizadas nacionalmente com a perspectiva *top down*, as quais impedem a participação local e a governança dos atores e que, sobretudo, não levam em consideração as diversidades e as especificidades das questões locais.

De certa forma, a abordagem cognitiva nas políticas públicas para o campo pode se materializar mais efetivamente nos conselhos municipais de desenvolvimento rural onde ocorre a mais diluída forma de capilarização do poder, nos quais a maior disputa nas arenas é pela disponibilidade dos recursos financeiros (ABRAMOVAY, 2001). As disputas por recursos nessas arenas destacam três categorias de agricultor familiar nos conselhos, que oscilam entre o produtor consolidado, que é aquele que tem incorporação no mercado, o intermediário, que necessita de apoio e investimento e o periférico, que se apresenta em estado de quase abandono necessitando de políticas compensatórias. Assim, a disputa passa a ser caracterizada pelos interesses daqueles que expressam mais voz, mais participação e maior governança frente às políticas públicas locais.

A ampliação do Pronaf a partir de 2003 levou a afirmação da Agricultura Familiar como categoria sociopolítica na qual os conselhos municipais de desenvolvimento rural passaram a ser percebidos como uma institucionalidade diferenciada nas prefeituras, que visa a participação de todos os atores sociais envolvidos.

Os critérios de enquadramento para ser caracterizado como agricultor familiar no Brasil está baseada na Lei nº 11.326/2006 PNAF (BRASIL, 2006) e no Manual de Crédito Rural do BACEN no artigo a seguir:

Art.3º: Para efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que **4 (quatro) módulos fiscais** (definido para cada município);

- II - Residam no estabelecimento ou em local próximo
- III - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua **família**, e utilize predominantemente **mão-de-obra** familiar nas atividades econômicas do seu estabelecimento;
- IV – renda bruta anual familiar de **até R\$ 360.000,00**.
- V - tenha **renda familiar** predominantemente (mínimo 50%) originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento. (grifos meus).

Para Abramovay (2001), o desenvolvimento rural necessita de inovações locais não somente nas questões técnicas, mas também institucionais, nas quais a participação nos conselhos municipais pode construir e resgatar as institucionalidades por meio dos vínculos do “tipo cola”, ou seja, entre os próprios produtores e, também, destes com outros atores – como prefeitura, comércio, consumidores, técnicos extensionistas, pesquisadores, etc., denominado vínculo do “tipo ponte”.

Por outro lado, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA –vem estruturando vínculos sólidos ao oferecer reuniões com os diversos setores produtivos no estabelecimento de políticas agrícolas patronais que enfatizam a reprodução e a manutenção do agronegócio enquanto sustentáculo da macroeconomia brasileira baseada na exportação de produtos primários. Para esse grande segmento produtivo, as disputas ocorrem em arenas nas mais altas esferas, como o Congresso e o Senado brasileiro, por meio das denominadas “bancadas ruralistas”, eximindo-se dos compromissos sociais e ambientais do processo. Mais ainda, esse ministério coordena 31 câmaras temáticas<sup>24</sup> que são foros de interlocução, para a identificação de oportunidades de desenvolvimento das cadeias produtivas e definição das ações prioritárias de interesse para o agronegócio brasileiro e seu relacionamento com os mercados interno e externo. Entre elas destacam-se as: (1) Câmara Temática de Agricultura Sustentável e Irrigação, (2) Câmara Temática de Agricultura Orgânica, que podem ter o foco mais voltado para os pequenos agricultores. Há também incentivo à formação de câmaras estaduais ligadas ao ministério sob o mesmo enfoque.

Ainda nessa percepção dos movimentos ocorridos nas últimas décadas, houve uma transnacionalização das políticas inerentes às questões ambientais e que estão cada vez mais frequentes e presentes nas agendas nacionais e locais, embora pouco defendidas e aplicadas pelos setores produtivos da agroindústria e do agronegócio. A repercussão dessas políticas internacionais pode favorecer o fortalecimento da agricultura familiar pelo enfrentamento dos problemas ambientais por meio de práticas mais sustentáveis, que são mais perceptíveis nesse segmento produtivo e social.

Como uma das políticas públicas de amparo ao agricultor familiar, atualmente o Pronaf oferece também diversas linhas de crédito ao agricultor familiar nas seguintes modalidades: (i) **Pronaf Custeio**, com o financiamento de atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros; (ii) **Pronaf Investimento** (mais alimentos), que financia máquinas e equipamentos visando a melhoria da produção; (iii) **Microcrédito Rural**, que atende os produtores de menor renda; (iv) **Pronaf Agroecologia**, que financia custeios dos sistemas de produção agroecológica ou orgânicos; (v) **Pronaf Mulher**, que é oferecida especialmente às mulheres independente do estado civil, que pode ser utilizado em atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato, etc.; (vi) **Pronaf Eco**, como investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias renováveis, recursos hídricos, etc.; (vii) **Pronaf Agroindústria**, que financia investimentos em infraestrutura para o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e turismo rural; (viii) **Pronaf Semiárido**,

---

<sup>24</sup>Fonte: Disponível em <[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/CAMARAS\\_SETORIAIS.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/CAMARAS_SETORIAIS.pdf)> . Acesso em 11 jul 2016.

financia projetos de convivência com o sistema semiárido; (ix) **Pronaf Jovem**, que financia propostas de crédito para jovens agricultores e agricultoras com idade entre 16 e 29 anos; (x) Pronaf Floresta, financia projetos para sistemas agroflorestais; (xi) **Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares**, destinada aos agricultores e suas cooperativas e associações e (xii) **Pronaf Cota-Parte**, que financia investimentos para integração de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativa de produção (BRASIL, 2013).

Com relação ao sistema de crédito, Abramovay (2001, p. 122) salienta e adverte sobre um ponto de estrangulamento do programa: “sem uma extensa e capilarizada rede de conselhos voltada à mobilização das forças vivas que compõem o meio rural brasileiro, o Pronaf condena-se a ser pouco mais que um programa de crédito”.

Além do Pronaf outras políticas públicas de domínio nacional foram criadas para o fortalecimento da agricultura familiar com o enfoque local e territorial como, por exemplo, a **Assistência e Extensão Rural (ATER)** para assentados, que estabelece parcerias entre instituições públicas estaduais e privadas com o MDA, sem fins lucrativos, desde o início da safra até a distribuição do produto no mercado. Esse programa busca ampliar conhecimento e tecnologia com a finalidade de aumentar a produtividade e a renda, o acesso as políticas públicas da população rural brasileira, respeitando as diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do País. O **Programa Aquisição de Alimentos (PAA)** também é uma conquista da agricultura familiar com a inserção do programa Fome Zero que atende populações em situação de insegurança alimentar buscando a inclusão social no campo. O programa prevê a compra institucional de alimentos por estados e municípios, devidamente operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) junto ao MDA, com dispensa de processo de licitação, na qual os preços podem ultrapassar os valores dos mercados locais e os produtos orgânicos admitem sobre-preços de até 30% por meio de chamada pública. Outra iniciativa é o **Programa de Alimentação Escolar (PNAE)** que, assim como o PAA, é uma política de segurança alimentar e nutricional instituída pela lei 11.497/2009, a qual prevê pelo menos a compra de 30% proveniente da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino. A compra é feita por meio de chamadas públicas, que dispensa licitação e pode ser articulada nas reuniões do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) e no Conselho de Alimentação Escolar (CAE) municipal ou estadual. O **Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)** tem por objetivo promover o acesso a terra e aumentar a renda dos trabalhadores rurais e prevê investimentos em infraestrutura básica, como combate à pobreza rural e à solidificação da agricultura familiar para produtores que desejam ampliar a sua propriedade. O **Programa de Aceleração do Crescimento PAC2**, também promove ações de revitalização da infraestrutura como estradas vicinais, com equipamentos e máquinas – tratores, retroescavadeiras, caminhões, etc. Com o **Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal (SUASA)** os produtos de origem animal são inspecionados, favorecendo assim a comercialização dos produtos. Outro programa que visa melhorar a infraestrutura das comunidades rurais é o **Programa Terra Legal** que assegura a titulação de propriedades de terras públicas na região da Amazônia Legal, como incentivo a exemplos de desenvolvimento sustentável aliado a programas como o **Luz para Todos, Água para Todos e Minha Casa Minha Vida**. O programa **Terra Forte** visa estimular e apoiar o aumento de renda nos projetos de assentamento por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiências e potencialidades locais por meio da incubação de planos de negócios, pesquisas de mercado, consultorias, etc. O plano *Garantia-Safra* é um seguro que serve de garantia a produtores em caso de perda de produção por causas climáticas a produtores que tenham renda mensal de até 1,5 salário mínimo por mês desde que possuam o Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP), quando é confirmada perda no município de pelo menos 50% da produção por seca ou excesso de chuva. A política de novos assentamentos,

assentamentos verdes, junto com o **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária** (PRONERA) e o **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico** (PRONATEC) são políticas públicas que fomentam o desenvolvimento local por meio da formação do pessoal assentado. A **Organização Produtiva das Mulheres Rurais** assim como o **Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural** (PNDTR) tem o objetivo de fortalecer as organizações produtivas das mulheres trabalhadoras rurais ao viabilizar o seu acesso às políticas públicas, com aguilhoamento à organização feminina para a melhoria da renda da família (BRASIL, 2013).

O Programa Territórios da Cidadania é uma política pública que leva ações de cidadania às regiões mais pobres do país visando o desenvolvimento local e territorial sustentável, juntamente com todas as demais políticas públicas anteriormente citadas. Nessa modalidade de política pública a participação da sociedade civil nas instâncias do Colegiado Territorial e do Comitê de Articulação Estadual para prestação de contas ao Comitê Gestor Nacional é fundamental. O programa envolve vários ministérios da república: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Saúde; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Integração Nacional; Ministério de Minas e Energia; Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério das Cidades; Ministério da Ciência e Tecnologia, entre outros. Trata-se de um esforço conjunto entre os diversos ministérios para que os territórios que historicamente vem sendo assolados com problemas sociais, econômicos, climáticos, ambientais, etc., possam resgatar a cidadania da sua população e, conseqüentemente, fortalecer a agricultura familiar nessas localidades.

As Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) para o II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – II PLANAPO<sup>25</sup> (2016-2019) por meio da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, promovem a participação de centenas de organizações (sindicatos, federações e confederações, associações, cooperativas, movimentos sociais, redes estaduais e regionais e organizações de apoio) acerca do debate sobre o desenvolvimento rural e o fortalecimento da produção familiar e da agroecologia no Brasil. Esse debate inclui a discussão interna, proposição e/ou tomada de posição frente a políticas e programas do governo federal relacionados à agroecologia e produção orgânica, tais como o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), entre outras frentes de políticas públicas. As dimensões do PLANAPO são: (1) soberania, segurança alimentar e nutricional; (2) participação, inclusão social e qualidade de vida; (3) conservação e uso sustentável dos recursos naturais; (4) **construção e socialização do conhecimento**; (5) acesso e desenvolvimento de mercados; (6) instrumentos econômicos e ecológicos. Assim, a conjugação da agroecologia e a produção orgânica com as questões ligadas à função social da propriedade da terra e à justiça fundiária na abordagem territorial, leva à criação de uma matriz com as proposições, objetivos, metas e iniciativas, nos seus eixos programáticos: (a) produção; (b) uso e conservação dos recursos naturais; (c) conhecimento; (d) comercialização e consumo e (e) terra e território. Trata-se de um plano gerido por um grupo interministerial composto por sete ministérios (MMA, MAPA, MDS, MDA, MEC, MF e MPOG), pela Conab e pela EMBRAPA.

As políticas apresentadas em âmbito nacional que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento territorial e rural e, sobretudo, para a agricultura familiar na última década vêm sofrendo constantes transformações principalmente a partir da

---

<sup>25</sup> Fonte: Disponível em <[http://www.asabrazil.org.br/images/UserFiles/File/Proposta\\_ANA\\_IPLANAPO.pdf](http://www.asabrazil.org.br/images/UserFiles/File/Proposta_ANA_IPLANAPO.pdf)>. Acesso em 11 jun 2016.

segunda metade de 2016, na qual o Ministério do Desenvolvimento Agrário foi integrado ao Ministério do Desenvolvimento Social pelo presidente interino Michel Temer após o impedimento do mandato de Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016. Tais transformações têm promovido descontinuidades<sup>26</sup> em programas como o NEDET, que foi a criação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial em parceria com universidades públicas, que atuou em 185 dos 243 territórios rurais existentes no país, dos quais 120 pertencem ao programa Territórios da Cidadania<sup>27</sup>.

Na escala estadual, o programa Rio Rural<sup>28</sup> atende às comunidades das microbacias hidrográficas enquanto lugares geográficos delimitados pela rede hídrica (nascentes, córregos, rios, aquíferos etc.) que possuem das atividades agropecuárias. O programa é Executado pela Superintendência de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro (SEAPEC). O Rio Rural recebe financiamento do Banco Mundial e apoio da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). As atividades do programa envolvem uma imensa rede de parceiros, que inclui entidades do poder público, ONGs, empresas e centenas de organizações rurais. Com a criação dos COGEMs (Comitês Gestores das Microbacias) os agricultores recebem apoio técnico e financeiro para a adoção de práticas sustentáveis de manejo e são estimulados pelo programa a se tornarem protagonistas do **processo de desenvolvimento de forma participativa**, desde o planejamento das ações até o monitoramento e avaliação de resultados. O engajamento dos atores locais e o estímulo à organização comunitária são a base do trabalho, conciliando a inclusão socioeconômica com a conscientização ambiental, através do uso de técnicas sustentáveis. Os comitês gestores se reúnem regularmente com os representantes extensionistas locais da EMATER a fim de estabelecerem as metas de participação nas práticas de sustentabilidade da região em que as comunidades estão presentes.

Embora essas políticas públicas possam ser percebidas inicialmente como do tipo *up-down*, muitas delas foram concebidas a partir de reivindicações da sociedade civil, sobretudo, pelos agricultores familiares e seus representantes nas esferas políticas na consolidação das mesmas ao longo da história dos movimentos sociais, na luta pelo reconhecimento desse segmento social. Assim, a participação da sociedade civil, tanto nas reivindicações no passado, quanto nos colegiados locais, possibilita a exposição das ideias que farão dos fóruns e arenas públicas, espaços para a criação de políticas públicas do tipo *bottom-up*, por meio da ação comunicativa para o mútuo entendimento no diálogo entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento local, na busca por uma **racionalidade substantiva** (RAMOS, 1981) para a emancipação política e social. Abramovay (2010, p. 131) corrobora com essa ideia salientando que “a presença aí do Estado como de organizações dos mais variados tipos, da sociedade civil e dos próprios produtores, é absolutamente crucial”.

---

<sup>26</sup> A descontinuidade do programa dos NEDETs pelo governo federal pela não renovação dos projetos junto às universidades contempladas com a chamada pública por meio de edital do CNPq, o qual será discutido mais adiante, demonstra o desinteresse do governo interino pelas retomada das políticas territoriais visto que o difícil acesso às informações relativas à permanência do convênio não foram sequer esclarecidas até março de 2017. O fato do autor desta tese ter participado do NEDET do Território Rural da Baía da Ilha Grande – BIG – como ATGS – Assessor Territorial de Gestão Social – e bolsista do CNPq, elucida na prática tal acontecimento, visto que o NEDET-BIG atualmente busca outras formas e mecanismos de promover a sua manutenção por meio de parcerias com as prefeituras dos cinco municípios envolvidos e com a possibilidade da institucionalização do núcleo na UFRRJ por alunos e professores-pesquisadores. Tal perseverança tem o intuito de continuar apoiando as ações do Colegiado Territorial, no qual o NEDET-BIG teve o compromisso de recompor durante a sua gestão enquanto esteve orientado pela SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial – a qual coordenou todo o processo de implantação no território nacional.

<sup>27</sup> Fonte: Disponível em <<http://portaldosnedets.info/site/infograficos-territorios-rurais-territorios-da-cidadania-nedet/>>. Acesso em 12 fev 17.

<sup>28</sup> Fonte: Disponível em <<http://www.microbacias.rj.gov.br/pt/rio-rural>>. Acesso em 11 jul 16.

### 2.3. Fundamentos do Pensamento Crítico no Brasil: Racionalidade Instrumental e Racionalidade Substantiva, Ação Comunicativa e Dialogicidade.

Para introduzir esse item, torna-se importante apresentar o surgimento da Teoria Crítica:

O termo “teoria crítica” se consagrou a partir do artigo de Max Horkheimer, em 1937 “Teoria tradicional e teoria crítica”, em que o autor prefere utilizar essa expressão para fugir da terminologia “materialismo histórico” utilizada pelo marxismo ortodoxo, hegemônico na época, e por querer mostrar que a teoria marxiana era atual, mas devia se importar em suas reflexões com outros aspectos críticos presentes na abordagem da realidade: o filosófico, o cultural, o político, o psicológico e não se deixar conduzir predominantemente pelo economicismo determinista (PUCCI, 2000).

No início do século XX o pensador alemão Max Weber discutiu sobre a burocratização da sociedade industrial e acentua as leituras kantianas, hegelianas e marxistas na qual cria uma categoria de pensamento: **a racionalidade instrumental** determinada pelo mercado marcada pela exclusão. Seguindo essa lógica, a teoria crítica da Escola de Frankfurt procurou fazer uma leitura da ciência no mundo pela relação entre o sujeito e o objeto de forma diferenciada das anteriores – objetivista, subjetivista, fenomenologista, funcionalista e marxista tradicional – embora tenha se apoiado nos pressupostos marxistas no que tange ao pensamento crítico ao verificar as contradições nas sociedades capitalistas, no sentido de criticá-las. A primeira geração de pensadores da teoria crítica colocou-se de forma pessimista ao considerar que não haveria mais possibilidades para a humanidade já que a mesma estaria fundamentada na *racionalidade instrumental*, na qual a razão se apoia na visão positivista e mercantil dos processos racionais operacionais e na qual a ciência é vista como instrumento de dominação, poder e exploração. Max Horkheimer foi o maior opositor da racionalidade instrumental propondo e defendendo a “razão crítica” como possibilidade de resgatar o espírito iluminista ao apontar os seus três vetores – liberdade, fraternidade e igualdade – que levem à emancipação do homem, ao bem comum na busca pela justiça social.

Por um lado a **racionalidade instrumental** se constitui pela visão positivista baseada no cálculo, nos fins, na maximização dos recursos, nos resultados, na estratégia, na rentabilidade, no desempenho pessoal, nas projeções utilitárias, devidamente orientadas pelas leis do mercado (WEBER, 1999). Por outro lado, já no pensamento crítico brasileiro, Guerreiro Ramos aponta que a **racionalidade substantiva** não está pautada nas expectativas de sucesso imediato, orientando assim as prioridades para os valores delineados pelo processo meio-fim, que constituem processos como a autorrealização, entendimento, ética, valores emancipatórios e autonomia (SERVA, 1997). Esses pressupostos baseiam-se na condição de liberdade de escolha, livre das condicionantes das lógicas dominantes acerca do individualismo, da alienação, da ausência da cooperação e da solidariedade na substituição do “homem operacional” pelo “homem parentético” – homem “entre parêntesis” – dotado de ampla consciência crítica (RAMOS, 1981). Contrária à racionalidade instrumental, a racionalidade substantiva busca de forma subjetiva a valorização do mundo das pessoas, do mundo da vida.

Serva (1997, p.19) acrescenta, com base na leitura brasileira desses pressupostos, que Guerreiro Ramos ressalta que o domínio da razão instrumental nas organizações produtivas engendra uma *sociedade centrada no mercado*, responsável pela insegurança psicológica, pela degradação da qualidade de vida, pela poluição, pelo desperdício dos recursos naturais do planeta, além de produzir uma teoria organizacional incapaz de ensejar espaços sociais gratificantes aos indivíduos.

Essas reflexões levaram Guerreiro Ramos a criar o conceito de *organização substantiva* (RAMOS, 1981) que ocorre quando uma determinada organização utiliza como

orientação os princípios da **racionalidade substantiva**. Logo, “esse tipo de organização preocupa-se com a redução e eliminação de compulsões desnecessárias sobre as atividades humanas, de descontentamentos e alienação” (SEVERO e PEDROZO, 2008, p. 65).

A segunda geração da Escola de Frankfurt, alimentada pelo pensamento de Jürgen Habermas, vem considerar alguns caminhos possíveis para a humanidade embora sustentada pelo crivo da razão, onde dispõe uma racionalidade pelo reconhecimento do outro, pela **ação comunicativa**, no sentido de superar o conceito de racionalidade instrumental ao propor outro tipo de racionalidade: a **racionalidade comunicativa** que objetiva o entendimento “do outro”.

Para elucidar o processo de comunicação proposto por Habermas, Gonçalves (1999, p.66) expõe que:

[...] o processo de comunicação que visa o entendimento mútuo que está na base de toda a interação, pois somente uma argumentação em forma de discurso permite o acordo de indivíduos quanto à validade das proposições ou à legitimidade das normas. Por outro lado, o discurso pressupõe a interação, isto é, a participação de atores que se comunicam livremente e em **situação de simetria**. (Grifo meu)

A comunicação livre e simétrica nas relações horizontais de poder enfatiza o mútuo entendimento que concerne ao diálogo o papel de protagonista no processo de reconhecimento do outro em uma esfera de aproximação solidária e cooperativa no estabelecimento de atividades sociais com base na racionalidade substantiva.

Levando em conta que o desenvolvimento das ciências tem contribuído muito com a eficiência e pouco com a emancipação do homem, as teorias que enfatizam o papel da autonomia do indivíduo enquanto ser social que reconhece “o outro”, passam a ser predominantemente necessárias para discutir a “reificação” ou “coisificação” dos indivíduos no panorama da sociedade industrial e moderna, bem como na sua superação com base no diálogo e na participação enquanto “homem trans-individual” (HABERMAS, 1995).

Ao aproximar a Teoria Crítica frankfurtiana com o pensamento crítico brasileiro que tem como um de seus precursores o pensador Alberto Guerreiro Ramos acerca da dicotomia entre a racionalidade instrumental e a substantiva, discutida anteriormente, percebe-se a importância de convergências entre a ação comunicativa habermaziana e a perspectiva da dialogicidade de Paulo Freire. Essa aproximação visa considerar que “somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também de gerá-lo” (FREIRE, 1987, p.83).

Segundo Habermas, cada indivíduo carrega consigo o “mundo da vida”, ou seja, as relações com a sociedade em que vive, a sua bagagem cultural e sua bagagem pessoal – a sua personalidade – concordando “que a razão instrumental dificulta a autonomia social dos indivíduos, à medida que o mundo da vida, substância estruturante da razão da pessoa, é submetido à razão funcional através de ações estratégicas” (TENÓRIO, 1998, p.9). Com isso, a racionalidade comunicativa com o outro – que carrega os mesmos atributos embora inferidos por outra realidade – deve ter como foco a construção do bem comum republicano ao considerar ambos como seres coletivos na busca pela justiça social por meio da racionalidade comunicativa. Nesse mesmo sentido, na visão de Guerreiro Ramos (1981), a consciência crítica surge quando um ser humano ou um grupo social reflete sobre os determinantes da sociedade e se conduz diante dele como sujeito, despidendo-se da consciência ingênua e alienada que é puro objeto de determinações exteriores.

Para essa finalidade, Habermas apresenta o seu conceito de interação na ação social na formação de comunidades de intérpretes:

No interacionismo simbólico, na etnometodologia e na sociologia de inspiração hermenêutica tem se colocado, entretanto, outro paradigma: a interação se entende aqui como um processo de interpretação onde os participantes negociam, por meio de interpretações recíprocas, uma definição comum da situação. Com este conceito de ação, o processo de entendimento [sobre algo no mundo] passa a ocupar posição central (HABERMAS, 1989, p. 389).

A interação comunicativa com o outro se dá pela orientação dialógica na busca por argumentos válidos, onde a sua legitimação é mutuamente dada pela capacidade comunicativa enquanto recurso disponível a todos sem hierarquização e verticalização de poder (FREIRE, 1987). Convergindo com essa ideia, Paulo Freire (1987), pensador crítico brasileiro, aponta o **diálogo igualitário** como algo inerente do direito de todos poderem se manifestar sem distinção de classe, cor, raça, etc., o que vem reforçar o princípio da igualdade, liberdade e fraternidade entre as pessoas. Aproximando essa ideia com a **ação comunicativa**, Habermas (1995) dispõe que não deve haver decisão se não houver um consenso a partir da manifestação igualitária de todos os envolvidos em um processo decisório sobre algum tema abordado coletivamente.

Para Paulo Freire, a dialogicidade se dá pela reflexão e ação no encontro de pessoas que se reúnem e pronunciam pela palavra, onde “é preciso primeiro que, os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que esse assalto desumanizante continue” (FREIRE, 1987, p. 79).

Enquanto para Habermas (1989) a “ação comunicativa” depende do mútuo entendimento daqueles que interpretam os signos inerentes ao diálogo que se fazem presentes nas esferas públicas, tal concepção se complementa com a visão de Freire (1987) acerca da necessidade da ausência de hierarquização, do respeito à palavra do outro em um sentido de horizontalidade dos participantes, mesmo com distintas condições econômicas, políticas, sociais e culturais entre os atores. Tais condições são necessárias para que a dialogicidade por meio da intersubjetividade seja amplamente exercida em um espectro de interlocução para que **não haja** “carência de entendimento mútuo” diminuindo, assim, a assimetria e a periferia nas participações (CANÇADO, 2011).

Portanto, a convergência entre o conceito de dialogicidade por Paulo Freire e a ação comunicativa por Habermas, se faz necessária para a construção do “homem parentético”, crítico e emancipado das lógicas constitutivas do mercado e suas estratégias para impor a supremacia do produtivismo em detrimento da vida humana e suas demandas – na perspectiva de Guerreiro Ramos (1981). Essa busca pela transição da racionalidade instrumental para a racionalidade substantiva orientada pelos princípios da razão iluminista de igualdade, liberdade e fraternidade entre os homens, é um dos pressupostos da Gestão Social que será apresentada a seguir com foco na participação dos atores locais na tomada de decisão frente às políticas públicas em âmbito territorial e municipal.

## 2.4. Participação Local e Gestão Social

*Falar, por exemplo, em democracia e silenciar o povo é uma farsa.  
Falar em humanismo e negar os homens é uma mentira.  
(Paulo Freire, 1987)*

A partir da década de 1990 o desenvolvimento passou a ser norteador pela perspectiva do local, “ou seja, como empreender iniciativas de desenvolvimento a partir de características, vocações e apelo local” (TENÓRIO, 2007).

As localidades e as instituições assumem um papel de grande importância no desenvolvimento econômico; os aspectos interdisciplinares passam a fazer parte das análises sobre o desenvolvimento econômico regional ou local; as externalidades reassumem um papel de destaque nas análises; a inovação tecnológica e o aprendizado assumem papel de destaque na tentativa de compreensão do desenvolvimento regional; as relações não comerciais das aglomerações, levando em conta aspectos de organização industrial e dos custos de transação, são explicitadas e; a *formulação e o acúmulo de um capital social localizado passa a ser paradigma de sucesso no novo ambiente competitivo* (TENÓRIO, 2007).

O desenvolvimento local pode ser avaliado sob várias perspectivas: econômica, social, cultural, ambiental, físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológico. Entretanto, para que ele se efetive é necessário que relações de reciprocidade, mobilização/cooperação entre os agentes, valorização e potencialização do capital social, estrutura reticular entre as empresas, governança local, espírito empreendedor, etc., sejam qualidades estimuladas de maneira endógena no território (TENÓRIO, 2007).

Com a intenção de aproximar e integrar os conceitos de desenvolvimento local e cidadania deliberativa, Tenório (2007) entende como desenvolvimento local “com cidadania aquela ação coordenada entre a sociedade e o poder público municipal, instituída por meio de um processo participativo e democrático, em prol do bem-estar social, econômico político e cultural de um dado território”, no sentido de protagonizar e incluir igualmente a pluralidade do maior número de atores envolvidos onde a legitimidade das decisões políticas surge nos processos de discussão.

No nível local, as prefeituras passam a ter o dever de intervir na economia e na sociedade, embora a perspectiva neoliberal estabeleça o ideário do estado-mínimo. Assim, com essa intervenção, o direito de cidadania passa a ser mais efetivamente exercido no nível local. A formulação e execução de políticas públicas no local se adéquam mais às necessidades e características da população e, por fim, há a necessidade de reformulação do Estado no sentido de criar novos arranjos institucionais que valorizem as práticas democráticas. Tenório (2012, p. 29) exemplifica que

[...] no nível político-administrativo de municípios, além dos poderes Executivo (prefeito), Legislativo (Câmara de Vereadores) e dos conselhos municipais, os cidadãos – por meio de movimentos sociais, de associações de bairro, sindicato de trabalhadores ou patronais, instituições religiosas e outras agremiações da sociedade civil – poderiam participar de processos deliberativos no que diz respeito à implantação de políticas públicas.

Tanto a democracia representativa – liberal – quanto a democracia deliberativa – com os seus diferentes atores da sociedade civil, do mercado e do poder público – devem fazer-se presentes nas ações do poder local, pois não adianta a população estar representada se não puder deliberar sobre as políticas públicas necessárias para as questões locais com as suas características, lógicas e demandas. Logo, a participação dos atores interessados no desenvolvimento do local, deve seguir uma estrutura, na qual a consciência sobre os seus atos, a necessidade de assegurar o direito de participação e o envolvimento voluntário do indivíduo, passam a ser o cerne da democracia participativa.

Quanto ao planejamento municipal, Nabuco e Porto (2000, p. 233) acrescentam que:

Os municípios da América Latina e, especialmente, do Brasil, têm assumido cada vez mais tarefas que cabem a outras esferas governamentais. Esse processo de descentralização administrativa requer conhecimento teórico e prático de técnicas de planejamento e execução de programas locais. Cada vez mais é indispensável incluir-se nessas atividades a participação dos órgãos governamentais e não-governamentais em apoio à maior eficácia das ações, através da **participação popular, articulações, parcerias** e processos de terceirização de projetos (grifo meu).

Os meios e possibilidades de participação são previstos no texto da Constituição Federal como instrumentos jurídicos de participação; são eles: a ação popular, o atendimento nos direitos da criança e adolescente, no Colegiado de Órgãos Públicos, na cultura, na denúncia de irregularidades/ilegalidades, no Ensino Público, na Iniciativa Popular, no Planejamento Público, no plebiscito, na política agrícola, no referendo e na Seguridade Social. Já em âmbito local existem outros dispositivos jurídicos como o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor. Esses instrumentos dão legitimidade às formas de **participação da população** em arranjos institucionais como: agência de desenvolvimento local, Agenda 21 Local,

conferência, conselhos, consórcios intermunicipais, Conselhos Regionais de Desenvolvimento, Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, fóruns, orçamento participativo, parcerias, plano estratégico local, polo de desenvolvimento e redes.

A participação local na visão de Alcoz (2009, p.35) acerca do enfoque territorial prevê que

[...] a colaboración política consiste em la participación de una instancia territorial em las competencias normativas de otra. En la primera encajan las técnicas de ejercicio coordinado de las funciones e servicios de las entidades locales, como la creación de estructuras organizativas estables sin o com personalidad jurídica (consorcios, mancomunidades, y otras formas de Administración mixta) o la coordinación a través de convênios de carácter *horizontal* (de las entidades locales entre sí) o *vertical* (com otros niveles territoriales).

Aproximando essa perspectiva à complexidade das ações do enfoque territorial para esta pesquisa tornam-se necessárias reflexões interdisciplinares e transdisciplinares capazes de conceber o trabalhador rural nas suas várias dimensões e nas diversas escalas de poder em que está inserido. Isso quer dizer olhar o agricultor familiar como protagonista das suas ações dentro de uma lógica de inclusão e de legitimação da sua existência como um ser social, em contraste com o modo de submissão, exclusão e exploração do trabalhador empregado no agronegócio.

Em uma concepção crítica acerca do uso de instrumentos que promovam o empoderamento e as iniciativas locais para o desenvolvimento territorial, Sachs (2008) sugere a garantia da participação e envolvimento de todos os atores, sejam trabalhadores, empregadores, o Estado e a sociedade civil organizada, dando a devida importância ao planejamento territorial, nos níveis municipal, microrregional e mesorregional, no sentido de reagrupá-los por suas identidades culturais e pelos seus interesses comuns em um processo de exercício contínuo da cidadania.

O fortalecimento de políticas públicas preocupadas em colocar a questão social dessas famílias como “fim” enquanto as questões econômicas seriam “os meios” para a sua manutenção, catalisa esforços para a criação de estruturas de governança e de participação, onde, na ótica da **gestão social**, “ênfatisa o papel dos cidadãos – individuais ou organizados em formas associativas – no processo político, partindo da identificação dos problemas, à formulação, instituição e avaliação dos resultados” (TENÓRIO, 2007).

A Gestão Social nesse estudo é vista em contraposição e como uma substituição à *gestão estratégica* tecnoburocrática, monológica, por uma, cada vez maior, e efetiva participação de diferentes sujeitos sociais de forma mais dialógica, e onde o processo decisório é exercido democraticamente por esses diversos atores (TENÓRIO, 2016). Assim, a participação efetiva dos atores envolvidos propicia o **controle social** que, na sua essência, é a própria participação no sentido de fiscalizar as ações do poder público e privado, a fim de tornar cada vez mais comum os processos de discussão, a inclusão, o pluralismo, a igualdade participativa, a autonomia e o bem comum.

Portanto, o **controle social** passa a ser o direito do poder público estatal ser fiscalizado pela sociedade civil não sendo dicotomizado à ideia de ‘participação popular’, visto que ambas “são categorias explícitas nesse tipo de processo decisório deliberativo, justificado no âmbito de esferas públicas, de conselhos municipais” (TENÓRIO, 2016, p.24-25), por exemplo.

A partir dessa interpretação de gestão social para essa pesquisa, o agricultor familiar pode ser ‘empoderado’ pela participação nas decisões locais como um *ser social*, pela interação e na capacidade dialógica com “o outro” e pelo poder de planejar o uso do território e das políticas públicas junto com o poder público estatal e, sobretudo, poder fiscalizá-lo em suas ações – ou não ações. Portanto, esse movimento torna-se um processo de emancipação dos atores sociais, na busca pelo bem comum e pela utopia da igualdade, da liberdade e da

fraternidade, enquanto princípios básicos e elementares da **razão iluminista**, em contraste com a atual **racionalidade instrumental** utilizada no modelo agroindustrial, assim como a avassaladora substituição do campo por indústrias, que concebem, metaforicamente, o homem como uma “extensão da máquina”.

As práticas de participação popular locais podem garantir a legitimidade das ações coletivas e participativas em uma perspectiva dialógica entre atores sociais locais e o estado, mesmo sofrendo descaracterização com o processo de desterritorialização pela urbanização percebida como um dos problemas observados no desenvolvimento de algumas regiões. Segundo Villela (2011):

A partir da segunda metade da década de 90, o local assume a preponderância entre as escalas, na tarefa de gerir as contradições referentes ao desenvolvimento. A visão local chega a ser considerada por muitos como a única forma legítima de definir os problemas do desenvolvimento. Essa nova marca de atuação é vista como decorrente da crise do Estado-Nação, não mais visto como moldura organizacional da definição do social, bem como das críticas à concepção de desenvolvimento centrada no estado.

A ideia de **governança** aparece atrelada à organização de grupos locais, chamando ao debate os atores no sentido de legitimar a sua participação nas decisões da coletividade, como acrescentam Villela e Pinto (2009):

Por governança entenda-se o processo de coordenação de atores, de grupos sociais, de instituições ou de redes empresariais para alcançar objetivos discutidos e definidos coletivamente. Esse conceito se engendra em um contexto de descentralização, como induzido pelo ideário neoliberal, e é uma tentativa de se exercitar a corresponsabilidade na **gestão de um grupo social**, estabelecida em um território e capaz de representar interesses coletivos (grifo meu).

Assim, o direito civil, o direito político e o direito social, são os três elementos compõem o conceito de cidadania para Theodor Marshall durante o surgimento do pensamento moderno, os quais surgiram respectivamente, um após o outro, nos séculos XVIII, XIX e XX.

No Brasil, o tema cidadania

[...] deve, necessariamente, abordar os diversos caminhos seguidos para a conquista dos direitos civis entre os brasileiros. A questão começa pelos primeiros habitantes do país, os povos indígenas, cujo *status* de cidadão ainda não alcançou o que eles tem de direito (...) não obstante, já muita coisa foi feita, na medida em que os índios passaram a ser considerados os “verdadeiros”, por serem os primeiros brasileiros (TENÓRIO, 2007, p.44-45).

É a partir da dicotomia entre a perspectiva liberal capitalista – a privada – e a republicana, onde essa última visa discutir a relação entre os cidadãos e estes com o Estado, que Habermas propõe o conceito de **cidadania deliberativa**. Para ele “significa, em linhas gerais, que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum” (TENÓRIO, 2007, p.54).

Caçado (2011) identificou **categorias teóricas** para a Gestão Social, como: (1) o interesse bem compreendido, que defende o bem estar coletivo que parte da premissa de que o bem estar coletivo é ponto de partida para o bem-estar individual em uma relação de interdependência juntamente com a noção de solidariedade – mutualidade de interesses e deveres – e sustentabilidade – referente à condição de continuidade em devida preocupação com o futuro; (2) Esfera Pública que é o espaço público onde indivíduos se reúnem a fim de deliberarem sobre as suas demandas e sobre o futuro, que abriga outras categorias como Comunidade de Prática enquanto espaço de dinâmica de interação dialógica em uma abordagem socioprática da aprendizagem sem hierarquia em relação ao saber (FREIRE,

1987), Democracia Deliberativa como processo decisório, Interorganizações, Dialogicidade como o processo de compreensão do diálogo e Intersubjetividade na linguagem que é o caminho para o entendimento mútuo das regras, estruturas e contextos inerentes ao diálogo onde se ensina-aprendendo com o outro, assim como a Racionalidade Substantiva (RAMOS, 1981) (3) a Emancipação para a autonomia política como intenção de alcance final da Gestão Social.

Logo, o princípio de inclusão é uma categoria que estabelece a relação de sentimento de pertencimento do cidadão em um espaço social ou esfera pública que defenda a participação igualitária, ou seja, com a possibilidade de deliberação com igualdade participativa por todos os segmentos da sociedade por meio do pluralismo – sociedade civil, representantes de comunidades, comerciantes, agentes estatais, políticos, etc. A partir desse princípio, as discussões passam a ser legítimas ao ponto que não haja coerção e hierarquização entre os participantes e os seus saberes, proporcionando, assim, a autonomia e a emancipação dos atores envolvidos na busca pelo bem comum, que é o conjunto benefícios que são compartilhados por todos os membros da sociedade, em uma relação de interdependência entre os interesses individuais e coletivos (CANÇADO et al., 2013).

Acerca desta visão, “a esfera pública seria o espaço de intermediação entre Estado, sociedade e mercado, bem como a cidadania deliberativa seria o processo participativo de deliberação baseado essencialmente no entendimento entre as partes” (CANÇADO et al., 2013). Nesse sentido, a esfera pública (HABERMAS, 2014) passa a se constituir como uma estrutura de comunicação para a gestão social na qual os sujeitos refletem, debatem e deliberam acerca de uma determinada dificuldade ou situação de interesse comum à sociedade civil de forma integradora e independente. Habermas salienta que, quando há o estabelecimento pleno da ação comunicativa com todas as premissas apresentadas anteriormente, nas quais os participantes teriam os entendimentos racionais na busca pela verdade, ocorre a formação do que denominou como “comunidade de intérpretes”.

Com a intenção de aproximar e integrar os conceitos de desenvolvimento local e cidadania deliberativa com base na perspectiva da Gestão Social, Tenório (2007) entende como desenvolvimento local “‘com’ cidadania aquela ação coordenada entre a sociedade e o poder público municipal, instituída por meio de um processo participativo e democrático, em prol do bem-estar social, econômico político e cultural de um dado território”, no sentido de protagonizar e incluir igualmente a pluralidade do maior número de atores envolvidos onde a legitimidade das decisões políticas surge nos processos de discussão.

Para Guedes e Silva (2012):

[...] o que se busca é o fortalecimento de processos de integração e fortalecimento dos atores que compõem o amplo quadro da organização do trabalho e da produção nas cooperativas e outras formas associativas. Nesse sentido o tema possui certa transversalidade na medida em que implica na valorização da produção ancorada no território como instrumento de um processo de integração na agricultura familiar e suas associações.

Para Nabuco e Porto (2000, p. 221) “a participação popular é vista como um direito, pois somente dessa forma o Estado se faz público, se põe a serviço de todos e amplia a possibilidade da continuidade das ações”.

Zapata (2007) acrescenta que:

[...] para a gestão participativa dos territórios, torna-se importante a construção das instâncias colegiadas, conciliares, enfim, esferas públicas para a gestão territorial. O desempenho do Território está relacionado aos conceitos de eficácia, eficiência e efetividade e depende de modo como ocorre a governança e a gestão participativa.

## 2.5. APLs e Redes: as associações como possibilidades de governança e gestão social

O termo **rede** é empregado no sentido moderno como “rede de comunicação”, que representam o território como um esboço de linhas imaginárias ordenadas em rede para matematizá-la e com isso constituir um mapa. A rede não é apenas um conceito, mas um operador para a ação. “A rede permite a passagem ao ato, a realização da rede é um ‘trabalho’ e mesmo um ‘trabalho de interesse público’” (MUSSO, 2004).

De acordo com Souza e Quandt (2008) redes são “estruturas dinâmicas e complexas formadas por pessoas com valores e/ou objetivos em comum, interligadas de forma horizontal e predominantemente descentralizada”. Já para Foucault (1978) a rede designa o espaço sobre o qual se conectam dispositivos de fortificação ou de circulação.

Numa análise geral do conceito de rede, percebe-se que:

Todos compartilham um entendimento comum, uma definição mínima, ou menor denominador comum, de redes de políticas como um conjunto de relacionamentos relativamente estáveis, de natureza não hierárquica e interdependentes, conectando uma variedade de atores que compartilham interesses relativos à política e que trocam recursos com o objetivo de atingir esses interesses reconhecendo que a cooperação é a melhor maneira de atingir objetivos em comum (Börzel, 2008).

A rede é concebida, ao mesmo tempo, como uma técnica que faz vínculo e como um operador político-moral que faz sentido. A rede age sobre duas vertentes: uma técnico-financeira e a outra, político-simbólica. As redes são símbolos “com efeito de convocar a rede como objeto redundante simultaneamente em apagá-lo como técnica para revelar sua verdade como vínculo social, na associação universal” (MUSSO, 2004). Já a rede técnica promove processos democratizantes à medida que permite a circulação igualitária entre os indivíduos, que fazem parte dela.

As redes têm sido vistas como a solução adequada para administrar políticas e projetos onde os recursos são escassos e os problemas, complexos, onde existem múltiplos atores envolvidos; onde há a interação de agentes políticos e privados, centrais e locais, bem como uma crescente demanda por benefícios e por participação cidadã (FLEURY; OUVÉNEY, 2007).

No que confere a noção societária do estudo de rede, ela é mobilizadora de processos solidários, que numa perspectiva de gestão intergovernamental promoveu o aumento “das inter-relações em todos os níveis de governo e sociedade, alternando o modelo de gestão das políticas públicas” (FLEURY; OUVÉNEY, 2007).

Uma rede é formada por um conjunto de nós, sendo que o desenho desses nós dependerá dos vínculos fortes estabelecidos entre os atores sociais e dos interesses/objetivos comuns do grupo. Desta maneira a rede se constituirá de acordo com o compartilhamento de interesses e objetivos comuns previamente estabelecidos de forma coletiva. Granovetter (1973) constata que os indivíduos com poucos “laços fracos” serão privados de informações de partes mais distantes de seu próprio sistema social e, conseqüentemente, estarão limitados ao conhecimento ou às informações trazidas pelos seus amigos íntimos. Assim, tanto os laços fortes quanto os laços fracos são extremamente fundamentais para a organização dos atores sociais.

Os vínculos são frequentemente recíprocos e assimétricos, diferenciando-se em conteúdo e intensidade, podendo estar ligados de forma direta ou indireta e serem longos ou curtos. Os vínculos podem não mudar na estrutura de uma rede, mas o poder é relacional. Os elementos que compõem uma rede são os nós, as ligações, os fluxos e as posições.

Percebe-se que “cada situação social conta com um conjunto de atores dotados de instrumentos de poder que disputam os resultados do processo político em termos de distribuição de benefícios escassos” (MARQUES, 2006), por isto, o poder inserido na rede muitas vezes é relacional. As conexões entre indivíduos, organizações e entidades

protagonizam conjunturas plurais, e influencia o fluxo de bens tangíveis e intangíveis, ao incluir as relações de poder e a capacidade de resiliência dos vínculos e, assim, da rede.

As redes podem ser estudadas sob várias óticas de análise: como prescrição normativa para determinadas situações; como conjunto de ferramentas analíticas para o estudo de situações específicas por meio da análise das conexões sociais nelas presentes; como método de investigação; como método de análise das relações sociais entre público/privado, local/global; ou ainda como unidade básica de análise da sociedade e das relações sociais.

A partir do século XVI que a palavra “governar” adquiriu o significado político como é conhecido atualmente. Antes disto, referia-se ao “deslocamento no espaço, ao movimento, que se refere à subsistência material, à alimentação, que se refere aos cuidados que se podem dispensar a um indivíduo e a cura que se pode lhe dar [...]” (FOUCAULT, 1978). Já no que se refere ao uso moral da palavra, “governar” se refere a “impor um regime”.

Antes de analisar o conceito e as ideias que permeiam a governança, se faz necessário distinguirmos governamentalidade de governança. Muito embora, ambas as expressões sejam qualitativas, suas propostas conceituais são distintas.

A análise de Foucault para explicar como se dá a governamentalidade no Ocidente está apoiada em três fatores: na ideologia cristã do poder pastoral; no fortalecimento estatal, a partir do século XVI e; “em uma serie de instrumentos estatais que formariam nos séculos XVII e XVIII o dispositivo de polícia” (SANTOS, 1997).

A relação entre biopoder e biopolítica é o que Foucault denomina de governamentalidade. O conceito de biopoder nasce no século XVIII e usado por Foucault para explicar o poder exercido sobre a vida. Sobre esse conceito Foucault (1978, p. 3) explica:

[...] o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fator biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder.

Por outro lado, a governança, é definida por Santos (1997) como:

[...] a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico, incluindo-se aí não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e os grupos de repressão, como também as redes sociais informais (de fornecedores, famílias, agentes), hierarquias e associações de diversos tipos.

Villela e Pinto (2009) corroboram com Santos a respeito do conceito de governança, definindo-o como o “processo de coordenação de atores, de grupos sociais, de instituições ou de redes empresariais para alcançar objetivos discutidos e definidos coletivamente”.

Em locais onde estão concentradas empresas, configurando uma rede de interesses comuns, que apresentam um saber-fazer característico e uma produção específica possuem potencial significativo para o desenvolvimento econômico coletivo. “Tais arranjos devem, teoricamente, elaborar um governança capaz de conciliar interesses nem sempre convergentes dos diferentes atores; planejar conjuntamente e executar ações cooperativas que promovam o desenvolvimento de suas atividades empresariais” (VILLELA e PINTO, 2009). Essa forma de governança caracteriza as Aglomerações Produtivas Locais – APL. APL é uma rede com governança própria, baseada na relação de troca entre os atores, que surge de maneira espontânea, requerendo uma localidade espacial e uma gestão social participativa.

É a confiança entre os atores e a conformidade dos interesses comuns que viabilizam a cooperação e a estruturação de relações interempresariais. Justamente por conta

dessas características é que a realidade dos APLs mais se aproxima de redes com perfis horizontais e informais. (VILLELA; PINTO, 2009).

Enfim, a APL se caracteriza por um contíguo de atores sociais estabelecidos em um determinado território, aos quais oferecem conhecimentos específicos capazes de produzir de forma individual ou coletiva, determinados bens e serviços. São possíveis organizações substantivas (SEVERO; PEDROZO, 2008) serem criadas por sociedades em rede (CASTELLS, 2009) por proximidades geográficas. A configuração reticular em APL é caracterizada pelos laços entre esses atores, que permite variadas formas de organização em uma mesma aglomeração. A governança nas Aglomerações Produtivas Locais inside na capacidade de articulação dos atores em prol de uma finalidade coletiva.

Sobre o conceito de governança na ótica da Gestão Social, Villela e Pinto (2009, p.112) resumem: “é a prática de uma gestão compartilhada de processos decisórios que conduz, a partir do consenso, as deliberações de uma dada rede, objetivando articular e facilitar ações do projeto de desenvolvimento traçado pelos próprios participantes”.

Sobre as aglomerações produtivas por proximidade geográfica, Cazella et al. (2009, p. 33) acrescentam que “o contexto social e cultural e a possibilidade de frequentes relações ‘face a face’ facilitam, por exemplo, a coordenação dos diversos atores, a **transmissão das informações pertinentes e a difusão de conhecimentos tácitos**” (grifo meu).

Assim, esse estudo entende que as organizações em rede por meio de associações, cooperativas de trabalho, movimentos sindicais (COSTA; MARINHO, 2008), APLs, etc., contribuem para a constituição de uma **ética participativa e comunicativa** com base na visão de Habermas (1989) no trato com a “coisa” local, no sentido de “se fazer presente”, sobretudo, e também no processo de produção e difusão dos conhecimentos construídos no saber-fazer da agricultura familiar. A difusão dos conhecimentos produzidos localmente na perspectiva da agroecologia será apresentada e discutida na próxima seção.

## **2.6. A Perspectiva Sociopolítica da Agroecologia e a Relação entre os Conhecimentos Científicos e os Tradicionais: Possíveis Aproximações com a Etnociência e com a Ecologia dos Saberes.**

Para esse estudo considera-se que o desenvolvimento de práticas agrícolas baseadas em princípios agroecológicos represente uma possível e potencial estratégia de organização, colaboração e cooperação social entre as unidades familiares, contribuindo para a “sustentabilidade ambiental, cultural e sociopolítica dessas comunidades” (LTEIF et al., 2011). Essa perspectiva pode ser favorável, sobretudo, quando muitos fatores interferem e prejudicam a atividade agropecuária, como as que se localizam próximas a centros urbanos e industriais, como é o caso do município de Seropédica, objeto desse estudo.

Para a permanência dessas populações rurais na atividade agrícola, a agroecologia vem contribuir para as discussões acerca dos problemas sociais relativos à exclusão no campo, ou seja, ao processo de empobrecimento das comunidades que não tiveram acesso ao processo de modernização no meio rural pelo uso dos “pacotes tecnológicos”<sup>29</sup> difundidos pela Revolução Verde (Figura 9) – **racionalidade instrumental**. Portanto, em uma perspectiva mais ampla, entende-se que a agroecologia e a produção orgânica ultrapassa as técnicas de produção buscando um direcionamento social, cultural, econômico e político, com base na **racionalidade substantiva** proposta por Guerreiro Ramos (SEVERO e PEDROZO, 2008).

---

<sup>29</sup> Essa é uma forma de difusão de conhecimento muito afastada da visão da etnociência e que, portanto, é incompatível com a agricultura familiar, sobretudo, àquela que preconiza as práticas e concepções da agroecologia.

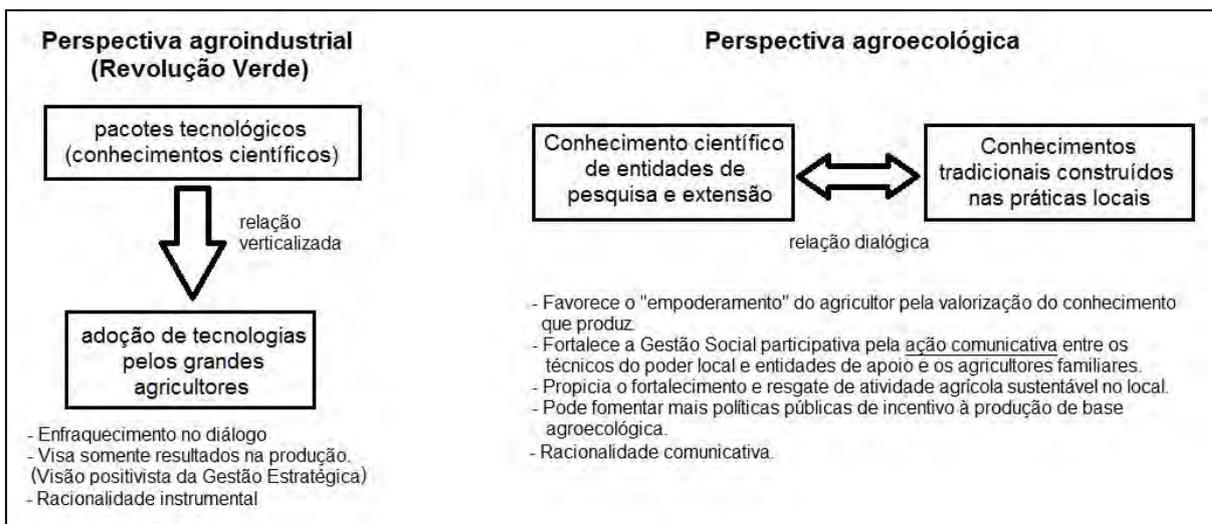
Como a racionalidade substantiva prevê a emancipação do homem e o resgate da condição humana no âmbito do trabalho (SERVA, 1997), um dos aspectos mais relevantes dessa ciência à valorização e à legitimação do conhecimento tácito produzido localmente, na relação dialógica com os conhecimentos acadêmicos, é considerado por Feiden (2005) que:

Resgatar e conservar os conhecimentos e a cultura local: no seu contato dia a dia, com o ambiente, os agricultores realizam observações muitos fenômenos que ocorrem em seus sistemas de produção, e apesar de não descreverem em termos científicos, possuem uma gama de informações codificadas que somente eles têm acesso. Assim, a sua participação é fundamental no desenvolvimento de um novo modelo de agricultura, pois enquanto os técnicos possuem uma visão extremamente analítica, com poucas informações extremamente detalhadas, os agricultores possuem uma visão mais global e integrada do conjunto de fenômenos e, de suas consequências, mesmo que não tenha um conhecimento detalhado de cada fenômeno em si. Assim, o conhecimento do agricultor pode fornecer, rapidamente, uma série de informações que técnicos e pesquisadores gastariam anos de pesquisa para obter. Nem por isso deve-se cair no erro de superestimar o conhecimento local, pois este também tem seus limites.

A agroecologia procura associar o conhecimento tradicional construído localmente pelos trabalhadores que lidam com a terra, com os conhecimentos científicos acumulados pelas pesquisas realizadas na área, respeitando a diversidade de experiências próprias do saber fazer da comunidade estudada no sentido de resgatar a auto-estima dos produtores ao legitimar e validar as suas práticas de forma dialógica e horizontal (Figura 9). Essa possível interação pode ter convergência com a ideia de “ação comunicativa” (HABERMAS, 1989) de entendimento mútuo entre os produtores imbuídos de práticas tradicionais de manejo e, mais ainda, com pesquisadores na área. Para tanto, são realizadas construções teóricas resultantes das representações que cada indivíduo ou grupo social elabora, onde as decisões relacionadas à agroecologia são negociadas simbolicamente em campos transepistêmicos, envolvendo recursos e direcionamentos entre cientistas, políticos, empresários, agricultores familiares, dirigentes dos órgãos públicos, movimentos sociais, ONGs, entre outros (LTEIF et al., 2011).

Com relação à proximidade da localização entre os produtores de conhecimento de uma determinada atividade como um processo de inovação, assim como o *pólo de produção de conhecimento em agropecuária* localizado em Seropédica, Cazella et al. (2009, p. 33) acrescentam que:

Os sistemas produtivos dependem, portanto, do desenvolvimento de competências coletivas capazes de construir os recursos que lhes são estratégicos. A proximidade dos centros de produção do conhecimento, por exemplo, proporciona a possibilidades de poder contar com um mercado de trabalho altamente qualificado e atualizado, e um ambiente que **favorece a difusão do conhecimento tácito**. A importância da proximidade geográfica será, desse modo, função do tipo de atividade inovadora envolvida.



**Figura 9** – A relação do conhecimento na perspectiva agroindustrial e na agroecológica.  
**Fonte:** diagrama produzido pelo autor.

A experimentação que leva à aprendizagem empírica, oriunda de uma observação aguçada por práticas locais acerca do que os ecólogos (extensionistas e técnicos preocupados com o desenvolvimento sustentável do local, como nos diagramas das Figuras 6 e 7) podem aprender com a dinâmica dos sistemas complexos, leva Altieri (2012, p.166) a discutir que:

[...] um *diálogo de saberes* se faz necessário entre ecólogos. [...] Habilidades locais podem ser mobilizadas por meio de abordagens participativas de desenvolvimento, combinando o saber local com o conhecimento e as competências dos agentes externos na concepção e difusão de técnicas agrícolas apropriadas.

Atualmente o Estado, em âmbito nacional, tem se apropriado das experiências em agroecologia e as transformado em políticas públicas<sup>30</sup> buscando dar direcionamento às experiências realizadas no sentido de formar indivíduos com uma ampla capacidade de refletir criticamente sobre as dimensões social, cultural, produtiva e ambiental e entender os interesses que estão em jogo, pois “pequenas propriedades rurais são a chave para a segurança alimentar mundial” (ALTIERI, 2012, p. 363). Mais ainda, levar as comunidades a perceberem a importância da participação, da organização e da articulação política, a fim de alcançarem os seus direitos e objetivos almejados, possibilitando também experimentarem as oportunidades mercadológicas que se abrem para o produto de base agroecológica.



**Figura 10** – A formação do conhecimento construído pela ciência agroecologia.  
**Fonte:** Diagrama desenvolvido pelo autor com base em Lteif et al. (2011).

<sup>30</sup> Plano nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO - do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - Secretaria de Agricultura Familiar – SAF - Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – Ciapo – (BRASIL, 2013)

Tolentino, Frade e Benevenuto (2014, p. 285-286) corroboram com a perspectiva da multidimensionalidade da agroecologia, onde a mesma

[...] compõe um importante aspecto na discussão de um modelo de desenvolvimento voltado à promoção do alimento como direito humano e vem conquistando espaços como paradigma em construção, a partir de críticas ao modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico e avanço tecnológico. A concepção agroecológica de produção agrícola traz a possibilidade de envolver no processo de reflexão-ação desde questões ambientais e de uso de recursos naturais, a ocupação da terra pelas famílias do campo e a desvalorização dos saberes populares. (...) é uma ciência que **se fundamenta nos saberes populares e acadêmicos**, lembrando que essa fragmentação dos “saberes” é prática consolidada pelo pensamento cartesiano. (grifo meu)

Na tentativa de buscar aproximações epistemológicas entre a agroecologia e os princípios da etnociência, assim como com a noção de “ecologia dos saberes”, esse item tentará propor as convergências entre as ideias apresentadas por essas teorias, pois suas perspectivas apontam para a valorização dos conhecimentos tácitos, ou seja, aqueles construídos fora dos ambientes formais de ensino-aprendizagem.

Convergindo com essas ideias que questionam o pensamento cartesiano como única forma de refletir sobre os saberes, é importante procurar entender como as ciências sociais e humanas na era da modernidade buscaram analisar e compreender a complexidade das dinâmicas sociais e culturais construídas pelos seres humanos ao longo de toda a sua história. Nesse movimento, a **Etnociência** surge como um campo interdisciplinar e não como uma disciplina estanque, no âmbito da antropologia, a partir das décadas de 50 e 60 do século XX, quando os antropólogos buscam biólogos, matemáticos, físicos e outros profissionais para resolverem problemas da antropologia, como um esforço na tentativa de melhorar o entendimento entre as culturas.

A crítica proposta por Geertz (1999) sobre o “saber local” ser desqualificado até então pelas “ciências oficiais” como sendo um conhecimento “pré-científico” em uma visão positivista, embasa e sustenta as etnociências na busca pela valorização e pelo reconhecimento das ciências construídas localmente.

A definição de Hall (2006, p. 62) sugere que “etnia é o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais – língua, religião, costume, tradição, sentimento de ‘lugar’ – que são partilhadas por um povo”, embora considere que há uma **hibridização cultural** das nações modernas, o que pode vir a dificultar a identificação de grupos étnicos nas culturas ocidentais contemporâneas.

D’Oliveira Campos (2001, p. 10) no olhar proporcionado pela etnociência, explicita ainda a [...] “difícil tarefa de descondicionarmos-nos de nossos sistemas classificatórios acadêmicos na compreensão de saberes e técnicas elaboradas pelos humanos na relação com o meio ambiente em diferentes culturas”.

As aproximações entre a sociologia rural e as etnociências propostas por Carvalho e Bergamasco (2010) sugerem diálogos interdisciplinares entre o engajamento político da sociologia rural ao fazer uso do conceito de território pelo campo da geografia, com as etnociências. Essas últimas seriam, então, “as áreas de pesquisa que se propõem a estudar as categorias semânticas de ‘fora’ do saber científico ocidental, a partir do reconhecimento dos saberes das populações rurais e do interesse pelas múltiplas interações destas populações com os elementos que compõem o ambiente que habitam” (Ibidem, p. 6). Para os autores, essa aproximação pode favorecer múltiplas relações entre sociedade e ambiente e, sobretudo, proporcionar alternativas “políticas e socioeconômicas contra a opressão do sistema capitalista que desfavorece modos de vida diferentes ao modelo urbano e consumista” (Ibidem, p. 15).

Seguindo esse movimento, embora com enfoque ambiental, Diegues et al. (2000, p. 11), acrescentam que “a criação de uma etnociência da conservação foi influenciada nas décadas de 70 e 80 pelo surgimento e expansão de vários movimentos socioambientais, nos países tropicais, preocupados com a conservação e a melhoria das condições de vida da população rural”.

Outro movimento intelectual preocupado em compreender os conhecimentos tradicionais, oriundos do saber fazer dos diversos povos e culturas é a Etnomatemática. Esse movimento que é conhecido e difundido atualmente nos meios acadêmicos surgiu na década de 80, com diversas abordagens e representações sobre as diferentes formas de perceber os saberes construídos e difundidos em grupos culturais bem definidos como povos indígenas, povos africanos, **trabalhadores rurais**, etc. A expressão **etnomatemática** surge pela aproximação etimológica dos radicais *etno*, que são de grupos culturais identificáveis e inclui ações coletivas, memória, cultura, códigos, tradições, mitos, identidades, entre outros; *matema*, que é a maneira de explicar, de difundir, de entender, de lidar e de conviver com a realidade e *tica*, que é arte ou técnica<sup>31</sup> (D’AMBRÓSIO, 2001).

Com base em alguns pressupostos *freireanos* as pesquisas em Etnomatemática, a partir de então, se diferenciaram ou se aproximaram em seis dimensões. São elas: a **conceitual**, a **histórica**, a **cognitiva**, a **epistemológica**, a **educacional** e a **política** (D’AMBRÓSIO, 2001). Tanto a dimensão política quanto a dimensão cognitiva, são de grande importância para essa pesquisa, visto que há uma questão sociocultural muito presente nas práticas cotidianas da agricultura familiar. Isso ocorre em virtude da construção coletiva de conhecimentos e sua difusão local, bem como a historicidade desse segmento da sociedade, com as suas devidas implicações no resgate da dignidade dos seus atores e dos fatores que os levam a discutir sobre ações de desenvolvimento e de sustentabilidade para o território. Embora a perspectiva política da etnomatemática perpassasse por investigações de diversas culturas pelo mundo, percebe-se que para essa proposta de pesquisa há uma grande aproximação com os fatores socioculturais e econômicos no meio rural, no sentido de investigar como vêm sendo discutidas as suas contribuições teóricas, sobretudo, na produção agrícola familiar.

A partir de um levantamento da história da Etnomatemática no Brasil percebe-se que, desde o ano de 2000, no 1º Congresso Brasileiro de Etnomatemática (CBEm1) realizado na Universidade de São Paulo (USP), já havia uma preocupação de discutir os aspectos de produção no meio rural, pois foram criados três fóruns de pesquisa: (1) no meio indígena; (2) no **meio rural** e (3) no meio urbano. Além da criação desses fóruns, foram apresentados 13 trabalhos envolvendo as aproximações da etnomatemática com o meio rural. No congresso CBEm4, que ocorreu em novembro do ano de 2012 em Belém-PA, 21 trabalhos apontam para as discussões das **práticas agroecológicas no campo**, justamente por se tratar de um evento localizado na região amazônica, sendo o estado do Pará – que faz parte da Amazônia Legal – um dos estados mais ecologicamente ameaçados pelo desenvolvimento agropecuário convencional em larga escala. As preocupações com o desenvolvimento sustentável das várias regiões do Brasil levam a etnomatemática a discutir sobre as contribuições que as pesquisas nessa área podem oferecer, sugerindo como fórum de debate a “etnomatemática e a educação no campo” no CBEm4, pois vem considerar que a escola e a extensão rural podem tornar-se espaços públicos de fomento ao desenvolvimento local e sustentável a partir do reconhecimento e da legitimidade dada às práticas locais (PASSADOR, 2000).

Um dos estudos em etnomatemática que mais contribuíram para as reflexões sobre a agricultura familiar e os movimentos sociais no campo, foi realizado em 1995 por Gelsa Knijnik em sua tese de doutoramento. Ela inicia a sua pesquisa apresentando a preocupação

---

<sup>31</sup> Logo, etnomatemática é a arte ou técnica (tica) de explicar, de difundir, de entender, de lidar e de conviver com a realidade (matema) de grupos culturais identificáveis e inclui ações coletivas, memória, cultura, códigos, tradições, mitos, identidades, entre outros (etno) (D’AMBRÓSIO, 2001).

com os saberes advindos das práticas locais no campo, sua valorização e sua legitimação, acerca dos conhecimentos produzidos na cultura popular de trabalhadores de um assentamento do MST (Movimento dos Sem-Terra), consolidando-se em uma produção bibliográfica na forma de livro (KNIJNIK, 1996).

Várias pesquisas surgiram em seguida, ao abordar investigações antropológicas e sociológicas no campo, as quais assinalaram as realidades no meio rural, no sentido de desvendar e legitimar os conhecimentos e as técnicas advindas das práticas locais. A dimensão política da etnomatemática tem se debruçado sobre as questões que abarcam o empoderamento dos grupos sociais locais e dos atores sociais envolvidos, pois

[...] favorecer a autoconfiança é uma forma de sujeitar os indivíduos, tornando-os inclinados a aprender por si mesmos os propósitos desta técnica, qual seja: *etnomatematizar-se*. A *reflexão* traz à tona as suas dificuldades, com a sua falta de autoconfiança, e as oportunidades para adquiri-la por meio de capacidades e habilidades que serão criadas, tais como: valorizar a matemática local, possuir dignidade e reafirmar-se culturalmente. (BAMPI, 2011, p.58. Grifo meu).

A exclusão dos movimentos sociais, como os agricultores familiares locais nas decisões políticas nas esferas municipais, estaduais e federais, pode e deve ser questionada. O território da exclusão é (re) configurado de forma que os atores sociais estejam fora dos **circuitos de cidadania**. Nesse sentido, a cidadania combina-se com a técnica de *empowerment*<sup>32</sup>, com o objetivo de que os grupos locais se autogovernem como **cidadãos-democráticos** (CRUIKSHANK, 1999). Valorizar as etnomatemáticas e etnociências advindas do seu saber-fazer significa “empoderá-lo”, fazendo-o perceber o seu papel transformador na sociedade e sua participação ativa nas decisões políticas locais.

O processo de homogeneização causado pela globalização neoliberal “apresenta-se como um modelo civilizacional global, que subordina praticamente todos os aspectos da vida social à lei do valor” (SANTOS, 2004). Nessa lógica, o conhecimento verticalizado oferecido por instituições de extensão e pesquisa pode não “dar voz” e não legitimar os conhecimentos tradicionais produzidos localmente pelo saber fazer específico de um povo. Nesse sentido, as que seguem o modelo agroindustrial capitalista, promovem o que Boaventura de Souza Santos denomina **monocultura do saber** observada pelo rigor científico. Por outro lado, Petersen (2012, p. 14) acrescenta que “a essência do método agroecológico está na valorização dessa sabedoria camponesa para que ela seja elevada a outro nível na espiral de conhecimentos por meio do encontro sinérgico com os saberes provenientes das variadas disciplinas acadêmicas”.

A crítica à perspectiva da **monocultura dos saberes** no que, hegemonicamente, entende-se por moderno e avançado, Boaventura de Souza Santos (2004, p. 15) expõe que ela:

Consiste em transformar a ciência moderna e a alta cultura nos únicos critérios de verdade e de qualidade estética, respectivamente. (...) Essa lógica produz não-existência ao descrever como atrasado (pré-moderno, subdesenvolvido, etc.) tudo o que é assimétrico em relação ao que é declarado avançado. (...) A contemporaneidade do camponês é avaliada segundo os critérios de contemporaneidade do Banco Mundial e, à luz destes, é convertida numa simples expressão de atraso econômico.

A confrontação com essa vertente lógica se dá quando ocorre a “identificação de outros saberes e de outros critérios que operam credivelmente em práticas sociais” (Ibidem, 2004, p.18). A esta contraposição Boaventura de Souza Santos denomina *ecologia dos saberes*, que embora não implique na aceitação do relativismo, busca criar uma nova forma de ampliação no relacionamento entre o conhecimento científico e outras formas de

---

<sup>32</sup> Empowerment, do inglês, expressão usada para a ideia de empoderamento social.

conhecimento, criando uma “igualdade de oportunidades” para que ocorra a emancipação social, para a criação de um mundo mais justo e mais democrático. Acrescenta ainda que:

Essa credibilidade contextual deve ser considerada uma condição suficiente para que o conhecimento tenha legitimidade para participar em debates epistemológicos com outros saberes, nomeadamente com o saber científico. (...) O confronto e o diálogo entre os saberes é um confronto e diálogo entre diversos processos através dos quais práticas diferentemente ignorantes se transformam em práticas diferentemente sábias. (Ibidem, 2004, p.18).

Em conformação com a perspectiva agroecológica, os estudos da *etnomatemática*, da *etnociência*, assim como os pressupostos filosóficos da *ecologia dos saberes*, são aqui considerados convergentes no sentido de contribuírem para discussões e análises acerca da dialogicidade, da horizontalização e da complementação entre os conhecimentos produzidos academicamente<sup>33</sup> e os produzidos pelo saber fazer. Com essa articulação os conhecimentos tácitos não são perdidos, subjugados e, mais ainda: podem empoderar, resgatar e fortalecer as práticas sociais de um povo ou de uma sociedade que esteja ameaçada pelo desenvolvimento proposto pelos mecanismos de modernização com base no crescimento econômico com base na racionalidade instrumental utilitária.

Tal concepção também converge com a categorização da **Gestão Social** denominada “Comunidade de Prática” enquanto parte de uma categoria mais ampla que é a Esfera Pública enquanto espaço de participação, a qual vem se aproximar da Educação Dialógica freireana (FREIRE, 1987) que pressupõe o respeito aos conhecimentos já existentes do educando. Tais comunidades são espaços onde pessoas aprendem-ensinando (*pelos* outros) e ensinam-aprendendo (*com* os outros) e onde não ocorre hierarquização em relação aos saberes (CANÇADO, 2011).

Nesta perspectiva, compreende-se o movimento de se consolidar, reforçar ou criar parcerias que construam tecnologias sociais que remetam a sociedade a uma proposta inovadora de desenvolvimento nas suas várias dimensões. Ações que visem **incluir** o agricultor familiar nas políticas públicas, empoderando esses importantes atores sociais pelas suas ricas práticas locais, no sentido de garantir a segurança alimentar dessas famílias e da sociedade, de promover o desenvolvimento rural e a conservação dos ecossistemas.

Voltando à questão da Agroecologia, essa ciência além de estimular o diálogo entre os saberes e valorizar os conhecimentos tradicionais – quando aproximadas às ideias da etnociência e da ecologia dos saberes – as suas contribuições trazidas são extremamente amplas e fundamentais para o desenvolvimento territorial sustentável no que concerne às atividades rurais.

A agroecologia visa, sobretudo, a produção de conhecimento para quatro tipos de autonomia: para a soberania alimentar, para a produção de insumos – sementes, fertilizantes, etc., para a produção de tecnologias inovadoras com o intuito de não necessitar da presença constante de um técnico extensionista que adote a perspectiva “difusionista” (FREIRE, 1983) e para a geração de energia e fonte de recursos naturais como a água (SIQUEIRA et al, 2012). Para Siqueira e outros autores (2012) a construção do conhecimento agroecológico se dá também por meio de **redes de intercâmbios** no território principalmente em metodologias participativas do tipo “camponês a camponês” por meio de “rodas de conversa”. Nesse sentido, a família camponesa é percebida como a grande protagonista no processo de construção do conhecimento em uma perspectiva **freireana**, a qual vem considerar que os pares se comunicam melhor entre si. Desse modo, ela se caracteriza também como um movimento sociopolítico e socioambiental, de empoderamento do agricultor familiar em busca de sua identidade e de raízes culturais e principalmente de sua autonomia, de poder de decisão e participação ativa no processo produtivo, além das suas preocupações ambientais. A

<sup>33</sup> Pelas instituições de ensino, pesquisa e extensão em agropecuária.

agroecologia é, portanto, uma ciência integradora, que agrega conhecimentos de outras ciências, além de agregar também saberes populares e tradicionais, ou seja, as suas etnociências, sempre visando uma agricultura ambientalmente sustentável, economicamente eficiente e socialmente justa.

Dessa forma pretende-se que a ciência agroecológica construa o conhecimento junto com a família camponesa, valorizando os seus saberes e agregando outros já construídos pelas pesquisas acadêmicas formando uma rede “ecológica de saberes” ao legitimar as suas etnociências e artes ou técnicas advindas do seu saber fazer (D’AMBRÓSIO, 2001).

Em suma, a agroecologia soma uma quantidade significativa de atributos necessários ao desenvolvimento territorial sustentável. Entre elas, percebe-se que as decisões relacionadas à agroecologia são negociadas simbolicamente em campos transestêmicos, envolvendo recursos e direcionamentos entre: cientistas, políticos, empresários, agricultores familiares, dirigentes dos órgãos públicos, movimentos sociais, ONGs, entre outros (LTEIF et al, 2011). Em uma perspectiva mais ampla ela é uma ciência multidimensional que ultrapassa a técnica na qual promove um direcionamento no campo social, econômico e político. Promove ainda a combinação de sistemas tradicionais – pelo profundo conhecimento das potencialidades e limitações do ambiente pelas famílias camponesas – com algumas práticas agroecológicas, na qual a sua incorporação pode levar ao aumento da produção, à segurança alimentar com a oferta de alimento mais saudável, às questões ambientais, contribuindo para a sustentabilidade ambiental, cultural e sociopolítica das comunidades, à sua emancipação política, à soberania alimentar, à conservação da natureza e a permanência dos agricultores no espaço rural.

Como algumas características dos sistemas agroecológicos e/ou de produção de alimentos orgânicos vem sendo observados por alguns grupos de agricultores de Seropédica, sobretudo, aqueles se envolvem em parcerias com as instituições que desenvolvem pesquisa e extensão localmente e se organizam em redes de intercâmbios, as aproximações teóricas deste capítulo se fazem necessárias e se justificam. O fato de Seropédica possuir em seu território um **polo de produção de conhecimento** local em Agroecologia que pode favorecer uma reflexão acerca das contribuições de como o conhecimento produzido por essas instituições e entre os seus pares, podem promover, tanto o empoderamento pela participação dos grupos de agricultores nas ações e políticas públicas locais, quanto fomentar o desenvolvimento do território de maneira sustentável, a partir das interações e das ações comunicativas, nas quais os saberes e as técnicas tradicionais de manejo são resgatadas e valorizadas (LTEIF et al., 2011) na perspectiva da racionalidade substantiva.

### 3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1. Caracterização da Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa aplicada de **abordagem qualitativa**, pois vem considerar que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, a qual não pode ser traduzida somente por meio de números e, sendo **descritiva**, tende a analisar os dados de forma indutiva com o objetivo de descrever algumas características de certa população ou fenômeno AP assumir um levantamento de dados por meio de técnicas de coletas de dados padronizados como entrevistas, observação, etc. Quanto aos objetivos, ela também pode ser considerada **exploratória**, pois proporciona uma maior familiarização com o problema de forma a torná-lo explícito no sentido de construir suposições; e quanto aos procedimentos técnicos, é uma pesquisa **etnográfica** enquanto um processo de “imersão” na realidade investigada a qual contou e **observação participante** (GIL, 1994). Angrosino (2009, p. 30) define que “a etnografia é a arte e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções e suas crenças”. Este autor afirma ainda que para a etnografia “a observação participante não é propriamente um método, mas sim um estilo pessoal adotado por pesquisadores em campo de pesquisa que (...) são capazes de usar uma variedade de técnicas de coleta de dados para saber sobre as pessoas e seu modo de vida” (ANGROSINO, 2009, p. 34).

A **observação participante** foi realizada nesta pesquisa pelo fato de haver interação entre os investigados e o pesquisador, por este último ser professor da UFRRJ campus Seropédica desde 2011 e por participar, inicialmente como membro da sociedade civil não organizada e posteriormente como membro suplente representante da UFRRJ, de dois conselhos municipais – CONSEA<sup>34</sup> e CMDRS<sup>35</sup> – durante todo o período do estudo além de ter atuado como Assessor Territorial de Gestão Social – ATGS – no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET – do Território da Baía da Ilha Grande no qual o município de Seropédica pertence.

Portanto, fazer etnografia aliada à perspectiva da observação participante, segundo Mattos (2011, p. 49) implica em:

- (1) preocupar-se com uma análise holística ou dialética da cultura;
- (2) introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica e modificadora das estruturas sociais;
- (3) preocupar-se em revelar as relações e interações significativas de modo a desenvolver a reflexibilidade sobre a ação de pesquisar, tanto pelo pesquisador quanto pelo pesquisado.

Foi fundamental para esta pesquisa etnográfica a adequação de um paradigma metodológico que leve em consideração os aspectos socioculturais e políticos. O paradigma *qualitativo* será adotado para este estudo, tendo em vista que as análises serão baseadas nas observações e nos discursos dos participantes. As pesquisas qualitativas partem da ideia de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores, e de que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não é observado imediatamente, precisando ser desvelado (MAZZOTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p.131). Nesse sentido, nota-se que a pesquisa qualitativa não está preocupada com a amplitude e sim com a compreensão do que significam alguns fatores para as pessoas, quando as mesmas são ouvidas; pelo que elas vivenciam, no sentido de obter uma visão mais complexa e profunda de um fato ou fenômeno social (MINAYO, 2006). Embora a pesquisa trate e utilize dados

<sup>34</sup> Conselho de Segurança Alimentar do município de Seropédica.

<sup>35</sup> Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Seropédica.

quantitativos para expressar de maneira objetiva alguns resultados, os mesmos serão aprofundados pelos aspectos subjetivos em virtude da complexidade dos fenômenos sociais observados por meio dos discursos dos atores sociais elencados para o estudo, além da não linearidade da trajetória dos fatos.

Após o período exploratório inicial foram criados e aplicados instrumentos de coleta de dados que investigarão as práticas de participação dos atores sociais, suas interdependências e ligações tangíveis e intangíveis, proporcionadas pela cooperação e pela ação comunicativa pelo diálogo e entendimento “do saber do outro”, pela difusão e pela troca de conhecimentos construídos, de práticas e técnicas, pelo saber-fazer coletivo.

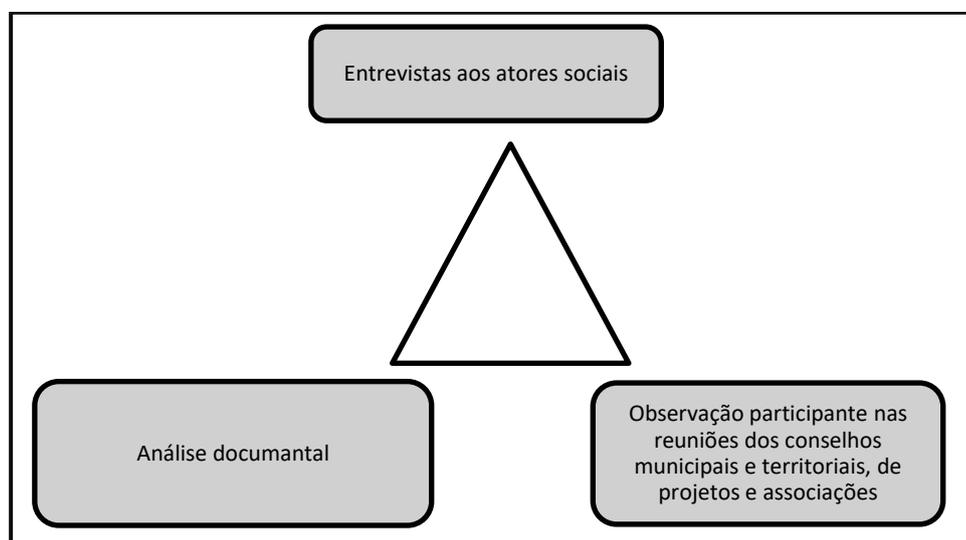
**Quadro 2** – Quadro de métodos e resultados esperados para os objetivos traçados.

	<b>Objetivos intermediários</b>	<b>Método</b>	<b>Resultados esperados</b>	<b>Categorias teóricas</b>
<b>i</b>	Identificar as principais leis e programas em documentos legais em escala nacional, regional e local e a história do município	Pesquisa exploratória: análise documental e telemática - leis orgânicas, documentos: Território da Baía da Ilha Grande, o Plano Diretor do Município e os regimentos das associações de produtores, história rural e o processo de urbanização do município	Perceber nos documentos convergências e divergências de ideias e ações para o desenvolvimento local.	- Aproximações teóricas com as temáticas observadas nos documentos
<b>ii</b>	Identificar os principais atores que propõem ações de desenvolvimento rural na região, a fim de reconhecer os <i>campos de poder</i> construídos na perspectiva das lideranças	Observação participante e exploratória: registro dos discursos e ações dos atores nas reuniões do CONSEA e CMDRS, do Território da Baía da Ilha Grande e de assembleias de associações	Quais são os atores envolvidos no desenvolvimento rural local? Como eles atuam?	- Desenvolvimento territorial e rural - Gestão Social - Controle Social - Democracia deliberativa - Inclusão
<b>iii</b>	Verificar como se dá a ação comunicativa e as interações dos grupos de agricultores com o poder local e com as instituições de pesquisa e extensão	Observação participante – entrevistas com atores e participação nas reuniões dos conselhos e assembleias.	Identificar como ocorrem as interações entre os 3 atores: produtores, extensionistas e Estado. Há convergências ou divergências de ideias nos discursos?	- Racionalidade Comunicativa - Dialogicidade - Campos de Poder - Tomada de decisão - Dialogicidade sem hierarquização - “interesse bem compreendido”
<b>iv</b>	Verificar se há uma tendência de preservação e fortalecimento da atividade pelo empoderamento de grupos de famílias estruturados em associações que buscam uma “racionalidade substantiva” com base nos princípios da agroecologia.	Observação participante – entrevistas com atores (produtores, extensionistas e técnicos da prefeitura), visita aos estabelecimentos de produção e participação em atividades de extensão.	Verificar se conhecimentos tradicionais construídos localmente são difundidos e legitimados pelas atividades de pesquisa e extensão, se empodera os agricultores e gera valor agregado ao produto diferenciado.	- Etnociência - Ecologia dos Saberes - Dialogicidade - Empoderamento - Racionalidade Substantiva - Emancipação - Comunidade de Prática - Sustentabilidade

**Fonte:** quadro elaborado pelo autor.

Para essa finalidade, haverá a triangulação (Figura 11) de métodos como combinação e cruzamento de diferentes pontos de vista (MINAYO, 2006) nos processos participativos na

coleta e, sobretudo, na análise dos dados, quando serão utilizados três objetos: (1) análise documental, (2) entrevistas aos diversos atores participantes do processo de desenvolvimento rural e (3) observação participante nas reuniões dos conselhos municipais de segurança alimentar e de desenvolvimento rural, reuniões de associações e projetos de capacitação e reuniões do colegiado do Território da Baía da Ilha Grande.



**Figura 11** – Triangulação de dados.  
**Fonte:** adaptado de Yin (2001, p.121).

### 3.2. Métodos e Coletas de Dados

#### 3.2.1. Análise documental

A coleta de dados contará inicialmente com uma análise documental e telemática<sup>36</sup>, de leis e relatórios nacionais e locais, dados estatísticos, regimentos de associações, etc. Trata-se de uma pesquisa de documentos de gestão das políticas públicas locais, regionais e nacionais para a agricultura familiar, que podem incluir: (a) o Plano Diretor do município; (b) as leis orgânicas municipais, estaduais e federais; (c) as atas de reuniões de conselhos municipais; (d) os regimentos dos Programas Governamentais e não governamentais; (e) políticas públicas e programas locais, regionais, nacionais, globais, supranacionais, etc. que atuam para o desenvolvimento territorial sustentável no meio rural; (f) dados estatísticos em fontes como IBGE, (g) censo da prefeitura; (h) pesquisas acadêmicas anteriores; (i) documentos e atas de reuniões de associações de agricultores, (j) projetos institucionais de extensão e pesquisa, etc.

**Quadro 3** – Documentos analisados (Continua).

Nº	Documentos analisados	Data de elaboração/aprovação	Nº da Lei
1	Plano Diretor Decenal do Município de Seropédica	2006	
2	Lei de criação do CONSEA de Seropédica	Maior de 2016	619/2016
3	Regimento interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS – de Seropédica	Março de 2016	
4	Leis relacionadas ao PRONAF	28 de Junho de 1996 24 de julho de 2006	Decr. 1946 Lei 11326

<sup>36</sup> Por meio de documentos e informações disponíveis na internet.

**Quadro 3 – Documentos analisados (Continuação).**

Nº	Documentos analisados	Data de elaboração/aprovação	Nº da Lei
5	Regimento Interno do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande	Novembro de 2015	
6	Atas das reuniões do Colegiado da Baía da Ilha Grande	Agosto de 2015 a Setembro de 2016	
7	Atas das reuniões do CONSEA-Sr	Março de 2015 até outubro de 2016	
8	Atas das reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Seropédica – CMDRS	Fevereiro 2015 até outubro de 2016	
9	Lei de criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Seropédica – CMDRS	Fevereiro de 1997	
10	Diretrizes do Programa Territórios Rurais e Chamada do CNPq para o Programa dos NEDETs	Novembro de 2005 Novembro de 2014	CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014
11	Lei de criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Seropédica – FUMDETS	09 de maio de 2015	275
12	Lei do PNAE - Inclusão da Agricultura Familiar no PNAE (FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)	16 de junho de 2009 02 de abril de 2015	Lei 11497 Resol. 4
13	Constituição República Federativa do Brasil	1988	Art. 187
14	Dados dos censos do IBGE	2000, 2006 (Censo Agropecuário) e 2010	
15	Estudos Socioeconômicos dos municípios do Rio de Janeiro pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – Seropédica	2008, 2010, 2015	
16	PPA – Plano Plurianual de Seropédica	2014 a 2017	
17	Regimento interno da Feira de Agricultura Familiar da UFRRJ	Agosto de 2016	
18	Chamada pública Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade de Compras Institucionais com dispensa de licitação - UFRRJ	Junho de 2016	n.º 01/2016 GProR/PROAF
19	Estudos anteriores diversos (teses, dissertações, monografias, artigos de revistas periódicas e anais de congressos, etc.)	De 2006 a 2016	
20	Lei que institui a política nacional de resíduos sólidos	De 12 de agosto de 2010	Nº 12.305
21	Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais	De 14 de outubro de 2011	Lei nº 12.512, de 2011
22	Relatório de produtores e propriedades cadastrados pela Superintendência de Defesa Agropecuária do RJ	24 de junho de 2014	

**Fonte:** quadro elaborado pelo autor.

**3.2.2. Pesquisa de campo: entrevistas**

Paralelamente à análise documental, foi realizada **pesquisa de campo** com base em **entrevistas semiestruturadas**<sup>37</sup> (VERGARA, 2009), onde os sujeitos da pesquisa selecionados foram os agricultores participantes de bairros, associações e cooperativas, que adotam algum tipo de estrutura, seja por proximidade física/local, organizacional ou em função de alguma característica do produto cultivado, representantes da Secretaria de

<sup>37</sup> As entrevistas semiestruturadas foram construídas a partir de um roteiro de temas que, adaptados a cada situação, compuseram a estrutura de assuntos tratados na pesquisa sobre o a agricultura familiar em Seropédica (anexo II).

Ambiente e Agronegócio, participantes de conselhos municipais, atores de mercado, pesquisadores e extensionistas das entidades locais, professores e alunos envolvidos em extensão na UFRRJ, etc. Resumindo, foram escolhidos os atores mais envolvidos com ações e reflexões sobre o desenvolvimento rural no município, sobretudo, voltados para a agricultura familiar. A aproximação do pesquisador com os agricultores foi realizada por questões de acessibilidade, pois foram abordados aqueles que mantinham algum vínculo com as instituições de pesquisa e extensão e/ou com os conselhos municipais, colegiado territorial, capacitações, projetos oferecidos, parcerias, etc., durante o período da pesquisa. As entrevistas foram **gravadas em equipamento de áudio** e foram posteriormente transcritas em arquivo de texto digital. Os elementos norteadores (anexo II) das entrevistas foram criados a partir dos temas mais recorrentes nos debates ocorridos nos conselhos municipais assim como nas reuniões das associações de agricultores por meio da observação participante do autor. Tais temas norteadores serão abordados no Capítulo 4 – resultados e discussões – do subitem 4.2 ao subitem 4.9.

No sentido de obter um panorama inicial das famílias de agricultores, associações e secretarias do município, nas entrevistas que foram realizadas, obteve-se as seguintes informações: quais são os atores envolvidos? Quantas famílias praticam a atividade no município? Existem associações, cooperativas, etc. desses produtores? Qual (is) a(s) perspectiva(s) da Secretaria de Ambiente e Agronegócio do município? Há a atuação/cooperação de técnicos de entidades de pesquisa e extensão em agropecuária?

No período exploratório inicial no item 4.1, a coleta de dados originou-se anteriormente a esse projeto em uma pesquisa de campo na qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com **um** agricultor de cada uma das duas **aglomerações produtivas** investigadas para a obtenção de um “panorama inicial” da realidade do local do município de Seropédica: (1) bananicultores do bairro Sá Freire e (2) agricultores orgânicos da Associação SerOrgânico. As entrevistas semiestruturadas – nesse contato com esses dois agricultores de APLs distintos – foram gravadas em equipamento de áudio e transcritas fielmente com o objetivo de obter uma maior fidelidade das respostas e colocações dos participantes. As entrevistas seguiram a seguinte estrutura de roteiro norteador igualmente para os entrevistados: (a) Como é estrutura do grupo de produtores/agricultores que você participa? (b) Quais são os problemas e dificuldades encontrados na produção? Os agricultores se organizam para resolverem esses problemas coletivamente? (c) A política local interfere positivamente ou negativamente de alguma forma no trabalho de vocês? (d) A política nacional e global interfere positivamente ou negativamente de alguma forma no trabalho de vocês? (e) O grupo de agricultores a que você pertence construíram ou usam algum “bem coletivo”, ou seja, que pode ser usado por todos? Que recursos são esses? (f) Como é a relação entre os que produzem e os que vendem/distribuem os produtos? (g) Existe algum tipo de participação do grupo nas políticas públicas locais (municipais) como reuniões e conselhos? (h) Que tipo de desenvolvimento na região os agricultores necessitam mais urgentemente? (i) Existe algum conhecimento que é comum a todos, ou que vocês troquem e aprendem entre si? (j) Como está a oferta de mão de obra na região? (k) Como você vê o futuro da agricultura no seu grupo e em Seropédica?

Após o contato inicial com esses dois agricultores, o qual apresentou ao autor um panorama entre duas realidades distintas, foram escolhidos os atores sociais a serem entrevistados, com base na observação participante nas reuniões em que o autor esteve presente, conforme o quadro a seguir (Quadro 4):

**Quadro 4 – Atores sociais entrevistados.**

<b>I</b>	<b>Atores envolvidos nas Políticas Públicas e Conselhos</b>	<b>Entidade</b>	<b>Sigla de identif.</b>
1	Agente da Secretaria de Meio Ambiente e Agronegócio de Seropédica	SEMAMA	APP1
2	Membro do CONSEA	CONSEA	APP2
3	Representante do poder público no CAE – Conselho de Alimentação Escolar <sup>38</sup>	SMECE	APP3
4	Um dos primeiros membros organizadores do Colegiado da Baía da Ilha Grande	BIG	APP4
<b>II</b>	<b>Atores de instituições de pesquisa e extensão</b>	<b>Entidade</b>	<b>Sigla de identif.</b>
1	Três agentes de pesquisa da PESAGRO <sup>39</sup>	PESAGRO	APE1
2	Agente institucional de pesquisa da EMBRAPA	EMBRAPA	APE2
3	Agente institucional de extensão da EMATER	EMATER	APE3
4	Agente institucional de pesquisa e extensão da EMBRAPA – SIPA (Fazendinha Agroecológica do Km 47)	EMBRAPA	APE4
<b>III</b>	<b>Professores da UFRJ envolvidos em extensão universitária</b>	<b>Entidade</b>	<b>Sigla de identif.</b>
1	Professora envolvida em projeto de extensão	UFRRJ	PRO1
2	Professor envolvido em projeto de extensão	UFRRJ	PRO2
3	Professora envolvida em projeto de extensão	UFRRJ	PRO3
4	Professor do CTUR (que também é agricultor orgânico)	CTUR	PRO4
<b>IV</b>	<b>Alunos da UFRJ envolvidos em projetos universitários</b>	<b>Entidade</b>	<b>Sigla de identif.</b>
1	Aluno integrante do GAE (Grupo de Agricultura Ecológica)	GAE/UFRRJ	ALU1
2	Aluna do CERES-Jr (empresa incubadora junior)	CERES-Jr	ALU2
<b>V</b>	<b>Atores da sociedade civil – lideranças de agricultores</b>	<b>Entidade</b>	<b>Sigla de identif.</b>
1	Agricultora da Associação Serorgânico	Serorgânico	AGR1
2	Agricultora da Associação dos Bairros Santa Alice e Coletivo	AACSA	AGR2
3	Agricultor do COGEM de Piranema, membro da Associação de Agricultores do bairro Casas Altas e membro do CMDRS	COGEM CMDRS	AGR3
4	Agricultor da Associação de Agricultores Orgânicos Raiz Forte	Raiz Forte	AGR4
5	Duas agricultoras do Bairro Incra	PIC-Grande Rio – Bairro Incra	AGR5
6	Agricultor do Grupo de Agricultores Orgânicos Serramar	Serramar	AGR6
7	Agricultor da Associação Sol da Manhã	Sol da Manhã	AGR7
8	Agricultor do Bairro Sá Freire	Sá Freire	AGR8
9	Agricultor orgânico que participou da chamada pública para fornecimento do PNAE	Raiz Forte	AGR9
10	Agricultor orgânico que participou da chamada pública para fornecimento do PNAE	Raiz Forte	AGR10
<b>VI</b>	<b>Atores da comercialização local</b>	<b>Entidade</b>	<b>Sigla de identif.</b>
1	Responsável pelo setor de compra no supermercado local	Supermercado	MER1
2	Quatorze feirantes da feira de domingo do km 49 de Seropédica entrevistados individualmente	Feira de Seropédica	FEI1 a FEI14

**Fonte:** quadro elaborado pelo autor.

A escolha dos atores entrevistados esteve relacionada com a observação participante do autor durante o período exploratório, a qual percebeu aqueles que estão mais ligados às questões que concernem às ações de extensão rural voltadas à agricultura familiar no município. As entrevistas aos atores da sociedade civil – os agricultores – foram estabelecidas

<sup>38</sup> O agente institucional responsável pelo Conselho de Alimentação Escolar – CAE – não autorizou gravação da entrevista em equipamento de áudio.

<sup>39</sup> A entrevista na PESAGRO foi realizada concomitantemente com três pesquisadoras. Os discursos registrados e analisados estiveram bem alinhados, sem pontos de discordância o que favoreceu a concentração das respostas com uma única identificação – APE1. Dos três entrevistados, dois agentes atuam como representantes dos conselhos municipais estudados e uma delas do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande. O mesmo ocorreu com os agricultores do Bairro Incra.

acerca da perspectiva das lideranças enquanto presidentes de associações, comunidades ou bairros, ou direcionadas àqueles que têm frequentado reuniões de conselhos, capacitações, encontros, etc. A delimitação do número de alguns atores que foram entrevistados contou com o conceito de **fechamento amostral por saturação** que “é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição” (FONTANELLA et al., 2008, p.17) de alguns elementos presentes nos discursos. É óbvio que nenhum discurso é igual a outro, mas é possível que ocorram elementos comuns nas falas entre alguns segmentos e grupos de atores entrevistados. Houve, no total, 43 atores entrevistados entre professores, extensionistas, pesquisadores, alunos, agricultores, cidadãos envolvidos nas políticas públicas e no comércio local.

### 3.2.3. Pesquisa de campo: observação participante nos conselhos municipais e reuniões de associações.

Durante a pesquisa de campo houve a observação participante do autor, com as informações devidamente registradas em caderno de campo, pela observação de diálogos e ações dos atores envolvidos nas reuniões do (1) Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Seropédica – CONSEA-Sr, que são realizadas bimestralmente na Câmara Municipal de Seropédica e (2) do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, realizada também a cada dois meses na PESAGRO-Rio. A participação do autor nas reuniões de ambos os conselhos tem ocorrido de forma sistemática e ininterrupta a cada dois meses desde o mês de junho de 2014, nas quais foram **registradas em caderno de campo** as falas e ações decorrentes das articulações entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento rural e de segurança alimentar do município. Outras observações participantes também ocorreram em reuniões de projetos, associações, capacitações e do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande, conforme descreve o Quadro 5.

A observação participante do autor dessa pesquisa contou com a identificação dos campos de poder que são formados nas arenas de disputa, as quais foram anteriormente observadas, sobretudo, pela inclusão dos agricultores familiares no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – do município de Seropédica. Ao participar dos debates ocorridos sobre essa questão, o pesquisador contribuiu para as discussões sobre o fornecimento de alimentos para a alimentação escolar como uma política pública de inclusão das famílias no processo, visando o fortalecimento da atividade na região e que pode redimensionar a garantia pela segurança e pela soberania alimentar no município.

Para Serva e Jaime Júnior (1995, p. 69) a **observação participante** é “uma situação de pesquisa onde o observador e observados encontram-se numa relação face a face, e onde o processo de coleta de dados se dá no próprio ambiente natural de vida dos observados”.

Houve inclusive a participação do autor dessa pesquisa nas reuniões das redes e associações de agricultores contatados, no intuito de conhecer e mapear as ações dos arranjos produtivos locais – APL, sobretudo, acerca das relações e interações com o comércio, com os poderes locais e com as instituições de pesquisa e extensão que atuam na região.

**Quadro 5** – Observação participante em conselhos municipais, colegiado territorial e reuniões de projetos e associações (Continua).

Nº	Reuniões e ações	Período	Forma de participação
1	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Seropédica – CONSEA-Sr	Jun. de 2014 a dez. de 2016	Visitante até agosto de 2016 e <b>membro suplente da UFRRJ</b> de agosto de 2016 em diante

**Quadro 5 – Observação participante em conselhos municipais, colegiado territorial e reuniões de projetos e associações (Continuação).**

Nº	Reuniões e ações	Período	Forma de participação
2	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Seropédica – CMDRS	Ago. de 2014 a dez. de 2016	Visitante até agosto de 2016 e <b>membro suplente da UFRRJ</b> de agosto de 2016 em diante
3	Assessor Territorial de Gestão Social – ATGS – do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Baía da Ilha Grande – NEDET-BIG	Jun. de 2015 a Nov. de 2016	Bolsista do programa pelo CNPq vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA com organização e elaboração de projetos, reuniões do Colegiado Territorial, capacitações, regimento interno, Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, etc.
4	Reuniões para a implantação do projeto da “Feira da Agricultura Familiar da Rural”	Jun. a nov. de 2016	Visitante e colaborador
5	Encontros de capacitação para os agricultores de Seropédica e Adjacências – Organização: EMATER-Rio, EMBRAPA e Fazendinha Agroecológica do Km47	Jul. a set. de 2016	Visitante e cursista
6	Reuniões do Sistema Participativo de Garantia – SPG – de Seropédica, pela ABIO – Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro	Abr. a jun. de 2015	Visitante
7	Reuniões para a organização do “Seminário Intermunicipal sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE”	Jul. a set. de 2016	Membro da Comissão organizadora
8	Encontros de Capacitação com a Associação de Agricultores Orgânicos – Serorgânico	Set. de 2015 a jul. 2016	Coordenador e mediador do programa de capacitação e dinamizador do tema “cultura, identidade e território”

**Fonte:** quadro elaborado pelo autor.

**3.2.4. Pesquisa de campo: observação participante nas reuniões do Colegiado do Território da Baía da Ilha Grande**

O **Território da Baía da Ilha Grande**<sup>40</sup> (Figura 12) é composto por cinco<sup>41</sup> municípios situados na Região da Costa Verde no Sul do Estado do Rio de Janeiro, que inclui Angra do Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty e **Seropédica**. Estes municípios englobam uma área de 2663 km<sup>2</sup> onde vive uma população de aproximadamente 430.502 habitantes (IBGE, 2010).

O procedimento adotado para essa investigação foi a participação do pesquisador nas reuniões que envolvem os representantes dos municípios envolvidos, por meio de registro em caderno de campo das discussões presentes nas agendas e entrevistas com as lideranças representativas dos segmentos sociais. Desde junho de 2015 o autor desta pesquisa atua como ATGS – Assessor Territorial de Gestão Social – do programa NEDET-BIG – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – da Baía da Ilha grande. O programa foi coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT – do Ministério do Desenvolvimento Agrário até maio de 2016, quando ocorreu o afastamento da presidente Dilma Rousseff para o processo de *impeachment* que culminou em agosto do mesmo ano.

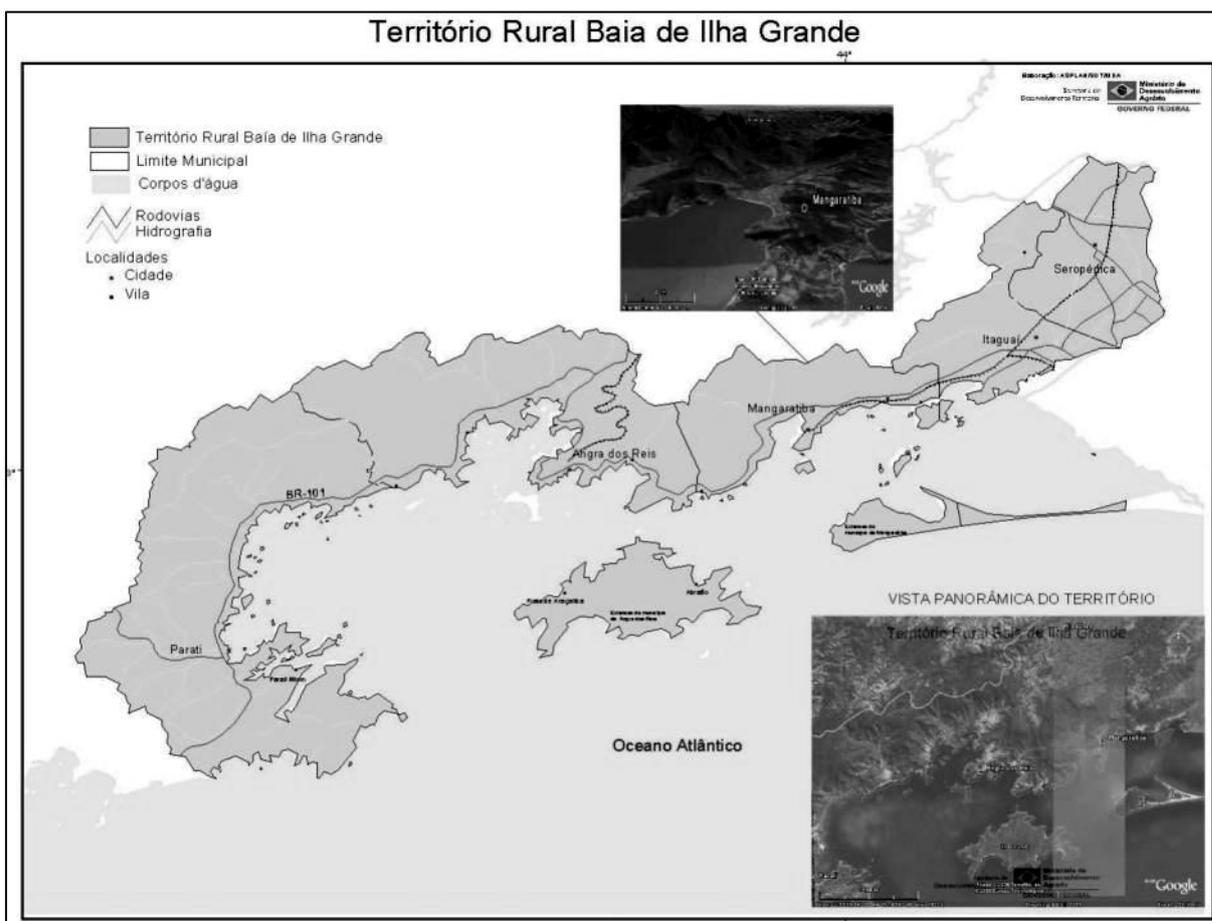
<sup>40</sup> Território criado pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

<sup>41</sup> O município de Rio Claro passou recentemente integrar o colegiado, que atualmente que está passando a ter seis municípios, mas essa inclusão ainda não foi formalizada pela SDT.

Embora o MDA tenha sido extinto, o programa NEDET continua atuando no colegiado territorial pela chamada pública do CNPq por meio do projeto “A participação das mulheres em atividades rurais nos municípios de Seropédica e Itaguaí (RJ): pesquisa e extensão para a capacitação em Gestão Social na agricultura familiar visando o desenvolvimento territorial sustentável”. Após o término da vigência das bolsas de pesquisa e extensão houve a prorrogação até abril de 2017 da utilização dos recursos financeiros para custeio de diárias e despesas com o deslocamento e alimentação dos membros do colegiado representantes da sociedade civil organizada para os encontros, capacitações e reuniões plenárias.

O Colegiado do Território da Baía da Ilha Grande conta atualmente com participação institucional das prefeituras dos cinco municípios, devidamente representados pelas secretarias ligadas à agricultura, meio ambiente e pesca, por representantes de instituições de pesquisa e extensão – EMATER, EMBRAPA, UFRRJ, FIPERJ, PESAGRO, etc. – e órgãos públicos federais como a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), assim como membros da sociedade civil enquanto representantes de associações, sindicatos, cooperativas, etc.

Foram realizadas oito reuniões plenárias no período sob a coordenação do NEDET-BIG, além da organização da conferência de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural – etapa territorial, reuniões para elaboração do regimento interno do colegiado, encontros de capacitação dos membros e das comunidades e para a elaboração do PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.



**Figura 12** – Território Rural da Baía da Ilha Grande.

**Fonte:** Diagnóstico Territorial - Território Baía da Ilha Grande – SDT – MDA (2011).

### 3.2.5. Participação no projeto de extensão para as mulheres do campo e NEDET

A sensibilização de agricultores e agricultoras para que participem do projeto de pesquisa extensão intitulado “A participação das mulheres em atividades rurais nos municípios de Seropédica e Itaguaí (RJ): pesquisa e extensão para a capacitação em Gestão Social na agricultura familiar visando o desenvolvimento territorial sustentável”, **que teve a participação do autor dessa pesquisa enquanto dinamizador de capacitações e como um dos organizadores** e ATGS do NEDET<sup>42</sup> da Baía da Ilha Grande, pôde contribuir para a um maior envolvimento do mesmo com os produtores, no sentido de compreender com maior profundidade as questões pertinentes a atividade rural da região. Essa aproximação favoreceu a comunicação com os agricultores e com os demais atores de Seropédica, sobretudo, em virtude da possibilidade de coletar dados a partir dos discursos dos participantes ao longo do desenvolvimento do projeto de pesquisa e extensão.

O projeto foi idealizado e construído pelo grupo de integrantes do Laboratório de Pesquisas em Desenvolvimento Territorial Sustentável e Políticas Públicas da UFRRJ, no qual o autor dessa pesquisa participa como aluno de doutorado. O mesmo foi submetido ao CNPq<sup>43</sup> – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – com posterior aprovação, o qual contou com recursos financeiros para custeio de despesas e bolsas de estudos para alguns dos seus integrantes. O programa teve como objetivo implantar o núcleo de pesquisa e extensão universitária no Território da Baía da Ilha Grande no sentido de oferecer um projeto de formação em Gestão Social com vistas ao desenvolvimento territorial sustentável e capacitação técnica para as mulheres envolvidas em atividades rurais da agricultura familiar nos municípios de Seropédica e Itaguaí - RJ.

O referido projeto teve como ponto de partida o contato com duas comunidades agrícolas com o intuito de oferecer cursos de capacitação com temas elencados pelo LPDT e, também, em função das necessidades das comunidades. As duas associações escolhidas foram: uma no município de Itaguaí, na comunidade da Mazombinha e, a outra, no município de Seropédica – a associação de produtores orgânicos, denominada Serorgânico<sup>44</sup>. Essa pesquisa irá abordar somente a experiência em Seropédica que é o seu objeto de estudo. Os encontros de capacitação foram iniciados em 09 de junho de 2015, onde ocorreu uma primeira reunião para apresentação da proposta, os quais finalizaram em julho de 2016. Houve meses em que os encontros não puderam ser realizados em virtude de períodos de férias, recesso para carnaval e outros feriados, assim como as demandas do LPDT acerca da organização das atividades do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET – da Baía da Ilha Grande, na qual a associação Serorgânico também faz parte enquanto entidade da sociedade civil no colegiado territorial. Alguns encontros foram gravados em equipamento de áudio.

---

<sup>42</sup> Durante dos anos de 2015 e 2016 o autor desta pesquisa atuou como ATGS – Assessor Territorial de Gestão Social – do NEDET – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural da Baía da Ilha Grande, enquanto programa do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário – pela SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial – por meio da CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014 – Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – Ministério de Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Políticas para as Mulheres, vinculada ao projeto “a participação das mulheres em atividades rurais nos municípios de Seropédica e Itaguaí (RJ): pesquisa e extensão para a capacitação em Gestão Social na agricultura familiar visando o desenvolvimento territorial sustentável”.

<sup>43</sup> CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014 - Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – Ministério de Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Políticas para as Mulheres.

<sup>44</sup> A experiência da capacitação na Associação Serorgânico será detalhada no capítulo 4 subitem 4.6.2.



**Figura 13** – Logotipo do projeto.

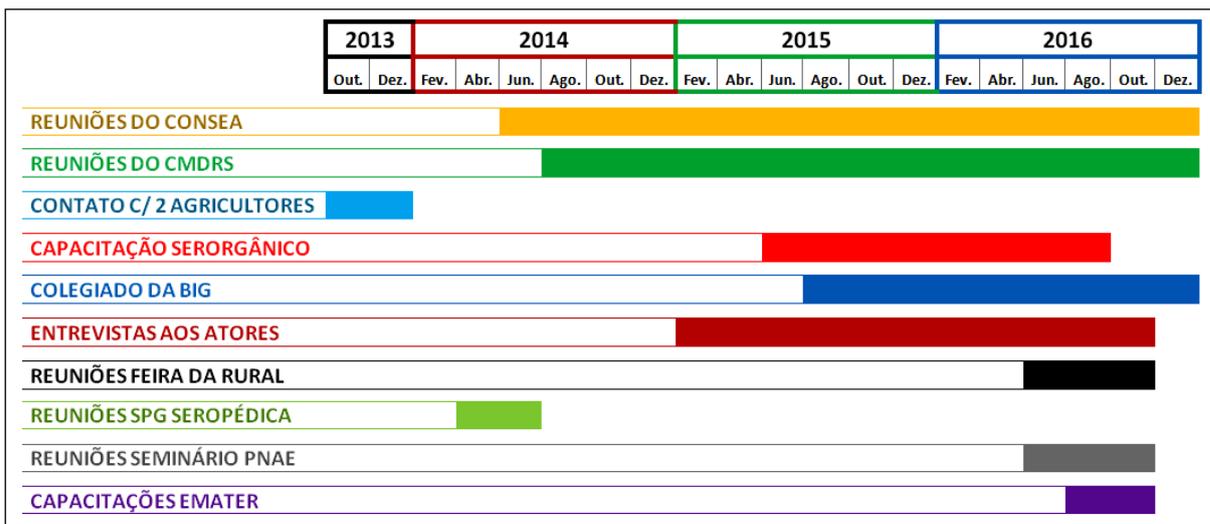
**Fonte:** Laboratório de Pesquisas em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas

### 3.3. Análise e Tratamento dos Dados Coletados

Após a realização de entrevistas com agricultores, representantes de associações, presidentes dos conselhos, representantes do poder local, técnicos e extensionistas da EMATER, EMBRAPA, PESAGRO, CTUR, UFRRJ, etc., foram contrastadas as ações do poder local e das instituições de pesquisa e extensão, com as perspectivas presentes nos discursos dos agricultores por meio da **triangulação dos dados**. Para tanto, percebe-se que “as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas [...] [na qual] é importante que a relação entre discurso e estrutura social seja dialética para evitar os erros de ênfase indevida” (FAIRCLOUGH, 2001, p.92).

Para a análise e interpretação das entrevistas com os atores, assim como para os relatos da observação participante do autor e dos discursos presentes nos documentos houve a verificação de convergências e divergências de dados pelo **método da triangulação** (Figura 11), cujos dados foram comparados e contrastados no sentido de identificar os elementos que contribuirão para a confirmação ou para a refutação das suposições apresentadas inicialmente nesta investigação. Para a organização da estrutura da pesquisa foi criado inicialmente um quadro com as temáticas norteadoras observadas na pesquisa campo a partir das teorias, objetivos e fontes de dados disponíveis no Anexo V (Item 7.4).

Outro aspecto importante para esse estudo foi o tratamento estatístico de alguns dados presentes em documentos oficiais, pesquisas censitárias nacionais e locais, bem como dos dados de pesquisas anteriormente realizadas e coletados em pesquisa de campo. Esses dados estatísticos serviram, sobretudo, para apontar os problemas e resultados positivos obtidos nas ações decorrentes das políticas públicas para Seropédica, mas que foram aprofundados pela intersubjetividade discursiva dos atores entrevistados e pelas inter-relações observadas pelo autor. Portanto, as estatísticas serviram como elementos norteadores de algumas perspectivas, mas que não tornam quantitativa a abordagem dessa pesquisa. Os dados estatísticos aqui tratados foram utilizados apenas como referências numéricas de fenômenos que expressam algumas lógicas que emanam das políticas públicas locais, mas que devem ser analisadas à luz da complexidade dos discursos e das (inter)ações entre os atores envolvidos com a agricultura familiar no município de Seropédica.



**Figura 14** – Cronologia das atividades de campo  
**Fonte:** Diagrama elaborado pelo autor.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo está organizado em seções as quais abordam nove “temas norteadores” – organizados inicialmente no quadro disponível no Anexo V (Item 7.4) – em análises transversais que perpassam por todos os temas e que são oriundos das problemáticas observadas na pesquisa de campo, assim como da análise dos documentos. São eles: (1) o início da pesquisa de campo com um período exploratório inicial por meio do contato com um agricultor de cada uma das duas aglomerações produtivas de Seropédica o qual possibilitou um primeiro contato com a realidade local; (2) um breve recorte histórico da agricultura familiar e da criação do polo de produção e transmissão de conhecimento em agropecuária com a instalação das instituições de ensino, pesquisa e extensão; (3) os impactos na agricultura familiar com crescimento econômico na região como a especulação imobiliária, a qual levou a diversificação de atividades não agrícolas pelos proprietários de terra e as dificuldades de inserção dos agricultores no comércio local; (4) o impacto causado pelos passivos ambientais como a instalação do aterro sanitário, a mineração de areia e a crise hídrica no município; (5) a participação dos agricultores e dos diversos atores sociais nos conselhos municipais como forma de controle social e o acesso às políticas públicas locais, assim como algumas articulações realizadas; (6) a inclusão e a participação dos atores de Seropédica no Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande, bem como a experiência da capacitação com uma das comunidades do município por meio do NEDET-BIG; (7) a análise dos grupos e associações de agricultores que foram extintos e que atualmente surgem no cenário dos SPGs de produtores orgânicos e comitês de microbacias de rios da região; (8) algumas articulações e ações e sobre a assistência técnica rural local e os projetos de inclusão e fortalecimento da agricultura familiar como a Feira da Agricultura Familiar da Rural e o PAA do Restaurante Universitário, o programa de capacitação dos agricultores locais; e, por fim, (9) a forte tendência da produção de conhecimento local com base na perspectiva da agroecologia como a troca de experiências entre os agricultores, a relação dos mesmos com os pesquisadores e extensionistas locais e o surgimento de uma “consciência agroecológica” com os novos rurais.

Ao final de cada seção serão apresentados de forma sintética os referenciais teóricos que contribuíram para tais discussões e reflexões, assim como os quadros síntese dos objetivos da pesquisa em cada tema apresentado e discutido.

### 4.1. O Primeiro Contato com duas Aglomerações Produtivas Locais: O Início do Período Exploratório.

O ponto de partida para esse estudo foi (re)conhecer duas **aglomerações produtivas locais** – APL – acerca das suas estruturas de governança, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com um agricultor de cada uma delas para a obtenção de um “panorama inicial” da realidade do município de Seropédica: (1) bananicultores do bairro Sá Freire e (2) agricultores da Associação Serorgânico. Com o reconhecimento dessas comunidades investigadas até então, percebe-se a importância da criação de associações para que haja uma maior participação cidadã e uma provável gestão social na ação comunicativa com o poder público local, como ainda que sutilmente exercida pelos produtores da Associação Serorgânico no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS – e no CONSEA. Apesar dos bananicultores do bairro Sá Freire (Figura 15) possuírem uma determinada consolidação nas relações comerciais com as feiras livres de rua das cidades da Baixada Fluminense, por outro lado, com relação às políticas públicas do município, sentem-

se excluídos, pois consideram que não são reconhecidos sequer como produtores extrativistas, portanto não exercem papel participativo e deliberativo nas decisões políticas locais.

Um dos maiores problemas apontados como pelo entrevistado do bairro Sá Freire, sob o seu ponto de vista, decorre justamente da ausência de uma proposta de organização do grupo na qual os produtores atuam praticamente de forma individual nas suas atividades, conforme expõe na sua fala:

*Começa por aí, né? Não ter uma cooperativa já é uma grande dificuldade: não tem um incentivo político, no caso, nosso [do grupo], né? Não tem uma organização. Todo processo de extração da banana é sem nenhuma orientação. Sabe? Tem toda uma dificuldade de manejo, [pois] é uma região de aclave e isso dificulta todo o manejo do bananal e as vezes não tem os estratos culturais que precisava ter para ter uma rentabilidade boa, né... Tem problema também de comercialização de transporte. É um custo de produção muito alto. E às vezes a rentabilidade da banana não é lá essas coisas. [Isso] desestimula muito (AGR8).*

Observa-se no discurso do agricultor grande fragilidade na atividade agrícola no local quando não há uma proposta de cooperação, governança e **gestão social** no uso do território, observada na Figura 16, a qual apresenta a desarticulação e a ausência de vínculo de associação. A comunidade Sá Freire somente apresenta laços de amizade e de proximidade devido à proximidade da vizinhança. Ao lado do Sá Freire tem a localidade do Mutirão, na qual muitos agricultores já desistiram da atividade agrícola por terem vendido a sua propriedade e outros permanecem apenas como moradores. No caso dos bananicultores, as futuras gerações podem não resistir à “sedução” pela venda da propriedade em virtude da crescente especulação imobiliária amplificada pelo o avanço industrial e comercial na região.



**Figura 15** – Produção de banana em Seropédica pelos agricultores do bairro Sá Freire.

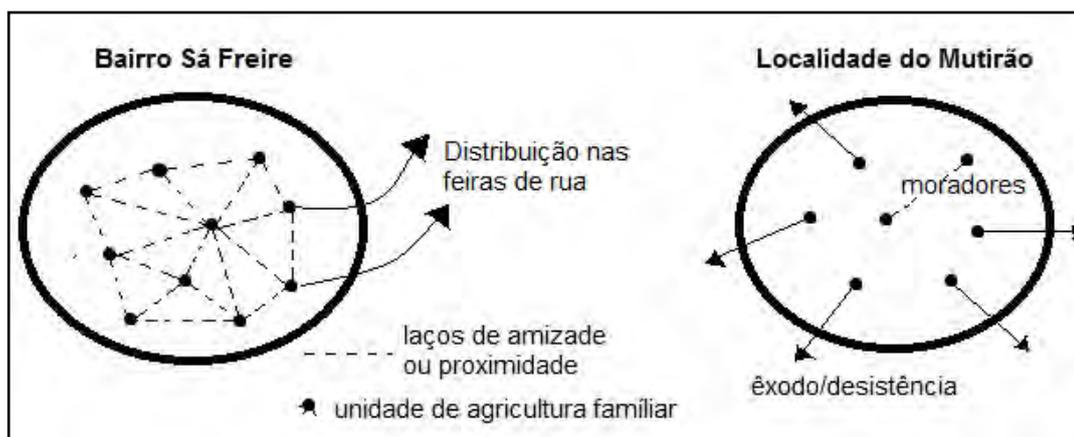
**Fonte:** acervo do autor

Quanto à perspectiva de desenvolvimento proposto para o local, o entrevistado sugere em sua fala que a

*[...] assistência técnica [acho que] seria o primeiro passo, e talvez alguma coisa, assim, que poderia de alguma forma tá ajudando financeiramente como esse projeto “da água” do governo né? Alguém que esteja de frente pra buscar isso para todos.*

*Isso é muito vantajoso pra te proteger [...] acho que é o 'bolsa água' e o 'bolsa verde' (AGR8).*

A ausência de esclarecimento de medidas e políticas públicas de incentivo por falta de apoio técnico aos produtores é percebida em seu discurso. Nesse sentido, a permanência da prática agrícola acerca da preservação dos costumes e da identidade do local perde rapidamente espaço para as novas atividades em implantação no local. Assim sendo, para o entrevistado torna-se necessário uma ação cidadã de resgate, resistência e fortalecimento dos grupos de produtores nas políticas públicas em escala local e regional.



**Figura 16** – Estrutura da comunidade de produtores de banana do Bairro Sá Freire e da localidade do Mutirão que estão desistindo da atividade rural  
**Fonte:** Vianna et al. (2015).

Outro aspecto que impede o desenvolvimento rural local segundo o entrevistado é que a cidade não possui um mercado municipal subsidiado pela prefeitura que valorize o agricultor da região, com galpões cobertos, o que facilitaria a circulação de consumidores; um processo que é dificultado pelos períodos de chuvas nas feiras de rua, o que diminui o fluxo de venda, conforme expõe em sua fala:

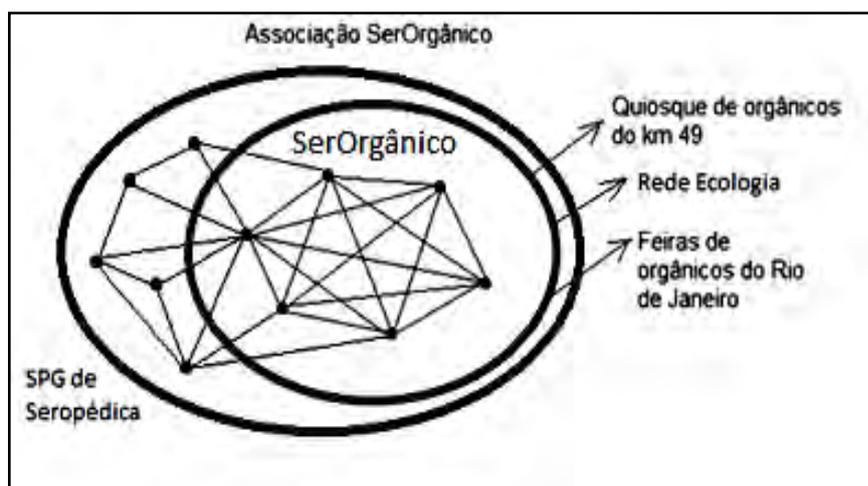
*Se eles não for[em] pra feira e não fizer[em] o dinheirinho deles, eles vão passar uma dificuldade tremenda, de comprar comida, de pagar o empregado, entendeu?[...] já aconteceu do pessoal ter a carga todinha [para distribuir] com 80 caixas de banana e pega um final de semana chovendo, às vezes volta com a carga e não faz um dinheiro, e tem um custo de produção, né? É uma realidade (AGR8).*

A falta de planejamento municipal nesse setor ao estimular a criação, o estabelecimento e o funcionamento dos “sacolões” e supermercados aos domingos vem enfraquecendo o comércio nas feiras de rua como um “hábito cultural”, pois esses grandes e médios comerciantes adquirem os produtos oriundos do CEASA<sup>45</sup> da Cidade do Rio de Janeiro com uma logística própria e mais estruturada. Essa concorrência é um elemento desestimulador desta prática agrícola do local, onde o preço mais baixo torna-se um diferencial para o consumidor, segundo o entrevistado.

Por outro lado, percebe-se uma tendência de resistência de grupos de famílias por meio da produção de alimentos orgânicos que vem contando com o apoio de pesquisas e projetos de extensão com base nos princípios da agroecologia. O indicativo de uma possível busca por essa **racionalidade substantiva** pode ser o elemento que viabiliza a sua reprodução socioeconômica por intermédio da criação de redes produtivas e colaborativas. Com isso, criou-se uma viabilidade sociotécnica e econômica no processo de distribuição para feiras de

<sup>45</sup> A CEASA-RJ é uma empresa vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca, que funciona como um entreposto comercial público.

produtos orgânicos da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. A partir de 2009, os produtores agroecológicos dos assentamentos Sol da Manhã e Eldorado, nas áreas rurais de Santa Alice e Coletivo, passaram a se organizar em rede sob o nome **Serorgânico**. São aproximadamente 9 produtores, que escoam sua produção para uma rede que compra semanalmente os produtos e para o Circuito de Feiras Orgânicas da Cidade do Rio de Janeiro (Figura 17). Os produtores do Serorgânico iniciaram o Sistema Participativo de Garantia – SPG – a partir de 2010, buscando adaptar-se à conformidade necessária para receber o selo de produtor orgânico que conta com o apoio da ABIO<sup>46</sup> – Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro. A estrutura apresentada na Figura 17 explicita a organização interna da Associação Serorgânico a qual criou laços fortes na relação de interdependência entre os atores associados com a ABIO, e ainda agregam outros produtores externos e de municípios vizinhos para a formação do SPG de Seropédica, o qual conta com mais agricultores além dos 9.



**Figura 17** – Estrutura da associação Serorgânico e do SPG de Seropédica.  
**Fonte:** Vianna et al. (2015).

A estrutura de governança do Serorgânico conta com uma modalidade de associação com presidente, tesoureiro, etc., mas o agricultor explica que a relação é horizontal e cooperativa entre os participantes tanto para a produção, quanto para a comercialização dos produtos:

*[...] na verdade tem presidência mas é meio compartilhado tudo, não tem hierarquia não. A decisão é discutida em grupo, em reunião, onde na ABIO é mensal e no Serorgânico marca conforme a necessidade, até porque os produtores sempre estão juntos comercializando, vão pra feira juntos (AGR9).*

A participação do Serorgânico nas políticas públicas na escala do poder local é a que oferece relações mais fortes, por ter a representação de uma agricultora do grupo nas reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, na tentativa de manter uma *relação dialógica* “mais horizontal” – na perspectiva de Freire (1987) – com a prefeitura de Seropédica. Durante uma pesquisa de campo um dos entrevistados expõe ainda a grande dificuldade do agricultor em participar dessas reuniões com a prefeitura, por ter que se dedicar ao trabalho no campo – como a produção de aipim orgânico apresentada na Figura 18 – e ao transporte para as feiras, não sobrando tempo para uma ação mais efetiva, conforme essa indisponibilidade é discutida por Abramovay (2001, p.127). Embora haja uma participação dessa agricultora no conselho, explica que já houve uma inserção de ações da prefeitura junto

<sup>46</sup>A ABIO certifica os produtores com o selo de produto orgânico, que conta com aproximadamente 230 produtores associados desde 1986.

aos agricultores no ano de 2011 onde ofereceram um trator – que durante muito tempo encontrou-se defeituoso – para arar a terra, e material para a construção de cisternas para a captação e armazenamento de água da chuva (Figura 19) em parceria com a EMBRAPA<sup>47</sup>, mas que depois disso, não houve mais nenhum apoio. Ainda na escala local, percebe que ocorre dificuldade no acesso a programas amparados por leis nacionais que priorizam parte dos recursos da compra da **alimentação escolar do município**.



**Figura 18** – Plantação de aipim orgânico pelo produtor da Associação Serorgânico.  
**Fonte:** acervo do autor.

Na opinião do entrevistado, a maior conquista do grupo é a ação da venda coletiva, onde expõe que:

*A maioria dessas vendas coletivas é... venda coletiva mesmo. Por exemplo: um grupo sai pra fazer feira, entendeu? Ai é dividido o custo de feira, se a gente achar conveniente até pagar a diária de alguém que tá indo, entendeu? Isso tudo combinado. Ai é feita a venda. Por todos que participam lá da feira, que vendem junto, tem que ser, né? Pode às vezes não ter um acordo [como] um consenso (AGR9).*

O desenvolvimento necessário para a continuidade da atividade na região, na percepção do entrevistado, seria apoio nas diversas etapas do processo produtivo, ou seja, no preparo da terra, na aração, adubação, etc., onde considera que deveria ser devidamente subsidiado pela prefeitura, que está na escala de poder mais próxima.

Segundo Navarro (2001), no Brasil houve a transferência da responsabilidade da valorização de “local” pelo Estado, a ser exercida pela escala municipal que passou a orientar diversas iniciativas, governamentais ou não.

---

<sup>47</sup> EMBRAPA-Agrobiologia – Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária sediada em Seropédica que se dedica a pesquisa e apoio aos produtores que atuam dentro dos princípios da agroecologia.



**Figura 19** – Sistema de captação e armazenamento de água da chuva em parceria com a EMBRAPA-Agrobiologia.

**Fonte:** acervo do autor.

O entrevistado expõe ainda que pagava R\$ 80,00 por hora do aluguel do trator para arar a terra, que para ele é um custo altíssimo de produção, o que, em alguns momentos, a inviabiliza, percebido na sua fala: “se a gente pagasse subsidiado na prefeitura a metade [pelo menos], já ia ser uma grande ajuda, né? A maioria dos municípios faz isso de graça”. Segundo o entrevistado, a prefeitura dispõe de trator, caminhão e retroescavadeira com recursos do Pronaf, mas que está “encostado” e sendo usado pela secretaria de obras, pois usam a justificativa de que “não há agricultura em Seropédica”. Outro aspecto que coloca como importante é a situação de regulamentação fundiária, pois em alguns assentamentos, ninguém sabe de quem é a terra, pois a grande maioria é de posseiros, na qual percebe que essa regulamentação facilitaria o acesso aos programas de governo.

Com relação aos conhecimentos compartilhados pelo grupo, expõe que o Sistema Participativo de Garantia (SPG) já prevê na legislação para a certificação, conforme a sua fala:

*O principal dele [desse sistema], como a certificação é feita em grupo, as visitas são feitas em grupo existe a troca de informações e a assistência é desejada durante essas visitas [...] entre os produtores e entre o facilitador da ABIO com os produtores [...] manejo de pragas [em experiências bem sucedidas de algum produtor desenvolvida na prática].(AGR9)*

A oferta de mão de obra é outro fator que dificulta a atividade e a continuidade da prática da agricultura no local, pois como se trata de um “trabalho pesado” deixa de ser atrativo para os jovens que acabam conseguindo trabalho nos centros urbanos, relegando aos mais idosos que ainda permanecem vendendo a sua força de trabalho e experiência ao lidar com a terra, pois não se adequaram às mudanças da modernidade no local. Com isso percebe-se que o futuro é incerto quanto à prática e a disponibilidade de mão de obra no trato com a terra, pois trata-se de uma atividade que possui certas especificidades de manejo próprias do local, conforme expõe:

*Eu acho que, assim, primeiro, com o tempo, o pessoal que tinha um 'know-how' pra trabalhar com roça, o cara tem que saber. Não adianta você trabalhar com um*

*servente de pedreiro, mesmo que seja um 'moleção' de 20 anos, se ele não souber capinar, se não souber fazer o troço direito, não vai fazer bem feito. Não vai render o serviço. Não é força, às vezes também, é saber trabalhar. O pessoal que sabe trabalhar com roça aqui já está velho. Os dois que vem aqui [trabalhar], os dois, tem sessenta e poucos anos (AGR9).*

Com a estrutura de rede formada pelo grupo Serorgânico ao fortalecer os laços e viabilizar a produção, supõe-se uma possível criação de campo de força/poder local que contribui para a inclusão social destes agricultores nas transformações em andamento na região.

O contato inicial com essas duas realidades distintas possibilitou observar previamente e de forma sucinta as possíveis dicotomias entre algumas práticas mais individualizadas, enquanto existem outras com enfoque mais coletivo e participativo por meio de associações e comitês. Assim, esse primeiro contato viabilizou o “planejamento” da pesquisa acerca do posicionamento de “como e para onde olhar”, a fim de tentar compreender a complexidade que é o caso da agricultura familiar no município de Seropédica. O passo seguinte foi participar das reuniões dos conselhos municipais por meio de observação participante a fim de conhecer os aspectos políticos da agricultura familiar no município. Este levantamento inicial, assim como a posterior observação participante nas reuniões dos conselhos municipais, do Colegiado da Baía da Ilha Grande e das reuniões dos projetos, capacitações e dos grupos de associações, assim como as demais entrevistas dos atores locais, levou a necessidade de um detalhamento de nove aspectos a serem apresentados e discutidos nos Itens 4.2. à 4.9, a seguir.

#### **4.1.1. Os referenciais teóricos utilizados na discussão desta seção e quadro síntese de objetivos**

O aporte teórico que norteou esse primeiro período exploratório da pesquisa de campo foram as ideias de arranjos ou aglomerações produtivas locais – APLs – a partir da perspectiva de Villela e Pinto (2009) ao reconhecer em Seropédica a possibilidade da tendência da criação de uma possível racionalidade substantiva na visão de Guerreiro Ramos (1981), ainda que de forma preliminar a partir da entrevista com somente um agricultor. Essa percepção deu-se ao observar a formação da rede de agricultores orgânicos ao comparar as duas aglomerações distintas. Em uma delas há uma proposta de dialogicidade e participação horizontal pela coletividade na visão de Paulo Freire (1987) cujo respaldo teórico justifica a busca por tal racionalidade pela interação dos atores envolvidos pelo bem comum, pela cooperação e pelo sentimento de “pertencimento”. Na outra, percebeu-se a atuação de agricultores trabalhando de forma individual sem ações coletivas, nas quais se sustentam as relações mercadológicas com outros mercados e feiras de fora do município. Neste segundo exemplo ocorrerem muitos casos de êxodo rural por falta de apoio das instituições de extensão, do poder público e pela falta de organização daquilo que deveria se tornar um arranjo na forma de associação dos agricultores locais, conforme apresenta o discurso do entrevistado. Tal enfraquecimento causado pela ausência de apoio e articulação, evidente no seu discurso, pode caracterizar uma relação de dependência destes atores com as ações estatais por meio de experiências no passado de atividades de extensão “tutoriais”, ou seja, baseadas na racionalidade instrumental, as quais não promoveram o sentido de autonomia e emancipação dos atores.

Sendo assim, os objetivos intermediários traçados para a tese nessa seção são tratados no Quadro 6, cujos resultados são identificados com especificidade do tema tratado.

**Quadro 6 – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção.**

	<b>Objetivos intermediários</b>	<b>Resultados</b>
<b>i</b>	Identificar as principais leis e programas em documentos legais em escala nacional, regional e local e a história do município	<i>Perceber nos documentos convergências e divergências de ideias e ações para o desenvolvimento local.</i> Como esse subitem foi o primeiro contato na pesquisa de campo com dois APLs e Seropédica não houve a identificação de leis e programas. Houve somente a apreciação das cópias das atas das reuniões mensais da Associação Serorgânico, o que demonstrou organização e compromisso com a governança do grupo.
<b>ii</b>	Identificar os principais atores que propõem ações de desenvolvimento rural na região, a fim de reconhecer os <i>campos de poder</i> construídos na perspectiva das lideranças	<i>Quais são os atores envolvidos no desenvolvimento rural local? Como eles atuam?</i> No caso do APL do Bairro Sá Freire identificou-se uma atuação individualizada dos atores e dos mesmos com o comércio de feiras da Baixada Fluminense, mas não mencionou envolvimento com as instituições locais. Por outro lado, o entrevistado da Associação Serorgânico demonstrou interesse em parcerias com instituições locais como houve com a EMBRAPA, mas reconhece a prefeitura municipal como um campo de poder que não se manifesta para o desenvolvimento rural local, embora a associação tenha criado um campo de poder forte no sentido de reivindicar os direitos dos trabalhadores rurais.
<b>iii</b>	Verificar como se dá a ação comunicativa e as interações dos grupos de produtores com o poder local e com as instituições de pesquisa e extensão	<i>Identificar como ocorrem as interações entre os 3 atores: produtores, extensionistas e Estado. Há convergências ou divergências de ideias nos discursos?</i> Verificou-se que, segundo o entrevistado do Bairro Sá Freire, não há interação dos agricultores com os extensionistas, muito menos com poder público municipal. Por outro lado, o agricultor entrevistado da Associação Serorgânico expôs que sempre há uma relação dialógica com a EMBRAPA e com a EMATER com a realização de projetos pontuais, mas a tentativa de estabelecer diálogo com a prefeitura se dá na participação de uma agricultora representante nas reuniões dos conselhos municipais, mas aponta muitas dificuldades no processo.
<b>iv</b>	Verificar se há uma tendência de preservação e fortalecimento da atividade pelo empoderamento de grupos de famílias estruturados em associações que buscam uma “racionalidade substantiva” com base nos princípios da agroecologia.	<i>Verificar se conhecimentos tradicionais construídos localmente são difundidos e legitimados pelas atividades de pesquisa e extensão, se empodera os agricultores e gera valor agregado ao produto diferenciado.</i> Verificou-se que, segundo o agricultor do Bairro Sá Freire, a não organização dos agricultores do bairro torna-se um impeditivo para o fortalecimento do grupo e da troca de experiências, ou seja, atuam para a reprodução do trabalho como na perspectiva da racionalidade instrumental. Para o entrevistado do Serorgânico o SPG é um sistema de troca de experiências de quem lida com a terra assim como com os extensionistas da ABIO com base nos conhecimentos sobre a produção orgânica e nos princípios da agroecologia, assim como para o fortalecimento do grupo na busca por uma racionalidade substantiva a qual consolida a rede de agricultores orgânicos da associação.

**Fonte:** quadro elaborado pelo autor.

## 4.2. Um Breve Recorte Histórico de Seropédica

### 4.2.1. A agricultura em Seropédica

O Município de Seropédica, emancipado em 12 de outubro de 1995 pela Lei nº 2446<sup>48</sup> do estado do Rio de Janeiro, desmembrado de Itaguaí, é considerado um “jovem” município com seus 21 anos de existência. Historicamente, a delimitação da antiga Fazenda Santa Cruz – jesuítica – no século XVII se estendia desde a atual Zona Oeste da capital fluminense até Vassouras – RJ, no Vale do Paraíba. Com a expulsão jesuítica pelas reformas pombalinas a fazenda passou a fazer parte do Erário Real Português e Imperial Brasileiro, tornando-se um bem público. Com a proclamação da República, em 1889, a Fazenda Santa Cruz passou a ter a denominação Nacional e manteve o *status* de não ser possível o usucapião ou registro das terras a particulares. O município de Seropédica está inserido em terras da antiga Fazenda Nacional de Santa Cruz, bem pertencente ao erário do Estado brasileiro e, posteriormente, responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Golinski (2008, p.2) expõe em seu levantamento histórico com base nos autos da Secretaria de Estado que:

O município de Seropédica faz parte da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, que também abrange os municípios<sup>49</sup> do Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japerí, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João do Meriti e Tanguá. Essa região desenvolveu no século XIX, até 1880, fortes atividades rurais e comerciais, exportando em grande escala, cereais, café, açúcar, farinha e aguardente. Com a abolição da escravidão, houve uma grande saída dos antigos escravos, ocorrendo forte crise econômica, desaparecendo assim as grandes plantações, periódicas e permanentes. As terras foram abandonadas e, com a obstrução dos rios que cortam quase toda a baixada do território municipal, alagando praticamente toda a baixada, se originou o alastramento da malária, que diminuiu a população local e paralisou por muitas décadas o desenvolvimento econômico da região.

No início do século XIX a região contribuiu para a produção da seda<sup>50</sup> com a instalação do estabelecimento “seropédico” por José Pereira Tavares em 1836, na qual evidentemente se expressou a efeitos da racionalidade instrumental na modalidade do regime escravocrata.

Assim, segundo Fróes (2004, p.1)

[...] a denominação *Seropédica*, criada no século XVIII, em língua portuguesa, para significar ou, neste caso, localizar ‘onde se faz, ou onde se trata da seda’, marcou definitivamente a antiga Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí, em cujo perímetro municipal, no segundo distrito de Bananal, instalou-se o primeiro estabelecimento voltado para a criação do bicho-da-seda em escala industrial e para o aproveitamento de sua fibra sérica, visando a fabricação da seda.

Desta produção da sericultura em nível industrial, que chegou a ter cento e vinte mil pés de amoreira<sup>51</sup>, laboratórios e galpões, surge o nome da localidade “Seropédica”, chegando a ter uma importância significativa na economia na época do império até a sua liquidação em 1862 pelos fatores políticos e pela motivação abolicionista (FRÓES, 2004). Posteriormente, a partir do segundo quartel do século XX, Seropédica passou a ser distrito do de Itaguaí<sup>52</sup>, com

<sup>48</sup> Fonte: <http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/144497/lei-2446-95>.

<sup>49</sup> Atualmente – em 2017 – a Região Metropolitana do Rio de Janeiro já conta com 21 municípios.

<sup>50</sup> Arte desenvolvida na China iniciada no século XVII a.C. segundo algumas lendas.

<sup>51</sup> A folha da Amoreira é necessária à alimentação do bicho-da-seda, daí a necessidade da plantação em larga escala.

<sup>52</sup> A Vila de Itaguaí surgiu com o início do Caminho do Ouro ligando Paraty ao Rio de Janeiro.

uma das maiores produções de quiabo, milho, laranja, goiaba e banana do país, até a sua emancipação enquanto município da Baixada de Sepetiba e Fluminense.

A instalação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 1948 na localidade de Seropédica, então distrito de Itaguaí<sup>53</sup>, também contribuiu para o desenvolvimento da região, assim como com estudos voltados para a agropecuária local. A universidade foi construída utilizando algumas instalações da antiga fábrica da Seda.

A partir desse período foram assentadas no município aproximadamente 409 famílias pelas diversas políticas de assentamento e distribuição de terras as quais não refletiram em um programa de reforma agrária pleno, sendo muitos filhos de imigrantes japoneses, algumas sob a responsabilidade do INCRA e outras do ITERJ<sup>54</sup> (GOLINSKI, 2008). Foram criados inicialmente os assentamentos Piranema, Coletivo – no Bairro de Santa Alice – e o Bairro Incra a partir da década de 1930 e, posteriormente, a partir da década de 1980, Sol da Manhã e Eldorado, Filhos do Sol e Sá Freire<sup>55</sup>. É verificado grande percentual de evasão em alguns assentamentos (Tabela 5).

**Tabela 5** – Descrição do número de famílias assentadas em Seropédica.

Assentamentos	Ano de Implantação	Nº de Famílias Assentadas	Nº de Famílias Remanescentes	Porcentagem de Evasão
Piranema	1930	130	75	42.3%
Coletivo	1955	582	52	91.1%
Incra	1972	122	94	22.9%
Sol da Manhã	1989	52	52	0.0%
Eldorado	1993	72	27	62.5%
Filhos do Sol	---	19	16	15.8%
Sá Freire	---	200	51	74.5%
São Miguel	---	---	27	---
Canto do Rio	---	---	15	---

**Fonte:** Golinski (2008, p. 27)

A pouca expressividade da atividade agropecuária no município pode ser revelada (tabela 6) segundo dados levantados pelo senso agropecuário de 2006 (IBGE), embora possa ser evidentemente destacada a produção de banana e a horticultura. Como os dados apresentados na tabela são de aproximadamente 10 anos atrás, é possível que essas quantidades tenham diminuído drasticamente em virtude da diminuição de propriedades rurais no município, segundo os relatos dos atores entrevistados.

**Tabela 6** – Produção Agrícola Municipal de Seropédica - Malha municipal digital do Brasil: produção em 2005 (Continua).

Lavoura temporária		
Produção	Quant. Produzida (tonelada)	Área Plantada (hectare)
Batata doce	34	02
Cana-de-açúcar	3.300	150
Feijão em grão	3	02
Mandioca	2460	164
Lavoura permanente		
Produção	Quant. Produzida (tonelada)	Área Plantada (hectare)
Banana	4.550	910
Coco-da-baía	3.040 (mil frutos)	190
Goiaba	204	12
Laranja	16	02

<sup>53</sup> A cidade de Itaguaí foi fundada em 5 de julho de 1918.

<sup>54</sup> Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>55</sup> Os assentamentos Eldorado, Sol da Manhã e Filhos do Sol foram obtidos após ocupação das famílias assentadas.

**Tabela 6 – Produção Agrícola Municipal de Seropédica - Malha municipal digital do Brasil: produção em 2005 (Continuação).**

<b>Lavoura permanente</b>		
Limão	18	02
Manga	234	13
Maracujá	126	07
<b>Pecuária</b>		
<b>Produção</b>	<b>Quantidade</b>	
Bovinos	7.500 cabeças	
Suínos	1.115 cabeças	
Equinos	280 cabeças	
Asininos	6 cabeças	
Muare	150 cabeças	
Ovinos	150 cabeças	
Galinhas	3.180 cabeças	
Galos, frangas, frangos e pintos	970 cabeças	
Codornas	2.000 cabeças	
Caprinos	250 cabeças	
Vacas ordenhadas+	1.120 cabeças	
Ovos de galinha	35 mil dúzias	
Ovos de codorna	40 mil dúzias	
Mel de abelha	3.500 kg	

**Fonte:** IBGE, 2006

Algumas comunidades de pequenos produtores rurais foram criadas em Seropédica a partir do período de assentamento na década de 1960 e as mais recentes na década de 1980, como são os casos dos assentamentos Filhos do Sol, Carretão, Santa Alice e Mutirão Sol da Manhã. A ausência de políticas públicas diminuiu a possibilidade de crescimento e de manutenção das comunidades acerca da produção que apresenta defasagem relacionada à sua capacidade de garantir o abastecimento local e da região do Grande Rio (BRASIL, 2011).

Segundo o relatório do Diagnóstico Territorial do Território da Baía da Ilha Grande - RJ (BRASIL, 2011, p.87) realizado em 2005, sobre o município de Seropédica

[...] a situação encontrada nestas unidades produtivas requerem atenção mais detalhada e planejamento adequado para que estes produtores possam sair deste patamar em que se encontram e extrair de fato, de suas atividades, o seu sustento e encontrar um arranjo de atividades produtivas rurais o mais satisfatório possível.

Assim como as questões ambientais em função da extração mineral afetam diretamente a continuidade as atividades exercidas pela agricultura familiar no município, a pouca qualificação e preocupação com o meio ambiente, a ausência de recursos maquinários, entre outros problemas são contabilizados como um rol de adversidades que prejudicam a atividade (BRASIL, 2011). Apesar das dificuldades encontradas, constitui-se como destaque a produção de orgânicos no município, segundo o mesmo relatório construído a partir de pesquisa de campo pela UNACOOP<sup>56</sup> em 2009.

Enquanto atualmente alguns desses assentamentos se reorganizaram em forma de associações de agricultores e de moradores, outros agricultores foram mesclados noutras associações de produtores orgânicos e nos Comitês Gestores das Microbacias – GOGEMs – do Rio Guandu, pelo Programa Rio Rural do Estado do Rio de Janeiro – esses novos arranjos serão discutidos mais adiante.

<sup>56</sup> UNACOOP – União das Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Rio de Janeiro. É uma instituição filantrópica criada para acessar, viabilizar e fortalecer a comercialização da agricultura familiar no Rio de Janeiro. Fonte: [www.unacoop.org.br](http://www.unacoop.org.br).

Durante as entrevistas realizadas com agricultores do município ficou evidente o esvaziamento de alguns desses assentamentos ao longo do tempo, bem como a migração de uns para associações com o modo de produção orgânica, na forma de **novos arranjos produtivos locais** – APLs – com suas governanças e atuações junto à sociedade e às políticas públicas.

A **história oral** dos moradores mais antigos do município pôde revelar aspectos ainda não documentados em estudos anteriores. A Teoria Crítica baseada na racionalidade comunicativa na visão de Habermas (1995) objetiva-se no entendimento “do outro”, cujo papel é “dar voz” ao serem reveladas as suas percepções sobre o “mundo da vida”. Segundo o agricultor entrevistado da Associação Sol da Manhã (AGR7) que atua na agricultura local há mais de 28 anos, aos 78 anos de idade, o esvaziamento da sua associação deve-se ao endividamento dos agricultores que perderam as suas terras para agiotas, percebido na sua fala:

*Aquilo acabou. A maioria vendeu o sítio. Tem lá o mínimo agora. Quase ninguém vai mais [na sede da associação]. Eu trabalho na roça de segunda à sábado e domingo eu faço uma limpeza lá, porque eu peguei aquilo tudo sujo, cheio de mato. Eu trabalho domingo lá até 4 horas. Vou domingo. Eles vendeu não, eles deu de graça pra um tal de ‘fulano’, certo? Ele tem mais de uns 10 sítios lá dentro. Agiota, sabe? Mixaria teve um que perdeu sabe por quanto? Mil reais... foi passando pra frente [porque a dívida valia] 32 [mil reais], aí não tem juízo, compra quem paga, né?(...) Uns quinze venderam o sítio. Venderam não, deu dado. Pegaram dinheiro a juros, não pagou, e já viu, né? Foi ‘apanhando’ o sítio. Uma terra boa.*

O esvaziamento da Associação de Santa Alice e Coletivo ao longo dos anos é também apontado na fala da agricultora (AGR2), além da migração dos agricultores para as novas associações de produtores orgânicos:

*Até o início da formação do Serorgânico, né, [que é] o grupo aqui de orgânicos, nós tínhamos uma associação que estava mais ativa, aqui de Santa Alice que são produtores convencionais [cerca de 30 produtores]. Só que é aquela coisa né, vai chegando a idade, os proprietários mesmos são os antigos, né. Eles vão se aposentando e os filhos não estão investindo muito nessa área, então os idosos não estão mais investindo em agricultura e, com isso, diminuiu bastante a produção. E sem contar que nos últimos cinco anos a especulação imobiliária veio e [começaram a comprar as propriedades] (...) Os que eram da associação que encerraram a atividade, ou é porque eles se aposentaram ou porque ou porque eles venderam a propriedade, [para] imobiliária. [Antigamente a associação era mais ativa] nós tínhamos na época em que o meu pai produzia goiaba, só a produção de goiaba do meu pai enchia quase um terço do caminhão. Era uma quantidade bem grande: quinhentas caixas, seiscentas caixas de goiaba, sem contar os outros produtores que existiam na região, né. Acho que existiam na época uns quinze produtores de goiaba aqui. Desses produtores, os remanescentes, [só tem] três produtores. (...) Na verdade, a nossa grande dificuldade aqui é a mão de obra porque as pessoas que estão na propriedade já são de idade. E os jovens, os filhos desses proprietários tão todos na cidade são poucos casos como o Daniel [de 24 anos] que tão aqui tocando a roça. [E pra contratar] é complicado porque tem as obrigações trabalhistas que demandam um custo muito alto. Tem o problema do custo de insumos, também na parte de produção e investimento, que também é complicado.*

A visão das pesquisadoras do escritório local da PESAGRO em Seropédica com relação à diminuição de agricultores no município corrobora com o exposto pela agricultora acerca das dificuldades com a mão de obra com o envelhecimento dos agricultores e a não continuidade da atividade por parte dos jovens:

*É a questão de não ter nenhum incentivo. Não tem crédito. A maioria aqui é assentamento. Nós já tivemos um apoio muito grande do MDA, tinha aqueles técnicos do INCRA que davam assistência técnica. A gente se reunia quase que toda*

*semana. Isso tudo, com essa situação as coisas vão se perdendo. Eu acho que é muito por isso: as pessoas vão envelhecendo e os filhos não ficam na terra. Porque, como é que vai ficar? Até hoje é assim. Você vai lá em Santa Alice a estrada é péssima. Até hoje não tem luz, a água é de poço (APE1).*

Os agricultores entrevistados apontaram que, após a emancipação do município, o único gestor que realmente se importou com a agricultura familiar, oferecendo o apoio que satisfatório, foi o segundo prefeito eleito em 2004, embora tenha sido cassado em 2006 pelo Tribunal Regional Eleitoral. Esse fato é verificado na fala da agricultora da Associação Serorgânico (AGR1), que aponta que

*o início que eu vi aqui em 1987, aí foi decaindo, decaindo... por motivos de não ter ajuda do governo [poder público local] o pessoal começou a vender terra de emboço, e começou a parar a agricultura [...a atuação da Secretaria de Meio Ambiente e Agronegócio do município] é muito frágil, deixa muito a desejar [...] No passado a gente via um monte de coisa acontecer, a gente fazia projetos lá, indicava as necessidades locais [...] a gente tinha mais apoio no passado [...] há oito anos a gente está abandonado total [desde o segundo prefeito]. De lá pra cá foi pancada feia em cima do agricultor. O descaso é proposital, para enfraquecer o agricultor e eles poderem levar a nossa terra.*

Logo, percebe-se com esse breve recorte histórico documental e da história oral dos atores, que a agricultura de pequeno porte, de característica familiar, foi diminuindo ao longo das décadas e, mais especificamente, na última com a especulação imobiliária, com a falta de incentivo, escassez da mão de obra pela não permanência dos jovens, com a desarticulação das associações, pelo endividamento dos agricultores, etc. Mesmo a região tendo iniciado com a produção agrícola da seda em larga escala, característica do modo de produção das revoluções industriais as quais se constituíam pela visão positivista da **racionalidade instrumental** visando a rentabilidade e os resultados regidos pelas leis do mercado e, posteriormente, ter como resultado as políticas de reforma agrária – mesmo que não ideais – com a criação de associações e assentamentos, cuja expectativa é a cooperação, a emancipação e a autonomia na perspectiva da **racionalidade substantiva**, passa a ter o sentido inverso ao ser diluída e substituída pelas indústrias e condomínios logísticos que se instalam na região no final do século XX e início do século XXI.

Por outro lado, o surgimento de pequenos arranjos de produção orgânica, os quais se nutrem de conhecimentos com base na agroecologia das instituições de apoio à pesquisa e à extensão, como as associações Serorgânico, Serramar e, o mais recentemente criado, Raiz Forte, vem surgindo como resistência ao fenômeno do êxodo rural na região, pelos motivos que serão apresentados e discutidos nos próximos subcapítulos. Além desses novos grupos ainda há a continuidade de produtores individualizados que mantém relações comerciais em feiras da região, para os supermercados locais, assim como com a distribuição para o CEASA da Cidade do Rio de Janeiro.

#### **4.2.2. O polo de produção e transmissão de conhecimento em agropecuária instalado em Seropédica**

O que esta pesquisa vem denominar como “polo de produção e transmissão de conhecimento em agropecuária” é a aglomeração de instituições voltadas para o ensino, extensão e pesquisa em agropecuária, instaladas no município de Seropédica como a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) com diversos cursos de graduação, programas de pesquisa e pós-graduação, programas de extensão além do Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR) o qual oferece cursos técnicos no Ensino Médio, a EMBRAPA Agrobiologia, a PESAGRO-Rio, a SIPA – Sistema Integrado de Produção Agroecológica –

conhecida como “Fazendinha Agroecológica do Km47”, a EMATER e a própria Secretaria de Ambiente e Agronegócio do município.

A UFRRJ foi criada institucionalmente em 1910 pelo documento que fundou a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV). O campus Seropédica começou a ser construído as margens da Rodovia Rio-São Paulo no km 47 em novembro 1938 e recebeu o seu nome atual pelo Decreto nº 60.731 de 19 de maio de 1967. Atualmente a UFRRJ é uma instituição *multicampi* em cidades como Campos dos Goytacazes, Nova Iguaçu, Três Rios e no Rio do Janeiro, embora a sede se mantenha em Seropédica.

Atualmente a UFRRJ no campus Seropédica oferece diversos cursos de graduação como Administração, Administração Pública, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Belas Artes, Ciências Agrícolas, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Comunicação Social – Jornalismo, Direito, Licenciatura em Educação do Campo<sup>57</sup>, Educação Física, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, Engenharia de Alimentos, Engenharia Florestal, Engenharia de Materiais, Engenharia Química, Farmácia, Filosofia, Física, Geografia, Geologia, História, Hotelaria, Letras – português/literaturas, Letras – Português/Inglês/Literaturas, Matemática, Medicina Veterinária, Pedagogia, Psicologia, Química, Relações Internacionais, Serviço Social, Sistemas de Informação e Zootecnia, totalizando 38 cursos nos diferentes turnos<sup>58</sup>. É possível perceber a existência de cursos de graduação que podem estar diretamente ligados ao tema “agricultura familiar”, enquanto outros podem desenvolver projetos voltados para o tema em função de suas especificidades.

Os programas de Pós-Graduação e Pesquisa oferecidos pela UFRRJ na modalidade *Stricto-sensu* – mestrado e/ou doutorado – são: Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Pós-Graduação em Administração, Pós-Graduação em Agricultura Orgânica, Pós-Graduação em Ciência do Solo, Pós-Graduação em Biologia Animal, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Florestais, Pós-Graduação em Ciências Fisiológicas, Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA<sup>59</sup>), Pós-Graduação em Ciências Veterinárias, Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Pós-Graduação em Educação Agrícola, Pós-Graduação em Educação, Pós-Graduação em Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Pós-Graduação em Engenharia Agrícola e Ambiental, Pós-Graduação em Engenharia Química, Pós-Graduação em Filosofia, Pós-Graduação em Fitossanidade e Biotecnologia Aplicada, Pós-Graduação em Fitotecnia, Pós-Graduação em Geografia, Pós-Graduação em Gestão e Estratégia, Pós-Graduação em História, Pós-Graduação em Medicina Veterinária – Patologia e Ciências Clínicas, Pós-

---

<sup>57</sup> O curso de Licenciatura em Educação do Campo foi oficialmente instituído em 30 de abril de 2014, que desde 2013 teve no Centro de Vocação Tecnológico (CVT) da FAETEC – Fundação de Apoio à Escola Técnica do Governo do Estado do Rio de Janeiro – uma importante integração com a UFRRJ, os cursos de Agronomia e Licenciatura em Educação do Campo, a PESAGRO e a EMBRAPA. Fonte: Disponível em <[http://www.ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/cepe/Deliberacoes\\_2014/Delib055CEPE2014.pdf](http://www.ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/cepe/Deliberacoes_2014/Delib055CEPE2014.pdf)>. Acessado em 15 fev 17.

<sup>58</sup> Fonte: Disponível em <<https://portal.ufrj.br/pro-reitoria-de-graduacao/cursos/>>. Acessado em 15 fev 17.

<sup>59</sup> O CPDA, embora esteja localizado no Centro do município do Rio de Janeiro, é um programa interdisciplinar de ensino, pesquisa, extensão e intercâmbio em Ciências Sociais aplicadas ao conhecimento do mundo rural e áreas afins. Criado como Mestrado em 1977, passou a oferecer Doutorado a partir de 1995. Também oferece estágios de Pós-doutorado. O CPDA/UFRRJ vem recebendo, ao longo de sua trajetória, alunos de diversificada formação acadêmica (Economia, Engenharia Agrônômica, Ciências Sociais, História e Geografia, entre outras) e originários de todas as regiões brasileiras, de diversos países latino-americanos e de países africanos de língua portuguesa e tem contribuído para as discussões sobre o mundo rural, para a agricultura familiar e para a agroecologia tornando-se uma referência sobre o tema e para a UFRRJ. Fonte: Disponível em <<http://rl.ufrj.br/cpda/cpda/historia-do-cpda/>> Acesso em 17 jan 17.

Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História, Mestrado Profissional em Matemática – PROFMAT, Pós-Graduação em Modelagem Matemática e Computacional, Pós-Graduação em Multicêntrico em Ciências Fisiológicas, Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, Pós-Graduação em Patrimônio Cultura e Sociedade, Pós-Graduação em Psicologia, Pós-Graduação em Química e Pós-Graduação em Zootecnia, com um total de 33 programas com diversas linhas de pesquisa e inúmeras produções científicas inclusive voltadas para a área de agricultura familiar ou afim. Além dos programas na modalidade *Stricto sensu* a universidade ofereceu, ao longo dos anos, diversos cursos de especialização na modalidade *lato sensu* e cursos de aperfeiçoamento profissional<sup>60</sup>. Muitos destes cursos confluem para a temática e para as reflexões dessa pesquisa, embora seja questionado o grau de impactação no desenvolvimento da qualidade social do município de Seropédica, sobretudo, das famílias que desenvolvem atividades agrícolas e pecuárias na região.

Além do oferecimento de cursos e programas de ensino, seja na graduação e na pós-graduação, os quais geram diversas pesquisas em suas áreas específicas por professores-pesquisadores e alunos, durante essa pesquisa houve o levantamento de recentes projetos e bolsas de extensão universitária confluentes com o tema “agricultura familiar” que envolvessem a localidade de Seropédica recentemente. Entre eles, de 2013 a 2016 foram levantados os seguintes projetos: (1) Produção de Banana Passa; (2) Programa de Boas Práticas de Sanidade Animal para Agricultura Familiar em Bases Agroecológicas na Bacia Leiteira da Área de Produção Ambiental Catumbi em Seropédica; (3) Apoio às Práticas Tradicionais, uso de Plantas Medicinais e Sistemas Agroalimentares Articulados em Redes de Participação Política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro; (4) Difusão de boas práticas no manejo de cabras leiteiras visando o beneficiamento do leite e derivados no Município de Seropédica e adjacências; (5) Fortalecimento da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: construção de Mercados e Assistência Técnica para o Desenvolvimento Local Sustentável; (6) Fortalecimento da Produção e do Consumo de Alimento Orgânicos em Seropédica e (7) **A participação das mulheres em atividades rurais nos municípios de Seropédica e Itaguaí (RJ): pesquisa e extensão para a capacitação em Gestão Social na agricultura familiar visando o desenvolvimento territorial sustentável**. O levantamento de desses sete projetos<sup>61</sup> de extensão voltados para um possível apoio à agricultura familiar de Seropédica evidencia o ínfimo envolvimento da instituição com a extensão universitária para o desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar local, que é justamente a contribuição dos estudos e pesquisas desenvolvidas na universidade enquanto retorno para a comunidade.

O Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR) que surgiu em 1973 com a fusão do Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Simões Lopes, fundado em 1943, com o Colégio Técnico de Economia Doméstica. O CTUR oferece atualmente cursos técnicos de nível médio que tem contribuído para a formação de jovens nas modalidades: (1) Técnico em

---

<sup>60</sup> Fonte: Disponível em <[http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/?page\\_id=248](http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/?page_id=248)>. Acesso em 15 fev 2017.

<sup>61</sup> Desses 7 projetos de extensão, obtidos por meio de resultados de editais de programas de iniciação científica e de levantamento junto ao banco de dados da Pró-Reitoria de Extensão, foram selecionados 4 a serem aprofundados entre objetos de estudo e sujeitos entrevistados nesta pesquisa por serem considerados os que mais se identificam com o apoio e com o desenvolvimento rural, do território e da agricultura familiar de Seropédica. São eles: (i) Apoio às Práticas Tradicionais, uso de Plantas Medicinais e Sistemas Agroalimentares Articulados em Redes de Participação Política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro; (ii) Fortalecimento da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: construção de Mercados e Assistência Técnica para o Desenvolvimento Local Sustentável; (iii) Fortalecimento da Produção e do Consumo de Alimento Orgânicos em Seropédica e (iv) A participação das mulheres em atividades rurais nos municípios de Seropédica e Itaguaí (RJ): pesquisa e extensão para a capacitação em Gestão Social na agricultura familiar visando o desenvolvimento territorial sustentável.

Agrimensura; (2) Técnico em Meio Ambiente; (3) Técnico em Hospedagem; (4) Técnico em Agroecologia. Os cursos são oferecidos concomitantemente ou após o Ensino Médio. O colégio dispõe de projetos como monitoria dos alunos, visitas técnicas, assistência estudantil com programa de iniciação científica, permanência e apoio estudantil.

O Centro Vocacional Tecnológico – CVT – criado pela Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, foi um acordo com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que cedeu, por 20 anos, uma área de 3 mil metros quadrados para a construção de uma escola técnica profissionalizante da Rede FAETEC<sup>62</sup>. Tal acordo tem contribuído para a integração com os demais núcleos de pesquisa como a EMBRAPA, a PESAGRO e a NIA/UFRRJ – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Científica e Tecnológica em Agroecologia da UFRRJ – em cursos sobre Agroecologia e parceria em projetos e pesquisa junto a SIPA – Fazendinha Agroecológica do Km 47.

Localizada no município de Seropédica, a EMBRAPA-Agrobiologia é uma das 47 Unidades Descentralizadas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) possui um quadro técnico de aproximadamente 150 funcionários, entre assistentes, técnicos, analistas e pesquisadores. A criação da EMBRAPA ocorreu em 1973 e o espaço passou a funcionar como Unidade de Apoio à Pesquisa em Biologia do Solo, vinculado à EMBRAPA Solos. Em 1989, passou a ser Centro Nacional de Pesquisa de Biologia do Solo e, em 1993, foi denominado Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia. Suas principais linhas de pesquisa são: (1) Agroecologia e produção orgânica; (2) Aproveitamento de produtos orgânicos; (3) Diversificação de sistemas de produção; (4) Insumos Biológicos; (5) Sistema de produção de grãos; (6) Culturas energéticas; (7) Pastagens; (8) Recuperação de áreas degradadas e (8) Indicadores de sustentabilidade. A unidade possui também 3 Núcleos Temáticos como uma forma de aprimorar as discussões referentes a três grandes temas prioritários do Governo Federal. Funcionam como fóruns internos de discussão e articulação para identificar as possibilidades de atuação da Unidade em relação a esses temas: (1) Planapo; (2) Agricultura de baixo carbono e (3) Código florestal. A unidade contribui também com projetos, produtos, processos, serviços, diversas publicações, bolsas de estudos, cursos, parcerias, eventos e contribuições em programas de pós-graduação a fim de atender às demandas da sociedade para uma agricultura mais sustentável<sup>63</sup>.

A EMBRAPA, a UFRRJ e a PESAGRO implantaram em 1993 o SIPA – Sistema Integrado de Produção Agroecológica – conhecido informalmente como “Fazendinha Agroecológica do Km47” com uma área de aproximadamente 70 hectares próxima à sede da EMBRAPA Agrobiologia, em Seropédica/RJ. É uma iniciativa conjunta da EMBRAPA Agrobiologia, da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO-Rio) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Trata-se de um espaço de experimentação e de desenvolvimento educacional para atividades de formação para instituições de extensão rural e entidades da agricultura familiar, instituições públicas, estudantes e técnicos de todo o País. O espaço também é destinado às aulas de cursos de graduação e de pós-graduação em nível de mestrado, sobretudo, pelo Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica – PPGA – oferecido pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro<sup>64</sup>.

<sup>62</sup> Fonte: Disponível em <<http://www.rj.gov.br/web/secti/exibeconteudo?article-id=1453674>>. Acesso em 17 de jan 17.

<sup>63</sup> Fonte: Disponível em <<https://www.embrapa.br/agrobiologia/pesquisa-e-desenvolvimento>>. Acesso em 17 jan 17.

<sup>64</sup> Fonte: Disponível em <<https://www.embrapa.br/agrobiologia/fazendinha-agroecologica>>. Acesso em 17 jan 17.

A PESAGRO Rio – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro – situada em Seropédica funciona como o Centro Estadual de Pesquisa em Agricultura Orgânica (CEPAO) e desenvolve pesquisas em olerícolas, bovinos de leite, defensivos alternativos e multiplicação de sementes. As linhas de pesquisa estão direcionadas para a agricultura familiar e visam ao desenvolvimento de técnicas para a produção de alimentos de qualidade e sem a degradação do meio ambiente<sup>65</sup>. A sede da empresa está próxima à UFRRJ e a EMBRAPA Agrobiologia tendo como parceria o SIPA enquanto convênio de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa em agricultura orgânica para o Estado do Rio de Janeiro e que favorece a troca de experiências interdisciplinares.

O escritório local da EMATER-Rio está localizado no mesmo prédio da PESAGRO Rio em Seropédica. A EMATER é a empresa responsável pela assistência técnica e extensão rural no Estado do Rio de Janeiro e, a localizada Seropédica, desenvolve atividades de extensão e apoio ao agricultor familiar como o desenvolvimento de projetos, parcerias com a prefeitura e com outras instituições, cadastro rural, emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF, coordenação de programas como o Rio Rural, criação dos Comitês Gestores de Microbacias, etc. Trata-se de uma empresa que tem o acesso mais direto e frequente com o agricultor familiar local.

A Secretaria de Ambiente e Agronegócio de Seropédica, embora não seja uma instituição responsável pela “produção e transmissão de conhecimento” como as demais instituições apresentadas anteriormente, também é responsável pela extensão e pelo desenvolvimento rural do município com técnicos especializados, o que a torna importante na sua inclusão no denominado “polo”, já que as articulações com o poder público são fundamentais para o desencadeamento de projetos de desenvolvimento territorial/rural. Além disso, torna-se importante a criação de políticas pelo poder público local que promovam a construção e a disseminação de conhecimentos sobre a produção agropecuária na região. A SEMAMA de Seropédica, da gestão de 2013 a 2016, foi composta por agrônomos, veterinários e engenheiros ambientais, os quais ofereceram suporte aos pequenos produtores rurais como a vacinação contra a Febre Aftosa e a Brucelose, o empréstimo dos tratores para o tratamento do solo, emissão de documentos, entre outros serviços, como orientações ao agricultor familiar e parcerias com instituições, como a participação nos conselhos municipais e a condução e coordenação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Seropédica – CMDRS.

#### **4.2.3. Os referenciais teóricos utilizados na discussão desta seção e quadro síntese de objetivos**

O referencial teórico que mais norteou as análises desta seção foi a Teoria Crítica frankfurtiana que contribuiu para esse breve recorte acerca das análises críticas resultantes do que foi a agricultura em Seropédica em um passado distante baseada na racionalidade instrumental durante a produção da seda em larga escala com grande uso da mão de obra, e dos avanços que a agricultura familiar obteve nas cinco décadas passadas com as políticas de assentamento, cujas perspectivas da época foram suprimidas ao longo do tempo. Contudo, essa mesma teoria corrobora com o vislumbre de um futuro, ainda que utópico, pelo surgimento das atuais comunidades e associações de agricultores, possivelmente baseadas na racionalidade substantiva com a formação de APLs e redes de agricultores como cooperativas e associações, mas que pode servir como meta a ser alcançada para a formação de uma sociedade mais justa, equânime e igualitária, para as gerações futuras com a instalação do polo de produção e transmissão de conhecimento em agropecuária no local.

---

<sup>65</sup> Fonte: Disponível em <<http://www.pesagro.rj.gov.br/>>. Acesso em 17 jan17.

Sendo assim, os objetivos intermediários traçados para a tese nessa seção são tratados no Quadro 7, cujos resultados alcançados são identificados com a especificidade do tema tratado.

**Quadro 7** – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção.

	<b>Objetivos intermediários</b>	<b>Resultados</b>
<b>i</b>	Identificar as principais leis e programas em documentos legais em escala nacional, regional e local e a história do município	<i>Perceber nos documentos convergências e divergências de ideias e ações para o desenvolvimento local.</i> A identificação da lei nº 2446 que emancipou Seropédica do município de Itaguaí em 12/11/1995 foi utilizada como marco para o início de uma “era” de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no local, assim como os estudos anteriores como o livro “O Brasil na rota da seda: uma contribuição para a recuperação, o enriquecimento e a divulgação da memória de Seropédica, Itaguaí e do Estado do Rio de Janeiro” (2004), os trabalhos de Golinski (2008), fontes de dados do senso agropecuário do IBGE (2006), assim como pesquisa em sítios da internet sobre as instituições que compõem o polo de produção e transmissão de conhecimento em agropecuária.
<b>ii</b>	Identificar os principais atores que propõem ações de desenvolvimento rural na região, a fim de reconhecer os <i>campos de poder</i> construídos na perspectiva das lideranças	<i>Quais são os atores envolvidos no desenvolvimento rural local? Como eles atuam?</i> Foram identificados atores escravocratas poderosos no século XIX com a produção do bicho da seda, posteriormente a ação de atores como o INCRA e o ITERJ com o assentamento de famílias ao longo do século XX, assim como a instalação da UFRRJ, do CTUR para o ensino e pesquisa, da EMBRAPA, da PESAGRO para a pesquisa e da EMATER mais voltada para a extensão. Por outro lado, identificou-se nos discursos dos entrevistados que, após a emancipação do município, os atores compostos pelo poder público municipal – como as secretarias de agronegócio, serviço social, etc. – se distanciaram cada vez mais dos produtores ao longo dos anos.
<b>iii</b>	Verificar como se dá a ação comunicativa e as interações dos grupos de produtores com o poder local e com as instituições de pesquisa e extensão	<i>Identificar como ocorrem as interações entre os 3 atores: produtores, extensionistas e Estado. Há convergências ou divergências de ideias nos discursos?</i> Identificou-se nos discursos dos entrevistados que ainda há uma tentativa de diálogo com as instituições de pesquisa e extensão assim como com o poder público municipal, embora tenha diminuído ao longo dos anos, mas que não tem contribuído enquanto incentivo para a continuidade das futuras gerações. Os entrevistados apontam a maior dificuldade de diálogo com a prefeitura.
<b>iv</b>	Verificar se há uma tendência de preservação e fortalecimento da atividade pelo empoderamento de grupos de famílias estruturados em associações que buscam uma “racionalidade substantiva” com base nos princípios da agroecologia.	<i>Verificar se conhecimentos tradicionais construídos localmente são difundidos e legitimados pelas atividades de pesquisa e extensão, se empodera os agricultores e gera valor agregado ao produto diferenciado.</i> Verificou-se que, nos últimos 6 anos, o surgimento de pequenos grupos de produtores orgânicos, os quais trocam experiências com base em conhecimentos na agroecologia em parceria com as instituições de apoio à pesquisa e à extensão, como as associações Serorgânico, Serramar e, o mais recentemente criado, Raiz Forte, vem surgindo como resistência ao fenômeno do êxodo rural.

**Fonte:** quadro elaborado pelo autor.

### 4.3. Os Efeitos do Crescimento Econômico na Região e o Impacto na Agricultura Familiar

#### 4.3.1. A especulação imobiliária em Seropédica

O crescimento econômico exógeno da Baixada de Sepetiba, em função dos investimentos em escala global da região portuária de Itaguaí (Figura 20), de indústrias como a ThyssenKrupp – CSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico, a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, Porto Sudeste do Brasil S/A, Estaleiro naval PROSUB – EBN/Odebrecht, Petrobrás, Gerdau, Usiminas, entre outras (NASCIMENTO, 2016), tem influenciado significativamente na mudança estrutural de Seropédica nas duas últimas décadas, com forte influência do atual modelo capitalista associado às leis do mercado (MALUF, 2000; ESCOBAR, 2005).



**Figura 20** – Demarcação das Indústrias na região portuária de Itaguaí.

**Fonte:** Alcântara, 2011.

Conforme aponta Nascimento (2016, p. 55):

[..] a construção da BR 493 – Rodovia Raphael de Almeida Magalhães (Arco Metropolitano), inaugurado no ano de 2014 (primeira parte), atravessando os municípios de Itaboraí, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Seropédica e Itaguaí. Com principal intuito de criar uma rodovia que interligasse pontos industriais estratégicos do Estado do Rio de Janeiro (principalmente o COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e os complexos industriais de Santa Cruz e do Porto de Itaguaí), facilitando o escoamento de cargas diversas no Porto de Itaguaí e / ou criar uma rota de indústrias do mesmo ramo ao longo de toda a rodovia, o que resultou no aumento do fluxo de Trabalhadores e transporte de carga por toda região, impactando diretamente os municípios citados e alterando os aspectos geofísicos da paisagem de toda a região (grifo meu).

A construção do Arco Metropolitano facilitou o deslocamento terrestre entre Seropédica e Itaguaí por passar por dentro do seu território, cruzando tanto a Rodovia Presidente Dutra BR116 quanto a Rodovia BR 465, conhecida como antiga Estrada Rio São-Paulo, facilitando o escoamento de produtos de importação e exportação. Esse encurtamento atraiu outras indústrias como a Brasilit, a Brasil Foods, a Panco, a Valmec, as Casas Bahia, a Votorantin Cimentos S/A, a Procter & Gamble – P&G – e, principalmente, condomínios logísticos que servem ao complexo portuário, como a Arcolog e a Golgi Seropédica (Figura 21). Essa última ocupa uma área – que antes era utilizada para a de criação de bovinos – de

522.000 m<sup>2</sup> de terreno plano e 241.000 m<sup>2</sup> de área construída<sup>66</sup> às margens do Arco Metropolitano.



**Figura 21** – Condomínio logístico Golgi.

**Fonte:** Acervo do autor.

Assim, por estar inserido na região metropolitana do Rio de Janeiro, e pelo seu avanço urbano-industrial, o município vem sofrendo transformações socioeconômicas, estruturais, identitárias e ambientais. Queiroz (2014, p. 86) em sua tese de doutoramento, aponta a desigualdade dos investimentos e rendimentos auferidos pela chegada das indústrias e de condomínios logísticos, influenciada pelas obras de infraestrutura na região, quando comparadas à atividade agrícola desenvolvida no município:

O município de Seropédica é uma localidade onde a agricultura tradicionalmente ocupa uma posição importante para a economia, bem como no meio ambiente e no estilo de vida dos habitantes. Nos últimos anos em função dos grandes investimentos ocorridos no Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, a construção do Arco Metropolitano e do Porto de Itaguaí, a cidade tem sofrido intervenções que estão alterando significativamente a paisagem local e a dinâmica territorial. [...] Áreas até pouco tempo ociosas e, mesmo aquelas utilizadas para práticas agrícolas, estão sendo ocupadas por indústrias e equipamentos ligados à infraestrutura dos grandes empreendimentos da região. Estes investimentos competem com a agricultura pelo uso do território em uma condição econômica bastante desigual, visto que o investimento inferior das atividades agrícolas não é capaz de fazer face aos empreendimentos mais recentes, que gradativamente estão alterando o perfil da economia local e tornando a ocupação da terra menos atrativa para a agricultura.

Em entrevista a uma matéria do jornal O Dia em 2014, o até então prefeito de Seropédica salientou com o seu discurso sobre o crescimento do município: “a cidade está crescendo muito. Estamos fechando vários contratos para trazer grandes empresas para o município. Com isso haverá um aumento de arrecadação e todos vão ganhar”<sup>67</sup>.

É percebido que a agricultura familiar em Seropédica, assim como em toda a Baixada Fluminense, pode ser caracterizada como “periurbana” ou até mesmo urbana (MENDES, 2012) justamente por estar articulada com as dinâmicas urbanas ou da região metropolitana do

<sup>66</sup> Fonte: Disponível em <[http://www.golgi.com.br/hp/empreendimentos\\_detalhes.aspx?id=1](http://www.golgi.com.br/hp/empreendimentos_detalhes.aspx?id=1)>. Acesso em 08 set 16.

<sup>67</sup> Fonte: Disponível em <<http://odia.ig.com.br/odiaestado/2014-09-08/seropedica-atrai-grandes-industrias-e-abre-vagas.html>>. Acesso em 09 set 16.

Rio de Janeiro (SANTANDREU e LOVO, 2007). Como apontada por Golinski (2008, p. 3), a distribuição produto interno bruto nas atividades agrícolas (1%) comparadas às demais, corrobora com as afirmações de Queiroz (2014), embora em levantamento anterior, quando apresenta a pequena contribuição da agricultura na atualidade comparada aos rendimentos auferidos pelas outras atividades como aluguéis, indústria, etc., além da influência da própria UFRRJ na economia local:

O produto interno bruto teve as seguintes contribuições por setor de economia: Aluguéis (28%), Administração Pública (24%), Prestação de Serviços (20%), Indústria de Transformação (8%), Serviços de indústrias e Utilidade Pública (5%), Transportes (4%), Construção Civil (3%), Extração Mineral (3%), Comércio Varejista (2%) e Agropecuária (1%). Na cidade de Seropédica está localizada a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ao que se deve a alta contribuição dos aluguéis. A universidade é, ainda, geradora de empregos diretos e indiretos, o que motivou o comércio, a construção de moradias e a prestação de serviços.

A própria instalação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em Seropédica que emprega diretamente e indiretamente muitos moradores, favoreceu a ampliação do *status* do município em “cidade dormitório”<sup>68</sup> contribuindo significativamente para o setor de aluguéis – “repúblicas” de estudantes e professores e pousadas comerciais – assim como para o comércio local, colaborando ainda mais para o êxodo populacional antes alocado nas atividades rurais.

Embora o discurso apresentado no Plano Diretor Decenal de Seropédica (2006) evidencie em seu planejamento territorial o investimento e apoio ao agricultor familiar, assim como o contraste com o discurso do prefeito na matéria jornalística com a opinião de todos os agricultores entrevistados, evidencia-se a prioridade na atração de indústrias em detrimento da coexistência da agricultura familiar no território. O modelo adotado por essa perspectiva remete ao que Maluf (2000) aponta como “velho modelo” de **prioridade ao crescimento econômico** o que levou, no passado, a profundas marcas de desigualdades sociais e pobreza extrema.

Conforme a exposição de alguns dos agricultores entrevistados percebe-se essa contradição/dicotomia com o discurso do atual prefeito do município, na qual exclama que “todos vão ganhar”:

*Para a agricultura [o crescimento econômico] é péssimo, mas para a indústria, pra eles, é ótimo, mas só que eles esquecem que a agricultura você planta e come, e indústria você não planta você trabalha e cadê a comida? É esse que é a visão do agricultor, da gente daqui da terra. E eles não veem isso. Eu vejo isso como essa explosão de indústria, eu vejo isso como uma “doença”, como uma coisa muito grave. É, o alimento no mundo, acho que isso não é só em Seropédica, uma visão assim: eu acho que é o Brasil inteiro passando por essa... eu chamo uma “doença”, de grandes empreendimentos industriais esquecendo o simples, o básico e o essencial: o alimento. E cada vez mais a gente está sendo afastado para bem mais longe. O lugar que hoje é bom pra gente, pra eles é ótimo. E várias pessoas já se viram obrigadas a vender as suas terras pra indústria mesmo, porque são pequenos agricultores, que viram naquele dinheirinho [da venda da propriedade] a mais uma possibilidade de melhorar de vida. Mas várias dessas que venderam, hoje não conseguiram melhorar como imaginavam, já estão tentando comprar outros sítios, perto mesmo aqui da localidade (...) quem vendeu [se] arrependeu (AGR1).*

*Seropédica tinha muita agricultura. Começou a decair muito, acho que em 80 mais ou menos, né? Quando começaram aquela retirada de terra lá de Piranema, depois com a debandada dos agricultores dos filhos de agricultores que foram pro Japão, depois por questão de idade e especulação imobiliária, diminuiu bastante. Mas aqui tinha uma agricultura bem pesada bem forte em Seropédica (...) tem uma outra*

<sup>68</sup> Além de muitos dos seus moradores trabalharem na capital e nas cidades periféricas como Itaguaí e da capital, a Cidade do Rio de Janeiro, configurando e reforçando a característica de cidade dormitório.

*questão, né. Aqui no [assentamento] Sol da Manhã tem a linha férrea, tem a [Rodovia Presidente] Dutra, tem a linha férrea. (AGR12)*

*Parece que eles querem que os agricultores migrem para outros lugares, né? E não tem outra [lógica] não, o desenvolvimento acaba fazendo isso. Eu falo: eu vendo o meu sítio, desde que eu possa comprar num lugar que tenha água e que seja bacana pra mim produzir, porque eu não sei fazer outra coisa. (...) O dinheiro seria pra mim investir e continuar a minha produção. O que eu não quero é vender por mendigaria e depois ficar morrendo de fome. (AGR4).*

*Essa coisa das indústrias, né... é o êxodo rural aqui foi muito forte, né? Muitas terras abandonadas aí, propriedades paradas. A primeira propriedade que eu fui trabalhar aqui, lá na Reta de Piranema era uma área totalmente abandonada. Inclusive ficou um tempo à venda pra... esse negócio que teve uma especulação imobiliária absurda do lado do Eike Batista, daquela região ali pra fazer o “porto seco”. Então todos os produtores então todos os produtores ali da Reta de Piranema, ali até o Bairro Santa Rosa ali, pararam de produzir, entraram num sonho de que o metro quadrado da terra valia 100 reais o metro quadrado. Aí uma propriedade de 10 hectares eles tavam vendendo por 10 milhões. É lógico que não vendeu, né? (AGR6)*

É notória a preocupação com o futuro da agricultura familiar no discurso da agricultora AGR1, bem como com a questão da segurança e da soberania alimentar em virtude do interesse do poder público local pelas indústrias que desejam se instalar na região. Muitas imobiliárias compraram os sítios de pequenos produtores no bairro de Santa Alice, Coletivo e Sol da Manhã<sup>69</sup>, com o intuito de especular à espera de preços altos para a revenda às indústrias e galpões logísticos. A fala da agricultora AGR4 evidencia o interesse pela venda de sua propriedade, caso haja uma oferta expressivamente significativa em termos financeiros a fim de migrar para outro município onde o poder público apoie mais o agricultor familiar, enquanto o produtor AGR6 fala do “sonho” de muitos em venderem as suas terras por valores milionários após a chegada e o interesse das indústrias e estabelecimentos logísticos na região. Analisando subjetivamente a fala das agricultoras AGR 1 e AGR4, nota-se que as mesmas expõem a “lógica” da política local em enfraquecer o agricultor familiar para que os mesmos migrem para outros locais, outros municípios, deixando o território livre para a especulação imobiliária, ou seja, para a entrada das indústrias, mineradoras e galpões logísticos, a fim de acelerar o processo de **desterritorialização** com a perda da identidade e dos vínculos (HAESBAERT, 1995) do meio rural.

A extensionista da EMATER-Rio, do escritório de Seropédica, expõe em sua fala esse interesse pelas indústrias: “ali na parte de Eldorado está toda sendo arrematada para fazer o ‘Porto Seco’. Tem o porto da Ilha da Madeira, né? Tem o Arco Metropolitano que liga direto lá. Aí vão ser feitos os galpões de armazenamento de ‘container’, etc. e as indústrias”.

O discurso do entrevistado do poder público da Secretaria de Ambiente e Agronegócio de Seropédica aponta que a questão da venda dos sítios está associada especificamente à especulação imobiliária pelo próprio agricultor que vê, em alguns casos bem sucedidos de seus amigos e vizinhos, uma excelente oportunidade de negócio com a venda de sua propriedade para empresas:

*Esse fato também, primeiro a valorização da terra aqui, ela pegou aí valores ‘estratosféricos’. Se bem que agora está voltando [abaixando o valor novamente]. Acabou aquela ‘onda’ ali, muita gente que tinha propriedade, e agora tá caindo na real. (...) Eu acho que o que estão oferecendo, o que eu vejo oferecendo pro pessoal aí (...) e muita gente vendeu nessa ‘onda’ aí, 300 mil 200. (...) Eu tenho um exemplo lá da Dona Cremilda, um casal de amigos deles lá, que tinham uma propriedade na*

<sup>69</sup> Os sítios do assentamento Sol da Manhã foram praticamente todos vendidos para a construção de um condomínio logístico pela proximidade com a Rodovia Presidente Dutra BR-116 e com o Arco Metropolitano.

*estrada de Santa Alice, a vicinal, venderam o terreno deles, nessa 'onda' de vender e hoje estão lá vivendo de empregado, cara.(...) eles 'cresceram o olho' (APP1).*

O discurso do entrevistado do poder público não atribui a venda das propriedades à falta de apoio e de políticas públicas do poder público nas escalas local, municipal, estadual e nacional, assim como das unidades de pesquisa e extensão localizadas no município para que haja a manutenção do agricultor na atividade rural. O seu discurso diverge, de certa forma, da visão das agricultoras AGR1, AGR2 e AGR4 que apontam as dificuldades encontradas pelos agricultores que não são sanadas pelo poder público e, sobretudo, agravadas pela atração dos empreendimentos industriais no local enquanto estratégias de crescimento econômico, enfraquecendo-os (AGR4).

O discurso do professor, pesquisador e extensionista (PRO2) da UFRRJ que tem contribuído para o fortalecimento dos pequenos agricultores corrobora com a ideia de que maior impacto econômico no município foi

*[...] o Arco Metropolitano que transforma essa área em depósito de 'containers', de logística. Hoje onde está o [assentamento] Sol da Manhã entrou a 'Arcolog' que é uma empresa de logística comprou 6 propriedades, inclusive a do 'agricultor líder'<sup>70</sup> que foi vendida nesse lote. Eles construíram lá, pegaram então 95.000 metros quadrados e construíram um galpão de 40.000 metros quadrados. É isso que tem lá hoje. Uma área cercada por essa empresa de logística. Um galpão monstruoso está lá para ser alugado [...] é gente de muito capital. No Sol da Manhã uma pessoal só, uma mulher, que eles dizem lá, entrou, e ela sozinha comprou 22 propriedades de agricultores lá, também nessa lógica de especulação imobiliária, para venda, pra que se transforme em área de logística.*

Além dessa percepção dos atores locais, também foi percebido por meio da observação participante do autor nos conselhos municipais e reuniões de associações, assim como nos encontros de capacitação com os agricultores, a ausência da participação da população nas decisões e no planejamento urbano do município, na qual a **gestão social** nos processos decisórios no tocante ao planejamento espacial e territorial é muito pouca ou inexistente. A decisão pela atração e da implantação das indústrias no município apresenta-se na esfera dos poderes executivos e legislativos os quais não disponibilizam espaços de consulta à população, como no exposto do **art. 133 da lei 328/06 do Plano Diretor Municipal**. Percebe-se ainda, no entanto, um “senso comum”, tanto por parte da população quanto no discurso dos dirigentes do poder local, de que o crescimento econômico via atração de indústrias somente trará benesses para a coletividade. Discurso esse que, embora seja contestado por alguns segmentos da população, principalmente, pelos agricultores que sofrem com o descaso e com a não priorização das atividades agrícolas, com a segurança alimentar da região, com as questões socioeconômicas dos pequenos agricultores, com as questões ambientalmente sustentáveis e com a **transformação da paisagem** e da **identidade local** (HALL, 2006), segue dominante no planejamento estratégico do município. A análise das assimetrias entre a economia e os fatores sociais apontados por Celso Furtado (2002) seriam úteis na criação de algumas técnicas baseadas nas novas teorias do desenvolvimento, no sentido de promover a coexistência entre o crescimento econômico observado em Seropédica e a equidade social com a melhoria do bem estar, sobretudo, das famílias de agricultores, fato que não se tem percebido com as atuais gestões municipais.

---

<sup>70</sup> No sentido de preservar a identidade do agricultor em questão o nome do mesmo foi substituído por ‘agricultor líder’, pois trata-se de uma das lideranças dos produtores orgânicos de Seropédica, mas que vendeu o seu lote para a empresa de logística mas arrendou um sítio em outro município vizinho e continua com a produção, a venda e o transporte de alimentos orgânicos do SPG de Seropédica para um circuito de venda local e nas feiras da Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro.

No Plano Diretor Participativo do município (SEROPÉDICA, 2006, p. 83), na lei nº 328/06 são definidas as áreas de zoneamento e algumas observações sobre os usos das áreas rurais:

**Art. 120** – O Município de Seropédica será dividido nas seguintes áreas:

I – Área urbana;

II – Área de expansão urbana;

III – Área rural;

**Art. 132** – Consideram-se áreas rurais àquelas definidas pelos sítios rurais e áreas de cultivo existentes;

**Art. 133** – Serão permitidos, se estiverem atendendo às necessidades da população local, na Área Rural, os seguintes usos: industrial, comercial, Prestação de Serviços e Agrícola. (Grifos meus)

Observa-se, portanto, uma contradição na própria lei entre os artigos 132 e 133 no tocante ao uso das áreas rurais, bem como o mapeamento das áreas em virtude do atendimento das necessidades da população. Ora, se as áreas rurais são definidas pelos sítios já existentes, quais atores têm redefinindo o uso dessas áreas e a venda das propriedades para as indústrias no sentido de “atender às necessidades da população local”? A população tem sido consultada para tais transformações, ou o poder público arbitrariamente as define embora de forma subjetiva e subliminar nas suas ações? Pela observação participante nos conselhos municipais, bem como nas entrevistas realizadas, não se tem percebido tal participação da população nessas decisões. Logo, a verifica-se que as práticas da **gestão social** em Seropédica, com as suas devidas características acerca da tomada de decisão coletiva como a não coerção, a transparência, a linguagem inteligível e a dialogicidade na relação de interdependência entre os interesses coletivos e os interesses individuais (CANÇADO, 2013), é muito pouco ou quase nada exercida nos fóruns de participação popular.

Uma das questões mais contestáveis é o planejamento do território por meio do Plano Diretor do ano de 2006, para os bairros de Santa Alice, Coletivo e Sol da Manhã, já existentes. Embora esses bairros tenham a maior concentração de unidades produtivas de agricultura familiar, sobretudo, voltadas à produção orgânica de base agroecológica (FERNANDES et al., 2013), o planejamento para essas áreas foi, à época, voltada para o zoneamento industrial conforme apresenta a Figura 25 – ao final desta seção. Logo, o que tem ocorrido é a justaposição de indústrias que vem ocupando espaços anteriormente rurais e produtivos, pela especulação imobiliária, por tratar-se de uma área plana às margens da Rodovia Presidente Dutra e do Arco Metropolitano (ANEXO III).

A exposição do professor do Colégio Técnico da UFRRJ expressa essa questão do planejamento do município acerca desse conflito entre os agricultores e as zonas industriais:

*Se o pessoal entende que ali [em Santa Alice, Coletivo e Solda Manhã] é melhor pra indústria, e conseguiu ir para outro local. Igual ao ‘fulano’<sup>71</sup>, [agricultor], não vendeu? Vendeu ali pra P&G. (...) Então tá lá, tem um parque industrial ali, tá próximo à Dutra. É... questão de planejamento. Pra onde Seropédica vai crescer? (...) Primeiro **tem que planejar**. Depois tem que dar as condições de executar aquilo. Não adianta você falar que é [zona] industrial e tá cheio de agricultor. Mas eles estão bem, estão fortalecidos? Não estão. A indústria vai comprar isso daqui? Vai. Isso vai ser dado pra indústria, vai fazer algum incentivo? Vai dar isenção. Mas qual incentivo vão dar pra agricultura pra se instalarem em um outro lugar melhor, ou igual? O que nós vamos fazer? Nós vamos montar lá um bom canal de irrigação pra todo mundo poder ter água à vontade? Tem que ter uma contra partida, né? Pro cara sair daqui e ir pra lá. Não faz, não é feito. E tem que ser feito (PRO4). (Grifo meu)*

---

<sup>71</sup> O nome do agricultor foi substituído por “fulano” a fim de preservar o anonimato de sua identidade na pesquisa.

Mesmo com o planejamento realizado pelo Plano Diretor Participativo que, evidentemente, dispõe as áreas de assentamento desses bairros citados como zonas industriais, não houve ações pelo poder público que resguardassem o agricultor familiar, muito menos o amparo para uma possível transição para outras áreas do município. O que se coloca é que há uma demanda por parte das indústrias, porém sem a devida proteção necessária, tanto social e quanto jurídica ao agricultor familiar que produz nessas áreas de interesse industrial. Mais ainda, muitos agricultores das glebas de Santa Alice e Coletivo não possuem documentação definitiva como escrituras e RGI – Registro Geral de Imóveis, fato que causa muita preocupação aos agricultores. Portanto, a questão fundiária<sup>72</sup> ainda é uma das fragilidades que os mantém em situação de insegurança acerca da ocupação do território pelo capital imobiliário com a criação do polo industrial.

A própria construção do Arco Metropolitano gerou uma diminuição considerável na produção de bovinos nas propriedades às suas margens, conforme salienta o agente da Secretaria de Ambiente e Agronegócio de Seropédica durante a entrevista:

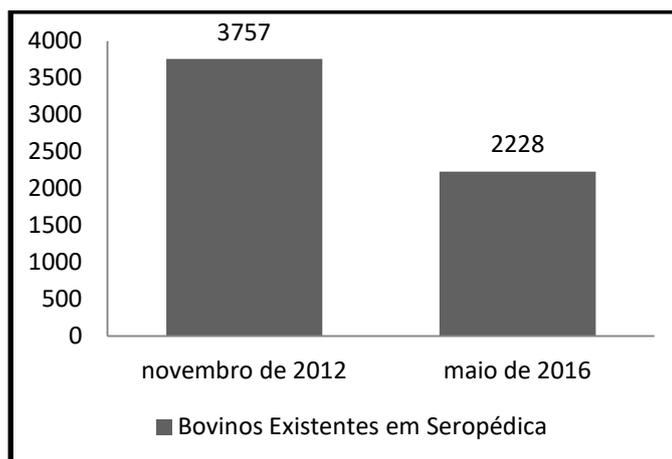
*Tem havido uma redução no número de propriedades e no número de bovinos dessa faixa que atendo aí até 50 [animais por propriedade atendida para a vacinação da febre aftosa]. Aí eu vejo que são duas coisas, que eu creio que tá acontecendo: primeiro a rodovia [Arco Metropolitano] cortou uma área importante de pecuária de corte. (...) até um dia desses eu conversei com um produtor aqui (...) ele teve aqui, um senhor bom de papo, eu fiquei conversando com ele, e entrou esse assunto de 'anel rodoviário' e os animais dele. [Ele disse:] ano passado até o início desse ano ali, ele já perdeu 12 animais ali atropelados. Ele falou, ele entrou na justiça, porque a cerca que fizeram para cercar o gado da propriedade que é uma atribuição da rodovia [da empresa responsável pela obra](...) é uma cerca muito vagabunda. O gado, o Nelore, é moirão de cimento e quebra muito fácil. E tem que ser de madeira. (...) mas ele resiste mais à pancada do boi Nelore do que o cimento. O cimento encostou, ele quebra. E o outro lado que ele falou é a questão de que eles não roçaram o capim de beira de estrada.(...) porque o gado é atraído, porque o capim da beira de estrada está mais fresquinho mais verdinho (APP1).*

Com base no seu discurso, a recente construção da rodovia, além de ter impactado a região com a elevação do valor comercial dos lotes agrícolas, e por ter “cortado ao meio” algumas propriedades de criação de gado, a construtora não tem contribuído para a manutenção e infraestrutura para o pequeno produtor levando a uma diminuição da população bovina conforme aponta a Figura 22, com base nos dados de vacinação contra a Febre Aftosa realizada Secretaria de Ambiente e Agronegócio.

O início da construção do Arco Metropolitano ocorreu em junho de 2011, mas só começou a ser acelerada em 2012 e a impactar mais significativamente o território de Seropédica, sobretudo as áreas de criação de bovinos, no início de 2013, sendo inaugurado em julho de 2014. Percebe-se, no entanto, que a redução do número de bovinos – de corte e de leite para criadores com até 50 animais – no município reduziu em 2016 a 59,3% do quantitativo de bovinos relativo a 2013 (Figura 22).

---

<sup>72</sup> Essa questão será discutida com maior profundidade na seção onde será apresentado o tema abordado durante a capacitação realizada com a Associação Serorgânico.



**Figura 22** – Quantitativo de bovinos levantados pela Secretaria de Ambiente e Agronegócio no período de vacinação da febre aftosa a produtores com até 50 animais.

**Fonte:** Gráfico elaborado pelo autor com base nas planilhas fornecidas pela SEMAMA.

Durante a reunião do CONSEA de 23 de agosto de 2016, por meio da observação participante do autor, o representante da pasta de ambiente e agronegócio, enfatizou essa problemática com a sua fala, ao apontar que “depois do Arco Metropolitano a agricultura de Seropédica praticamente acabou, e até influenciou na pecuária que reduziu para quase da metade do número de bois nos últimos quatro anos”.

O discurso de um dos proprietários de terras e pequeno criador de bovinos de produção leiteira adverte sobre a atual baixa produtividade dos sítios às margens do Arco Metropolitano:

*Se você olhar são pouca gente. Vamos dizer, se tiver 100 sítios, bota aí hoje 10% produz. Uma margem hoje seria de 10%. No passado tinha 70, 80 [por cento]. Po, no passado tinha comércio. Existia um boteco existia a vendinha, existia até cabelereiro. [...] Com o Arco [Metropolitano] então cortou as propriedades e piorou mais ainda.[...] Eles não ajudam em nada. A via corta a propriedade no meio e as vezes o animal arrebeta uma cerca [...] e o animal as vezes passa. O DER está sendo intransigente com isso daí, entendeu? Eles vê o animal fora [da cerca] eles vem e não te ajuda, ele na hora, na sua frente, fala que você tá errado e leva o seu animal. E você tem que pagar 250 reais, eles confiscam (AGR3).*

Observa-se na fala do produtor a grande dificuldade dos que residem à margem da nova rodovia em função da ausência de apoio e de infraestrutura da empreiteira que a construiu, no tocante à qualidade da cerca que protege o gado, bem como à falta de sensibilização do Departamento de Estradas de Rodagem – DER – para os casos de fuga dos animais. O produtor citado (AGR3) considera compreensível que a implantação uma rodovia cause problemas à população, mas salienta que deve se levar em conta os casos específicos e provenientes de todo o processo de implantação de uma super estrutura como essa, na qual o poder público, nas suas diversas esferas, deveria suprir com as dificuldades da população afetadas por essas transformações, ao analisar o discurso do entrevistado.

A questão da violência, como assaltos e furtos nas localidades próximas ao Arco Metropolitano, também é destacada pelos agricultores como indicio de falta de planejamento e de infraestrutura de segurança por parte do poder público nas diversas escalas com a implantação da rodovia:

*Tá tendo uma onde de assalto lá no sítio. Muita mesmo. Estão todos muito amedrontados. Na verdade o Arco também não deixa de ser uma rota de fuga. Eu penso que é muito fácil o acesso de moto [pelo Arco Metropolitano]. Renderam a minha vizinha e roubaram a moto dela. Depois voltaram e tentaram roubar a moto de mais duas pessoas (AGR9 – do Bairro Sá Freire).*

*Estávamos indo pra feira na Glória [feira de produtos orgânicos na Cidade do Rio de Janeiro] as 5:00 da manhã e pegamos a estradinha que vai pra Miguel Pereira pra pegar o Arco mais a frente. Porque no sentido da Dutra a [nossa] rua está muito esburacada, com o carro pesado de material, né... Quando estávamos quase no Arco um carro nos fechou e saíram 5 homens armados nos mandando sair. Levaram toda a mercadoria da feira. Só deixaram o isopor com os queijos. (AGR1 – do Bairro Santa Alice)*

*Tá feia a coisa, né... ‘nego’ tá matando só pra ouvir o tombo, [pra ver] como o cara cai. Tá feia pra todo lado, né... a milícia aqui dominou, né? Tá ruim à beça [...] e a polícia não faz nada, né? (AGR7 – do Sol da Manhã)*

Os discursos dos agricultores evidenciam que, além da falta de estrutura como ruas pavimentadas para facilitar a circulação dos agricultores com a sua mercadoria, falta ainda segurança para os mesmos com a chegada do Arco Metropolitano, que está sendo usado como rota de fuga para os assaltantes. Eles apontam que esse fenômeno vem ocorrendo em virtude da instalação de milícias e traficantes de drogas no território. Assim, a não ocupação e o não planejamento do território pelo poder público com políticas de inclusão e estruturação das áreas demarcadas para as devidas finalidades, propicia a entrada e a ocupação de grupos criminosos (ZALUAR e CONCEIÇÃO, 2007; ANDRADE, et. al., 2013).

#### **4.3.2. Ocupações Rurais Não Agrícolas – ORNAs – em Seropédica**

Outra característica de **transformação da identidade do município** apontada pelos agricultores, extensionistas e professores entrevistados é o uso das propriedades para outras finalidades que não só a produção agrícola ou pecuária em virtude do crescimento econômico na região. Devido ao pouco apoio dos poderes públicos<sup>73</sup>, houve a venda de terra para emboço na construção civil – como primeiro caso, assim como as ocupações rurais não agrícolas – ORNAs, no segundo caso.

**No primeiro caso**, a venda de “areola” ou “terra de emboço” foi uma atividade alternativa à produção agrícola ou pecuária, para o sustento das famílias, conforme salienta a agricultora (AGR1):

*Por motivos de não ter ajuda do governo, o pessoal começou a vender terra de emboço, aí foi vendendo a terra de emboço e foi parando a agricultura. Aí ficou muito fraca a agricultura aqui. Aí o pessoal foi abandonando e começando a vender pra terceiros. E até hoje tem alguns [de Santa Alice e Coletivo] que estão plantando convencionais e outra parte é orgânico. E a retirada de terra se deu também que foi até uma forma meio que proposital que eu percebi na época, que o agricultor chegou a um ponto que não tinha como sobreviver de jeito nenhum. E pra continuar na terra e comendo mesmo e construindo, investindo na própria terra, ele foi, se viu obrigado a tirar terra de emboço pra sobreviver mesmo. E a gente, na época, também fizemos isso. Pra melhorar essa casa que não era assim, várias melhorias. A gente se viu obrigado e com o coração doendo, porque a gente via aquilo como um ‘crime’ ver aqueles caminhões saindo com aquele cheiro de terra, pra mim era de doer. [Mas] ou era aquilo, ou passava fome. E foi com consciência: a gente tirou de uma parte pra ir melhorando e fortalecendo outra parte.*

Observa-se no discurso da agricultora que a necessidade da retirada e venda de terra de emboço esteve associada às dificuldades enfrentadas pelos agricultores no final da década de

---

<sup>73</sup> A questão do pouco apoio dos poderes públicos assim como das instituições de extensão e pesquisa será abordada mais a frente no item 4.8, assim como já foi apontada no item 4.2. no tocante à questão histórica da região e às gestões municipais que mais apoiaram os agricultores, assim como o posterior descaso.

1990 com a falta de incentivo do poder público local. A mesma evidência que essa atividade alternativa foi uma necessidade extrema que levou os agricultores a sacrificarem uma parte da área de produção a fim de beneficiar outras e, sobretudo, devido à eminente pobreza e a fome que os assolava. Esse fenômeno pode ser explicado pelas assimetrias entre crescimento econômico e pobreza, observadas por Celso Furtado (2002) quando da não intervenção do Estado na busca pela equidade social com base no pensamento keynesiano (GUEDES e ROSÁRIO, 2005), conforme o discurso da agricultora entrevistada.

Expôs também que, em períodos seguintes, conseguiram recuperar a produção e migrar para a consolidação da associação de agricultores orgânicos de Seropédica. O produtor da região de Casas Altas corrobora com o relato anterior acerca da prática da extração de terra pelos agricultores conforme a sua fala: “a venda da terra existe direto, a venda da ‘terrinha’ é assustador, areóla, é terra preta. Terra preta vende direto. Depois tampa lá e diz que tá com a propriedade [agrícola]” (AGR3).

A extensionista da EMATER-Rio também enfatiza que houve a comercialização da terra de emboço como uma prática que pode prejudicar as plantações futuras. Com essa prática são retiradas as camadas mais nutritivas do solo e, segundo a extensionista, “depois [o agricultor] pena pra recuperar; e ‘se’ recuperar”. A mesma expõe ainda sobre a região de Santa Alice: “olha pelo ‘Google Maps’ está uma faixa lá atrás, branca. Virou ‘sal’ aquilo lá, areia pura. Não tem mais camada de material orgânico nenhum, não tem mais barro” (APE3).

**No segundo caso**, as ocupações rurais não agrícolas, as ORNAs, tem sido usadas para a preservação da paisagem rural, mesmo que a agricultura esteja em uma posição secundária na captação de renda do agricultor. Alguns sítios que antes tinham como fonte de renda somente a produção agrícola, atualmente tem utilizado a ‘estética’ da paisagem do meio rural, com a finalidade de aluguel para veraneio, para eventos como festas de empresas, igrejas, eventos familiares, etc. Segundo a extensionista da EMATER:

*Tem muito sítio na beirada lá da Reta de Piranema que tá com aluguel pra realização de eventos. E tá usando só pra isso. Geralmente, ali pelo menos são sítiantes que, o avô, pai ou avô que trabalhava na roça, hoje em dia as pessoas não trabalham mais com isso, mas tem o sítio, não se desfaz e usa como moradia, só. E pra dar uma utilização, uma renda extra eles acabam melhorando a estética do sítio pra eventos. Artesanato também existe (APE3).*

Mesmo não utilizando os lotes para a produção agrícola, que é uma das quatro funções da agricultura familiar, a preservação da paisagem para o turismo rural é uma forma de manter a reprodução socioeconômica das famílias durante algum período para que no futuro, provavelmente, possam voltar a plantar. Trata-se de uma opção dentro da perspectiva da **multifuncionalidade** da agricultura familiar (BONNAL; MALUF, 2007), que, além da produção agrícola para a segurança alimentar, obtém com essa outra forma do uso da terra, a possibilidade da preservação da paisagem e dos recursos naturais no meio rural, além de contribuir para a sua reprodução socioeconômica e para a preservação das culturas, da identidade e do modo de vida do meio rural. Essa múltipla utilização do espaço pode contribuir para a manutenção da paisagem rural em justaposição com a visão de Sachs (2008) nos três eixos da sustentabilidade: (i) economicamente viável, (ii) socialmente justo e (iii) ecologicamente prudente. Souza et al. (2014, p. 2) acrescentam que “pode-se relacionar que a situação de pobreza que tem afetado boa parte da população rural, levaram muitas famílias a decidirem pela diversificação de suas rendas em atividades rurais não agrícolas, por exemplo: artesanatos, costuras e até turismo agroecológico”.

Ao corroborar com essa ideia Laurenti (2000, p.2) acrescenta que

*[...] a gradativa dissociação entre a desocupação agrícola e o êxodo rural, propiciada pelo avanço das ORNAs, indica que o meio rural configura-se num ambiente dinâmico de criação de postos de ocupação de mão-de-obra e de agregação de valor. Isto indica que o fomento da multifuncionalidade do espaço rural deve se constituir*

na diretriz básica das agências públicas comprometidas com o desenvolvimento e mitigação da pobreza rural.

O professor do CTUR que também atua como agricultor orgânico expõe em sua fala que utiliza um espaço do seu sítio para eventos como uma alternativa de renda, sobretudo, para reinvestir no próprio processo de produção orgânica que realiza: “eu tenho uma parte do meu sítio, uma casa grande com churrasqueira que eu alugo pra eventos. É até uma maneira de eu conseguir capital de giro para colocar na minha produção agrícola” (PRO4).

Ney (2010, p.26) salienta que as ocupações rurais não agrícolas no Estado do Rio de Janeiro apresentam a seguinte característica relacionada à questão da mão de obra:

Esse fenômeno de crescimento das atividades não-agrícolas [...] tem feito com que muitas famílias passem a combinar atividades agrícolas e não-agrícolas como estratégia de ampliar a renda familiar, bem como da própria sobrevivência, uma vez que as atividades agrícolas não conseguem absorver parte da mão-de-obra da família.

A questão da pobreza no campo e a necessidade de obter-se recursos alternativos à produção agrícola por meio da pluriatividade e da **multifuncionalidade** (BONNAL e MALUF, 2007) da agricultura familiar, torna-se um elemento que está cada vez mais presente na vida do agricultor familiar. A renda é um fator preponderante na persistência e na permanência do homem no campo, principalmente no caso de Seropédica com a entrada do grande quantitativo de indústrias e condomínios logísticos. Assim, atividades comerciais em feiras, nos próprios sítios, assim como atividades que envolvam o turismo rural, tornam-se necessárias para a sobrevivência das famílias que atuam no campo.

Por outro lado, a exacerbação pela necessidade da reprodução socioeconômica das famílias é questionada pela agricultora de orgânicos AGR4, ao considerar que a atividade desenvolvida pela agricultura familiar não deve limitar-se ao processo de produção e de comercialização individual ou coletiva, sobretudo, com relação à ética na perspectiva da agroecologia. Essa preocupação pode ser observada no seu discurso:

*Não só no indivíduo como também não só monetário. Eu falo muito [isso]: se você pensar só no dinheiro você é capaz de fazer tudo, porque a feira ‘bomba’, a feira vende, aí você fica fissurado. ‘Caraca, a minha abóbora acabou, o meu limão acabou... o que eu faço agora?’ Eu sei que o meu cliente já está esperando na semana que vem. Aí entra na tentação. Aí que mora o perigo, eu digo [acaba (re)vendendo produto de origem duvidosa] (AGR4).*

A agricultora apresenta em sua fala a questão ética na comercialização, na qual percebe que alguns agricultores sobrepõem a questão socioeconômica aos valores que caracterizam a produção de base agroecológica como o preço justo, a confiabilidade dos produtos, às questões socioculturais e ambientais das famílias do processo produtivo.

O próprio nome atribuído à Secretaria de Meio Ambiente e ‘Agronegócio’ de Seropédica é uma contradição e um grande equívoco evidentemente relacionado à caracterização da agricultura familiar na política brasileira, principalmente, no caso específico de Seropédica. O uso do termo “agronegócio” utilizado pela secretaria do município, trata-se de uma visão reducionista ao aspecto meramente econômico da agricultura familiar enquanto classe social, a qual interage, sobretudo, com aspectos socioculturais e ambientais. O fato do município de Seropédica não possuir grandes empreendimentos agropecuários – e sim pequenos e médios agricultores e pecuaristas – descaracteriza completamente à ideia do agronegócio, seja de plantio e/ou criação de animais em larga escala, como ocorre em outros municípios do estado e do país. Logo, supõe-se com denominação dada à secretaria que a

preocupação<sup>74</sup> do poder público está reduzida aos aspectos econômicos auferidos pelo PIB do município evidenciado pela lógica da **racionalidade instrumental** regida pelas leis de mercado, embora a agricultura familiar não contribua significativamente para a sua economia (GOLINSKI, 2008), o que denota certa contradição.

#### 4.3.3. As dificuldades na inclusão dos agricultores no comércio local

Com o notável crescimento econômico no município, a dificuldade de comercialização e escoamento da produção ainda é um elemento que assola alguns produtores de Seropédica, sobretudo, para a garantia da reprodução socioeconômica das famílias. Embora os três grupos organizados em associações de agricultores orgânicos do município já tenham o escoamento da sua produção nas feiras de orgânicos da Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro por meio da ABIO, o processo de urbanização de Seropédica juntamente com a chegada das grandes indústrias, dificultou a venda dos produtos nas feiras e comércios locais<sup>75</sup> com a instalação de supermercados e “sacolões” que compram diretamente do CEASA na capital.

Como para Brandão (2004) o meio rural está cada vez mais indissociável do meio urbano, um fato que merece destaque é o arranjo institucional realizado na tentativa de aproximar alguns agricultores individualizados, ou seja, que não estão vinculados às associações e cooperativas, ao **supermercado local**. Para tanto, a parceria entre a EMATER-Rio do escritório local e a SEMAMA no sentido de facilitar a retirada da DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf – pelos agricultores, facilitou o processo de confecção do Talonário Fiscal no escritório da Receita Estadual, pois este é um documento necessário para a comercialização nos supermercados locais.

O professor do CTUR, que também é agricultor local, considera a burocracia fiscal como um entrave no processo de comercialização pelo agricultor familiar com as redes de supermercados, conforme expõe:

*O próprio supermercado ele não aceita bem, por exemplo, a banana da região. Entendeu? Vem banana do CEASA.[...] Um dia desses comprei um quiabo lá no supermercado. Aí, po... hoje o quiabinho está especial. Ele [o empregado do supermercado] disse esse é de um produtor [aqui da região]. Mas logo o funcionário falou assim: mas vai acabar, por causa desse negócio de nota [fiscal] o dono aqui vai comprar do CEASA. Vai parar de comprar do produtor daqui (PRO4).*

Porém, ao entrevistar tanto o agente da Secretaria de Ambiente e Agronegócio, quanto a extensionista da EMATER, a dinâmica para que o agricultor possua o talonário fiscal para a venda direta ao supermercado tem mudado em virtude das ações e parcerias entre as duas entidades locais, conforme expõe em sua fala:

*Aqui de agricultura ou é aquela de subsistência, que planta pra utilização dele. Tem aqueles que hoje, o pessoal do orgânico, acho que estão melhores aqui, mais estruturado, eles tem organização. Até porque ele agrega valor ao produto e lá nas feiras ele consegue um valor maior. E o outro produtor daqui [sem vínculo de associação] eles não tinham nota de venda. Vendia aqui nos mercados de Seropédica, era vendido daquela forma escondida. Não tinha nota. E o supermercado, ou às vezes não comprava ou comprava barato. Aí outra coisa que estamos fazendo aqui também: a gente auxilia eles na obtenção desse bloco de notas. Então ele vai na EMATER, ele pega o DAP, que é o documento de aptidão*

<sup>74</sup> A referida secretaria tem oferecido ajuda aos pequenos agricultores no processo produtivo, como o empréstimo do trator e seus implementos, assim como a vacinação – obrigatória – da febre aftosa. O assunto será tratado mais adiante no subitem que tratará da assistência técnica.

<sup>75</sup> Algumas iniciativas atuais como a criação da Feira da Agricultura Familiar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por meio de um projeto institucional, assim como a compra para o restaurante universitário, são iniciativas que procuram fortalecer a comercialização e a interação dos produtores locais. Esses assuntos serão tratados mais adiante no subitem 4.8.

*[...] aí ele vai na Receita Estadual em Itaguaí, e lá é liberado pra ele ir na gráfica fazer um bloco. Que também melhorou a vida dele (APP1).*

Pela observação participante na 3ª reunião do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS – do dia 07 de junho de 2016 pôde-se observar a representante da EMATER salientar sobre a satisfação dos agricultores que estão conseguindo comercializar diretamente com os supermercados locais com o advento da aquisição da nota fiscal. A extensionista expôs na reunião sobre o caso específico de um agricultor de Seropédica que está fornecendo aipim para o supermercado local, onde o mesmo diz que “está mudando de vida e que está mostrando aos seus amigos que não é preciso trabalhar de carteira assinada”. O relato da representante da EMATER acrescenta que o referido agricultor, o qual atua de forma individualizada, sem vínculos de associação, pretende ainda em 2016 comprar um micro-tractor por meio de financiamento bancário, por ter construído tal relação comercial menos intermitente que as habituais.

Em virtude da entrevista ao funcionário responsável pela compra de produtos do Supermercado Seropédica, percebeu-se um grande interesse em comercializar os produtos locais embora acredite que ainda possa melhorar as relações com os pequenos produtores locais, conforme indica a sua exposição:

*Tenho comprado alguns itens como o aipim e eventualmente o quiabo, já aconteceu aqui, banana, agente compra aqui mas a gente compra de pequeno produtor exatamente. O nosso fornecedor de banana, embora seja local, não é tão pequeno assim [...] a mandioca inclusive tem mais de um, todos pequenos produtores locais. O quiabo também produtor local, também dessa área [do bairro Sá Freire] [...] acabam sendo compras um tanto pontuais, né? Acaba que estou te sinalizando 3 ou quatro itens de origem agropecuária que a gente compra dos pequenos produtores locais. No início... a gente trocou de sistema de informática... me lembro que há 2 anos e meio atrás a gente teve uma dificuldadezinha, porque a baixa formalidade de documentação de entrada de produto, nota de produtor rural e tudo. Hoje a gente não está deixando de comprar por esse motivo. E a banana é o trabalho que a gente tem mais regular, até pelo próprio fornecedor que garante fornecimento constante. Às vezes a gente tem dificuldade no quiabo e no aipim, porque são as inconstâncias. Mas é como eu te falei: o produtor de banana não é tão pequeno assim [...] são basicamente esses três itens que compramos (MER1).*

O discurso do comprador do supermercado mostra o interesse na comercialização com os agricultores familiares locais embora tenha a preocupação da intermitência no fornecimento por parte dos mesmos, fato que não ocorre com o fornecimento de banana por parte de um produtor de médio porte com o qual costuma negociar. A questão do banco de dados do sistema de informática no que tange ao registro de entrada e saída do produto dificultou a adaptação das vendas sem o talonário fiscal, embora saliente que atualmente não deixam de comprar por conta desse fator. Ele continua a sua fala: “nós damos preferência ao agricultor local, mas pra ele estar presente no varejo, de maneira geral, uma coisa que vai ser demandada e vai ser exigida, cobrada é esse atendimento constante [...] tem aqueles que fornecem regularmente e aqueles esporadicamente” (MER1).

Ao falar mais especificamente sobre a necessidade do uso da nota fiscal pelo agricultor familiar expõe o seguinte aspecto:

*Nós que atuamos no varejo temos um nível de exigência muito alto, pelos controles, né? Por essa parte toda de entrada de notas fiscais (...). Só pra te citar um exemplo, o controle de estoque por si só já fica furado, porque você não abastece, não municia o sistema com a informação. A outra parte do problema é que a gente tem que realmente mostrar pro fisco, converter isso, e mostrar pro fisco que o nosso controle está sendo feito corretamente. Enfim, essa parte documental é uma parte importante (MER1).*

Quando questionado sobre a possibilidade do supermercado disponibilizar uma “gôndola” – uma galeria da loja – com produtos do município ou de agricultura orgânica, indicados por meio de letreiro ou cartaz, no sentido de incentivar o consumidor a comprar os produtos locais, o mesmo explicou que:

*A gente já pensou nisso e é uma coisa que vez por outra voltamos a pensar. Ainda não conseguimos viabilizar, porque a viabilização disso depende de uma reserva de espaço na loja, depende da regularidade do fornecimento; e é muito ruim quando você coloca uma exposição, um produto à disposição do cliente, e ele retorna na loja e não encontra. Isso causa uma insatisfação muito grande [...] a gente precisaria equalizar essa questão [...] aqui tem abertura pra conversar e pra implementar, até porque o meu pai e os meus tios são [os sócios do supermercado] são oriundos da roça, de famílias menos abastadas da roça, devem dar valor (MER1).*

O início do processo de inclusão dos pequenos agricultores no supermercado local, mesmo que ainda esteja ocorrendo de forma incipiente, mostra que há interesse em comercializar com os pequenos produtores locais, embora o responsável apresente algumas dificuldades na implantação. É percebido que há o interesse por parte dos proprietários do estabelecimento comercial de incluir os agricultores locais. Segundo o discurso do entrevistado, esse interesse se dá pelo fato dos proprietários serem oriundos do campo – da Zona da Mata de Minas Gerais – os quais passaram pelas dificuldades semelhantes às dos produtores locais de Seropédica.

O caso da **Feira de Rua de Seropédica**, que ocorre aos domingos no centro da cidade – no Km49, enquanto um **arranjo produtivo local**, ainda requer atenção dos atores locais envolvidos, sobretudo, do poder público municipal para que haja um maior fortalecimento da agricultura familiar por meio da comercialização dos seus produtos.

Nas entrevistas realizadas com 14 feirantes que comercializam produtos alimentícios no mês de setembro de 2016 foram levantadas questões como: (1) se produz o que comercializa na feira; (2) a origem do produto; (3) o tempo em que comercializa na feira; (4) se comercializa em outras feiras; (5) se a produção é orgânica e (6) se o fato do supermercado local abrir aos domingos atrapalha nas vendas. Além desses 14, houve mais 3 feirantes que não quiseram responder às perguntas.

A quantidade de feirantes que produzem – plantam – o que comercializa é significativa embora muitos complementem a sua venda com produtos comprados de outros lugares em virtude da sazonalidade de certos itens<sup>76</sup>, conforme a fala do feirante-agricultor: “*tem época do ano que eu não consigo ter o alface, aí eu compro e revendo. Compro de Teresópolis e Ceasa*” (FEI7). A Figura 23 destaca a quantidade de feirantes que produzem localmente o que comercializam. É interessante que, mesmo aqueles que complementam a venda e que também produzem, somam um total de 73% de toda a feira. Portanto, trata-se de um comércio onde **a presença do agricultor local é substancial** o que poderia ser mais explorado e valorizado, sobretudo, ampliado para outros bairros. Mas na visão do agricultor que somente comercializa aipim, o mesmo salienta que: “*a feira caiu. Eu tô querendo parar isso aqui*” (FEI12). Com esse discurso percebe-se que a feira pode não estar rendendo o suficiente para manter a produção e a comercialização no local. Um fato que pode estar impactando o comércio da feira é o Supermercado Seropédica estar funcionando aos domingos, ou seja, concomitantemente ao horário da feira oferecendo concorrência.

O rápido processo de urbanização e do crescimento econômico da cidade, assim como a não intervenção estatal nos negócios privados já estabelecidos e que são cada vez maiores, como as redes de supermercados, pode estar prejudicando o comércio das feiras de rua. Trata-

---

<sup>76</sup> A sazonalidade dos produtos pode estar relacionada ao período do ano onde a produção de hortaliças cai muito em virtude do calor na região.

se do efeito de um processo de minimização do Estado presente na lógica monetarista neoliberal (GUEDES e ROSÁRIO, 2005), onde o poder público pouco ou nada intervém nas atividades privadas. Sendo assim, a ausência do poder público na escala municipal, seja em caráter legislativo ou executivo, aumenta de forma desigual e monopolística a concorrência das redes de supermercados com as feiras livres. Isso ocorre mais especificamente no caso estudado devido ao fato do funcionamento dos supermercados locais aos domingos concomitantemente ao funcionamento da feira – aos domingos pela manhã. A concorrência de forma desigual foi observada no discurso de 7 dos 13 feirantes que responderam a essa questão. Entre essas falas, destacam-se as seguintes:

*Atrapalha sim, e muito. Esse ano mesmo, acho que foi no [feriado do] dia do trabalhador, que acho que não funcionou o mercado. Poxa, a feira foi uma maravilha. Eu vejo ajudou pra caramba a gente aqui da feira. Eu acho que atrapalha e atrapalha bastante (FEI7).*

*Atrapalha muito, muito mesmo. Eles dão preferência o mercado. Porque o mercado já tem tudo, o mercado “bota” um pouco mais barato do que a gente “pra” chamar cliente. O feriado do dia do trabalhador caiu no domingo, aí os mercados fechou, a feira aqui quando deu 10:30 da manhã já não tinha mais nada. A mesma carga que eu trabalho 10:30 da manhã já não tinha mais nada (FEI4).*

*Atrapalha. O mercado vende a mesma mercadoria que nós vendemos. As pessoas compram no cartão e aqui a gente não pode vender no cartão (FEI6).*

*Atrapalha. Eu acho que acaba tendo uma competição, que as vezes o mercado tem mais opção, as vezes a pessoa vai “pra” comprar, sei lá, um cereal e daí acaba levando tudo (FEI9).*

*Atrapalha muito. Eles vendem no cartão, aí o pessoal já chega lá e aproveita e compra tudo (FEI10).*

*Atrapalha sim. Porque eles também vendem a verdura e vendem mais barato e isso acaba prejudicando os feirantes (FEI13).*

Alguns dos discursos comparam um “domingo normal” de vendas com um dia quando ocorreu um feriado nacional e que, conseqüentemente, a venda aumentou significativamente. Outros salientaram que o uso da opção de pagamento por “cartão de crédito” utilizado pelo supermercado também é uma concorrência desigual, pois os feirantes não possuem esse recurso observada a rusticidade do seu estabelecimento – em quase todos os casos familiar. Destacaram ainda a possibilidade de o consumidor poder comprar nos supermercados outros itens além dos oferecidos pela feira de rua. Na opinião desse grupo de feirantes, a concorrência com os supermercados locais abrindo aos domingos prejudica as vendas. Por outro lado, 5 dos 13 feirantes que responderam a esse questionamento, o que equivale a aproximadamente 38%, salientaram que o fato dos supermercados abrirem aos domingos não atrapalha o comércio da feira. Alguns consideram positivo o seu funcionamento com a seguinte justificativa: “porque o movimento do mercado vem pra cá também” (FEI14). Um fato interessante a ser destacado é que essa percepção de que o funcionamento dos supermercados aos domingos não atrapalha o movimento da feira é feita pelos que estão a menos tempo atuando na feira – com menos de 5 anos de atividade. Portanto, pode-se considerar que os que estão desempenhando essa atividade comercial há mais tempo vem sentindo o seu esvaziamento gradativamente ao longo dos anos com a chegada desses empreendimentos comerciais de médio e grande porte.

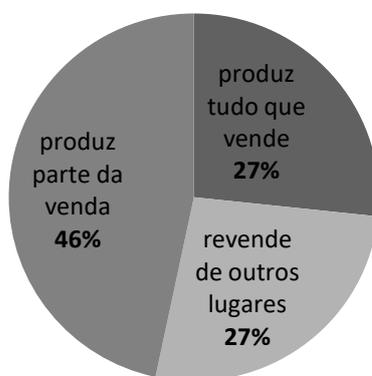
Logo, o **campo de poder** na visão Bourdieu (1983) estabelecido pelos empreendimentos comerciais privados como as redes de supermercados sobre a funcionalidade da feira de rua de Seropédica – na sua maioria exercida por agricultores familiares locais – assim como a não regulação do Estado sobre o seu funcionamento aos domingos, pode estar impactando negativamente na agricultura familiar local. Portanto, com

essa não intervenção pode se considerar a pouca preocupação com o bem comum ou com o bem estar social por parte do poder público para com os agricultores locais que comercializam na feira de Seropédica.

Quando questionado sobre a relação comercial com o consumidor, o feirante-agricultor expõe: “eles gostam dos produtos, nós vende mais barato que o mercado” (FEI5). A percepção do vendedor acerca da relação comercial com os seus clientes sobrepõe o aspecto econômico. Na visão do outro entrevistado, é, sobretudo, uma relação de confiança e de valorização da produção local, a qual se percebe na sua fala: “eu procuro ser bem sincero. Eu tenho os produtos que eu compro e eu falo que não é da minha lavoura. Quando falo que é da [minha] lavoura eles dão mais valor” (FEI7). Portanto, o feirante-agricultor considera que as **relações sociais e intersubjetivas de “pertencimento” ao território** (HAESBAERT, 1995) as quais estabelecem a relação de confiança, também são consideradas quando o consumidor valoriza a produção local e a qualidade do produto, em função da sua origem, no caso, do agricultor que comercializa o seu próprio produto.

Dos 14 feirantes entrevistados somente dois comercializam em outros locais além da feira do km 49 de Seropédica, o que torna essa atividade comercial local de grande importância para a preservação da cultura e para a reprodução socioeconômica das famílias que atuam nessa modalidade comercial.

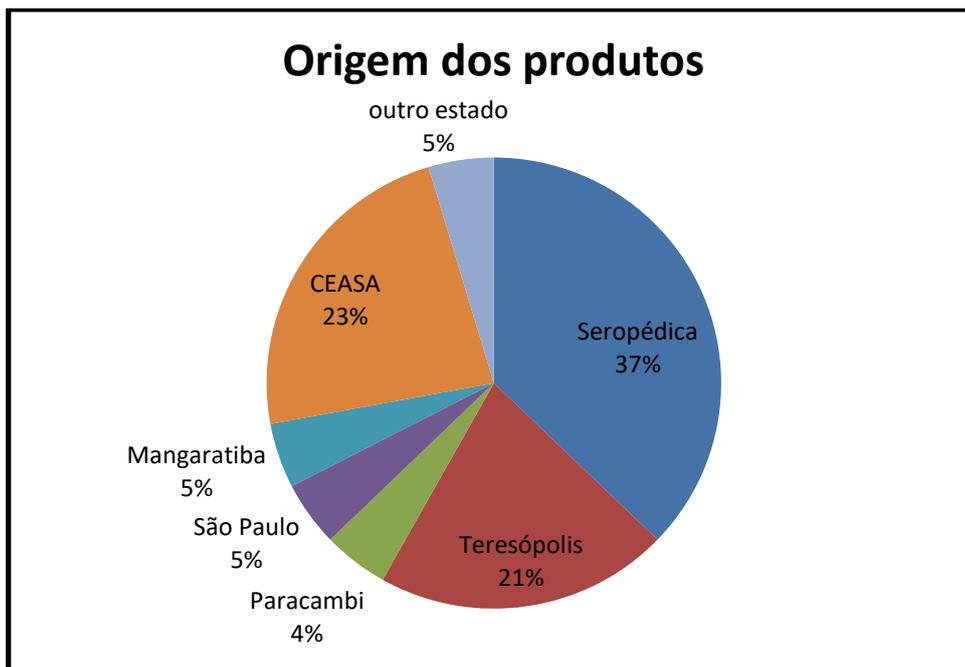
### Relação feirante - agricultor



**Figura 23** – Verificação se o feirante produz o que comercializa na feira de domingo em Seropédica.

**Fonte:** tratamento dos dados obtidos nas entrevistas realizadas

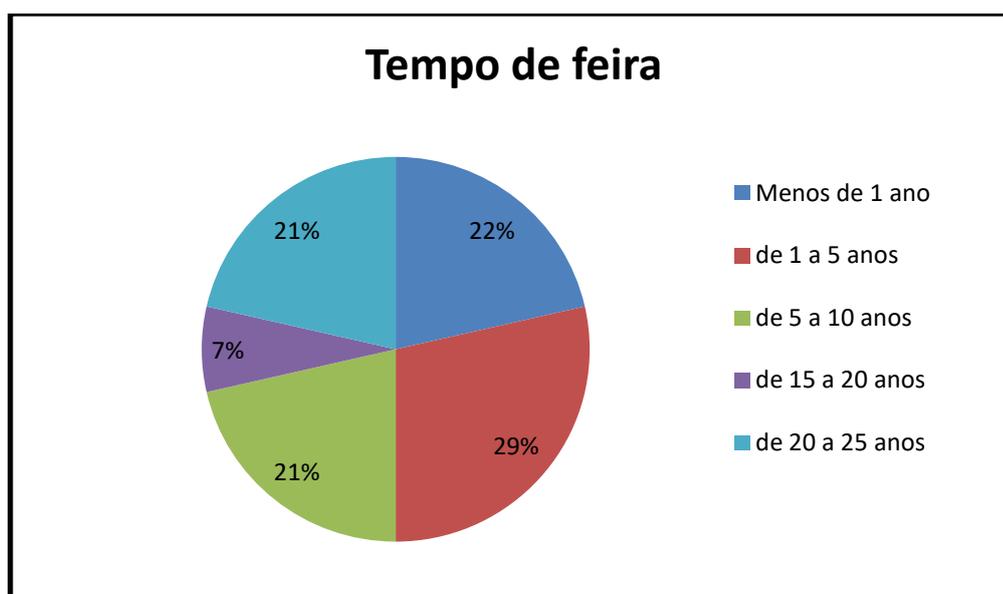
A origem dos produtos é diversificada, mas a predominância é local, principalmente, de Seropédica assim como de Paracambi e de Mangaratiba – considerados como município próximos – como se pode perceber no gráfico da Figura 24. Embora muitos itens sejam oriundos do CEASA, assim como as hortaliças de Teresópolis, muitos desses comerciantes que também são agricultores, complementam as suas produções com produtos advindos desses lugares.



**Figura 24** – Origem dos itens comercializados na feira de domingo de Seropédica.

**Fonte:** tratamento dos dados obtidos nas entrevistas realizadas

Houve o indicativo de muitos feirantes com pouco tempo na feira com uma predominância de 57% com até 6 anos de atividade, o que pode indicar certa rotatividade de comerciantes. Embora haja 4 feirantes com mais de 20 anos na atuação na feira, a predominância é dos que atuam há pouco tempo. Entre eles, três que estão há 3 ou 4 meses, conforme o gráfico da Figura 25. Esse fato poder ser um indicativo de que essa atividade comercial deve estar com dificuldades e diminuindo a cada dia, necessitando de algum tipo de intervenção do poder público local.



**Figura 25** – Tempo de comercialização dos feirantes na feira de domingo de Seropédica.

**Fonte:** tratamento dos dados obtidos nas entrevistas realizadas

O texto encontrado no Plano Diretor Participativo (SEROPÉDICA, 2006, p.43 e 53-54) no que tange a esse tipo de comercialização aponta para a implementação de programas de apoio as feiras livres conforme o texto:

**Art. 60.** Deverão ser criados e implementados os seguintes programas:

**III** - programa de implantação de feiras livres conforme demanda dos bairros e de acompanhamento da qualidade dos produtos ofertados.

**Art. 76.** Para apoio aos pequenos produtores rurais serão implementados os seguintes programas:

**VI** - programa de acompanhamento, controle e avaliação das feiras livres, garantindo o abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros de qualidade, com ênfase na produção orgânica, implantando novas feiras conforme demanda nos bairros.

Contudo, o que se percebe na pesquisa de campo sobre a feira de Seropédica é um grande descaso do poder público municipal como se percebe nos discursos dos feirantes entrevistados, quando questionados sobre a relação com a prefeitura o que contradiz planejamento proposto pelo texto do planejamento do Plano Diretor:

*A feira não tem organização. Quem organiza a feira são os próprios feirantes. A prefeitura tem um cara que toma conta aí, cadê? A organização é um pra frente, outro para trás, você tem que dá seu jeito. Você tem que fazer um troço para não ficar mal com o vizinho do lado e nem com o da frente. Prefeitura mesmo só sabe vir pedir voto. Não dá nem para você falar com o prefeito aqui, porque o prefeito nunca vê ele. Você quer resolver um negócio com ele, você não encontra ele. E ele tá no poder até hoje, não sei como.[...] Nós tá sem prefeito aqui. (FEI1)*

*Eu mesmo nunca cacei nada com a prefeitura, eles lá não ajudam em nada. Tinha que ter um técnico pra acompanhar a gente, pra ver o que a pessoa precisa, mas não tem nada acompanhando a gente. Tem negócio de boi, quem tem boi eles tão acompanhando. Lá dentro do assentamento – Multirão Eldorado se tiver uns quatro plantador é muito. (FEI5)*

*Não tenho muito contato não pra ser sincero. Podia organizar melhor a feira. Eu to aqui hoje, mas o correto, a minha banca é lá, e com isso, eles me empurram para cá e eu empurro o próximo e fica aquela coisa desorganizada, fica complicado. (FEI7)*

*É bem fraco. Não tem organização direito, a gente tem que sair pra comprar semente, essas coisas, tudo fora. Aqui a gente podia ter. Buscar semente aqui na Rural, por exemplo. Tem que sair pra buscar fora e paga caro. (FEI8)*

*Poderiam fazer mais. A feira aqui se você ver a história tem mais de 50 anos. Então já é um patrimônio da cidade e não tem muito investimento na feira. Você vê que não tem um fiscal, não tem nada, é só a gente mesmo.(FEI9)*

*Essa feira está abandonada, podiam organizar mais. (FEI11)*

*Tudo que entra lá fala uma coisa. Depois que eles entram pra lá, eles cruzam os braços e não fazem mais nada. O que tá lá na vez da eleição passada, ele prometeu que se fosse eleito ia fazer um mural aqui na entrada da feira e bicicleta não entra, que iam fazer.(FEI12)*

*Não muito boa. Falta organização na feira. Se você andar aí pra dentro vai ver que falta organização, não tem nem espaço para as pessoas andarem.(FEI14)*

É notória a insatisfação apresentada no discurso desses 8 entrevistados, sobretudo, pela falta de organização da feira, na qual a prefeitura não disponibiliza nenhum fiscal para tal função. Nota-se na fala do feirante que é agricultor (FEI5) que a assistência técnica da

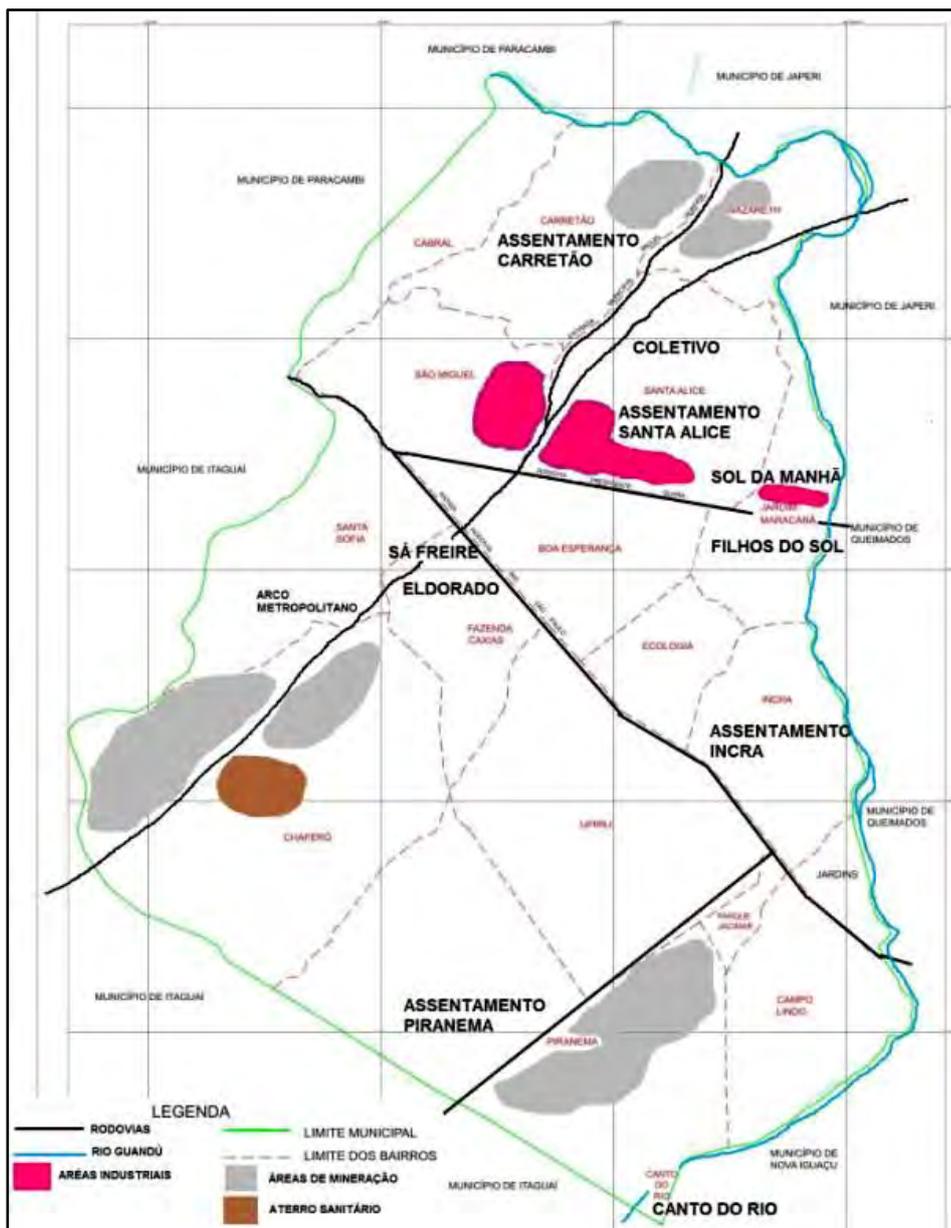
prefeitura somente é oferecida para quem cria bovinos<sup>77</sup>, mas no assentamento Mutirão Eldorado onde produz, o acompanhamento da prefeitura é insuficiente o que pode estar diminuindo o número de produtores no local. O fato de existir a feira há aproximadamente 50 anos faz com que um dos feirantes (FEI9) atente para o fato de que essa atividade comercial é um “patrimônio cultural” do município, em detrimento do descaso do poder público. A questão da assistência técnica por meio de atividades de extensão também é comentada por um agricultor-feirante (FEI8), que menciona sobre o alto custo que dispõe para obter mudas de plantas, as quais poderiam ser oferecidas pela UFRRJ. Mais ainda, além do descaso tanto com a produção quanto com o comércio dos produtores-feirantes, alguns apontam as promessas políticas de fins eleitoreiros e a inacessibilidade aos gestores municipais quando da necessidade de apontar os problemas locais. Essa última observação pode ser entendida como a ausência de um processo dialógico (FREIRE, 1987) entre a sociedade civil e o poder público devido à inacessibilidade aos gestores municipais. Esse caso pode estar relacionado a uma não utilização de práticas de **gestão social** acerca da participação de todos os atores nas ações e na tomada de decisões, sobretudo, no que tange às disposições encontradas no Plano Diretor Participativo do município para o fortalecimento das feiras livres.

Portanto, em contraste com os artigos 60 e 76 do Plano Diretor municipal, os discursos dos feirantes apontam para a não execução dos programas de implantação, controle, acompanhamento e avaliação de feiras livres, anunciados e planejados há cerca de 10 anos.

Conforme a observação participante realizada nos diversos espaços de discussão sobre a agricultura familiar local assim como percebido nos discursos dos entrevistados, nota-se que o impacto causado pelo crescimento econômico da região sobre os pequenos produtores é bastante significativo. Contudo, esse fenômeno pode ser revertido positivamente com o planejamento de ações de inclusão e com a retomada do sentimento de “pertencimento” das famílias de agricultores no território. Caso não ocorra, pode-se adentrar em um processo de desterritorialização e exclusão de uma das parcelas da sociedade mais desfavorecida socioeconomicamente: os agricultores familiares locais de Seropédica.

---

<sup>77</sup> O acompanhamento da prefeitura aos criadores de bovinos é uma das questões que serão discutidas na seção que tratará da assistência técnica por parte do poder público e das unidades de pesquisa e extensão localizadas em Seropédica. Entre elas está a vacinação da Febre Aftosa e da Brucelose nos criadores que possuem até 50 animais.



**Figura 26** – Mapeamento dos bairros e dos principais assentamentos/comunidades rurais de Seropédica.

**Fonte:** adaptado do Plano Diretor do Município (SEROPÉDICA, 2006).

#### 4.3.4. Os referenciais teóricos utilizados na discussão desta seção e quadro síntese de objetivos

Esse subitem contou com reflexões teóricas sobre as lógicas contemporâneas do mercado globalizado à luz da percepção de Maluf (2000) e Escobar (2005) as quais influenciam em todas as escalas socioeconômicas e apontam para as diferenças entre o crescimento econômico no local – o qual pode levar a um processo de desterritorialização caso não haja a interação entre todos os atores locais envolvidos segundo Haesbaert (1995) – e o desenvolvimento territorial sustentável. Ainda sobre esse aspecto, foram percebidas as assimetrias entre o crescimento econômico e os fatores sociais na visão de Celso Furtado (2002) e de equidade social para Guedes e Rosário (2005), sobretudo, quando analisados os impactos ocorridos no município de Seropédica. Na escala regional, as dicotomias observadas

nas dinâmicas rurais e urbanas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro possuem características similares a de Seropédica, as quais são apontadas por Santrandeu e Lovo (2007) pelas proximidades dos agricultores com os centros urbanos, industriais e comerciais.

A perspectiva da Gestão Social na visão de Tenório (2016) e Cançado, Pereira e Tenório (2013) enquanto referencial teórico acerca da participação dos atores sociais diversos no planejamento do município ajudou a perceber a pouca interação dos mesmos com as intervenções tutoriais e de crescimento exógeno que foi instaurado ao longo dos anos. Mais ainda, a não execução das várias propostas apresentadas no Plano Diretor Participativo elaborado em 2006 direta ou indiretamente ligadas à agricultura familiar no município, denotou, sobretudo, o descompromisso do poder público municipal com a gestão social e com o desenvolvimento rural de forma participativa e dialógica.

Assim, a transformação da identidade do município como impacto do crescimento exógeno em escala global conta com a visão de Hall (2006) no sentido de compreender o que levou muitos agricultores familiares a desistirem das atividades agrícolas ou buscarem a multifuncionalidade das suas unidades produtivas no território na visão de Bonnal e Maluf (2007).

O conceito de APL apoiado pela literatura de Villela e Pinto (2009) foi usado como aporte para a análise dos mercados locais e os seus campos de poder na visão de Bourdieu (1983), ao verificar a aglomeração de agricultores familiares no comércio da “feira de rua” de Seropédica e as suas devidas percepções sobre a atividade.

Sendo assim, os objetivos intermediários traçados para a tese nessa seção são tratados no Quadro 8 cujos resultados são identificados a cada especificidade do tema tratado.

**Quadro 8 – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados(Continua).**

	<b>Objetivos intermediários</b>	<b>Resultados</b>
<b>i</b>	Identificar as principais leis e programas em documentos legais em escala nacional, regional e local e a história do município	<i>Perceber nos documentos convergências e divergências de ideias e ações para o desenvolvimento local.</i> Identificou-se o Plano Diretor Decenal de Seropédica (2006) como o documento mais importante a ser analisado nesta seção cujas metas não foram sequer discutidas nos fóruns de debate, muito menos alcançadas nos anos compreendidos para a sua execução em virtude do impacto do crescimento econômico na região. Identificou-se também, contradições no próprio texto do Plano Diretor acerca transformação das áreas agrícolas para outros usos. Estudos anteriores como os de Golinski (2008) contribuíram para a análise dos dados como o PIB dos setores produtivos do município. Foram utilizados documentos com dados fornecidos pela própria Secretaria de Ambiente e Agronegócio do município.
<b>ii</b>	Identificar os principais atores que propõem ações de desenvolvimento rural na região, a fim de reconhecer os <i>campos de poder</i> construídos na perspectiva das lideranças	<i>Quais são os atores envolvidos no desenvolvimento rural local? Como eles atuam?</i> A identificação do ator mais responsável para o desenvolvimento rural do município é o próprio agricultor, principalmente, aquele que se organiza em redes e associações ou que busca parcerias com outras instituições em escalas maiores como a ABIO ou instituições de pesquisa e extensão. O ator que exerce maior poder, sobretudo, com o uso da máquina e dos recursos financeiros adequados para o apoio necessário para o apoio ao agricultor é a Secretaria de Ambiente e Agronegócio, embora a sua atuação seja insuficiente relatada nos discursos dos agricultores. Mais ainda, na visão dos agricultores, o poder público municipal deixa de investir no agricultor familiar a fim de atrair indústrias, mineradoras e condomínios logísticos, não contribuindo para a inserção do mesmo nos mercados locais como feiras livres e estabelecimentos comerciais.

**Quadro 8** – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados  
(Continuação)

	<b>Objetivos intermediários</b>	<b>Resultados</b>
iii	Verificar como se dá a ação comunicativa e as interações dos grupos de produtores com o poder local e com as instituições de pesquisa e extensão	<i>Identificar como ocorrem as interações entre os 3 atores: produtores, extensionistas e Estado. Há convergências ou divergências de ideias nos discursos?</i> Verificou-se que o diálogo entre os agricultores e a entidade EMATER responsável pelo credenciamento do agricultor familiar tem sido ampliado. Por outro lado, não há debates sobre o planejamento do município no tocante ao papel da agricultura familiar no município com o poder público na visão dos agricultores em função do crescimento econômico no município com a atração de empreendimentos, assim como estratégias para que ocorra o desenvolvimento rural paralelamente ao avanço industrial.
iv	Verificar se há uma tendência de preservação e fortalecimento da atividade pelo empoderamento de grupos de famílias estruturados em associações que buscam uma “racionalidade substantiva” com base nos princípios da agroecologia.	<i>Verificar se conhecimentos tradicionais construídos localmente são difundidos e legitimados pelas atividades de pesquisa e extensão, se empodera os agricultores e gera valor agregado ao produto diferenciado.</i> Verificou-se que a alternativa ou estratégia das ocupações rurais não agrícolas (ORNAs) enquanto recurso economicamente viável tornou-se uma atividade disseminada entre alguns proprietários que, ao preservar as paisagens rurais, preserva também os ecossistemas e o modo de vida rural, pode ser percebida como uma prática sustentável na visão de Sachs (2008), a qual pode levar até ao “turismo agroecológico” (Souza et al., 2014).

**Fonte:** quadro elaborado pelo autor.

#### 4.4. Os Passivos Socioambientais em Seropédica e o Impacto na Agricultura Familiar

##### 4.4.1. O aterro sanitário instalado em Seropédica

Além dos impactos socioeconômicos causados pelo desenvolvimento exógeno na região apresentados e discutidos na seção anterior, os quais afetam direta ou indiretamente a coexistência da agricultura familiar, os aspectos ambientais têm causado grandes preocupações e transtornos para estes pequenos agricultores. O maior fator de impacto ambiental na atualidade foi a instalação do aterro sanitário localizado em Seropédica denominado Centro de Tratamento de Resíduos – CTR-Rio – da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o qual iniciou as suas operações em abril de 2011, recebendo em média 10 mil toneladas de lixo por dia. A empresa concessionária Ciclus Ambiental S/A é a atual gestora do aterro, a qual possui uma área de 2 milhões de metros quadrados. O referido empreendimento foi criado para substituir o antigo aterro de Gramacho no município de Duque de Caxias<sup>78</sup>. Portanto, o referido CTR, passa a compor o complexo de empresas da Microrregião de Itaguaí, lotado no território de Seropédica.

Durante a observação participante do autor no Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável de Seropédica – CMDRS – houve a presença de um agricultor e produtor de queijo da região de Casas Altas, vizinha ao aterro sanitário, na reunião do dia 06 de outubro de 2015. O referido produtor apresentou, de forma bastante exaltada emocionalmente, alguns problemas pela proximidade ao aterro, como: o vazamento do chorume, o forte odor de gases, a presença de pragas como moscas, ratos e baratas, o que, em sua opinião, inviabiliza qualquer produção agropecuária. Na sua fala percebe-se a problemática: “eu tenho que fazer queijo até meia noite, porque de dia tem muita mosca [...] eu moro e vivo daquilo ali [...] tiraram a nossa água porque não posso mais tirar dos poços [tá tudo contaminado...] os

<sup>78</sup> Fonte: Disponível em <[http://www.ciclusambiental.com.br/ciclus\\_ctr.php](http://www.ciclusambiental.com.br/ciclus_ctr.php)>. Acesso em 16 set 16.

produtores está fugindo do local”. Em seu discurso nota-se que há uma completa insatisfação do agricultor familiar face às circunstâncias. Notou-se que no momento da explanação do seu problema na reunião do conselho, houve a liberdade na sua comunicação sem qualquer intervenção do poder público ou dos demais participantes. Tal observação caracteriza o que Habermas (1995) considera como manifestação igualitária dos envolvidos na coletividade durante a **ação comunicativa**, pois houve a compreensão mútua entre todos os presentes acerca da sua opinião após a explanação da problemática, em uma relação horizontalizada e sem hierarquização na visão de Freire (1987).

Dando continuidade ao processo dialógico (FREIRE, 1987) no conselho, após a fala desse agricultor, a extensionista representante do escritório da EMATER local, explicou que realizou um Diagnóstico Rápido Participativo – DRP – com os agricultores das comunidades de Eldorado, Casas Altas e Santa Rosa, as quais compõem o Comitê Gestor da Microbacia<sup>79</sup> – COGEM – do Rio Piranema da qual o referido agricultor faz parte, que culminou na criação de um ofício encaminhado para o poder público municipal exigindo compensações pelos danos causados às comunidades pelo aterro sanitário. As solicitações que constavam no ofício cobravam postos de saúde no local, adutoras de água potável, iluminação pública e transporte público.

Segundo a extensionista da EMATER em entrevista realizada posteriormente à citada reunião do conselho:

*Os moradores da região de lá, eles estão se reunindo agora melhor com o COGEM, depois de ter sido criado o COGEM lá de Eldorado e Casas Altas, da Microbacia do Rio Piranema. Eles fizeram uns ofícios eles até tinham feito ano passado também mas esse ano eles mandaram uma cópia para a Câmara também, então a Câmara ‘apertou’. Encaminhando, solicitando verificação de água, se tem tido contaminação dos aquíferos, solicitando a limpeza do entorno lá, que tá muito abandonado. Como ele tá, tirar ele [o aterro sanitário] de lá, isso é irreal, né? Isso não vai acontecer. Então eles tem que ver o que eles podem tirar de benefício com isso. Solicitar a reconstrução das vias. Alguma compensação, uma forma de compensar o prejuízo dele estar lá no meio. E eles estão conseguindo algumas coisas: essa semana eles encaminharam, a secretaria daqui do meio ambiente, encaminhou um ofício perguntando alguns produtores para fazer análise de água pra saber se teve contaminação pelo chorume.*

É notável que a crise instalada em torno do aterro sanitário mobilizou os moradores à moverem ações de **controle social** (TENÓRIO, 2016) pela participação popular no conselho municipal e por meio do encaminhamento de ofício em virtude dos problemas oriundos da questão ambiental causada pelo empreendimento. A iniciativa de terem encaminhado uma cópia do documento de solicitação de compensações socioambientais para a Câmara dos Vereadores, corrobora com a ideia da **ação comunicativa** – de fazer ser ouvido e entendido – por meio da participação e da gestão social dos COGEMs à representatividade do poder legislativo, o qual tem a função de fiscalizar e cobrar das autoridades – no caso o poder executivo municipal – as devidas providências cabíveis para as referidas comunidades afetadas pelo impacto do aterro sanitário. Esta possibilidade de se comunicar com a capacidade do pensamento crítico para enfrentamento dos problemas pela sociedade na perspectiva de Freire (1987) se aproxima da ação comunicativa habermaziana (1995) para o entendimento “do outro” na busca do bem comum da coletividade e para que ocorra justiça social.

---

<sup>79</sup> Os COGEMs – Comitês Gestores das Microbacias – fazem parte de um programa do Estado do Rio de Janeiro denominado Rio Rural, o qual recebe fundos do Banco Mundial para a preservação das bacias hidrográficas. Esse programa assim como a sua implementação em Seropédica será apresentado e discutido mais a frente na seção que tratará das relações com os programas de extensão. A realização do DRP é um pré-requisito para a admissão das comunidades no programa Rio Rural.

A Secretaria de Meio Ambiente e Agronegócio do município informa em todas as reuniões do CMDRS, que fiscaliza constantemente as ações da empresa que administra o aterro sanitário cobrando as compensações devidas às populações afetadas, assim como as exigências das leis ambientais para a contenção e tratamento do chorume, dos odores e do controle de pragas.

De acordo com a Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010 que institui a Política Nacional de Tratamento de Resíduos Sólidos, em seu artigo 6º podem ser destacados os seguintes itens:

I - a prevenção e a precaução; III - a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que **considere as variáveis ambiental, social, cultural**, econômica, tecnológica e de saúde pública; IV - o **desenvolvimento sustentável**; VI - a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade; IX - o **respeito às diversidades locais** e regionais; X - o **direito da sociedade à informação e ao controle social** (grifos meus).

Portanto, segundo a lei nacional, é de responsabilidade tanto do poder público quando da empresa que administra o CTR os objetivos traçados pela legislação no referido artigo, sobretudo, ao respeito às diversidades do local no tocante às variáveis sociais, culturais e ambientais para que haja o desenvolvimento sustentável, com a devida transparência para que a sociedade possa intervir e reivindicar pelos seus direitos por meio da prática do **controle social** (TENÓRIO, 2016). Embora as relações de controle socioambiental entre a Secretaria de Ambiente e Agronegócio e a empresa que gerencia a CTR não sejam absolutamente transparentes para a sociedade civil como prevê a lei nº 12.305 supracitada, esse assunto vem sendo discutido nas reuniões do CMDRS e cobrado pelo COGEM dos bairros que circundam o empreendimento como forma de pressão e controle social.

Em virtude dessa mobilização popular, na reunião do dia 1º de dezembro de 2015, foi informado pela SEMAMA que os produtores solicitaram a abertura de uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito – à Câmara dos Vereadores sobre as atividades da empresa Ciclus Ambiental S/A enquanto administradora do Centro de Tratamento de Resíduos de Seropédica. Embora haja a fiscalização da SEMAMA no que concerne às exigências ambientais, as reclamações dos moradores e agricultores locais contribuem para um inquérito parlamentar da suposta incompetência na gestão do tratamento do lixo. Nesta mesma data, foi informado também que a o INEA autorizou a construção da 3ª célula do aterro, o que pode ser percebido como uma incoerência interinstitucional no processo.

Segundo o produtor de queijo (AGR3) localizado nas proximidades do aterro sanitário:

*O grande problema nosso de Seropédica que a gente fala no conjunto que liga ali o Arco Metropolitano é o lixão [aterro sanitário] a gente tem um grande problema hoje com o lixão, da catanga, na demora em tampar [aterrar] o lixo, porque o lixo é desovado numa determinada hora e ele fica ali 24 ou 48 horas e vai só chegando lixo, lixo... e com o lixo tá chegando rato e reproduzindo muito rato no lixão [...] eles alegam que estão fazendo o tratamento e tudo mais, mas o entorno, nas propriedades em volta o capim cortado, você vê lixo, você vê muita cobra hoje. Cresceu assustadoramente [o número de] cobra. Mosca, eu praticamente tirei o meu gado dali por causa da mosca. Eu aluguei um pasto ali em Campo Grande [no município do Rio de Janeiro porque] a quantidade é enorme. As vaca não produz leite, os bezerros ficam que nem maluco. É horrível. Além da mosca de chifre é a mosca comum que incomoda. Entendeu? Isso aí eu até já tinha passado pro secretário [de meio ambiente e agronegócio], eles estão acompanhando isso aí, mas tá complicado. Porque o acesso a eles, [da ouvidoria] do lixão é muito difícil. Eles dizem que é só ligar no 0800, mas eu evito até de me envolver um pouco nisso, eu deixo um pouco pras outras pessoas fazerem porque senão complica. [...] Agora o pessoal de Itaguaí do outro lado, o pessoal que tinha reclamado, eles não sentem tanto porque o lixo está virado pra Seropédica.*

No discurso do produtor nota-se uma grande preocupação com as questões ambientais em torno do aterro sanitário devido ao forte odor, em virtude da demora em aterrar o lixo que é despejado diariamente, ao aumento de pragas como ratos, cobras e moscas, levando-o a alugar um espaço para o pasto em outro município. A dificuldade em obter resposta e soluções para os problemas por meio do número telefone da ouvidoria da empresa que gerencia o aterro sanitário, pelo seu exposto, também é um problema, tendo que solicitar aos outros moradores que o também façam, devido a algum tipo de complicação, mas que pode ser entendido, possivelmente, por algum tipo de “represália” da própria empresa com o morador. Para tanto, o produtor recorre ao poder público executivo local – no caso a SEMAMA – solicitando algum tipo de intervenção por parte da prefeitura com a empresa.

A visão do representante da Secretaria de Meio Ambiente e Agronegócio corrobora com a insatisfação dos produtores da região:

*Eu tenho visto [um grupo de agricultores] que evoluiu... mas agora com aquele aterro ali, aí o pessoal tá ficando... realmente é um ambiente... o cheiro, né? É complicado, ali... eu não sei, que nem... o secretário está sempre em cima deles [da empresa que gerencia o aterro] lá, atuando, o pessoal do meio ambiente, que sente o cheiro. Porque tem aquelas mantas que tem que colocar e ir aterrando, né? E nessa época agora de chuva diz que o serviço não caminha muito. Tempo chuvoso, então o tempo é mais marcante. Aliás, da minha casa eu sinto o cheiro de lá.[...] Tem gente que não saiu dali ainda porque não conseguiu um dinheiro adequado.[...] Uma indústria, por exemplo, ela vai estar num ambiente fechado, né. Não vai ter tanta interferência. Por exemplo, o leite, lá o “produtor” [o que esteve na reunião do CMDRS] que mexe com leite. Ele reclama de mosca. Eu sei que o problema de mosca é muito sério. E mosca é um problema de saúde pública. Leite com mosca não combina. E ele ainda faz queijo. Diz ele que faz queijo de madrugada. [...] Eu vejo uma fuga da pessoa dali. Por causa do cheiro, cara. Uma família não aguenta.*

No discurso do entrevistado do poder público da SEMAMA observa-se a preocupação com o êxodo do agricultor familiar das regiões próximas ao aterro sanitário, embora se perceba que a própria secretaria de Meio Ambiente e Agronegócio sente-se, de certa forma, impotente acerca dessa questão, apesar de estar fiscalizando e atuando a empresa que administra o aterro, sempre que a mesma transgride alguma norma. O mesmo considera que a permanência dos agricultores da localidade é provisória, mas não indica a possibilidade de algum planejamento do poder público para realocação do pessoal para outras áreas. Ele considera que o ‘mercado imobiliário’ será o condutor das negociações para os pequenos produtores que desistirem das atividades agropecuárias no local vendam as suas propriedades para uma possível mudança de área e, até quem sabe, de atuação profissional, quando indica em seu discurso que estão esperando um “preço justo”. Seguindo essa lógica, o indicativo é de que não haverá a interferência do Estado nas diversas escalas – poder público municipal, estadual ou federal – na ordenação e no planejamento das áreas degradadas pelo empreendimento que vem causando esse impacto socioambiental, deixando a cargo dos próprios agricultores e pecuaristas o trato comercial da venda das terras com as indústrias que queiram se instalar na região.

Embora o entrevistado da SEMAMA tenha salientado que os problemas sejam o mau cheiro e a proliferação de moscas, os agricultores entrevistados apontaram muitos outros fatores que agravam ainda mais a sua permanência na localidade. A falta de orientação bem como a pouca e inexpressiva participação desses agricultores impactados pelo aterro sanitário nas reuniões dos conselhos municipais, assim como a ausência de políticas públicas capazes de mitigar os problemas em busca de soluções, são substituídas pela tentativa de obter medidas compensatórias. Exemplo disso são as compensações solicitadas nos ofícios encaminhados pelo Comitê Gestor da Microbacia do Rio Piranema enquanto uma forma de cobrança ao poder público, visto que a interdição do aterro sanitário é percebida como algo

praticamente impossível na atualidade, conforme foi exposto na fala da extensionista da EMATER.

A agricultora (AGR4) do grupo Raiz Forte, que mora relativamente próximo ao aterro sanitário, expõe o que está levando os agricultores que residem e produzem ao lado do empreendimento a venderem as suas propriedades:

*Ali não tem condição. Eu não sei como o “fulano” [o produtor de queijo citado anteriormente] ainda não vendeu ali. Eu não sei o que ele tinha na cabeça, se ele queria valorizar aquilo. No final acabou acontecendo o contrário. Acho que foi isso que ele quis: segurar o máximo possível pra valorizar aí no final o pessoal não quis mais. Aí veio a crise. Ali não há condições, sinceramente. Ali não há condições, não. Ali pra mim a água já está contaminada. Tá muito perto. Tirar o leite, a mosca vem em cima? Alguém tava comentando que chega 5, 6 horas são mais de 100, 150 ratos caminhando pro lixão. [...] Lá no meu, só atrapalha o cheiro, mas é só fechar a casa e [o mau cheiro] acabou.*

Na exposição oral da agricultora o incomodo do odor que advém do aterro sanitário não prejudica a sua produção. O mau cheiro só incomoda os moradores e produtores que não estão localizados com tanta proximidade. Entretanto, a mesma coloca que aqueles que residem e produzem com uma distância menor ao empreendimento deveriam ter vendido os seus sítios quando a especulação imobiliária era maior. Na sua visão alguns proprietários tentaram especular para uma maior alta do preço do imóvel, algo que ainda não ocorreu. Assim, vem a considerar que a produção leiteira e agrícola desses pequenos produtores está comprometida e, provavelmente, fadada a diminuir ou a deixar de existir. Ao aproveitar o levantamento de Maluf (2000) o qual expõe que, enquanto nos anos 60 e 70 os movimentos foram marcados pelo desenvolvimento social e, posteriormente, alavancados pelo **desenvolvimento sustentável** nos anos 80 e 90 face aos danos ambientais e sociais causados pelo modo de vida contemporâneo, exemplos como este do CTR de Seropédica evidenciam uma estagnação do processo quando as novas tecnologias ambientais não são utilizadas a contento. Mais ainda, quando os órgãos fiscalizadores não desempenham o seu devido papel de controle e sem a devida transparência para com a sociedade local.

Na visão do professor, pesquisador e extensionista da UFRRJ (PRO2) que desempenha atividades de extensão para o fortalecimento dos agricultores orgânicos de Seropédica sobre o aterro sanitário:

*A gente chama de ‘lixão’ porque é disso que se trata, eles enterram 9 mil toneladas de lixo por dia. É uma montanha gigantesca de lixo. Já teve vários vazamentos [do chorume] a prefeitura é incapaz sequer de fiscalizar porque ninguém fiscaliza. O INEA autorizou. A gente já sabia desde o início que ia dar nisso. Estão contaminando o segundo maior aquífero de água potável do [estado] Rio de Janeiro. Uma área que poderia ser usada exatamente para você obter recursos hídricos. E ela está sendo degradada, destruída e contaminada por esse empreendimento.*

Segundo o professor pesquisador, a eminente contaminação do Aquífero de Piranema, o qual poderia abastecer toda a região metropolitana do Rio de Janeiro, é um impacto hídrico e ambiental que ocorre na região. Assim como no exposto pelos agricultores que vivem às margens do aterro sanitário, a contaminação do lençol freático já é um grande impeditivo para a permanência e para a produção no local.

#### **4.4.2. A ausência de políticas voltadas para os recursos hídricos no município e as medidas para a preservação das nascentes**

Além da possível contaminação do aquífero e dos lençóis freáticos, as questões hídricas em Seropédica são abordadas por muitos agricultores como impeditivos à produção

principalmente nos períodos de estiagem – de junho a setembro – devido à ausência de políticas do poder público local para projetos de irrigação que favoreça a produção agrícola. Para o agricultor (AGR6) a questão hídrica do município é alarmante, segundo a sua fala:

*Aqui em Seropédica o problema da água sempre foi 'o problema', né? Pra produção. O pessoal geralmente tem poço, mas o poço não dá vazão, nunca chove como a gente espera. Então sempre foi um fator limitante. Aqui principalmente temperatura no verão de outubro a março não dá pra produzir nada, principalmente, hortaliças, esquece. [...] O aterro quando fez foi aquele 'barulho'... inclusive atrapalha alguns produtores na questão da certificação do orgânico por quem tava ali na Reta de Piranema teve que fazer análise de água [...] principalmente análise de metais pesados. Ai a gente teve que mandar pra São Paulo. Eu fui um dos que teve que fazer isso quando eu estava lá na reta. Mas na época como ele [o aterro] ainda estava sendo implantado, não tava em funcionamento, não teve. [Como] agora [agora teve] esse vazamento de chorume... Então não foi detectado nenhum tipo de problema nessa água. Mas agora eu não sei como é que tá. Porque eu já saí dessa área já tem uns 2 anos.*

Segundo o agricultor entrevistado, a questão da falta de água pela diminuição dos níveis de chuva e o problema da sua estocagem, assim como a temível contaminação dos poços utilizados pelos produtores locais, sobretudo, aos que estão mais próximos ao aterro sanitário são problemas que afetam não só a produção, mas também aos que necessitam da certificação de produção orgânica para a sua comercialização. A ausência de programas de políticas públicas e projetos interinstitucionais para a criação de poços<sup>80</sup> e armazenamento de água é quase inexistente, os quais, muitas vezes, são obtidos na informalidade conforme o discurso do agente da pasta de ambiente e agronegócio entrevistado (APP1):

*Perto do CTR aqui aquele pessoal todo ali. Tinha uma empresa que veio de São Paulo fazendo uma sondagem ali. Pra botar aqueles postes de iluminação. Porque ali a fundação dava uns 20 a 30 metros. Era feito um troço pra agüentar vento. [...] o meu primo é encarregado dessa firma, né? [...] Ai eles tinham o equipamento [...] chegamos lá e ele [um agricultor] pegando água de um açude que estava secando [...] na beira do açude tinha um buraco e ele pegava água. Ai eu peguei e falei: se eu arrumar um caminhão pra fazer um poço, um semiartesiano, pode fazer? [Ele respondeu:] Ah, não, não tenho dinheiro pra pagar. [Eu disse:] não, o senhor deixa eu fazer? Ai eu falei com o 'secretário', [...] Eu falei [com o dono do caminhão] e ele disse: eu ponho o caminhão lá sábado e domingo e faz lá. Agora, tem que ter tubo. É que eu vou abrir, na hora que bater o trado, na hora que ele chegar lá onde tem água já tem que ta com o cano já pra enfiar. Ai entra a situação, o cara não tinha dinheiro. Ai eu e o 'secretário' compramos tubos levamos pros dois irmãos. Ai tinha um pessoal mais a frente que quis fazer. Pra esses não compramos não. Eles tinham uma condição [financeira] um pouco melhor, ai eles compraram os tubos. Andamos fazendo lá uns 4 ou 5 buracos lá. Eles tem água hoje graças à isso. [...] é 5 minutos, cara. É só levar o caminhão pra furar.*

A informalidade na parceria entre a Secretaria de Ambiente e Agronegócio e a empresa que perfurava o solo com um caminhão, onde um parente do entrevistado era o encarregado da firma, evidencia o aspecto informal na perfuração dos poços para os agricultores localizados próximo ao Arco Metropolitano e ao Aterro Sanitário – CTR. Contudo, a sua ajuda, embora seja considerada uma pontual ação de apoio ao agricultor familiar, não se configura como uma política pública do município por não se estender aos demais agricultores locais. Trata-se de um ato de “boa vontade” entre o agente entrevistado e a empresa que perfurava o solo para a colocação dos postes de iluminação, para auxiliar o agricultor familiar a conseguir a captação de água necessária para o seu uso. Segundo o

---

<sup>80</sup> Houve a construção de um sistema de captação de água de chuva em parceria com a EMBRAPA para um agricultor orgânico da Associação Serorgânico para a irrigação conforme a Figura 19.

entrevistado, até os tubos foram comprados pelo próprio agente entrevistado e outros funcionários da SEMAMA em um rateio, para o que considera uma família desprivilegiada socioeconomicamente, dos que conseguiram a ajuda. Embora a questão da escassez de água seja uma discussão recorrente nas reuniões dos conselhos municipais, as quais o autor participou, não houve indícios de alguma iniciativa e da possibilidade do surgimento de uma **política pública** do tipo *bottom up*, que pudesse suprir as questões hídricas do município, sobretudo, para os pequenos agricultores. Como há a descentralização das políticas públicas na visão de Romano e Delgado (2002), as reivindicações populares devem emergir por meio dos conselhos municipais (ABRAMOVAY, 2001) a fim de alcançar os poderes legislativos e executivos para a sua consolidação.

Segundo o professor (PRO2) da UFRRJ, as questões hídricas se configuram como um dos principais problemas para a agricultura familiar no município corroborando com a fala do agricultor AGR6 associada à ausência de políticas públicas locais, segundo a sua experiência:

*O grande problema. O maior de todos que a gente não foi capaz ainda de atuar de uma forma conjunta com esses conhecimentos e que seria a grande questão para a sobrevivência deles é recursos hídricos. Eles chegam num período que vai, normalmente novembro, dezembro começa e se estende até fevereiro e início de março é um período de muito calor e de poucos recursos hídricos. Então a produção deles despenca. Sobretudo para a produção de hortaliças, onde eles são fortes. Essa produção vai ter uma baixa. Que vai significar problemas financeiros pra eles também, [...] Mas Seropédica é absolutamente **carente de qualquer política nessa área. É abandonada. A prefeitura efetivamente não tem nenhuma atuação nisso para ajudá-los.** O problema é grave. A solução não está apenas em nenhum tipo de comportamento, à parte deles. Teria que fazer um conjunto de ações [...] aí não basta só poço, teria que fazer consórcio de espécies, sombreamento, a cisterna também ajuda. Teria que fazer um conjunto de estudos em cada propriedade dessa pra poder resolver. Alguns fizeram saídas individuais, se endividaram, mas sobreviveram (PRO2).*

Apesar da ausência de políticas públicas voltadas para diminuir os problemas relacionados aos recursos hídricos para os produtores do município, segundo os entrevistados, a preservação das nascentes tem sido algo cogitado embora sem ações efetivas e concatenadas com outras instituições.

O Programa Rio Rural do governo do Estado do Rio de Janeiro vem criando os COGEMs<sup>81</sup> – Comitês Gestores de Micro Bacias – no município, inclusive, com o intuito de promover a conservação dos recursos naturais e hídricos para o desenvolvimento sustentável. Essa iniciativa tem conscientizado os agricultores em reuniões e capacitações sobre a necessidade da preservação das nascentes por meio do plantio de mudas de plantas oriundas da Mata Atlântica para a sustentabilidade e acesso aos próprios recursos hídricos tão necessários à produção agropecuária. Além do CAR – Cadastro Ambiental Rural – outras medidas têm levado em conta os aspectos ambientais nas propriedades com a finalidade de preservar a Bacia do Rio Guandu dentre outras da região. Essas iniciativas se devem às observadas situações de desaparecimento de nascentes, conforme expõe o entrevistado representante da Secretaria de Ambiente e Agronegócio:

*Nós estivemos nessa área de proteção ambiental que foi criada [...] tem uma APA que foi criada aqui: a APA do Catumbi e a, foi feita agora, da pedreira, lá... a de Santa Luzia. Tem aquele morro todinho até no Rio Guandu lá de Seropédica. Então eu fui com o pessoal da Geoprime<sup>82</sup> pra fazer um levantamento. [...]Então eles iam pra montar armadilha fotográfica nas nascentes. Acredita, rapaz, que a gente não achava nascentes? O fato que chamou a atenção, é que algumas casas lá pra cima*

<sup>81</sup> O Programa Rio Rural será apresentado detalhadamente mais adiante no item que apresentará discutirá a questão da assistência técnica rural no município.

<sup>82</sup> Geoprime - Engenharia de Meio Ambiente.

*da estrada do caçador, que tinham piscina, até pela falta d'água as piscinas estavam baixas também (APP1).*

Percebe-se no discurso do representante do poder público, uma grande preocupação com relação à preservação das nascentes, assim como algumas ações pontuais para os recursos hídricos, embora não tenha salientado durante a entrevista nem durante as reuniões do CMDRS, acerca da ausência de políticas públicas voltadas para esse fim como apontada pelos outros entrevistados. Durante as observações participantes nas reuniões dos conselhos acena-se sobre a possibilidade de, no futuro, obter a compensação ambiental das indústrias que estão se instalando no município, porém sem indicativos de ações concretas. Segundo o próprio secretário a “junção” das pastas de “Meio Ambiente” e de “Agronegócio” na mesma secretaria, justifica-se pela utilização de recursos financeiros do meio ambiente – como multas a empresas, *royalties*, etc. – que, na sua fala, seriam revertidos para a agricultura familiar local, fato que não é confirmado pelos agricultores nos seus discursos.

A pesquisadora da EMBRAPA-Agrobiologia (APE2) expõe na entrevista que a questão da água no município deveria estar associada ao “incentivo àquele que tem na sua área de nascente preservada, receber algum incentivo [financeiro] ambiental para manter a sua área” como existe em outros municípios. A lógica da compensação ambiental para o meio rural ainda é algo a ser discutido para uma possível implantação no município, sobretudo, por meio de projeto das empresas que se instalam no território. Na fala do agente entrevistado da SEMAMA com algumas informações fornecidas pela engenheira ambiental da secretaria *in loco* durante entrevista, percebe-se algumas poucas ações de compensação tanto ambientais quanto para os agricultores:

*E agora com o CAR<sup>83</sup>, né [...] eles estão fazendo o levantamento das propriedades. Quem tem a sua propriedade tem que deixar uma área de proteção. Nós temos tentado hoje fazer um contato junto com o pessoal do [Comitê do Rio] Guandu, agora até com essa proteção de nascentes que estão fazendo aí, o [pessoal do] Guandu se propôs a doar umas mudas pra gente [...] tem que fechar o grupo do pessoal que faz o CAR com a gente e o pessoal tem que plantar [...] existem as empresas que estão no município que causam alguma agressão [ambiental] ou até mesmo são obrigadas a fazer essa compensação. Tem até um projeto de uma empresa pras nascentes, pra preservação de nascentes, né. Mas em relação à compensação ambiental, temos as empresas, elas entram... tipo as 'saibeiras' elas fazem através de saibro [para a manutenção das vias rurais]. Já outras fazem pagamento no banco ou elas fazem projeto onde elas ajudam... ano passado teve uns areais que ajudaram no colégio na Reta de Piranema na questão do plantio, né. Na questão da horta [escolar] no próprio colégio. Esse colégio ganhou até um prêmio. Tem das grandes empresas, mas essas pagam [a compensação] no banco mesmo (APP1).*

Em função da observação participante do autor dessa pesquisa, o processo de articulação desses projetos de compensação parece ainda estar muito no “campo do

---

<sup>83</sup> “O Cadastro Ambiental Rural – CAR é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente - APP, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país. Criado pela **Lei 12.651/2012** no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, o CAR se constitui em base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais”. Fonte: <http://www.car.gov.br/> - acessado em 26/09/16. A reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Seropédica no dia 05 de agosto de 2014 contou com a presença de um consultor técnico responsável pelo CAR na região, com o intuito de solicitar parcerias com a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura para o início dos trabalhos de cadastramento das propriedades rurais de Seropédica. Com esse contato inicial o consultor marcou visitas às propriedades juntamente com a equipe da secretaria para os meses seguintes ao encontro para a adequação das propriedades à lei federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012.

planejamento e das ideias” do que efetivamente nas ações concretas. Salvos alguns exemplos destacados na fala do entrevistado da SEMAMA é possível ainda perceber certa fragilidade no processo de implementação de projetos mais substantivos. É provável que algumas dessas ações sejam estabelecidas na prática embora os aspectos burocráticos dificultem a sua operacionalização. A fala do professor do CTUR – que é agricultor – contribui para a compreensão da burocracia nos projetos de compensação socioambiental pelas empresas privadas que acaba sendo transferida para o próprio produtor:

*Eu tenho uma área na minha propriedade que eu tenho vontade de reflorestar. Uma empresa já me procurou que tem que fazer essa compensação, essa mitigação, né. Colocar lá vai desmatar num canto e vai ter que reflorestar não sei aonde. Eu coloquei à disposição. Mas, cara, a burocracia é tão grande pra você plantar árvore na tua propriedade, como uma medida compensatória de uma empresa, que eu falei: largo isso de mão. Eu não vou pagar, me dar esse trabalho do ‘caramba’ pra eu plantar árvore na minha propriedade (PRO4).*

O interesse em replantar a área degradada pelo agricultor com a medida compensatória das empresas é completamente desestimulada pelos entraves burocráticos expostos pelo professor-agricultor. Trata-se de uma falta de sintonia entre a iniciativa privada e o poder público no sentido de agilizar o processo de regeneração das matas nativas o que iria favorecer a preservação das nascentes para que não haja o colapso dos recursos hídricos do município e da região.

Outra articulação socioambiental muito salientada nas reuniões do CMDRS é a criação da CVAPA – Centro de Vivência das Áreas de Proteção Ambiental – no bairro Carretão. Trata-se de um centro de atendimento ao agricultor local o qual terá semanalmente, um dia por semana, algum funcionário da SEMAMA para apoiar e subsidiar os pequenos produtores do local. O CVAPA está sendo instalado no prédio de uma escola municipal desativada, e contará com atividades de capacitação profissional. Trata-se de uma área estreita de produção agrícola, porém sem vínculos de associação, compreendida entre uma área de proteção ambiental – APP – e uma mineradora (Figura 27). Como se trata uma área de atividades mistas – mineração, agricultura e proteção ambiental – a iniciativa da implantação desse centro de atendimento é “estar mais próximo ao agricultor” (APP1) segundo o discurso do agente da SEMAMA entrevistado. Porém observa-se certo cuidado com a vegetação nativa ainda preservada, mas que pode sofrer algum tipo de dano pela proximidade com uma empresa de extração de minério e, mais ainda do avanço da agricultura no sentido da floresta.



**Figura 27** – Setorização de áreas no bairro Carretão.

**Fonte:** [www.google.com.br/maps](http://www.google.com.br/maps) (adaptado)

De acordo com o agente entrevistado enquanto representante da pasta de meio ambiente e agronegócio houve a criação de duas áreas de proteção ambiental em 2005: (1) a APA da Serra do Catumbi e a (2) a APA da Serra da Cambraia. O objetivo da criação dessas áreas foi a preservação da fauna e da flora local, assim como a preservação das nascentes.

A criação do CVAPA é exposta pelo agente entrevistado da Secretaria de Ambiente e Agricultura (APP1):

*Estamos comprando os móveis para ela. A escola é linda numa área de expansão agrícola. Você vai ver que [o bairro Carretão] é o que mais está plantando aqui. Na realidade é um centro de valorização das áreas de APA, porque ela está dentro de uma área de APA. CVAPA que é o nome, né... que a gente vai tentar trazer recursos da área ambiental pra lá. Mas a proposta é essa: que a gente vá uma vez por semana. A EMATER também vai [...] a proposta é que a escola esteja aberta e o técnico estar fazendo uma assistência técnica, se colocando à disposição lá.*



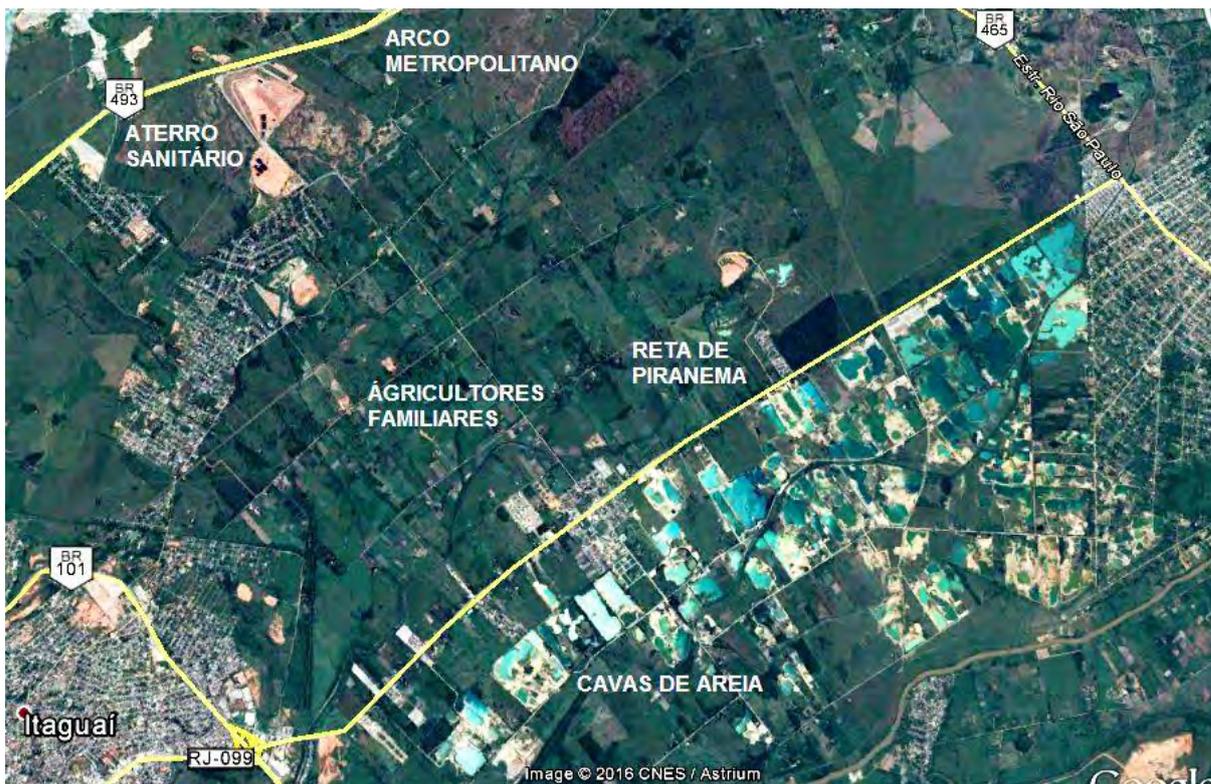
**Figura 28** – CVAPA – Centro de Valorização das Áreas de APA na comunidade do Carretão.  
**Fonte:** imagem cedida pela SEMAMA.

#### **4.4.3. A mineração de areia no bairro de Piranema**

A mineração de areia também tem causado um grande impacto ambiental e, conseqüentemente, preocupações para a produção agrícola da região de Piranema em Seropédica e Itaguaí. Segundo o relatório de 1976 da EMBRAPA em parceria com a PESAGRO e a EMATER, a localidade de Piranema no passado, foi considerada uma das maiores produtoras de quiabo do estado do Rio de Janeiro. Atualmente ainda há a produção dessa cultura na localidade, mas ao longo dos anos foi fragilizada e substituída pela ocupação do território em transformação, pelas “cavas de areia” (ALCÂNTARA, 2014).

Percebe-se que “atualmente o principal ator da economia de Seropédica tem sido a extração de areia, para o uso da construção civil” (SOUZA, P. S. A. et al., 2014, p.7) na localidade de Piranema por meio de empreendimentos que estão impactando diretamente no aspecto social e ambiental da região de Seropédica e Itaguaí. Pesquisas anteriores remontam a situação produtiva do polo de extração de areia (TUBBS et al., 2011, p.472):

O Distrito Areeiro Seropédica-Itaguaí, localizado na região da baixada de Sepetiba, entre os municípios de Seropédica e Itaguaí, consiste no principal fornecedor de areia para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), contabilizando cerca de 80 minas a céu aberto. Este fator se deu graças às condições geológicas da Bacia de Sepetiba, a expansão da construção civil no estado a partir da década de 60 e sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro. O Distrito Areeiro de Seropédica-Itaguaí produz anualmente cerca de 6.000.000 m<sup>3</sup> (aproximadamente 10.000.000 t de areia), mais da metade da produção do estado em 2005, gerando mais de 300 empregos, dentre eles empregados diretos, terceirizados e cooperativados (DNPM 2006, ANEPAC 2008), além de centenas de empregos indiretos constituindo atividade mineraria fundamental para a construção civil da cidade do Rio de Janeiro



**Figura 29** – A localização de agricultores (alguns orgânicos) na região de Piranema com proximidade às mineradoras de areia e o aterro sanitário.

**Fonte:** Google Earth (adaptado)

Em decorrência da extração em larga escala, que implica em fatores econômicos e políticos para a região, o impacto ambiental prevê um aumento de substâncias químicas nos lençóis subterrâneos de água o que inviabiliza o consumo. Nesse sentido, a contaminação do aquífero Piranema já pôde ser confirmada nessas pesquisas conforme os seguintes dados:

Poços localizados próximos aos areais podem sofrer variações de nível ou até mesmo terem sido perfurados sobre camadas redutoras, o que poderia desencadear oxidação do material geológico com produção de acidez e liberação de compostos para a água, tais como Al, Mn e Fe, **contaminando então a água para consumo**. Tubbs em 1999 já registrou altos teores de Mn em águas de poços localizados na região da Piranema (TUBBS et al., 2011, p.483 – grifo meu).

Marques (2010, p.143) acrescenta que “apesar dos areais estarem localizados em uma região não-populosa, a atividade da extração da areia influencia diretamente na dinâmica do nível freático, verificado pela grande variação do nível da água em poços a nordeste do bairro Piranema, localizados a 1 km dos areais”. Este dado pode influenciar tanto na produção quanto na qualidade de vida e na saúde dos agricultores que residem na localidade, pois “dentre as doenças neurodegenerativas ligadas ao Al [alumínio], o Mal de Alzheimer é o mais corriqueiro e divulgado por órgãos de pesquisas” (MARQUES, 2010, p. 76).

Sendo Piranema uma região que ainda abriga muitos agricultores e moradores que residem e produzem a uma distância muito curta das mineradoras de areia, a iminente contaminação tanto para a produção quanto para o consumo dos moradores pode, curto à médio prazo, inviabilizar ou até mesmo erradicar a permanência do agricultor e a sua produção na sua proximidade. Pois “os componentes das águas subterrâneas da região e águas das lagoas de extração de areia indica que o processo da atividade de extração de areia é obviamente o fator da mudança da química da água” (MARQUES, 2010, p. 142).

A sociedade se atenta muito para a quantidade de areia que é extraída e se esquece que talvez o foco principal desse polo de extração mineral deveria ser os cuidados para que não haja contaminação do tão escasso recurso água (FERREIRA et al., 2007, p.28).

Ao analisar sobre o que diz o Plano Diretor de Seropédica sobre o Aquífero Piranema vê-se no Anexo VII – “Ações Sugeridas nas Leituras Comunitárias e Técnica da Cidade” (SEROPÉDICA, 2006, p.123) percebe-se a preocupação com as águas subterrâneas no item VI – do Meio Ambiente: “(aa) Proteção do aquífero Piranema, especialmente nas áreas onde este se apresenta vulnerável” (SEROPÉDICA, 2006, p.130). Entretanto, Alcântara (2014, p. 15) acrescenta que no Plano Diretor “é prevista a proteção do ambiente natural, porém não há qualquer delimitação ou procedimentos estabelecidos ou quaisquer delimitações das áreas e faixas de domínio a serem protegidas ou preservadas”. Nesse sentido, o próprio plano gestor do município que existe há aproximadamente 10 anos (data da defesa desta tese), prevê a preservação do referido aquífero, mas não indica qualquer procedimento de análise, vistoria e fiscalização do impacto socioambiental provocado por essa atividade.

A opinião de uma das pesquisadoras do escritório local da PESAGRO salienta a grande problemática causada pelo impacto dos areais no município, conforme a sua fala:

*Os areais se você olhar no ‘Google’ você já vê que todo aquele lado de Piranema não tem mais água, porque aqueles poços, não têm mais condição. Aquilo lá tem que ser tomada alguma providência, né? Transformar aquilo num parque ecológico, fazer o plantio de árvores. Alguma coisa pra tentar recuperar. Seropédica é visto muito negativamente por causa disso. [...] A política influencia muito em cima [disso]. O Rio de Janeiro que está tirando aquela areia ali não é pra nós, não é para a nossa construção (APE2).*

Por outro lado, pesquisas da EMBRAPA-Agrobiologia mostram que é possível a regeneração do solo degradado pelo impacto da mineração de areia em Seropédica, assim como outras pesquisas apontam a possibilidade de introdução da piscicultura nas cavas que já não são mais utilizadas para a extração de areia:

Os resultados iniciais na utilização de leguminosas arbóreas fixadoras de nitrogênio para a recuperação dessas áreas [de extração de areia no Piranema] que demonstram o potencial dessa tecnologia em restabelecer rapidamente a cobertura vegetal sobre os substratos degradados, criando condições favoráveis para o restabelecimento dos mecanismos de sucessão ecológica (FERREIRA et al., 2007, p.5).

As espécies de peixes a serem introduzidas nas lagoas podem também influenciar no sucesso desta piscicultura. Tilápia (*Oreochromis niloticus*), por exemplo, pode ser criada sem problemas (MARQUES, 2010, p. 143)

Percebe-se que algumas ações podem ser realizadas no sentido de tentar recuperar as áreas degradadas com articulações entre a pesquisa, a extensão e os proprietários dos empreendimentos mineradores, sobretudo, àqueles que não utilizam mais a área para a exploração de areia.

Com relação aos diversos impactos decorrentes do crescimento econômico exógeno em Seropédica, os aspectos apresentados e discutidos como a instalação do aterro sanitário, o desaparecimento das nascentes e a contaminação das águas subterrâneas apontam para olhar mais cuidadoso com o local e com a sua população. O desordenamento do território com a ausência de políticas públicas – *bottom up* – a partir das demandas da população, sobretudo, rural capazes de mitigar os impactos observados nos documentos, nas entrevistas e nas reuniões dos conselhos pode vir a agravar ainda mais esse cenário. Para tanto, a efetiva participação dos atores nos conselhos municipais poderiam promover o **controle social** necessário para que o poder público local se fizesse mais presente nas ações de fiscalização

dos empreendimentos que agridem o meio ambiente e, conseqüentemente a sociedade urbana e rural, assim como a recuperação dessas áreas degradadas.

A questão da participação dos atores sociais envolvidos nas questões que envolvem os impactos econômicos e ambientais no município de Seropédica será abordada na próxima seção.

#### 4.4.4. Os referenciais teóricos utilizados na discussão desta seção e quadro síntese de objetivos.

A ação comunicativa enquanto teoria desenvolvida por Habermas (1995) com base no diálogo e na participação que visa o entendimento mútuo, para uma comunicação livre e simétrica, foi um dos referenciais teóricos adotados e utilizados para as reflexões acerca das críticas salientadas pela sociedade civil sobre os passivos socioambientais que ocorrem no município de Seropédica. Para tanto, a participação da sociedade civil à luz da Gestão Social e do Controle Social devidamente embasadas pelos recortes teóricos de Tenório (2016), contribuem para a análise das intervenções e críticas advindas dos atores envolvidos nas atividades rurais observadas na região, sobretudo, para que políticas públicas do tipo *bottom up* sejam criadas na escala municipal que, na visão de Romano e Delgado (2002), assume a função descentralizadora de políticas nacionais.

Abramovay (2001) também contribui nas reflexões desta seção enquanto referencial para o papel dos conselhos municipais com base na participação popular com vistas ao desenvolvimento sustentável, principalmente acerca dos problemas ambientais como a contaminação dos lençóis freáticos, a escassez de água e a proliferação de pragas resultantes dos empreendimentos no município. De certa forma, esse impacto vem prejudicando a produção e a permanência do agricultor familiar no local, conforme foi apresentado discutido na seção.

Sendo assim, os objetivos intermediários traçados para a tese nessa seção são tratados no Quadro 9, cujos resultados são identificados a cada especificidade do tema tratado.

**Quadro 9** – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção (Continua).

	<b>Objetivos intermediários</b>	<b>Resultados alcançados</b>
i	Identificar as principais leis e programas em documentos legais em escala nacional, regional e local e a história do município	<i>Perceber nos documentos convergências e divergências de ideias e ações para o desenvolvimento local.</i> A identificação da lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010 que institui a política nacional para tratamento dos resíduos sólidos é a que mais se aplica à problemática de Seropédica, sobretudo, acerca do direito da participação da sociedade no controle social da empresa prestadora do serviço. Outro documento identificado e analisado foi o CAR – Cadastro Ambiental Rural sob a lei federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012 – sobre as áreas de preservação ambiental nas propriedades rurais durante o processo de cadastro das propriedades do município com a ajuda da SEMAMA. A identificação do Anexo II do Plano Diretor de Seropédica sobre a preocupação com as águas subterrâneas do Aquífero de Piranema tornou-se objeto de análise para essa seção justamente pela não adequação às ações de análise, vistoria e fiscalização dos impactos das mineradoras efetivas pelo poder público municipal.

**Quadro 9** – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção (Continuação).

	<b>Objetivos intermediários</b>	<b>Resultados alcançados</b>
ii	Identificar os principais atores que propõem ações de desenvolvimento rural na região, a fim de reconhecer os <i>campos de poder</i> construídos na perspectiva das lideranças	<i>Quais são os atores envolvidos no desenvolvimento rural local? Como eles atuam?</i> Os principais atores identificados nos problemas que envolvem o aterro sanitário de Seropédica foram a SEMAMA que tem o papel de mediar a relação dos agricultores/moradores das localidades próximas e de fiscalizar os acidentes cometidos pela concessionária, os agricultores que tiveram o papel de reclamar pelos seus direitos enquanto cidadãos, contribuintes e afetados pelos impactos ambientais e a EMATER que promoveu o suporte técnico para as reuniões do COGEM e para a elaboração do documento de controle social encaminhado à prefeitura, assim como na condução das discussões travadas nas reuniões do Conselho de Desenvolvimento Rural. A criação de um campo de poder forte pela reunião dos produtores envolvidos no COGEM de Piranema pode ser considerado como o surgimento de um ator institucional capaz de promover ações de gestão e de controle social que busque equalizar os problemas advindos do impacto ambiental causado pelo aterro sanitário em sua localidade. A SEMAMA foi um ator importante na criação da CVAPA – Centro de Vivência das Áreas de Proteção Ambiental – enquanto estrutura física para troca de experiências e atendimento ao agricultor familiar da região mais afastada do centro urbano de Seropédica. Neste CVAPA há a participação e a parceria da EMATER com atividades de capacitação e reuniões com agricultores locais.
iii	Verificar como se dá a ação comunicativa e as interações dos grupos de produtores com o poder local e com as instituições de pesquisa e extensão	<i>Identificar como ocorrem as interações entre os 3 atores: produtores, extensionistas e Estado. Há convergências ou divergências de ideias nos discursos?</i> Verificou-se que nas reuniões do CMDRS há conflitos entre os agricultores que residem nas proximidades do aterro sanitário com os representantes da Secretaria de Ambiente e Agronegócio. Apesar de haver espaço para a exposição das ideias e reclamações, o diálogo entre esses dois atores foi contemporizado pelas demandas e pela insuficiência de tempo e pessoal por parte da secretaria, no sentido de fiscalizar a empresa que administra o CTR, embora sempre justificasse que tem fiscalizado assiduamente o andamento das atividades da empresa. A EMATER passou a ser um importante interlocutor entre os agricultores e o poder público representado pela SEMAMA. A relação dialógica e o contato da SEMAMA e da EMATER com os agricultores do Bairro Carretão, que é o bairro com agricultores mais afastado do local da prefeitura, tem melhorado com a instalação do CVAPA no local o que facilitou a acessibilidade dos produtores que residem do outro lado da Av. Pres. Dutra aos atendimentos da secretaria.
iv	Verificar se há uma tendência de preservação e fortalecimento da atividade pelo empoderamento de grupos de famílias estruturados em associações que buscam uma “racionalidade substantiva” com base nos princípios da agroecologia.	<i>Verificar se conhecimentos tradicionais construídos localmente são difundidos e legitimados pelas atividades de pesquisa e extensão, se empodera os agricultores e gera valor agregado ao produto diferenciado.</i> A criação do COGEM de Piranema, sobretudo, em torno do problema do impacto socioambiental causado pelo aterro sanitário, facilitou a troca de experiência entre os produtores, principalmente sobre o controle de pragas que se deslocam do aterro sanitário às suas áreas de produção. A criação do CVAPA no Carretão possibilitou a realização de oficinas e capacitações promovidas pela EMATER com base nos princípios da agroecologia o que pode favorecer um ambiente de maior contato entre os produtores e a possível troca de experiências e saberes os mesmos.

**Fonte:** quadro elaborado pelo autor.

#### **4.5. A Participação dos Agricultores nos Conselhos Municipais e o (não) Acesso às Políticas Públicas como o PNAE.**

##### **4.5.1. A baixa participação dos agricultores nas reuniões dos conselhos municipais e algumas articulações realizadas**

A participação dos agricultores familiares nas reuniões dos dois conselhos municipais nos quais houve a observação participante do autor ao longo do período investigado foi muito baixa, devido a diversos fatores que serão discutidos a seguir.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS – de Seropédica foi criado a partir da obrigatoriedade por parte do Governo Federal para a utilização dos recursos do PRONAF, e tem sido devidamente organizado e conduzido pela Secretaria de Meio Ambiente e Agronegócio do município. No Brasil a criação dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, em sua maioria, é muito recente e esteve relacionado à utilização dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – pelos municípios em sua “linha” de infraestrutura e serviços (ABRAMOVAY, 2001, p. 121) que teve início em 1997.

O CMDRS de Seropédica foi criado pela lei nº 14, de 19 de fevereiro de 1997 – com regimento interno aprovado pelo decreto nº 44/1998 – e é atualmente composto por atores da sociedade civil e do poder público. São eles membros do (1) do poder público: SEMAMA, UFRRJ, EMATER-Rio, Flona Mario Xavier, FIPERJ, EMBRAPA, NDA – Núcleo de Defesa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro; (2) da sociedade civil: Mutirão Eldorado, Associação de Agricultores de Coletivo e Santa Alice, Filhos do Sol, PIC Grande Rio do Bairro Incra, Associação Serorgânico, COGEM – Comitê Gestor da Microbacia do Piranema e o Sindicato Rural de Itaguaí. Portanto, trata-se de 7 representantes de cada segmento, compondo a paridade necessária – 50% para cada.

Segundo a observação participante do autor o CMDRS é frequentado majoritariamente pelos representantes do poder público. Somente em casos esporádicos há a presença de membros da sociedade civil, como por exemplo, pequenos agricultores e pequenos pecuaristas. A baixa participação dos agricultores locais no CMDRS é justificada pelo entrevistado da Secretaria de Ambiente e Agronegócio:

*Eu acho que o pior é o deslocamento. A gente... eu até nos últimos conselhos [nas últimas reuniões], também foi falha minha. Não falha minha, mas por falta de ter veículo. Na época que a gente tinha 3 carros aqui [...] eu tinha mais jogo de cintura de pegar [os agricultores] na propriedade. É, falta mais deslocamento. Você vê, que lá é longe, nem ônibus tem, tem quem vem de bicicleta. É complicado [...] eu pegava eles lá (APP1).*

Na opinião do agente entrevistado da SEMAMA observa-se que o maior impeditivo da presença do agricultor nas reuniões é o deslocamento, pois considera que a distância das comunidades que não tem sequer linhas de ônibus é o fator que dificulta a participação do agricultor nas reuniões do CMDRS. O mesmo salienta ainda que chegou muitas vezes a buscar o agricultor em sua residência para que houvesse a sua participação nas reuniões, mas que atualmente a secretaria não dispõe de veículos para tal ação.

Por outro lado, o discurso de uma das agricultoras da associação mais atuante politicamente no município, cuja atuação de liderança é percebida por muitos agricultores e extensionistas, expõe a complexidade acerca da participação nos conselhos municipais:

*Eu sei que eu devia estar lá [...] nunca deu certo não porque não falavam a ‘nossa língua’, eram ‘línguas’ diferentes demais. O que o agricultor, o interesse do agricultor com o deles não combinava, era incompatível. Por isso que a gente abandonou mesmo o conselho. Mas o dia que melhorar o trabalho de governo e a coisa se estruturar legal, a gente volta. O governo tem que pensar como pensa o agricultor, e ele executar a vontade deles. Isso é uma ditadura: ‘é o que eu quero, é*

*isso que vai ser'. Ou só prometer, prometer e não dá um passo a frente [...] participamos desde a emancipação de Seropédica. No passado a gente via um monte de coisa acontecer. A gente fazia projetos lá, indicava as necessidades locais. [...] tinha trator arado nas épocas certas [...] a gente mandava ofício indicando os problemas de estradas. A situação da estrada: a gente tá só quebrando carro. No passado isso era corrigido. Havia manutenção de iluminação e estrada.[...] é proposital enfraquecer o agricultor. [...] mas que **aquele espaço deveria ser nosso, esse espaço de desenvolvimento rural, o conselho, é um espaço nosso.** A gente que tinha que tá lá brigando e sentindo orgulho de participar, e não é o caso. A gente já gastou muito tempo indo. [...] a gente voltava tão frustrado, tão decepcionado. [...] eles ficam ali para 'enfeitar o pavão' e prometer, porque quem está por trás mesmo, quem libera recurso e assina as necessidades, né... os projetos eu acho que é o prefeito. E eles estavam ali tipo de marionetes (AGR1).*

O principal motivo pela não participação no discurso de uma das agricultoras mais atuantes no município – também na visão do pesquisador por meio da observação participante – contradiz e diverge do discurso do agente entrevistado representante da SEMAMA. Percebe-se que para a agricultora entrevistada, a **gestão social**, como discutida por Tenório (2016), não é exercida no CMDRS visto que o mesmo tornou-se um espaço de promessas não cumpridas, as quais caíram no descrédito por parte dos agricultores que participavam das reuniões no passado. Na sua visão, o diálogo é unilateral no qual as demandas dos agricultores são ouvidas, mas que, principalmente no período da gestão investigada, passam a não ser prioridade nas agendas do poder público local. Assim, considera inútil o tempo destinado a essas reuniões pelos agricultores, embora considere que o conselho seja um espaço de participação popular e que deveria ser ocupado prioritariamente pela sociedade civil, mas que vem sendo conduzido pela prefeitura com seus interesses particulares.

Outro fator apresentado pela mesma agricultora durante a observação participante do autor na capacitação oferecida à Associação Serorgânico<sup>84</sup>, é a dificuldade do agricultor em participar de reuniões (ABRAMOVAY, 2001), visto que o mesmo “perde um dia de trabalho na roça” (AGR1), já que as ações desempenhadas pelas famílias dependem de sua própria mão de obra. Outro aspecto salientado é o número excessivo de reuniões – no seu caso as reuniões<sup>85</sup> do SPG, de verificação e de pares – e outras atividades como a comercialização nas feiras, o que diminui o tempo de trabalho para a agricultura na propriedade.

Na visão do extensionista da EMBRAPA (APE4) que é conselheiro do CMDRS, a baixa participação dos agricultores nas reuniões do conselho é devida ao pouco incentivo do poder público, conforme o seu discurso:

*Eu acho que é a questão política, desmotivação do poder público. Você ali que eles [o pessoal da secretaria] tentam fazer, mas é muito moroso, né? Uma coisa é a iniciativa privada, o agricultor tendo recurso [financeiro] ele vai lá e contrata alguém de hoje pra amanhã um serviço de trator. Aí você vem aqui como a prefeitura pra atender um município do tamanho de Seropédica que tem 1 trator, aí tem uma lista de espera enorme como a gente viu ali na reunião. Você vai lá, entra na lista hoje pra ser atendido daqui a 3 meses, aí já passou o período de plantio... e aí isso leva a desmotivação, né? E enfraquece o conselho... assim, eu tento tá ali presente justamente pra não deixar 'morrer', se 'morrer' eu acho que é pior. Aí quando tem algo que é interessante para o agricultor, às vezes eles acabam aparecendo. Mas eles também estão muito 'escaldados' com essa situação de abandono.*

Segundo o pesquisador-extensionista e conselheiro, a baixa participação no conselho deve-se ao sentimento de abandono do agricultor familiar por parte do poder público local. O

<sup>84</sup> Essa temática da capacitação será abordada com mais profundidade mais adiante no item que apresentará as ações do projeto do Território da Baía da Ilha grande.

<sup>85</sup> A metodologia de reuniões dos SPGs – Sistema Participativo de Garantia – para a certificação de produtores de orgânicos será apresentada mais a frente na seção que discutirá sobre as associações de Seropédica.

entrevistado cita o caso do empréstimo do trator que, por mais “boa vontade” que os funcionários da Secretaria de Ambiente e Agronegócio apresentem, um único equipamento gera uma lista de espera de meses o que inviabiliza o trato do solo na época solicitada para cada agricultor.

Durante a observação participante do autor nas reuniões do CMDRS durante 2 anos, percebeu-se que o conselho é utilizado prioritariamente para os informes gerais sobre as ações da Secretaria de Ambiente e Agronegócio ou, como houve em alguns momentos esporádicos, a divulgação e a busca de parceria ou de contatos por parte de algum pesquisador ou extensionista visitante. A **dialogicidade** sem hierarquização na visão de Freire (1987) e a **ação comunicativa** para o mútuo entendimento para o exercício da cidadania na perspectiva de Habermas (1989) não são amplamente exercidas em situações de confronto de ideias e de exposição de posições contrárias às ações da referida secretaria nas reuniões. Durante os dois anos de observação, só houve dois momentos onde as ideias foram discutidas e expostas com divergência de opiniões entre os participantes. A primeira delas foi a presença de um produtor de leite que expôs de forma insistente o descaso do poder público com os moradores próximos ao aterro sanitário<sup>86</sup>. Nesse momento os representantes da secretaria de meio ambiente e agricultura foram confrontados e questionados sobre as suas não-ações acerca dos problemas causados pelo empreendimento que, segundo a sua opinião, deve ser fiscalizado e, quando necessário, autuado pelo poder executivo. A presença e o discurso – exaltado – do pequeno produtor provocou um desconforto aos representantes da secretaria que justificaram as suas deficiências e propuseram uma maior proximidade com os produtores da região, na tentativa de mitigar os impactos socioambientais. Esse foi um dos poucos casos onde a **dialogicidade** pela relação de poder na visão de Freire (1987) estabelecida entre os membros do conselho – entre a sociedade civil e poder público – esteve mais presente, no sentido de promover ações de **controle social** do poder público, por meio da participação mais efetiva desses atores nas reuniões.

A outra situação onde ocorreu uma ação de controle social por meio da dialogicidade em uma relação horizontal de debates, foi sobre a redação do texto do regimento interno do CMDRS. Esse documento foi construído pela própria Secretaria de Ambiente e Agronegócio para ser discutido, alterado e votado em reunião extraordinária do conselho. Durante as reuniões foram apresentados e discutidos alguns pontos do regimento, mas o único item que gerou polêmica foi o seguinte:

**Subseção I - Da Presidência:**

Art. 13 – A presidência do CMDRS **será sempre exercida pelo Secretário Municipal** da pasta de Ambiente e Agronegócio, tendo como atribuição. (grifo meu)

A justificativa exposta pelo representante do poder público para a elaboração do texto do art. 13 foi a seguinte: “o secretário é o quem tem acesso direto ao prefeito, logo seria mais fácil negociar algumas questões dos agricultores” (APP1). Por outro lado, a representante da PESAGRO no conselho salientou que a mudança do gestor da prefeitura em uma futura eleição iria condicionar a presidência a alguém que por ventura não continue com as reuniões, tirando a autonomia da instância colegiada. Esse argumento foi corroborado pelo representante da EMBRAPA com a seguinte fala: “um dos papéis do conselho é fiscalizar o poder executivo. Se o presidente do conselho é o próprio secretário, como ele fiscalizará a si próprio?” (APE4). Os dois argumentos apresentados foram discutidos por todos os membros com a inclusão do representante da UFRRJ: “o vice-presidente é um produtor rural. Logo ele substitui o presidente no caso da mudança da gestão municipal”. Esse último argumento não foi aceito pelos demais, pois em virtude do texto do artigo 13, o próximo secretário – de

---

<sup>86</sup> Esse caso foi apresentado na seção anterior quando da discussão sobre o impacto socioambiental causado pelo aterro sanitário em Seropédica.

eleições futuras – assumiria automaticamente a presidência do CMDRS. Este caso foi um dos poucos momentos durante toda a observação participante do autor no referido conselho, na qual pôde se perceber uma evidente **ação comunicativa** com efeito no mútuo entendimento entre as partes representativas em uma situação de confronto de ideias e argumentos postos no debate a respeito dos aspectos legais da composição do quadro diretivo.

Com toda a discussão e a polêmica gerada sobre o texto do artigo 13, o representante do poder público municipal enquanto agente da SEMAMA sugeriu pôr em votação a mudança na redação a qual alteraria para “o presidente do conselho será eleito” ao substituir a frase “será sempre o secretário”. O próprio artigo 2 do texto do mesmo regimento interno expõe a função de controle social e fiscalização do colegiado, o que corrobora com a solicitação dos atores participantes para a alteração do artigo:

Art. 2º - O CMDRS, instituído como órgão municipal com personalidade jurídica de direito público, vinculado à Secretaria Municipal de Ambiente e Agronegócio do referido município, com funções cooperativas, **deliberativas, fiscalizadoras e consultivas**, tendo como **objetivo básico o estabelecimento, o controle e a avaliação da política municipal agropecuária e pesqueira**, constituindo-se em órgão colegiado responsável pela coordenação de atividades e entidades ligadas ao desenvolvimento rural ao nível do Município de Seropédica. (grifo meu)

Percebe-se com essa discussão, um exemplo de como a ação comunicativa exercida pela capacidade de diálogo e entendimento proporcionada pela **participação cidadã deliberativa** por parte dos representantes das instituições no conselho que se fizeram presentes, com o intuito de fazer valer o estado de direito democrático da escolha do presidente de um conselho municipal por meio de uma relação dialógica horizontal (FREIRE, 1987). Um dado importante é que essa discussão foi gerada pelos representantes das entidades de pesquisa e extensão do poder público, pois durante essa reunião não houve a presença de nenhum representante da sociedade civil, ou seja, de nenhum agricultor.

Um dado interessante presente no discurso do representante da EMBRAPA, o qual argumentou sobre o fato do presidente do CMDRS não poder ser necessariamente o secretário da pasta, no sentido de fiscalizar o poder público, foi o fato do mesmo ter obtido o conhecimento sobre esse a função dos conselhos – que é fiscalizar o poder público, ou seja, de controle social – durante um curso de capacitação oferecido pelo NEDET<sup>87</sup> aos membros do Colegiado da Baía da Ilha Grande.

Ao longo dos anos de 2014, 2015 e 2016, verificou-se algumas articulações discutidas as reuniões do CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – e do CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – do município pelos seus representantes nas observações da pesquisa de campo. Uma das questões dessa aproximação é perceber se “a composição e a atuação dos conselhos de desenvolvimento são capazes de oferecer oportunidades de inovação organizacional que estimule o empreendedorismo privado, público e associativo em suas regiões” (ABRAMOVAY, 2010, p.29) dentro da abordagem territorial, no sentido de buscar uma institucionalização de **campos de poder** pelas articulações entre o poder público, os extensionistas e os agricultores.

A criação do **Posto Agropecuário** foi uma iniciativa do poder público municipal que tem como objetivo facilitar algumas ações como: a retirada do GTA – Guia de Transito Animal, a realização o cadastro de rebanho, a retirada do cadastro de propriedade, a distribuição das vacinas, a emissão do Atestado de Sanidade Animal, etc., o que torna desnecessário o deslocamento do produtor ao posto localizado no bairro Irajá<sup>88</sup> na cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>87</sup> O curso de capacitação será apresentando e discutido mais adiante na seção que tratará da inserção do município de Seropédica no Colegiado da Baía da Ilha Grande.

<sup>88</sup> Que encontra-se a uma distância de aproximadamente 60 km de Seropédica.

O CAR – Cadastro Ambiental Rural – foi realizado nas propriedades município em parceria com o INEA – Instituto Estadual do Ambiente – para que possibilitasse a legalização das escrituras em cartório. A FIPERJ – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – realizou o cadastro das propriedades que desenvolvem a piscicultura. A representante da FIPERJ presente na quinta reunião anual do CMDRS de 2015 salientou que, segundo o cadastro realizado, as propriedades de Seropédica produzem baixo impacto ambiental com a produção de peixes e rãs e, principalmente, os agricultores que armazenam água para a irrigação de plantações e criação de animais.

Em 2014 houve a discussão no CMDRS sobre a criação do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal e Vegetal – SIMPOAV – foi uma meta da gestão de 2013 a 2016 que buscou uma articulação em sistema de consórcio com outras prefeituras da região – Paracambi, Queimados e Japeri – pois necessitam de um profissional com formação acadêmica em veterinária, que seja concursado em regime estatutário em algum desses municípios para a sua efetivação. Essa iniciativa visa a fiscalização necessária para a distribuição dos produtos locais de origem animal – como leite e queijo artesanal – em “gôndolas” específicas para os produtos de Seropédica nos supermercados da região, incluindo dessa forma os agricultores do município nesse campo mercadológico que ainda não foi explorado pela atividade rural local. A ideia que se apresentou foi promover o diálogo entre a prefeitura e os proprietários dos supermercados, no sentido de valorizar os produtos locais. Porém, essa discussão não foi levada adiante nas reuniões dos anos posteriores.

Outro arranjo observado no CMDRS que se configurou e se fortaleceu foi a articulação que entre a prefeitura e a FIPERJ com a implantação de organização de produtores que criam rãs, em um processo de inovação tecnológica desenvolvido pelos próprios produtores. Este processo inovador está sendo estudado e acompanhado pela FIPERJ e que será difundido entre os produtores da região. Trata-se de uma produção na área urbana de Seropédica que adota procedimentos sustentáveis em todas as fases da criação e que vem proporcionando resultados impressionantes e qualitativamente significativos em relação ao mercado de rã na Região do Grande Rio.

Um grande problema observado nas reuniões desses conselhos é a grande alternância na frequência entre os participantes, bem como a baixa participação das lideranças dos agricultores nas discussões propostas para o desenvolvimento rural no município. A pouca participação pode estar relacionada ao despreparo ou pela pouca informação sobre a importância da representatividade dessas lideranças nas reuniões acerca dos seus interesses, sobretudo para a destinação e uso dos recursos públicos (ABRAMOVAY, 2001) que o município recebe do Governo Federal. Mas para o acesso a esses recursos e envolvimento em programas como PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar – é necessário que o produtor familiar obtenha pela EMATER-Rio<sup>89</sup> a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, com requisito necessário para essa certificação. Atualmente o município de Seropédica conta com 22 agricultores com a DAP, dos quais 16 estão ativos e 6 inativos, em um total de 201 agricultores cadastrados pela Superintendência de Defesa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro em seu relatório de 24 de junho de 2014 – cerca de 10% do total.

A exemplo do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Seropédica – CONSEA-Sr – sobre o qual a sua existência nos município não é obrigatória, destaca-se o caso da sua criação com características distintas do CMDRS. Enquanto o CMDRS foi criado pela própria prefeitura, o CONSEA foi articulado pela sociedade civil durante as reuniões do Conselho da Cidade por alguns atores locais.

As reuniões do CONSEA-Sr foram iniciadas em 2013 na Câmara Municipal, com a periodicidade de dois meses, porém surgiu sem uma lei de criação. De acordo com a

---

<sup>89</sup> Órgão oficial de assistência técnica e extensão rural.

observação participante do autor, este conselho tem sido um espaço de luta e ideias de confronto com o poder executivo e legislativo, pelos debates travados e pela ação comunicativa por meio do entendimento na interação dialógica entre os seus membros.

Um ponto de pauta da reunião do CONSEA de agosto de 2014 foi o questionamento do presidente do conselho no sentido de saber se há estímulo à produção de base agroecológica no município. Após esse questionamento, a agricultora que representa a Associação de Agricultores de Coletivo e Santa Alice, expôs que **participou desde o início da criação do Plano Diretor Participativo** do município acerca da ideia de utilização das áreas abandonadas do município para a produção agroecológica, onde essas áreas se tornariam sítios para produções nessa modalidade, mas que o projeto nunca foi à frente por questões políticas, e ainda acrescenta em sua fala que “o incentivo foi para trazer as indústrias para o município”. Por outro lado, o representante da SEMAMA expôs que não há município com mais avanço em agroecologia do que Seropédica devido à existência da Fazendinha Agroecológica do Km47<sup>90</sup>. Entretanto, o mesmo considera que ainda haja dificuldades nas articulações com os agricultores locais acerca de parcerias em ações conjuntas para a disseminação da Ciência Agroecologia.

Outra articulação desempenhada pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar, trata do fornecimento de alimentos para o Restaurante Universitário<sup>91</sup> da UFRRJ – “bandejão universitário” – que seria uma forma de incluir os produtores locais para as demandas de alimentação dos alunos da universidade por meio do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos. Essa articulação dependeu de acertos entre as Pro-Reitorias da UFRRJ envolvidas e os produtores, acerca do processo de chamada pública e de ajustes do cardápio.

Por fim, foi divulgada e discutida em ambos os conselhos o projeto “A participação das mulheres em atividades rurais nos municípios de Seropédica e Itaguaí (RJ): pesquisa e extensão para a capacitação em Gestão Social na agricultura familiar visando o desenvolvimento territorial sustentável” com a participação do autor desse projeto juntamente com os membros do Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – LPDT – da UFRRJ. Fomentou-se com esse projeto a busca de parcerias e ações conjuntas com os produtores locais e instituições interessadas no fortalecimento e no resgate da multifuncionalidade exercida pela agricultura familiar no município na ótica da Gestão Social e da participação.

**Quadro 10** – Quadro resumitivo de ações e articulações nos dois conselhos municipais de Seropédica observados (Continua).

AÇÕES E ARTICULAÇÕES NOS CONSELHOS MUNICIPAIS	ATORES ENVOLVIDOS
Inclusão das famílias de agricultores do município no programa de alimentação escolar	CONSEA, SMECE, lideranças das redes de agricultores
Fornecimento de alimentos para o restaurante universitário da UFRRJ	CONSEA, Pro-reitoria de Graduação da UFRRJ
Criação do Serviço de Inspeção Municipal de produtos de Origem Animal e Vegetal (SIMPOAV)	SEMAMA, municípios vizinhos, supermercados locais
Projeto Horta Medicinal	UFRRJ, Fiocruz e agricultores

<sup>90</sup> O Sistema Integrado de Produção Agroecológica (SIPA), implantado na década de 1990, mais conhecido como Fazendinha Agroecológica Km 47, é uma iniciativa conjunta da EMBRAPA-Agrobiologia, PESAGRO-Rio e da UFRRJ.

<sup>91</sup> A questão da inclusão dos agricultores locais no PAA do Restaurante Universitário será tratada e discutida mais adiante na seção que tratará das ações de extensão rural em Seropédica.

**Quadro 10** - Quadro resumitivo de ações e articulações nos dois conselhos municipais de Seropédica observados (Continuação)

<b>AÇÕES E ARTICULAÇÕES NOS CONSELHOS MUNICIPAIS</b>	<b>ATORES ENVOLVIDOS</b>
Criação do Posto Agropecuário	SEMAMA
CAR (Cadastro Ambiental Rural)	INEA, SEMAMA, agricultores
Cadastro de propriedades que praticam a piscicultura	FIPERJ, SEMAMA
Inclusão dos agricultores no PNAE	SEMAMA, CMDRS, EMATER, CONSEA, agricultores locais, SEMECE
I Seminário da Alimentação Escolar e Agricultura Familiar	UFRRJ, Ceres Jr., CONSEA
Projeto “A participação das mulheres em atividades rurais nos municípios de Seropédica e Itaguaí (RJ): pesquisa e extensão para a capacitação em Gestão Social na agricultura familiar visando o desenvolvimento territorial sustentável”	UFRRJ, SEMAMA e agricultores locais
Criação e utilização da CVAPA – Comunidade do Carretão	SEMAMA, EMATER e PESAGRO

**Fonte:** (VIANNA et al, 2015 – adaptado)

#### 4.5.2. O processo de inclusão dos agricultores na política pública do PNAE

O tema mais recorrente nas reuniões do CONSEA foi a inclusão dos agricultores no PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar – do município.

Para a análise do processo de inclusão dos agricultores no PNAE, além da observação participante do autor nos conselhos municipais, foram realizadas entrevistas com (i) dois dos três agricultores que conseguiram acessar a chamada pública para a venda de alimento para a alimentação escolar do município – que serão denominados de agricultor (AGR9) e agricultor (AGR10); (ii) com a pesquisadora da EMATER enquanto articuladora do projeto junto aos agricultores; (iii) com uma representante do Conselho de Alimentação Escolar (APP3) do município e (iv) com um membro atuante do CONSEA (APP2). As entrevistas foram gravadas em equipamento de áudio – com exceção da representante do poder executivo que não autorizou a gravação – e transcritas integralmente pelo autor (VIANNA et al, 2016).

O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) do município de Seropédica tem contado com a participação de representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Agronegócio do município, com nutricionistas da Secretaria de Educação, com membros da Secretaria de Saúde, da Secretaria de Assistência Social, agricultores, representantes da PESAGRO-Rio, da UFRRJ e representantes da sociedade civil organizada. Há frequentemente a intersecção de alguns desses atores que atuam inclusive no Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do município, como os agricultores, representantes da Secretaria de Ambiente e Agronegócio – SEMAMA, representantes da Associação Serorgânico, da Associação de Produtores Sol da Manhã, da Associação de Agricultores Familiares das Glebas Coletivo e Santa Alice – AACSA, entre outros representantes como a EMATER-Rio e a EMBRAPA.

Algumas articulações foram percebidas nas discussões e participações dos agricultores nas reuniões dos dois conselhos municipais. A mais recorrente e significativa discussão em todas as reuniões tratou da necessidade da inclusão das famílias de agricultores do município no PNAE administrado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – SMECE. Esse tema foi uma questão prioritária na agenda discussões dos dois conselhos, na tentativa facilitar a participação dos agricultores do município para o fornecimento dos alimentos para as escolas municipais. Mas para o acesso a esses recursos e envolvimento em programas como PNAE é necessário que o produtor familiar obtenha pela EMATER-Rio<sup>92</sup> a Declaração

<sup>92</sup> Órgão oficial de assistência técnica e extensão rural.

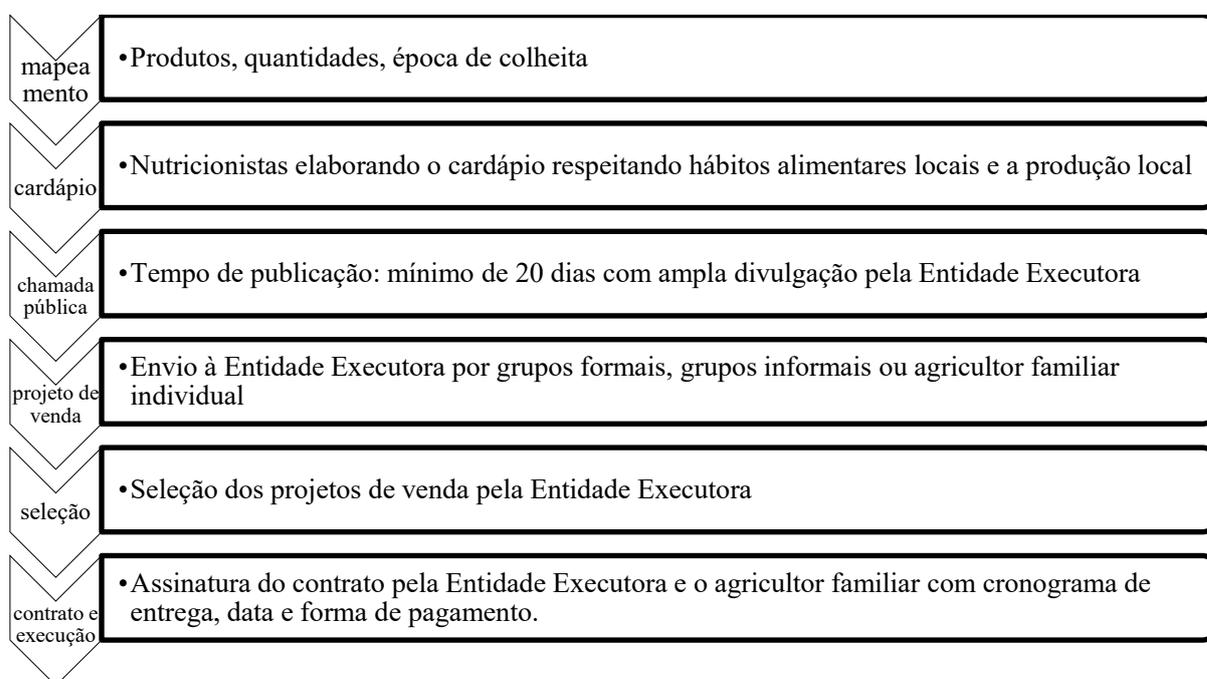
de Aptidão ao Pronaf – DAP, como requisito necessário para essa certificação (VIANNA et al, 2016).

**Tabela 7 – Alunado e escolas atendido pelo PNAE em Seropédica.**

Municípios	Ano 2014		Ano 2015	
	Escolas	Alunos	Escolas	Alunos
Seropédica	43	15.484	43	15.759

Fonte: FNDE.

A primeira iniciativa desse processo foi a criação de uma comissão formada agricultores locais e nutricionistas da SMECE de Seropédica no sentido de ajustar o cardápio da merenda escolar com os produtos que sejam possíveis para o cultivo em Seropédica – como inhame, aipim, banana, abóbora, beterraba, etc. Essa iniciativa previa a compra e produção programadas, sobretudo pela aquisição de alimentos orgânicos que, por lei, pode agregar um valor de até 30% acima, quando comparado à compra do alimento convencional, não orgânico. Esse fato é percebido, pois o maior interesse dessa inserção é observado pelas redes de agricultores orgânicos do município.



**Figura 30 – Passo a passo do encontro da Agricultura Familiar com a Alimentação Escolar.**

Fonte: elaborado pelo autor com base no manual de Aquisição de Produtos Para a Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar (BRASIL, 2014).

As discussões travadas no âmbito do CONSEA questionavam os aspectos legais que tratam da obrigatoriedade por lei do município adquirir, pelo menos 30% da alimentação escolar oriunda da agricultura familiar no âmbito do PNAE conforme prevê o artigo 14 da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009<sup>93</sup>. Baseado nesse fato, o município de Seropédica em 2014 conseguiu atingir 15,05% (Tabela 8) com valor destinado a agricultura familiar de R\$ 284.667,26 – comparado com os anos anteriores de 2011 a 2013 nos quais a aquisição foi 0%

<sup>93</sup>Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

– embora por meio de uma cooperativa de fora do município, Araruama-RJ, cidade que dista 180 km de Seropédica, que negociava com produtores de outras localidades, não incluindo os agricultores locais. A proposta apresentada pela gestão do município consistiu em articular negociações entre a cooperativa de Araruama que já fornecia os alimentos – já que a mesma possui o DAP-Jurídico que é um documento necessário para entrar no processo de licitação da aquisição de produtos para a alimentação escolar – e os agricultores do município (VIANNA et al, 2016).

Na visão do entrevistado, representante da pasta de Ambiente e Agronegócio, a inclusão dos agricultores locais por intermédio da cooperativa de Araruama, seria um grande avanço:

*Sempre houve aqui, de uns 3 anos pra cá, uma discussão dos agricultores por não participar desse programa do governo municipal. Aquela cota [de 30] que é obrigado a vender [...] o agricultor independente ou não tinha que participar do 'pregão' que tinha [...] é uma questão de organização, quem não é organizado não consegue. O agricultor sozinho às vezes ele não tem recurso, nem conversa pra ir pra dialogar, pra defender os direitos dele. Não tem conhecimento da coisa. Então o que acontecia nisso aí? E houve várias brigas aí, que tinha uma cooperativa que vinha aqui ganhava o programa, porque só aparecia ela aí eu não to defendendo ela também, até porque eu não conhecia as pessoas. E na reunião nós convidamos eles algumas vezes, vieram umas 2 ou 3 vezes lá [no CONSEA]. E o rapaz dono [da cooperativa] falou: 'ó gente, eu ganhei a concorrência, eu ganhei porque vocês não apareceram. Agora, nada me impede de eu comprar de vocês [...] se vocês me fizerem entrar num acordo aqui... o que eu vou fazer? Eu dou a logística, eu vou pagar antecipado' [...] aí a coisa nem assim evoluiu (APP1).*

Por outro lado, alguns produtores mostraram desinteresse em “negociar” com a cooperativa visto que já possuem o DAP na modalidade individual e que **poderiam fornecer diretamente** à secretaria de educação, tornando desnecessária a intermediação da cooperativa que venceu a chamada pública. Segundo um dos produtores – da Associação Serorgânico – presente na reunião do CONSEA que ocorreu no mês de outubro de 2014, uma das maiores falhas no processo de aquisição de alimentos é a pouca divulgação das chamadas públicas para os agricultores que dispõem dos documentos necessários para a comercialização – a DAP. O mesmo acrescenta ainda que, pela lei do PNAE, não há a necessidade do produtor participar do processo licitatório para o fornecimento da alimentação escolar advinda da agricultura familiar. Trata-se de uma chamada pública. O mesmo conclui a sua fala expondo que a EMATER-Rio deveria ser o principal órgão articulador deste processo. Para o estabelecimento dessa institucionalização, foi criada uma comissão entre os atores envolvidos que buscou discutir a consolidação dessa dinâmica organizacional (ABRAMOVAY, 2010) acerca da inclusão dos agricultores do município no processo de aquisição de produtos orgânicos, nutritivos e de qualidade para a alimentação escolar.

**Tabela 8** – Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE – Anos 2013 e 2014

Município	2011			2012		
	Valor transferido (R\$)	Valor aquisições da agricultura familiar (R\$)	%	Valor transferido (R\$)	Valor aquisições da agricultura familiar	%
Seropédica	1.260.960,00	R\$ 0,00	0,00	1.890.948,00	R\$ 0,00	0,00
Município	2013			2014		
	Valor transferido (R\$)	Valor aquisições da agricultura familiar	%	Valor transferido (R\$)	Valor aquisições da agricultura familiar (R\$)	%
Seropédica	1.764.270,00	R\$ 0,00	0,00	<b>1.891.824,00</b>	<b>284.667,26</b>	<b>15,05</b>

Fonte: FNDE.

Para o membro atuante do CONSEA o modelo adotado pela prefeitura não “conseguiu fazer com que eles cumprissem a lei e realmente olhar o agricultor local” (APP2), ao se propor a compra dos produtos pela da cooperativa que vinha fornecendo os alimentos.

Em dezembro de 2014, na última reunião do CONSEA do ano, houve uma tentativa de aproximar os agricultores interessados no fornecimento, com a presença do representante da cooperativa do município de Araruama – cidade que dista 180 km de Seropédica – que havia vencido a chamada pública no ano, para que eles comprassem dos agricultores locais e, conseqüentemente, intermediassem o fornecimento para as escolas do município. Embora essa tenha sido uma alternativa apresentada pela SEMAMA para inclusão dos agricultores locais no processo, os mesmos não aceitaram essa aproximação tendo em vista a percepção de que, pela lei que rege o PNAE, a venda pode ser realizada diretamente com a secretaria de educação no ato da chamada pública, dispensando a intermediação dessa cooperativa vencedora, que seria, na visão dos agricultores, mera “atravessadora” dos produtos para o seu devido fim.

Para o agricultor (AGR9) entrevistado:

*Foi o CONSEA que levou para dentro da prefeitura a demanda [nossa em querer fornecer] na verdade a demanda eles já tinham, mas eles sabem [...] quem entregava aqui era uma cooperativa de Araruama. Po, o cara sair lá de Araruama pra entregar em Seropédica. Agora você me diz: Araruama tem condições de produzir todos os gêneros da merenda? Tu acha que o cara lá produz alho, produz lá maçã, etc.? O que eles fazem: eles passam no CEASA carregam o caminhão em vem entregando na merenda escolar. Passa como agricultor familiar. Porque eles ‘catam’ um monte de DAP de produtor pequeno, bota na cooperativa, apanha uma coisinha com eles [...] aí quando você não tem um município que tem um interesse político real [em incluir os agricultores locais], fica nisso.*

De acordo com a percepção crítica observada na ação dos agricultores, ao fim do de 2014, mesmo com todas essas tentativas de articulação realizadas durante o ano, não foi possível a inclusão dos agricultores no PNAE na forma como os mesmos se impunham: fornecer diretamente para a alimentação escolar sem a intermediação da cooperativa vencedora da chamada pública (VIANNA et al, 2016).

No início do ano de 2015 a retomada das ações dos conselhos acerca do processo de inclusão dos agricultores locais individualmente, teve como ponto de partida a tentativa de reunir os agricultores e uma comissão formada pelos mesmos e a eleita nova presidente do CONSEA do município com o prefeito no sentido de cobrar maior transparência no processo de aquisição da alimentação escolar. Essa tentativa foi frustrada pela indisponibilidade de tempo por parte do prefeito em receber a comissão. Este fato evidencia a falta de transparência e a **ausência da dialogicidade no processo democrático de gestão pública**, na ação comunicativa necessária para que haja **gestão social** e o entendimento mútuo entre sociedade civil e poder público no modelo de democracia representativa vigente.

Nabuco e Porto (2000, p. 221) reforçam a necessidade da participação popular:

*[...] parceria não significa substituição do Estado pelo setor privado. O Estado tem a responsabilidade de implantar políticas de Segurança Alimentar. Parceria significa que o setor privado pode, sob a regulamentação estatal, ocupar espaços que o Estado tem menos capacidade e agilidade para fazê-los. Finalmente, a participação popular é vista como um direito, pois somente dessa forma o Estado se faz público, se põe a serviço de todos e amplia a possibilidade da continuação das ações.*

Na reunião do CONSEA do dia 28 de abril de 2015, houve a presença do representante da Secretaria de Educação responsável pela chamada pública do PNAE. Segundo ele a obrigatoriedade da divulgação da chamada pública se dá por meio do Diário Oficial do município, quando o mesmo foi questionado pelos agricultores sobre a falta de divulgação, a qual leva ao total desconhecimento daqueles que poderiam ter acesso ao processo de

fornecimento dos alimentos. Com isso, o mesmo se dispôs a receber os agricultores interessados para maiores esclarecimentos e ainda informou que o edital estaria disponível em, aproximadamente, quinze dias a partir da data da reunião. Na visão dos agricultores entrevistados (AGR9) “é uma chamada oculta, eles não divulgam, fazem uma papelada interna lá, dizem que divulgou... ficamos procurando saber que dia que ia ser a reunião, onde era, como era, aí fomos descobrir tudo em cima da hora” (AGR10).

Segundo a extensionista da EMATER (APE3), a dificuldade de acesso ocorreu:

*[...] primeiro por falta de conhecimento da gente da política [do programa], segundo por falta de divulgação, por falta de interesse dos próprios agricultores, falta de interesse até por mitos que eles acabam criando, como ‘vou demorar pra receber [o pagamento], se eu receber [...] ninguém do município nunca fez’, então, teve um pouco de barreira nesse sentido, mas depois que um grupo um pouco mais orientado mesmo, mas esperto. Eles resolveram investir nisso(...) mas agora [em 2015] como a gente já estava por dentro, porque o prazo lá é muito curto. Isso é fato. Mas como a gente já estava munido de algumas informações anteriores, isso se tornou mais fácil.*

Após a tão solicitada divulgação da chamada pública, com o apoio técnico da representante da EMATER, três agricultores interessados em participar do processo se propuseram a se reunir em alguns encontros para a leitura do edital e para a elaboração do projeto de fornecimento. Para tanto, elaboraram o projeto no qual forneceriam quinzenalmente, e individualmente, cerca de 6798 kg dos produtos “abóbora” e “banana-prata”, para quatro escolas rede municipal, totalizando um montante para cada indivíduo de R\$ 19.999,81 pelo fornecimento, conforme valores analisados no documento. Valor esse que melhoraria significativamente a reprodução socioeconômica (CAZELLA, et al, 2009) das três famílias envolvidas, segundo a opinião dos agricultores entrevistados.

Neste período ocorreu a 1ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional de Seropédica, contando com a presença de diversos atores envolvidos no processo, no qual foram discutidas as dificuldades ao acesso ao PNAE. Embora o evento tenha oportunizado vários debates sobre a dificuldade de acesso ao PNAE pelos agricultores locais, a “esperança” do encaminhamento dado pelo projeto apresentado pelos três produtores e aceito pela Comissão Permanente de Licitação do município seria o ponto de partida para o início da inclusão dos agricultores locais, como um “projeto piloto” para os anos subsequentes (VIANNA et al, 2016).

Com a aprovação do projeto, os três agricultores iniciaram o plantio em junho das duas culturas – itens alimentícios – para o fornecimento começar em agosto, conforme havia sido indicado no projeto. Mas, a assinatura do contrato não ocorreu de imediato. Os responsáveis pela compra dos produtos no município só convocaram os agricultores para assinarem o contrato no final do mês de setembro. Com toda essa espera e com diversas tentativas de contato dos produtores com a prefeitura para o fornecimento sem uma perspectiva de assinatura do contrato, os agricultores venderam grande parte da produção por outros meios, para que não houvesse mais prejuízo e desperdício.

Outro problema observado no momento da assinatura do contrato que ocorreu na segunda quinzena de setembro foi que a funcionária da prefeitura responsável pela assinatura do mesmo, solicitou aos agricultores que o assinassem com data retroativa a julho, o que seria preocupante dado o atraso e pelo fato de que muito da produção já havia sido destinada a outro comércio, pois tratava-se de alimentos perecíveis. Na fala do agricultor (AGR9) percebe-se essa problemática que levou a uma grande desconfiança:

*Aí botamos lá no projeto que a gente ia entregar de agosto a novembro um montante de mercadoria e que eles fariam contato com a gente. Isso foi em maio. E que eles fariam contato com a gente de junho a julho. Que era pra gente começar a entregar em agosto, que era pra gente assinar o contrato. Mas passou junho, julho, agosto, e quando chegou no meado de setembro eles me ligaram (...) mas eu falei:*

*mas o acordo, o contrato, o projeto era pra entregar a partir de agosto. Antes eu já tinha ido lá ver, né, mas falaram que estava no [departamento] jurídico lá da prefeitura. Ai fomos lá [assinar] e perguntamos: por que demorou tanto? Disseram: 'é a burocracia interna'. Fomos sinceros: 'a gente está meio receoso de vender porque com esse negócio de cassar prefeito (...) tem alguma garantia, é certo da gente receber?' A mulher virou pra gente e disse: 'olha, prefeitura é aquilo, é um risco que vocês correm' (...) Ai eu disse: 'mas isso aí não é verba do PNAE?' (...) Ela disse: 'mas tem um detalhe, vocês vão ter que assinar com a data de julho'. Ai eu falei: 'perai... mas por que?' Quer dizer... eu não vou assinar coisa nenhuma... eu vou entrar em problema, já to até vendo.*

É perceptível a falta de segurança na fase final do processo contratual observada na fala do agricultor, o qual apresenta total descrédito acerca do interesse institucional da prefeitura em promover o desenvolvimento e a sustentabilidade dessas famílias por meio da inclusão dos mesmos no PNAE.

O membro do CONSEA entrevistado acrescenta ainda que:

*só tivemos a possibilidade de fornecimento porque houve alguma pressão [do CONSEA], mas mesmo assim ela não deu errado à toa, não. O município não tem muito interesse nesse procedimento. A compra da merenda não é um negócio simples, ela é complexa. Você tem milhares de refeições-dia”.*

Como trata-se de 18.000 refeições oferecidas diariamente na rede que é composta por 46 escolas, a logística torna-se complexa conforme expõe a entrevistada do conselho. Contudo, tratava-se da inclusão de 3 (três) agricultores que forneceriam para 4 (quatro) escolas o que seria de fácil organização. Mais ainda, essa “experiência piloto” seria o ponto de partida para que outros agricultores tivessem interesse em participar da chamada pública nos anos seguintes. Segundo ela, “como não deu certo, os agricultores terão que começar da estaca zero em 2016”.

A entrevista com a representante do poder executivo no CAE – Conselho de Alimentação Escolar – ocorreu na Secretaria de Educação de Seropédica – SMECE, no ano de 2015. As perguntas tiveram como base entender o papel do CAE em relação ao PNAE e sua presença no que diz respeito a inserção da venda de alimentos oriundos da agricultura familiar. O CAE conta com 7 (sete) representantes, sendo 1 (um) do poder público executivo, 2 (dois) professores, 1 (um) representante dos pais de alunos, 1(um) representante dos discentes e 2 (dois) da sociedade civil organizada (VIANNA et al, 2016).

A representante do CAE salientou que trata-se de um conselho muito ativo e presente no controle e fiscalização em todo processo de aquisição e distribuição dos alimentos para as escolas. Há todo um planejamento e agendamento de visitas nas escolas por parte do CAE. No entanto, quando perguntado como eram as reuniões ordinárias a representante informou que as reuniões não ocorriam com uma frequência estabelecida e que não havia um dia específico nem um cronograma. Esse procedimento inviabiliza o acesso de outros atores e da própria população em fazer parte das reuniões, tornando o CAE um órgão restrito a seus representantes.

Sobre a aquisição dos alimentos escolares, segundo a representante, estes vêm de uma empresa privada que faz a entrega. Informou que no CAE a discussão sobre a compra vinda da agricultura familiar é algo bastante presente, citando o caso da compra de 15% por meio da cooperativa do município de Araruama no ano de 2014, ressaltando como uma primeira experiência exitosa. A mesma explicitou também que em 2014 os agricultores locais não quiseram vender os seus produtos para a cooperativa de Araruama, pois os mesmos a considerariam como “atravessadores” no processo.

No entanto, sobre o ano de 2015 que teria a inclusão de agricultores de Seropédica na chamada pública, a representante do CAE informou que o problema teria ocorrido pela falta de interesse por parte dos agricultores, pois depois de terem o projeto aprovado na chamada

pública os agricultores não teriam procurado a prefeitura para saber dos procedimentos e assinar o contrato. No entanto, as informações presentes no seu discurso são bem diferentes das apresentadas pelos agricultores, pela extensionista da EMATER e pela entrevistada do CONSEA. A mesma considera ainda, em sua fala, que acredita que Seropédica não tem como atingir o percentual de 30% de produtos da agricultura familiar somente com os agricultores locais, pois a produção vinda do município seria insuficiente para o fornecimento de alimento para 46 escolas. Inclusive foi questionado pela mesma “até que ponto existe a agricultura familiar no município”.

Entretanto, a lei relativa ao PNAE não obriga que a compra seja realizada somente com produtores locais, e sim com a prioridade aos mesmos. Mas isso não significa que não possa estabelecer a distribuição de alimentos para algumas escolas, que era o projeto inicial dos agricultores. A proposta seria justamente estimular, estreitar essas distâncias entre o agricultor e o programa nesta primeira tentativa de “compra direta”, mesmo tratando-se de um projeto piloto onde 3 agricultores, que forneceriam poucos itens, iniciariam o processo.

Por conta da não concretização da compra dos produtores familiares de Seropédica, segundo a representante do CAE, o município no ano de 2015 não atingiu o mínimo de 30% estabelecido pelo PNAE, responsabilizando, assim, os agricultores que, a seu ver, “*não quiseram finalizar o processo*”. No entanto, o que se percebeu no discurso dos demais entrevistados como agricultores e demais atores envolvidos foi um descaso por parte da prefeitura nesta articulação. Com o insucesso desse processo de inclusão, a prefeitura passou a adquirir 100% da alimentação escolar através de uma empresa que não compra necessariamente da agricultura familiar. A entrevistada salienta ainda que a prefeitura terá que justificar em relatório a não aquisição do mínimo de 30% da agricultura familiar em virtude do ocorrido, pois a mesma se explica com o fato de que os “agricultores locais não ‘quiseram’ assinar o contrato” (VIANNA et al, 2016).

O que percebeu-se durante a entrevista com a representante do CAE – não gravada em equipamento de áudio pela não autorização de sua supervisora – foi que as palavras “interditas” (FOUCAULT, 1999), ou seja, aquelas que não podem ser faladas em determinadas circunstâncias, foram cerceadas pela permanência da supervisora da funcionária como um instrumento de controle e poder, a qual a mesma esteve presente ao longo de toda a conversa. A própria “não autorização” da gravação da entrevista em equipamento de áudio pela supervisora, que foi justificada pelo momento político que estavam atravessando<sup>94</sup>, caracteriza uma ausência de liberdade na expressão da opinião da entrevistada. Outro fato relevante é a sua condição funcional, pois a mesma não era funcionária concursada em regime estatutário, sendo contratada em regime temporário. Assim, mesmo que a entrevistada soubesse de algum fato que revelasse as falhas da prefeitura no processo de inclusão dos agricultores no PNAE, o desconforto pela presença da sua supervisora não permitiria uma explanação transparente dos fatos, o que poderia custar-lhe instabilidade no seu emprego. Aliás, a participação de todas as representantes da SEMECE em regime de contrato empregatício temporário que participam das reuniões do CONSEA, foi percebida com certo receio quando o assunto a ser discutido são as questões relativas ao PNAE. Não há qualquer comentário por parte das mesmas, percebido na observação do autor (VIANNA et al, 2016).

No início do ano de 2016, houve uma chamada pública, mas, novamente, sem ampla divulgação para os agricultores, fato que levou os mesmos a não participarem da chamada pública para o ano. Essa informação foi apresentada na reunião do CONSEA realizada no mês de março de 2016, fato que causou grande frustração entre os participantes (RAMOS, VIANNA e VILLELA, 2016).

---

<sup>94</sup> No ano de 2015 o prefeito em exercício esteve passando por um processo de cassação, o que não ocorreu, levando a exercer o seu cargo até o final do seu mandato em 2016.

Toda a dificuldade e falta de estímulo relatada acima levou a uma queda drástica na participação dos agricultores nos conselhos. Para eles, o processo ficou desacreditado, embora a atuação do CONSEA tenha sido constante e incessantemente pautada na articulação das discussões entre a sociedade cível e o poder público, devidamente assessorado pelas entidades de extensão e pesquisa que participam das reuniões, como a EMATER local.

Outra questão também discutida nas reuniões bimestrais é a legalização do CONSEA. O conselho existia “de fato”, mas não “de direito”, pois não havia uma lei de criação do mesmo no município. A questão da lei de criação do CONSEA nas reuniões girava em torno de qual o meio seria o mais viável para a sua efetivação: se via prefeito ou por meio da câmara dos vereadores. Houve várias tentativas, sem êxito, de marcar uma reunião com o prefeito do município, para expor a necessidade da legalização do conselho – que já existia de fato e era atuante – mas que necessitava de amparo legal.

A solução discutida foi procurar o presidente da Câmara dos Vereadores para expor o problema. Assim, com muita disponibilidade em contribuir com a questão apresentada, o referido vereador participou de algumas reuniões do conselho em 2015 e, ao final do ano, apresentou o projeto de criação do CONSEA na Câmara que o aprovou, com a maioria de seis votos a dois. Faltava somente a sanção do prefeito. No início de 2016 o prefeito **vetou** o referido projeto, alegando que a Câmara não deveria “interferir nas decisões do poder executivo”. Mas a Câmara derrubou o veto do prefeito na primeira semana de março de 2016, como resultado da participação e da pressão exercida pelos membros do CONSEA, com publicação no Diário Oficial do município em 31 de maio de 2016<sup>95</sup> (documento em anexo). Como a criação desse conselho pela prefeitura não é obrigatório frente às leis federais e estaduais vigentes, esse fato pode ser considerado como uma política pública do tipo **bottom up**, por ter sido manifestada pelo anseio da sociedade civil organizada como um instrumento de **controle social** (TENÓRIO, 2016).

Na reunião ordinária de abril de 2016, o CONSEA de Seropédica contou com a presença de três representantes do CONSEA Estadual, os quais esclareceram várias questões sobre a criação do mesmo, assim como a possibilidade do município aderir, futuramente, ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN<sup>96</sup>, assim como acerca dos “entraves” enfrentados pelos agricultores no processo de sua inclusão no PNAE do município.

As reuniões do CONSEA dos meses de julho e agosto de 2016 focaram na organização do I Seminário Intermunicipal da Alimentação e Agricultura Familiar com o tema “avaliação e perspectivas do fornecimento ao PNAE”. O evento ocorreu no dia 27 de setembro do mesmo ano, que teve como objetivo apresentar e discutir sobre as experiências exitosas de 5 municípios: Paraty, Itaguaí, Paracambi, Pinheiral e Seropédica<sup>97</sup>, todos do Estado do Rio de Janeiro<sup>98</sup>. O evento foi realizado no CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – Paulo Dacorso Filho localizado em Seropédica. O evento iniciou com a realização de uma mesa redonda com a apresentação de dois palestrantes: (1) um professor da Universidade Federal Fluminense que fez uma abordagem histórica e conceitual sobre o PNAE no Brasil e (2) uma representante da EMATER que expôs as experiências e dados sobre a inclusão de agricultores no PNAE no Estado do Rio de Janeiro. Ainda na parte da manhã houve a apresentação das experiências dos municípios de Itaguaí, com a representante da Secretaria de Educação – órgão que articula a compra da alimentação escolar

<sup>95</sup> Lei de criação do CONSEA de Seropédica nº 619/2016.

<sup>96</sup> O SISAN é um sistema nacional ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

<sup>97</sup> Apesar do município de Seropédica não ter concluído experiência exitosa sobre a inclusão dos agricultores no PNAE, a sua participação enquanto cidade a sediar o evento foi importante, principalmente, no tocante à observação e o debate acerca das experiências dos demais municípios convidados para o evento.

<sup>98</sup> Os municípios de Paraty, Itaguaí e Seropédica fazem parte do Território Rural da Baía da Ilha Grande. Tal participação será abordada e discutida mais adiante, na seção que tratará da inclusão de Seropédica no Colegiado Territorial.

no município – e de Paracambi, representado pela gerente da UNACOOOP enquanto entidade articuladora e representante da agricultura familiar na experiência do município. Não houve a presença de algum representante do município de Pinheiral. Na parte da tarde houve a exposição da representante dos agricultores de Paraty que, na sua fala, apresentou todo o arranjo institucional realizado entre a Secretaria de Agricultura e Pesca, a Secretaria de Educação, agricultores e os *chefs* de cozinha dos restaurantes locais na elaboração do cardápio e da capacitação das merendeiras. Após essa apresentação houve a fala dos representantes de Seropédica com a representante do escritório local da EMATER que expôs a parceria com os agricultores na elaboração do projeto apresentado em 2015 – mas que não obteve o desfecho satisfatório pela não conclusão do processo de compra. Houve também a exposição oral da nutricionista da Secretaria de Educação – que participa do CONSEA – sobre a adaptação do cardápio das refeições aos alimentos produzidos no local e a apresentação do agrônomo representante da Secretaria de Ambiente e Agronegócio, recém-chegado na secretaria, o qual expôs as parcerias de ajuda aos agricultores, mas que não sabia informar sobre a experiência com o PNAE. O contraste das duas apresentações na parte da tarde foi discrepante: por um lado a experiência extremamente exitosa e articulada entre os atores institucionais de Paraty que ocorre há 4 anos e, por outro, a tentativa frustrada de inclusão de 3 agricultores locais no PNAE do município de Seropédica em 2015.

Após as apresentações houve a plenária final com debates e encaminhamentos coordenados pelo autor desta tese. Discutiu-se sobre o compromisso do poder público que, na imagem do prefeito, deve garantir responsabilidade em cumprir o programa conforme a lei, assim como criar equipes responsáveis em articular o processo de compra institucional com a EMATER local e agricultores, a fim de consolidar o processo. Como encaminhamento, ficou decidido em plenária, a composição de um grupo de trabalho com participantes voluntários, para a elaboração de uma “carta compromisso” a ser entregue aos futuros prefeitos imediatamente após as eleições em outubro do mesmo ano. A intenção desse documento é apresentar aos prefeitos eleitos dos quatro municípios presentes no seminário, a importância de incluir os agricultores familiares no PNAE, enquanto um instrumento de **controle social** em função da participação da sociedade civil organizada e das instituições presentes nos debates transcorridos durante o evento.

Pode-se observar no Quadro 11 a seguir de forma resumida as fases para a tentativa de incluir os agricultores de Seropédica no PNAE.

**Quadro 11** – Quadro resumitivo do processo de inclusão dos agricultores de Seropédica no PNAE (Continua).

Mês/ano	Articulação	Articuladores
Março/2014	Adequação do cardápio da alimentação escolar às culturas possíveis em Seropédica	Nutricionistas da SMECE e agricultores locais
Outubro/2014	Discussão sobre o problema da falta de divulgação das chamadas públicas para o PNAE para os agricultores locais para acessar o programa individualmente sem necessitar vender para a cooperativa	Agricultores, SMECE, SEMAMA, CONSEA
Dezembro/2014	Tentativa sem sucesso de aproximação entre os agricultores interessados no programa com a cooperativa vencedora da licitação em 2014 que quis comprar os produtos das famílias	Agricultores, SMECE, SEMAMA, CONSEA
Março/2015	Tentativa sem sucesso de reunião com o prefeito de Seropédica para discutir sobre informações transparentes acerca do acesso das famílias de agricultores ao PNAE	CONSEA, agricultores e prefeitura
Abril/2015	Presença do responsável pela compra dos alimentos para as escolas na reunião do CONSEA, o qual divulgou a data da chamada (em 15 dias seguintes)	Agricultores, SMECE, CONSEA
Mai/2015	Elaboração e entrega do projeto de fornecimento por três agricultores locais – aprovação do projeto	Agricultores, EMATER, SMECE

**Quadro 11** – Quadro resumitivo do processo de inclusão dos agricultores de Seropédica no PNAE (Continuação).

Mês/ano	Articulação	Articuladores
Junho/2015	I Conferência de Segurança Alimentar de Seropédica – discussões sobre o acesso ao PNAE pelos agricultores	SMECE, CONSEA, SEMAMA, agricultores, EMATER, EMBRAPA, etc.
Junho/2015	Início do plantio pelos agricultores para fornecimento em agosto	Agricultores
Agosto/2015	Data do início do fornecimento dos alimentos produzidos, mas sem a assinatura do contrato – os agricultores tiveram que vender os alimentos produzidos por outros meios, pois estavam se estragando	Agricultores
Setembro/2015	Os agricultores foram chamados para a assinatura do contrato com quase três meses de atraso, com a solicitação de assinatura retroativa a julho pelo representante da Secretaria de Educação	Agricultores, SMECE
Janeiro/2016	Chamada pública sem ampla divulgação pela SMECE para a EMATER e, conseqüentemente, aos agricultores interessados.	
Setembro /2016	I Seminário Intermunicipal da Alimentação Escolar e agricultura Familiar: avaliação e perspectivas do fornecimento ao PNAE	CONSEA, LPDT-NEDET, UFRRJ, EMATER, CAIC, CERES-Jr

**Fonte:** Vianna et al., 2016 (adaptado)

#### 4.5.3. Os referenciais teóricos utilizados na discussão desta seção e quadro síntese de objetivos

No sentido de analisar os dados a partir das entrevistas, documentos e da observação participante do autor acerca da participação dos agricultores nos conselhos municipais, esse subitem contou inicialmente com o componente teórico baseado nas ideias de Abramovay (2001) acerca do acesso aos programas como o PNAE, às linhas de crédito de infraestrutura e serviços do PRONAF. Para esse mesmo autor, o espaço dos conselhos municipais vem corroborar com a necessidade da participação de todos os atores sociais, na qual esse texto buscará convergir com a perspectiva da Gestão Social de Tenório (2016) apesar das dificuldades percebidas no processo observado no município.

As teorias que envolvem a questão da dialogicidade na visão de Paulo Freire (1983) acerca da horizontalidade na relação de poder entre os atores, aliadas às assimetrias nas ações comunicativas para Habermas (1989) pelo entendimento “do outro” no confronto de ideias nos espaços de discussão, contribuíram para a compreensão de certos eventos ocorridos nos dois conselhos municipais observados na pesquisa em Seropédica. O conceito de Controle Social exposto por Tenório (2016) em seu livro foi útil ao respaldar algumas situações de fiscalização e de reivindicação dos membros do conselho e da sociedade civil por meio da participação por meio do conceito de cidadania deliberativa.

Abramovay (2010) ainda pôde acrescentar com as suas teorias nesse subitem ao considerar que os conselhos municipais e regionais são imprescindíveis ao desenvolvimento territorial sustentável.

Sendo assim, os objetivos intermediários traçados para a tese nessa seção são tratados no Quadro 12 a seguir, cujos resultados alcançados são identificados com especificidade do tema tratado.

**Quadro 12** – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção (Continua).

	<b>Objetivos intermediários</b>	<b>Resultados</b>
i	Identificar as principais leis e programas em documentos legais em escala nacional, regional e local e a história do município	<p><i>Perceber nos documentos convergências e divergências de ideias e ações para o desenvolvimento local.</i></p> <p>Os documentos identificados e discutidos nessa seção foram o (i) PRONAF enquanto referencial nacional para o fortalecimento da agricultura familiar para a utilização dos recursos financeiros advindos do programa o qual cria a obrigatoriedade da criação do CMDRS; (ii) a lei nº 14, de 19 de fevereiro de 1997 da criação do CMDRS de Seropédica com a criação do seu regimento interno aprovado pelo decreto nº 44/1998 e rediscutido pelo colegiado do conselho no ano de 2016 o qual gerou discussões e controvérsias acerca da eleição do presidente bem como da função de controle social do mesmo frente às ações do poder público municipal; (iii) o projeto de fornecimento de alimentos dos agricultores ao PNAE de Seropédica; (iv) o edital – chamada pública – para a aquisição de alimentos ao PNAE de Seropédica; (v) a lei federal nº 11.947 de 16 de junho de 2009 que dispõe sobre a obrigatoriedade de todo município adquirir ao menos 30% dos alimentos advindos da agricultura familiar local; (vi) a Lei de criação do CONSEA de Seropédica nº 619/2016 após o veto do prefeito e a derrubada do veto pela Câmara de Vereadores do município com publicação no Diário Oficial do município em 31 de maio de 2016; (vii) o relatório de produtores e propriedades cadastrados pela Superintendência de Defesa Agropecuária do RJ</p>
ii	Identificar os principais atores que propõem ações de desenvolvimento rural na região, a fim de reconhecer os <i>campos de poder</i> construídos na perspectiva das lideranças	<p><i>Quais são os atores envolvidos no desenvolvimento rural local? Como eles atuam?</i></p> <p>Identificou-se que no Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável o papel desempenhado pela Secretaria de Agronegócio foi a divulgação das suas ações durante as reuniões bimestrais não promovendo propostas de parcerias ou intervenções diretas com os demais atores do conselho. Os demais membros participantes, sobretudo da EMBRAPA, UFRRJ e PESAGRO, reivindicaram sob a forma de fiscalização e controle social – que é um dos seus papéis – que a reformulação do texto do regimento interno excluísse a exigência da presidência do mesmo estar sempre sobre a tutela do secretário da pasta, o que mostrou a criação de um campo de poder forte e contrário aos objetivos do poder público de centralizar o comando do CMDRS à prefeitura. Foi identificada a criação de um grupo de atores compostos por agricultores de associações de produtores orgânicos, professores da UFRRJ, EMATER, as nutricionistas da SEMECE e demais membros do CONSEA na luta pelo acesso dos agricultores ao PNAE do município. A criação de tal grupo foi fundamental para o fortalecimento tanto do CONSEA e a sua legitimação que culminou na lei de sua criação – contrária à vontade do prefeito gestor à época mas apoiada pela maioria da Câmara dos Vereadores – quanto na criação de um campo de poder forte na busca pela transparência no processo da chamada pública para o PNAE, que culminou na realização do I Seminário Intermunicipal do PNAE e Agricultura Familiar em Seropédica, o qual teve como desdobramento a criação de uma carta compromisso para o futuro prefeito eleito no sentido de apoiar a inclusão dos agricultores locais no programa.</p>

**Quadro 12** – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção (Continuação).

	<b>Objetivos intermediários</b>	<b>Resultados</b>
iii	Verificar como se dá a ação comunicativa e as interações dos grupos de produtores com o poder local e com as instituições de pesquisa e extensão	<p><i>Identificar como ocorrem as interações entre os 3 atores: produtores, extensionistas e Estado. Há convergências ou divergências de ideias nos discursos?</i></p> <p>Verificou-se que nas reuniões do CMDRS a tônica das ações comunicativas foram as apresentações das ações da SEMAMA, as prestações de contas e os informes gerais, salvos os casos nos quais houve a intervenção dos agricultores – nos encontros em que estiveram presentes – para reivindicarem inclusão no PNAE, quando os moradores e agricultores próximos ao aterro sanitário reivindicaram melhores condições sanitárias e das discussões sobre o texto do regimento interno. Em todas essas situações – registradas pela observação participante do autor – verificou-se a liberdade de expressão dos membros em virtude do espaço para exporem suas falas e discursos e, com os devidos encaminhamentos pelos representantes do poder público. Por outro lado, nas entrevistas aos agricultores, a infrequência dos mesmos nas reuniões do CMDRS nos últimos anos se deu pela ausência de ações pela prefeitura e não pela falta de espaço e liberdade para exporem suas demandas e insatisfações. Já no CONSEA verificou-se que os debates foram mais acirrados, principalmente, sobre o tema de inclusão dos agricultores no PNAE e sobre a lei de criação do mesmo, no qual o diálogo com o prefeito do município não ocorreu por falta de interesse do mesmo em discutir sobre essas temáticas propostas pelo conselho. Verificou-se também que o espaço de debates promovido no CONSEA foi muito mais intenso e problematizador acerca das questões de exclusão dos agricultores familiares no município quando comparadas às discussões travadas no CMDRS.</p>
iv	Verificar se há uma tendência de preservação e fortalecimento da atividade pelo empoderamento de grupos de famílias estruturados em associações que buscam uma “racionalidade substantiva” com base nos princípios da agroecologia.	<p><i>Verificar se conhecimentos tradicionais construídos localmente são difundidos e legitimados pelas atividades de pesquisa e extensão, se empodera os agricultores e gera valor agregado ao produto diferenciado.</i></p> <p>Em ambos os conselhos verificou-se a necessidade da intervenção dos atores envolvidos com pesquisa e extensão em agroecologia no sentido de fortalecer, empoderar e conscientizar o agricultor local acerca da necessidade e da possibilidade da transição do modelo de produção convencional para o modo de produção orgânico. Mais ainda, estimular a formação de associações e comitês como os COGEMs a fim de receberem capacitações com base nos princípios da agroecologia, a fim de buscarem uma racionalidade substantiva, para a sustentabilidade do local nas suas várias dimensões.</p>

**Fonte:** quadro elaborado pelo autor.

#### 4.6. Seropédica no Colegiado do Território Rural da Baía da Ilha Grande

O Território Rural da Baía da Ilha Grande (Figura 31) composto pelos municípios de Seropédica, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty realiza sistematicamente reuniões do Colegiado Territorial. O Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande é caracterizado como a “**esfera pública**” na qual indivíduos e instituições participam de um espaço público onde o processo decisório ocorre por meio de práticas da **democracia deliberativa** em um **processo dialógico e intersubjetivo** na linguagem para o entendimento mútuo dos acordos e das interorganizações desempenhadas pela ação coletiva, enquanto categorias da prática da Gestão Social (CANÇADO, 2011).

Embora o Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande tenha sido criado a partir da Resolução 52 de 16 de fevereiro de 2005 pela SDT-MDA, a sua recomposição ocorreu em 2015 em virtude da aprovação do projeto encaminhado ao CNPq encomendado pelo MDA<sup>99</sup>. O referido projeto estabeleceu a criação do NEDET-BIG – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Baía da Ilha Grande – implementado por membros do Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial da UFRRJ. Após a aprovação do projeto houve a composição da equipe do NEDET composto por: (1) coordenador; (2) Assessor Territorial de Gestão social – ATGS<sup>100</sup>; (3) Assessor Territorial de Inclusão Produtiva – ATIP; (3) Assessor Territorial de Gênero – ATGE e (4) dois estudantes de graduação. Além da composição dos membros bolsistas houve a incorporação dos colaboradores alunos de mestrado e doutorado os quais compõem o LPDT.

O objetivo da chamada pública foi justamente a criação dos NEDETs nos 243 entre Territórios Rurais e Territórios da Cidadania em parceria com as universidades com o intuito de fortalecer o protagonismo dos atores locais no âmbito dos territórios para o acesso às políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar. Entretanto, somente 185 territórios rurais foram contemplados com a chamada pública com a participação de 54 instituições de ensino superior<sup>101</sup>.

Após vários contatos com os antigos membros do colegiado pelo NEDET houve uma convocação para a primeira reunião plenária para a recomposição do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande realizada no dia 12 de agosto de 2015 na UFRRJ. Nesta reunião estiveram presentes representantes do poder público e da sociedade civil dos cinco municípios – mais o representante da prefeitura de Rio Claro – onde o NEDET expôs a abrangência do projeto e as possíveis ações de divulgação e sensibilização daqueles que gostariam de (re)integrar o colegiado. Ficou combinado que os que estiveram presentes nesse primeiro encontro contatassem comunidades de agricultores, comunidades indígenas e quilombolas e associações de pescadores, para que levassem os ofícios de indicação dos representantes titulares e suplentes na segunda reunião que aconteceria no município de Paraty no dia 2 de outubro do mesmo ano.

Assim, após aprovação do regimento interno o colegiado passou a ter a seguinte composição:

**Membros do poder público:**

1. Secretaria Municipal de Meio Ambiente Agricultura e Pesca de Mangaratiba
2. Secretaria de Ambiente e Agronegócios de Seropédica – SEMAMA
3. Fundação Nacional do Índio – FUNAI
4. Programa Luz para Todos/RJ
5. EMATER-Rio
6. Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – ITERJ
7. Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ

---

<sup>99</sup> Durante dos anos de 2015 e 2016 o autor dessa pesquisa atuou como ATGS – Assessor Territorial de Gestão Social – do NEDET – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural da Baía da Ilha Grande, enquanto programa do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário – pela SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial – por meio da CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014 - Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – Ministério de Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Políticas para as Mulheres, vinculada ao projeto “*A participação das mulheres em atividades rurais nos municípios de Seropédica e Itaguaí (RJ): pesquisa e extensão para a capacitação em Gestão Social na agricultura familiar visando o desenvolvimento territorial sustentável*”.

<sup>100</sup> O ATGS – Assessor Territorial de Gestão Social – do NEDET-BIG foi o próprio autor desta tese do período de julho de 2015 a outubro de 2016.

<sup>101</sup> Fonte: Disponível em < <http://portaldosnedets.info/site/infograficos-territorios-rurais-territorios-da-cidadania-nedet/>>. Acesso em 12 mar 16.

8. Fundação Oswaldo Cruz - Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina
9. Secretaria de Pesca e Agricultura de Paraty
10. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura – Itaguaí
11. Secretaria de Atividade Econômica de Angra dos Reis
12. Parque Nacional da Serra da Bocaina – ICMBio
13. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura de Rio Claro
14. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
15. EMBRAPA AGROBIOLOGIA
16. PESAGRO - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro

**Membros da sociedade civil:**

1. Associação de Prod. Rurais Unidos de Assentados da Fazenda Batatal
2. Associação de Pescadores e Maricultores da Ilha da Marambaia
3. Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombos da Ilha da Marambaia – ARQIMAR
4. Associação dos Agricultores Familiares das Glebas Coletivo e Santa Alice – AACSA
5. Associação dos Agricultores da Agroindústria de Doces de Mangaratiba
6. Associação de Moradores e Amigos de São João Marcos - Serra do Piloto
7. Associação de Pequenos Agricultores do Vale do Rio Sahy
8. Cooperativa de Trabalho, Consultoria, Projetos e Serviços em Sustentabilidade – CEDRO
9. Associação Comunitária Indígena Guarani
10. Associação Comunitária Indígena do Bracuí
11. Cooperativa dos Produtores Rurais de Paraty – PACOVA
12. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angra dos Reis
13. Sindicato Rural de Itaguaí
14. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraty Duplicata com pacova
15. Associação dos Trabalhadores Rurais da Serra do Piloto
16. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mangaratiba
17. União das Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Rio de Janeiro – UNACOOOP
18. Conselho Comunitário de Mazombinha e Rio Preto
19. Associação de Pequenos Produtores Orgânicos de Seropédica – SerOrgânico
20. Associação Rural Agrícola Pecuarista - Assentamento, Terra e Trabalho
21. Associação de Produtores Rurais do Vale Mambucaba (Angra dos Reis)

Os participantes do colegiado que passaram a representar e/ou estão instalados em Seropédica foram: (1) do poder público: Secretaria de Ambiente e Agronegócios de Seropédica – SEMAMA, UFRRJ, EMBRAPA-Agrobiologia, PESAGRO-Rio e (2) da sociedade civil: Associação dos Agricultores Familiares das Glebas Coletivo e Santa Alice – AACSA, Associação de Pequenos Produtores Orgânicos de Seropédica – SerOrgânico.

Até o final do ano de 2016 foram realizadas 7 reuniões plenárias, 1 reunião de um grupo de trabalho para a elaboração do regimento interno do colegiado, 2 encontros de capacitação para os membros do colegiado com os temas “Gestão e Controle Social na formação de conselheiros”, “Cultura, identidade e território” e “Políticas públicas para o meio rural”. Houve também dois encontros para a elaboração do PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – mas o mesmo ainda encontra-se em fase de discussão. O NEDET também organizou o encontro para a “Conferência Nacional de ATER – etapa territorial” em dezembro de 2015, o qual contou com a indicação de representantes para a etapa estadual e, conseqüentemente, para a Conferência Nacional. Neste evento foram

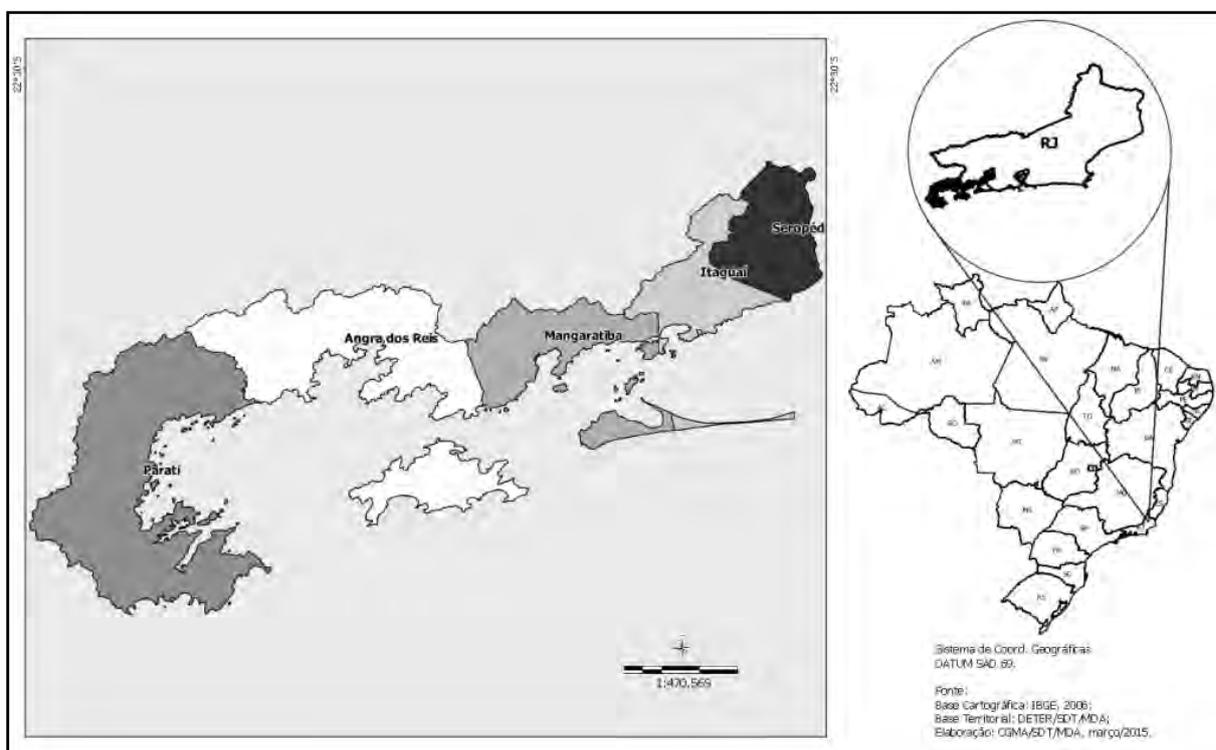
discutidas as questões relativas aos eixos definidos para o evento, as quais foram encaminhadas para a etapa estadual.

Uma das questões discutidas nas reuniões trata da aproximação dos três principais atores do território na instância colegiada: (1) os produtores rurais, indígenas, quilombolas e caiçaras; (2) o poder público dos municípios representado pelas secretarias de agricultura e pesca e (3) das entidades de pesquisa e extensão. Tal aproximação pode ajudar a fomentar projetos que busquem fortalecer a agricultura familiar assim como as comunidades tradicionais que desenvolvem atividades artesanais. Além da troca de experiências entre os municípios, é possível que haja ações de consórcios e projetos intermunicipais. Essa iniciativa pode ser considerada como um avanço nas questões cooperativas entre municípios quando Abramovay (2001, p. 132) sinaliza a problemática de que o “plano de trabalho de cada município tende a confinar-se a esta esfera restrita cujas possibilidades de oferecer novas chances são extremamente limitadas”.

Com essas ações, reforça-se a ideia de que “se é verdade que os territórios podem ser estudados a partir dos laços sociais entre os seus atores, então é fundamental que se compreenda teoricamente a natureza desses laços, ou seja, o processo de cooperação em torno dos quais se constroem esses territórios” (ABRAMOVAY, 2010, p.39).

Além da recomposição do colegiado, houve o levantamento de dados dos municípios para as demandas de vagas para o PRONATEC modalidade campo, os quais foram encaminhados para a SDT-MDA.

O NEDET também ofereceu encontros de capacitação em duas comunidades: (1) Associação de Agricultores Orgânicos de Seropédica – Serorgânico e (2) Comunidade da Mazombinha em Itaguaí. Mais adiante serão abordadas as atividades desenvolvidas na associação de Seropédica, na qual o autor coordenou os encontros de capacitação com a contribuição de membros da equipe do LPDT e convidados.



**Figura 31** – Território Rural da Baía da Ilha Grande.

**Fonte:** Base Cartográfica – IBGE, 2006 – DETER/SDT/MDA.

Segundo a ex-articuladora do colegiado a qual iniciou o processo de organização do Território da Baía da Ilha Grande na primeira década do século XXI, e que atualmente atua como membro da sociedade civil do colegiado, a inclusão de Seropédica no território deu-se:

*porque a FETAG e a UNACOOP sentiram e colocaram na hora da decisão, a necessidade que passava Seropédica e passa até hoje nos assentamentos grande parte não reconhecidos ainda e sem totalmente apoio do governo federal. Enfim, sabendo de 9 ou 10 áreas de assentamento e comunidades rurais, por isso a gente pediu para incluir Seropédica dentro do contexto da Baía da Ilha Grande. Porque pelo critério, só seriam ser Angra, Paraty e Mangaratiba. Quando falamos de inserir Seropédica aí, o público que estava no conselho sugeriu inserir Itaguaí. Por isso, ficou formado Baía da Ilha Grande com esses 5 territórios [municípios]. Se a gente tivesse a oportunidade de reestudar os territórios do Rio de Janeiro e, principalmente, o território da Baía da Ilha Grande, acho que o desenho seria outro (APP4).*

A entrevistada quando da sua fala na 7ª reunião plenária do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande realizada em Paraty no dia 2 de dezembro de 2016, sinalizou o “erro” que houve no início da formação do território ao incluírem Seropédica e Itaguaí. A sua justificativa se deu pelas características muito distintas com os municípios com Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty. Salientou ainda que deveria ter sido criado outro território que incluísse os municípios de Paracambi e Japeri, os quais, na sua opinião, teriam mais semelhanças estruturais com Seropédica.

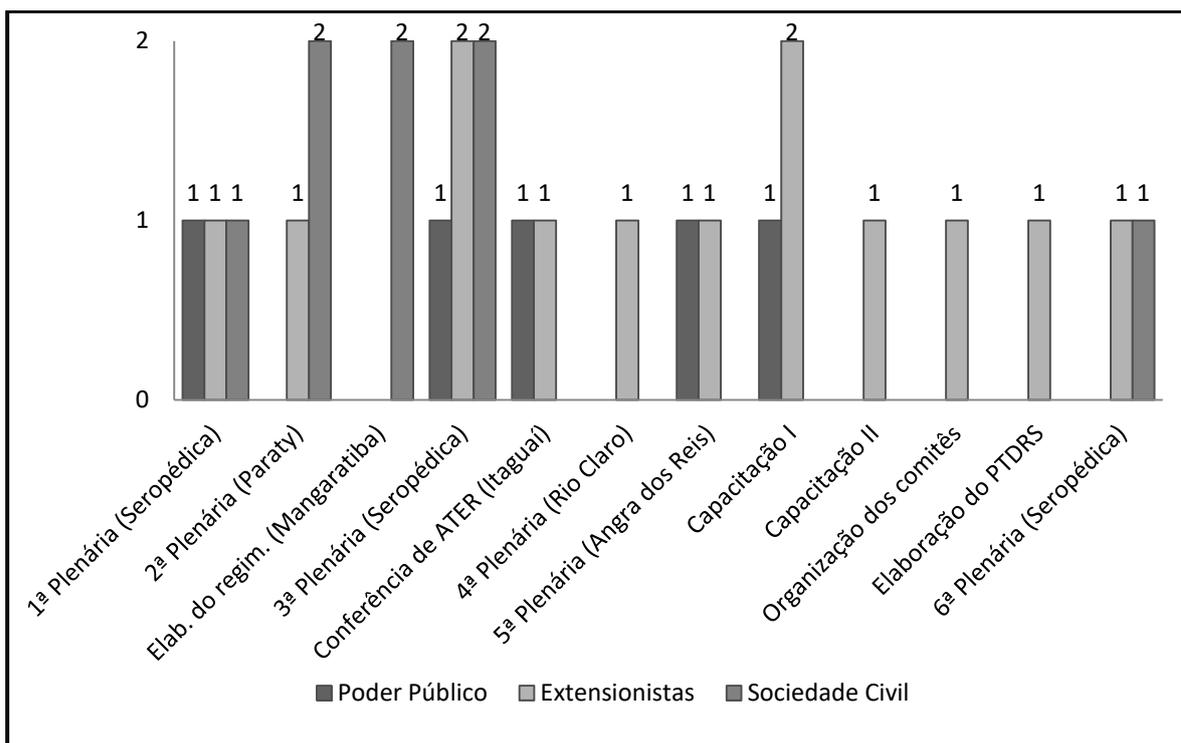
As atuais iniciativas no âmbito do colegiado são: (1) a troca de experiências entre os municípios na implantação do PNAE<sup>102</sup>; (2) discussões acerca das questões fundiárias e dos conflitos entre agricultores e os parques estaduais e nacionais de proteção ambiental; (3) a inclusão de agricultores em feiras locais como a Feira da Agricultura Familiar da Rural, o projeto da Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Fluminense de Angra dos Reis, etc. Sobre essa última, faz-se necessário reconhecer os mercados enquanto campos que, na visão de Pierre Bourdieu (1983), devem ser percebidos como estruturas sociais, capazes de oferecer interações e referências cognitivas que estabelecem as ações de seus participantes. Daí a necessidade da criação de mecanismos de cooperação que vão além dos limites estritamente locais e da criação de mercados institucionalizados pelo Estado, sobretudo, nas escalas municipais e regionais.

#### **4.6.1. A participação dos atores de Seropédica no Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande**

A participação dos atores de Seropédica – sociedade civil, extensionistas e representantes do poder público – nos encontros proporcionados pelo colegiado oscila a cada evento, principalmente quando as reuniões ocorrem fora do município de Seropédica, como se pode observar no gráfico da Figura 32. A maior e constante frequência nas reuniões é da representante da EMBRAPA-Agrobiologia que se localiza em Seropédica, embora seja um ator que não atue somente neste município. Os representantes das duas associações de agricultores de Seropédica tiveram uma participação maior no início dos encontros, mas que ao longo do tempo foram deixando de estar presentes, salvo no caso da última reunião que ocorreu no próprio município.

---

<sup>102</sup> A troca de experiências exitosas sobre a implantação do PNAE nos municípios da Baía da Ilha Grande foi juntamente com a programação do I Seminário Intermunicipal da Agricultura Familiar e Alimentação Escolar realizada em parceria com o CONSEA de Seropédica como um projeto de extensão da UFRRJ. Neste encontro participaram 3 municípios da Baía da Ilha Grande: Seropédica, Itaguaí e Paraty.



**Figura 32** – Frequência dos atores de Seropédica nos encontros proporcionados pelo Colegiado da Baía da Ilha Grande.

**Fonte:** dados tratados pelo autor a partir das listas de presença dos eventos.

Na opinião da representante da Associação Serorgânico (AGR1), o Colegiado da Baía da Ilha Grande:

*Seropédica não se manifesta [no colegiado] vai um ou outro quando é aqui bem pertinho, quando é distante [não]. O de Rio Claro foi alguém de Seropédica? Agora qual é o caminho? É a boa vontade deles. O governo [poder] público tem que ter a boa vontade de ir nessas reuniões. Ele não comparece e só vai quem? Quando for a sociedade civil, os agricultores e o poder público não for, não comparecer. Eles não querem saber.[...] E pelas experiências que a gente tem tido aqui em Seropédica, eu não to com esperança, não. Eu queria muito que desse certo.*

A entrevistada admite que os atores de Seropédica somente participam quando os eventos ocorrem próximos ou no próprio município, mas que os representantes do poder público local deveriam participar independentemente dos agricultores poderem se deslocar para os encontros. Com todas as adversidades encontradas pelos agricultores em estarem presentes nas reuniões, devido ao grande acúmulo de atividades que desempenham – como plantio, distribuição, comercialização nas feiras, reuniões das associações, etc. – observa-se ainda alguma representatividade mesmo que em localidades próximas a sua moradia. Por outro lado, os representantes do poder público se fizeram presentes em 5 dos 12 encontros proporcionados pelo colegiado, ou seja, em menos da metade dos encontros.

Na visão do representante do poder público (APP1), a atuação do colegiado está vinculada diretamente às ações da equipe do NEDET o qual conduz a organização das atividades:

*Se a gente parar, a coisa vai parar de vez, né? No caso de trazer pra dentro da [Universidade] Rural, né? Seria um negócio, uma medida que eu acho interessante [...] estando ligado a Rural, porque a Rural tem um nome, né? Tem peso, né? Ao passo que se eles [os membros do colegiado] viverem sozinhos, correrem ao léu, aí [fica mais difícil].*

No seu discurso, pôde se perceber o pouco envolvimento da Secretaria de Ambiente de Agronegócio de Seropédica atribuindo a atual regularidade das ações do colegiado à equipe do NEDET da UFRRJ. Durante a observação participante, nos 5 encontros onde houve a presença do representante do poder público de Seropédica, não houve a sua atuação nos debates e arranjos propostos nas plenárias, nas capacitações, nem na conferência de ATER. Esse fato corrobora com a percepção da ausência de um envolvimento mais substantivo do poder público de Seropédica nas relações intermunicipais propostas nas ações do território.

Segundo a ex-articuladora do colegiado a qual iniciou o processo de organização do Território da Baía da Ilha Grande na primeira década do século XXI, e que atualmente atua como membro da sociedade civil do colegiado, quando questionada sobre a participação dos atores de Seropédica no início da formação do colegiado territorial, a mesma salienta que:

*No início Seropédica participava bastante. Só que começaram a ter problemas, porque primeiro porque nós todos não conhecíamos o sistema para a elaboração de um projeto. Na hora de elaborar nós mencionávamos os 5 municípios beneficiados. Daí, não tivemos projetos aprovados por conta disso. Porque o primeiro projeto apresentado por Seropédica foi a solicitação de um trator. A partir daí não houve mais proposta. Pararam de participar. A mobilização com os produtores ficou simplesmente na [associação] Santa Alice [com o Serorgânico] que permaneceu indo, mas as outras comunidades não (APP4).*

Segundo a entrevistada, a fraca participação dos agricultores de Seropédica deu-se pela falta de experiência na gestão dos projetos os quais o colegiado soube contemplar as demandas de Seropédica, o que provocou o esvaziamento, permanecendo somente a Associação de Santa Alice que inclui membros da Associação Serorgânico.

Por outro lado, a presença da representante da EMBRAPA-Agrobiologia nas reuniões tem sido regular por participar de quase todos os encontros. Mais ainda, apresenta um grande envolvimento nos debates e arranjos institucionais propostos, sempre contribuindo com sugestões e ideias colaborativas. A mesma compõe o núcleo diretor do colegiado, a qual vem colaborando com a equipe do NEDET nos eventos propostos. Na sua percepção, a falta de articulação se dá principalmente pela indicação dos representantes pelas entidades que compõem o colegiado que não tem “vocaçãõ” para discutir questões políticas para o desenvolvimento do território:

*É preciso ter uma vocação muito especial pra gente lidar com esses temas. Muitas vezes a pessoa é indicada pra ir [participar do colegiado], mas ela não tem essa vocação política. Nós temos aqui pesquisadores que só gostam de trabalhar como ‘oficineiros’ então se a chefia determinar que é ele que vai pro território, vai ser o caos. Não tem o interesse o ‘feeling’ a compreensão, a iniciativa de trabalhar. Então eu acredito que alguns órgãos possam estar acontecendo alguma coisa assim. Acredito que possa. Porque não é possível, está muito desarticulado. [Na reunião de] Rio Claro só eu que fui. Não é possível... se tivessem vontade de ir [...] olha gente, eu to ali na EMBRAPA, quem tiver problema [de transporte] vamos articular pra gente ir [juntos] (APE2).*

Em função do discurso da pesquisadora da EMBRAPA, percebe-se que há a necessidade de buscar parcerias para a capacitação tanto dos membros do colegiado quanto dos atores institucionais que atuam nos seus respectivos conselhos municipais, com base nos conhecimentos necessários para que haja uma **participação cidadã emancipatória e crítica** acerca da complexidade dos fenômenos políticos e sociais – enquanto categoria teórica de alcance final da Gestão Social para Cançado (2011).

Para tanto, a equipe do NEDET organizou dois encontros de capacitação para os membros do colegiado – e convidados que se interessassem em participar – nos meses de abril e maio de 2016 com os temas: (1) “Gestão Social e participação nos conselhos”; (2) “Controle Social e ação cidadã”; (3) “Identidade, Cultura e Território” e (4) “Políticas públicas para o

meio rural”. Houve a participação de extensionistas, representantes do poder público, agricultores e representantes de comunidades indígenas de todo o território. Entretanto, a participação dos atores de Seropédica nos dois encontros de capacitação foi mais expressiva por meio dos representantes da EMBRAPA e, somente no primeiro encontro, o representante da Secretaria de Ambiente e Agronegócio do município. Portanto, não houve a representação dos agricultores de Seropédica no tocante ao tema “inclusão da agricultura familiar”, para que atuem na **gestão social** do município, a fim de compreenderem e discutirem sobre o princípio **da ação comunicativa** com os poderes executivo, legislativo e Judiciário, com o intuito de resguardarem os seus direitos, a sua identidade e a sua cultura.

Por outro lado, o projeto desenvolvido pelo NEDET/LPDT/UFRRJ ofereceu durante os anos de 2015 e 2016 encontros de capacitação com a Associação Serorgânico, por se tratar de uma associação organizada e atuante politicamente no município de Seropédica. O objetivo dessa capacitação foi reforçar o protagonismo desses atores no cenário das políticas públicas no local. Essa capacitação será detalhada no próximo subitem.

#### **4.6.2. A capacitação na Associação Serorgânico pelo NEDET-BIG**

O projeto “A participação das mulheres em atividades rurais nos municípios de Seropédica e Itaguaí (RJ): pesquisa e extensão para a capacitação em Gestão Social na agricultura familiar visando o desenvolvimento territorial sustentável<sup>103</sup>”, no início da criação do NEDET-BIG, teve como ponto de partida o contato com duas comunidades rurais, sendo uma no município de Itaguaí, na comunidade da Mazombinha e, a outra, em Seropédica – a associação de produtores orgânicos, denominada Serorgânico. O subitem em questão irá abordar a experiência em Seropédica.

O contato inicial com a comunidade que compõe o grupo de agricultores do Serorgânico foi a participação do autor desse texto na reunião de SPG – Sistema Participativo de Garantia – de Seropédica que contava com os 9 integrantes da associação, mais os agricultores que compõem o todo o SPG o qual inclui agricultores dos municípios vizinhos. Essa reunião é realizada mensalmente, sempre na segunda terça feira de cada mês, onde os agricultores orgânicos envolvidos discutem questões apresentadas em uma pauta como, por exemplo, a leitura da ata da reunião anterior, projetos e parcerias com outras instituições, a questão da participação dos sócios com pagamento das mensalidades, informes gerais, etc. O grupo de agricultores desse SPG está ligado a ABIO – Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro – que é uma organização não governamental, cujo um dos papéis é certificar os agricultores que produzem alimentos orgânicos no estado do Rio de Janeiro.

Neste encontro foi apresentada a possibilidade do grupo do LPDT – Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da UFRRJ – por meio do NEDET-BIG oferecer encontros de capacitação ao grupo. Houve uma aceitação imediata da proposta, embora tenham salientado que o encontro não pudesse ocorrer semanalmente como no caso da capacitação na Mazombinha em Itaguaí, mas sim mensalmente, no mesmo dia da reunião do grupo SGP, algumas horas antes do início da mesma. Nesse sentido, os encontros de capacitação foram planejados pela equipe do LPDT e coordenado pelo autor dessa pesquisa. Os encontros foram iniciados em 9 de junho de 2015, no qual ocorreu um **primeiro encontro** para apresentação da proposta, e terminaram em julho de 2016. Houve meses em que os encontros não puderam ser realizados em virtude de períodos de férias, recesso para carnaval e outros feriados, assim como as demandas do LPDT acerca da organização das atividades do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET – da Baía da Ilha Grande, na qual a associação Serorgânico também faz parte enquanto entidade da

---

<sup>103</sup> Projeto apresentado a Pro-reitoria de Extensão da UFRRJ sob o número de processo 23083.002839/2015-08, o qual foi aprovado pelo CNPq na CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014.

sociedade civil no Colegiado Territorial. Alguns encontros foram gravados em equipamento de áudio.

O objetivo central desse texto é, justamente, relatar a experiência que ocorreu pela aproximação dos membros do LPDT com a supracitada associação, para que outras iniciativas como essa sejam incentivadas, multiplicadas, melhoradas e adaptadas às suas realidades locais. Outro objetivo, é que esse material seja um arcabouço literário, assim como um “retorno”, um resultado, desse contato com a comunidade assistida, para que a mesma possa usufruir do registro dessa experiência.

#### a) O segundo encontro: diagnóstico da comunidade

No segundo encontro com o grupo de nove participantes com os agricultores do Serorgânico foi realizado um breve DRP – Diagnóstico Rápido Participativo – onde foram solicitadas questões relativas ao grupo como:

- (i) dados com informações dos agricultores presentes;
- (ii) o levantamento de instituições parceiras ao grupo;
- (iii) os “pontos fracos” e “pontos fortes” da associação e
- (iv) o levantamento de prioridades de interesse do grupo, sobre os temas a serem abordados nos encontros de capacitação.

Para o levantamento dos dados dos participantes foi aplicado um questionário de quatro páginas onde os mesmos preencheram ao final do encontro.

Para o levantamento das instituições parceiras foi utilizada uma dinâmica onde os agricultores escreveram os nomes das entidades em pedaços de papel colorido relacionando o “tamanho” do papel de acordo com a importância daquela entidade para o grupo e a “distância” que a mesma estava das suas atividades colaborativas, conforme apresenta a Figura 33.



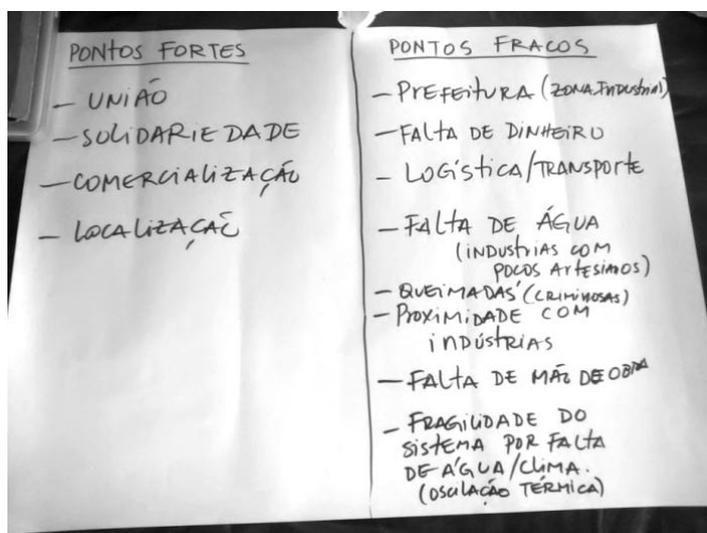
**Figura 33** – Dinâmica de levantamento de instituições parceiras à Associação Serorgânico

**Fonte:** acervo do autor.

Com esse levantamento percebeu-se que a ABIO é a instituição que está mais presente, pois é a entidade que operacionaliza as ações do grupo, assim como as associações de moradores da Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro e a Rede Ecológica – que organiza a compra coletiva dos seus produtos, assim como a UFRRJ – com a interação com o curso de

engenharia de alimentos para o processamento dos produtos. As instituições locais de Seropédica como a EMATER, a PESAGRO, a EMBRAPA, assim como os conselhos municipais e o próprio poder público municipal, consideraram distantes, devido a pouquíssimas ações colaborativas com o grupo.

Os pontos fortes e fracos do grupo foram escritos em duas colunas em uma folha de cartolina (Figura 34), na qual os participantes puderam apresentar as dificuldades como: (1) a falta de apoio da prefeitura, pois a mesma tem incentivado a chegada das indústrias em detrimento do agricultor familiar local; (2) a ausência de recursos financeiros para as suas atividades; (3) dificuldades na logística de transporte para as feiras e reuniões nas quais o grupo participa; (4) a falta de água para abastecimento das famílias e para a irrigação das culturas, pois consideram que a perfuração de grandes poços pelas indústrias tem diminuído a vazão dos poços usados pelos agricultores; (5) queimadas em seus lotes, as quais consideram ações criminosas causadas por aqueles que não querem a permanência dos agricultores no local (bairro Santa Alice e Coletivo)<sup>104</sup>; (6) a própria proximidade com as indústrias o que pode comprometer a produção de alimentos orgânicos com contaminações do solo, da água e do ar; (7) a dificuldade de encontrar mão de obra, pois os mais jovens estão sendo atraídos para os empregos nas grandes cidades, no comércio e nas indústrias; (8) a fragilidade do sistema de produção pela falta de água e pela mudança do microclima da região. Como “pontos fortes”, salientam que a união, a solidariedade, a comercialização com as feiras da Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro e com a Rede Ecológica, assim como a localização dos agricultores à Rodovia Presidente Dutra o que facilita o escoamento dos seus produtos, são os elementos que os mantém na atividade, mesmo com todas as dificuldades e adversidades apresentadas anteriormente.

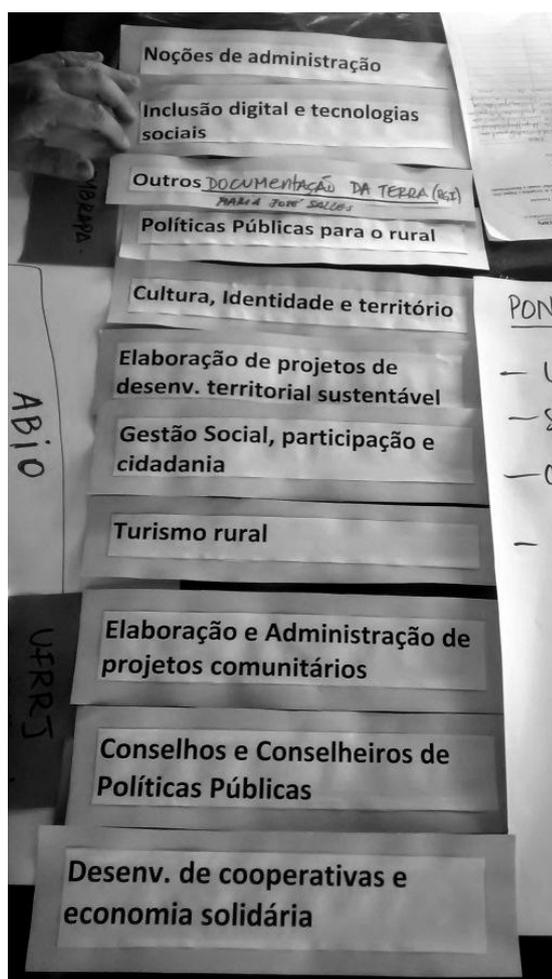


**Figura 34** – Dinâmica para levantamento dos pontos fortes e fracos da associação.

**Fonte:** Acervo do autor.

A última atividade desse primeiro encontro foi o levantamento dos temas/assuntos que os agricultores teriam maior interesse em serem tratados nos encontros da capacitação. De acordo com as propostas apresentadas pela equipe do LPDT, em “tarjetas” já escritas e outras a serem preenchidas à mão, os agricultores organizaram na ordem de prioridade mais adequada que consideraram relacionadas às suas demandas, conforme mostra a Figura 35.

<sup>104</sup> Esses dois bairros são considerados zonas de desenvolvimento industrial do município em seu plano diretor decenal de 2006, embora ainda tenha agricultores residindo e produzindo no local.



**Figura 35** – Dinâmica de organização prioritária dos temas a serem tratados na capacitação.  
**Fonte:** acervo do autor.

Temas como “noção de administração e marketing”, e “inclusão digital<sup>105</sup>” lideraram no levantamento proposto, assim como a questão da regularização fundiária das terras que não tinham registro de imóveis – tema solicitado por eles<sup>106</sup>. Em seguida, políticas públicas e sociais para o meio rural, discussões sobre cultura, identidade e território, bem como elaboração de projetos sustentáveis e a participação na ótica da Gestão Social e Controle Social, foram apresentados também com interesse pelo grupo. Sobre a questão do turismo rural, se mostraram interessados, mas expuseram a necessidade de um alto investimento para tal empreendimento. Quanto à elaboração de projetos comunitários e economia solidária, consideraram como práticas já existentes nas ações grupo e a participação em conselhos municipais como uma atividade que “não leva à nada e só tira o agricultor das suas atividades no campo, para nenhuma ajuda”, segundo o argumento de uma das agricultoras.

<sup>105</sup> O tema “inclusão de tecnologias digitais” não foi viável de ser realizado na capacitação pela indisponibilidade de equipamentos – notebooks, computadores pessoais – assim como a possibilidade de deslocamento aos laboratórios de informática da UFRRJ. Para esse tema, será pensada e discutida a viabilidade de uma sequência de encontros *à posteriori*.

<sup>106</sup> Por esse motivo foi a “tarjeta” onde preencheram à mão.



**Figura 36** – Imagem da primeira reunião com o grupo na residência de uma das agricultoras.  
**Fonte:** acervo do autor.

A partir do levantamento dessas questões levantadas no primeiro encontro, a equipe do LPDT organizou a seguinte sequência de temas a serem apresentados nos encontros: (1) Noções de administração e marketing; (2) Políticas sociais para o meio rural; (3) Projetos de sustentabilidade ambiental; (4) A questão da regulamentação fundiária em Seropédica; (5) Cultura, identidade e território e (6) Controle Social e participação nos conselhos municipais.

**b) Terceiro encontro: tema “noções de administração em marketing”**

O tema sobre “noções de administração e marketing” abordou questões como a criatividade e a inovação no setor agrícola, sobretudo, para o agricultor familiar acerca da oferta cada vez maior e melhor de produtos, em função da competitividade do mercado. Para tanto, o dinamizador do encontro expôs que mesmo o agricultor familiar deve administrar o seu negócio em família levando em conta alguns preceitos como o planejamento estratégico, no sentido de melhorar, otimizar e racionalizar as suas ações.

Após essa fala, uma das agricultoras colocou a dificuldade que os mesmos têm com a produção em grande escala para a comercialização devido aos problemas relacionados anteriormente. Essa limitação levou-os a inovarem no sentido de agregarem valor ao produto por meio do processamento dos mesmos como, por exemplo, a produção de queijos orgânicos especiais, compotas de geleias de frutas orgânicas, temperos caseiros, etc. Ou seja, consideram que a venda do produto “em natura” requer uma quantidade maior para que o rendimento seja suficiente e que a viabilidade econômica seja satisfatória para que haja a manutenção e a reprodução socioeconômica das famílias (BONNAL e MALUF, 2007) envolvidas nas atividades produtivas e na comercialização nas feiras de produtos orgânicos da Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro.

Segundo a agricultora do grupo:

*[...] nós não temos mais espaço e mão de obra para aumentar a produção. O nosso caminho tem sido o processamento dos produtos que cultivamos. Assim não precisamos aumentar o plantio, porque temos seca, etc., para ganhar algum dinheiro com isso... (AGR1)*

Assim, a discussão acerca dos processos decisórios do grupo para que haja uma maior adequação às demandas mercadológicas nas feiras, passou por um processo de transformação nas práticas administrativas de gestão do grupo e das famílias de agricultores.

Nesse sentido, a fala do dinamizador só veio a corroborar com o caminho escolhido pelo grupo em “inovar para além da produção”. Assim, o processamento dos seus cultivos, além de agregar valor econômico ao produto, aumenta a demanda do consumidor que procura esses itens de consumo estabelecendo uma relação de confiança naquele que produz, processa e comercializa alimentos saudáveis e nutritivos nas feiras de orgânicos e no grupo de consumidores da Rede Ecológica.

Outra inovação apresentada pelo grupo é a venda em pequenos circuitos locais como professores da UFRRJ e funcionários da EMBRAPA, por exemplo, por meio de correio eletrônico. Nesse sistema, o agricultor envia uma “mala direta” aos consumidores registrados nessa rede, disponibilizando os itens produzidos semanalmente. Assim, o consumidor faz a encomenda dos produtos disponíveis por *e-mail* e o agricultor entrega em um local combinado.

#### c) Quarto encontro: tema “políticas sociais para o meio rural”

O segundo encontro de capacitação foi ministrado pela assistente social que compõe o LPDT que abordou inicialmente a assistência social enquanto uma política pública de direitos para quem trabalha e vive no campo. A dinamizadora do encontro apresentou questões como a proteção social básica no sentido de prevenir situações de risco social ao desenvolver potencialidades e promover aquisições, fortalecendo, assim, vínculos familiares e comunitários. Como execução dos programas apresentou os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS – para a oferta de serviços, benefícios e programas. Citou que essas ofertas também são oferecidas na rede de serviços socioassistenciais do território com registro no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS – a ele referenciado.

Em seguida, apresentou serviços, programas e benefícios como: (1) o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); (2) Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; (3) o Programa Bolsa Família; (4) o Programa Brasil Sem Miséria; (5) o PRONATEC; (6) os Benefícios de Prestação Continuada (BPC); (7) BPC na Escola; (8) Benefícios Eventuais (funeral, calamidade, natalidade e vulnerabilidade)<sup>107</sup>. Todos voltados para as famílias em situação de risco social.

Além das políticas de assistência social às famílias, foram apresentadas também as políticas voltadas para o **desenvolvimento territorial rural**, bem como um recorte histórico da distribuição de terras no Brasil.

A aposentadoria rural foi uma **política pública** bastante discutida pela falta de informação dos agricultores sobre as leis que regem o sistema previdenciário. Esse sistema possui atualmente três categorias de trabalhadores rurais: (1) trabalhador rural empregado, (2) o contribuinte individual (segurado autônomo) e o (3) segurado especial, que a partir de 1991 é uma lei na qual o trabalhador deve comprovar 15 anos de atividades rurais, para obtenção do benefício.

O tema “aposentadoria rural” foi amplamente discutido caso a caso com o intuito de orientar os trabalhadores rurais do grupo acerca dos locais onde deveriam solicitar a contagem do tempo, assim como para o início do processo, os documentos necessários, etc. Como vários agricultores da associação já se encontravam com idade para a solicitação do pedido de aposentadoria, esse tema foi amplamente debatido no encontro em uma relação **dialógica e horizontal** a fim de que os esclarecimentos os ajudassem a procurarem os órgãos competentes respectivos às suas demandas.

---

<sup>107</sup> Na época em que a capacitação foi realizada todos os programas apresentados estavam em vigor, ou seja, antes do processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff. Tal processo mudou os rumos da política em âmbito federal, os quais ainda não estão muito definidos até o momento da finalização deste texto para a continuidade dos programas citados.

**d) Quinto encontro: tema “projetos de sustentabilidade”**

O terceiro encontro foi ministrado por dois professores, pesquisadores e extensionistas, ambos da UFRRJ, os quais abordaram a questão das potencialidades tecnológicas sustentáveis para serem aplicadas pelos agricultores da associação. Aspectos como a maturação urbana, como o ciclo hidrológico (drenagem e recursos hídricos), a bioclimatologia, o conforto ambiental *versus* consumo energético e aspectos paisagísticos, o uso de resíduos orgânicos, técnicas de cultivo, técnicas de aquaponia, plantio e irrigação em telhados e lajes, etc., foram introduzidos no encontro.

O assunto que mais atraiu os agricultores da associação foram as técnicas de construção de estufas e de fossas sépticas biodigestoras. Para a abordagem desse assunto, os agricultores juntamente com os dinamizadores visitaram as instalações da agricultora sediada o encontro, no sentido de avaliar a qualidade da estufa que a mesma utilizava para o cultivo de hortaliças. Após a avaliação, houve sugestões para que a mesma tivesse um rendimento mais satisfatório.

A participação do grupo nesse encontro foi intensa no sentido de captar o máximo de informações técnicas para o beneficiamento das suas produções. Observou-se que no grupo, mesmo tendo parcerias com instituições que promovem extensão rural ao longo da sua história, havia certa carência de informações técnicas dentro de uma lógica da *racionalidade instrumental* (RAMOS, 1981), a qual se faz necessária para que a produção seja otimizada e racionalizada. Esse fato torna-se evidente, visto que os agricultores possuem pequenas áreas de produção assim como mão de obra escassa, como já havia sido discutido anteriormente nos outros encontros.

**e) Sexto encontro: tema “a questão da regularização fundiária de Seropédica”**

O tema sobre a questão fundiária das glebas de Santa Alice e Coletivo, surgiu justamente de uma demanda do grupo de agricultores no encontro no qual foi realizado o diagnóstico para o levantamento dos assuntos a serem tratados. Conforme mostra a Figura 34, a “ficha em branco” foi preenchida com tal temática. Devido ao fato que muitos agricultores da associação ainda não possuem a escritura definitiva e a certidão do Registro Geral de Imóveis (RGI), essa questão se apresentou como uma demanda de esclarecimentos pelo grupo. Assim, pedimos ao mestrando integrante do LPDT, o qual possui graduação em direito, que estudasse sobre a questão fundiária de Seropédica, sobretudo, nos bairros onde os agricultores apresentaram o problema em questão – os bairros Coletivo e Santa Alice.

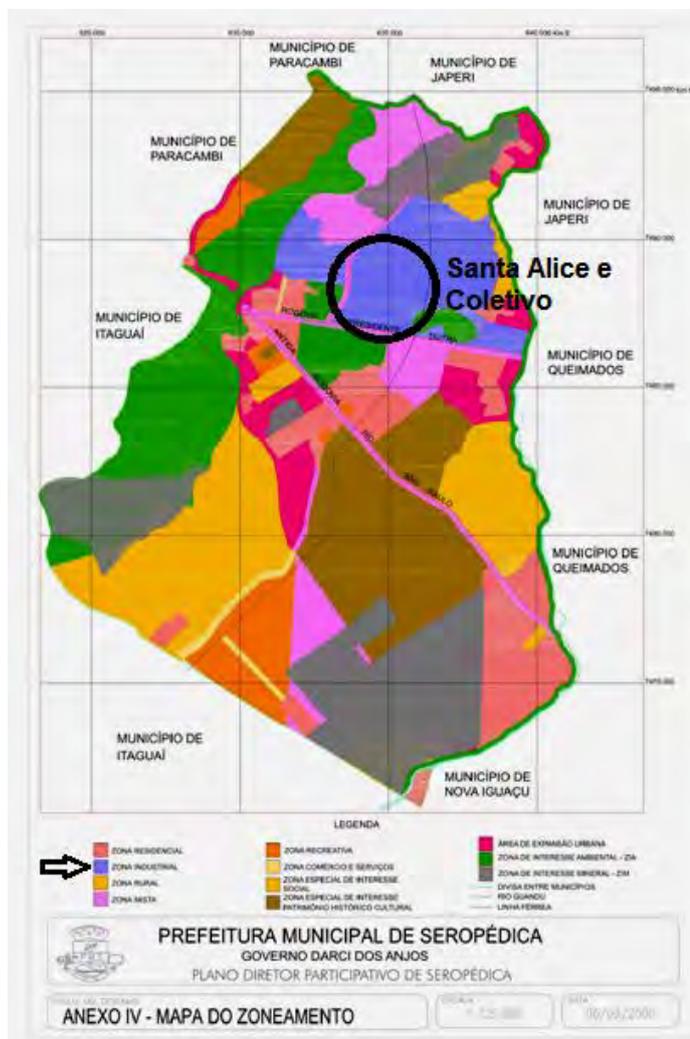
A grande preocupação dos proprietários e produtores dessas glebas é a forte especulação imobiliária que ocorre na região, principalmente na área em questão, já que se trata de uma região de área plana, a qual é de interesse de indústrias e empresas de logística e pela proximidade com as rodovias Presidente Dutra e o Arco Metropolitano. Nesse sentido, os proprietários se preocupam em perderem as terras com essa “pressão” sociopolítica vigente, visto que não possuem o documento definitivo de propriedade.

Inicialmente foi apresentada a historicidade do surgimento da Fazenda Nacional de Santa Cruz, que hoje são os municípios de Itaguaí, Seropédica, Queimados e parte da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro. Foi abordado o processo de expulsão da Fazenda Jesuítica até o surgimento da Fazenda Imperial – até 1889 – que por fim deu-se a Fazenda Nacional – a que iniciou em 1889 que perdura até os dias atuais.

Houve também esclarecimentos acerca das práticas de usucapião, assim como sobre a necessidade das escrituras, RGI – Registro Geral de Imóveis – e demais documentos que devem ser fornecidos pelo INCRA.

Foi discutido com o grupo o eixo de crescimento às margens das rodovias (a Rodovia Presidente Dutra – BR 116, o Arco Metropolitano BR 465 e a Reta de Piranema RJ 099), nas

quais as áreas rurais (Jardim Maracanã e Nazareth na divisa com o município de Japeri), assim como o bairro Santa Alice, estejam se tornando uma Zona Industrial, conforme o Plano Diretor Decenal do Município de Seropédica (Figura 37).



**Figura 37** – Mapa do zoneamento proposto pelo Plano Diretor.  
**Fonte:** Plano Diretor de Seropédica (2006) – adaptado.

A fala do agricultor durante a discussão revela a sua insegurança e do grupo:

*Então qual é o nosso medo? Da prefeitura querer tirar a gente daqui e dá[rem o dinheiro] que eles quiser dá [pela propriedade]. Isso aqui é parque industrial. Isso aí não é novidade pra ninguém. O “plano piloto” [Plano Diretor Municipal] já quer dizer isso aí.(...) já veio as firmas pra comprar isso aqui (...) eu criei os meus filhos aqui”* (agricultor do SPG participante da capacitação).

A questão apresentada pelo agricultor é a incerteza do futuro de quem desenvolve a agricultura familiar na região e que não possui a documentação definitiva, visto que estão assentados em um território onde o planejamento municipal fomenta a transformação do local em um espaço de expansão industrial. Os participantes salientaram que muitos agricultores da localidade já venderam as suas propriedades produtivas para imobiliárias, indústrias, galpões de logística, enquanto outros “perderam” para agiotas, devido a endividamentos. Acrescentaram ainda que o que leva alguns produtores a resistirem à venda é a união daqueles que se organizam em associações, sobretudo, para a produção orgânica, as quais estão se

consolidando mercadologicamente e associativamente enquanto APLs – arranjos produtivos locais (VILLELA e PINTO, 2009).

Ao final, o condutor do encontro indicou a orientação dos procedimentos que os agricultores-proprietários deveriam tomar para darem início ao processo de legalização das terras a partir dos documentos que possuíam (DAP<sup>108</sup>, CCIR<sup>109</sup>, ITR<sup>110</sup>), a fim de encaminhá-los ao cartório de registro de imóveis do município. O mesmo ofereceu-lhes apoio após o encontro para esclarecimento de quaisquer dúvidas que surgissem durante o processo.

#### f) Sétimo encontro: tema “cultura, identidade e território”.

O encontro que tratou da questão da identidade do grupo foi apresentado pelo autor desse artigo. O ponto de partida para as discussões foi a apresentação das transformações que vem ocorrendo nos municípios com o processo de urbanização assim como a influência das novas tecnologias da informação e da comunicação. A dicotomia entre o que é “moderno” e “atrasado” como são tratadas pelo senso comum foi a tônica inicial da discussão. Foi visto que expressões populares como “puxar carroça”, “pegar na enxada”, “descascar abacaxi”, “catar coquinho”, “ser caipira”, entre muitas outras, denigrem a imagem do trabalhador que vive no campo, levando ao imaginário o que seria o “atraso” no modo de vida no meio rural.

A analogia estabelecida entre a monocultura agrícola e a “monocultura dos saberes” (SANTOS, 2004) levou-os a uma reflexão acerca da importância da diversidade tanto das espécies a serem cultivadas em uma produção de base agroecológica, como a diversidade de modos de vida, de culturas, de religiões e de pensar do ser humano. Nesse sentido, foram discutidas as desvantagens do modo de produção preconizada pelo agronegócio em contraste com as perspectivas da produção orgânica e de base agroecológica pelo agricultor familiar, assim como a importância da sua valorização enquanto “ser social” e da valorização do seu saber, para que ocorra o seu empoderamento frente à sociedade e, sobretudo, às políticas públicas.

Aspectos como a sustentabilidade ambiental, cultural, social, econômica e espacial foram discutidos, quando a opção pela perspectiva agroecológica é adotada pelas famílias de pequenos agricultores. Assim, questões como a segurança alimentar e nutricional das famílias e da sociedade, a participação e a inclusão dessas famílias, a preservação de recursos naturais, o acesso ao desenvolvimento dos mercados, a criação de instrumentos econômicos e ecológicos e, sobretudo, a construção e a socialização do conhecimento (PLANAPO, 2013) foram amplamente debatidos no encontro.

O conhecimento agroecológico quando construído pela união entre os **saberes tradicionalmente construídos** e difundido entre os próprios agricultores, juntamente com os **conhecimentos científicos acadêmicos** foi um dos temas tratados. Nesse momento, os agricultores presentes expuseram que foram poucas as experiências em que pesquisadores e extensionistas estabeleceram esse tipo de relação dialógica (FREIRE, 1987) e horizontal entre essas duas modalidades de conhecimento. Explicaram que geralmente os pesquisadores das entidades de pesquisa e extensão (PESAGRO, EMATER, EMBRAPA, UFRRJ, etc.) utilizam as suas áreas de plantio para pesquisarem as suas novas tecnologias, mas que dificilmente se utilizam do “saber fazer” do agricultor.

Quando o grupo foi questionado sobre a possibilidade dessa legitimação do conhecimento popular ocorrer com a aproximação da associação com extensionistas locais, um agricultor explicou que

---

<sup>108</sup> Documento de Aptidão ao Pronaf

<sup>109</sup> Certificado de Cadastro do Imóvel Rural do Inra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)

<sup>110</sup> Imposto sobre propriedade territorial rural do Ministério da Fazenda.

*[...] não [é] tão forte. Deveria ser mais forte. Naquelas oficinas na EMBRAPA, né? Agente trocava informações, né... é aquele negócio: ele juntava a teoria com a prática. Como eles têm mais teoria e o pessoal [agricultor tinha] mais prática. É o [caso] do Seu Zé... Seu Zé era um analfabeto que não sabia ler nem escrever, mas era altamente prático. Então ele ensinou a gente alguma coisa. E passou também muita coisa para o pessoal [que desenvolve pesquisa em] de veterinária. O conhecimento popular.*

#### Na fala da agricultora:

*Isso já aconteceu. Já teve um acréscimo no conhecimento. E esse acontecimento foi em 2002. Foi quando surgiu a Associação de Santa Alice (...). Na época que aquela professora-pesquisadora Selma. Que ela veio com o conhecimento dela e [quis] saber o que cada agricultor tinha na sua terra. Ela trabalhava a parte das ervas medicinais. Da PESAGRO. Então ela veio com o conhecimento dela somar com o do agricultor. Foi isso que eu achei muito... pra mim acrescentou muito. Que eu tinha o meu conhecimento popular, mas tinha formas erradas, e ela com o conhecimento dela foi somando. E um exemplo era a forma de quando colher a erva pra fazer o remédio. Eu colhia em qualquer momento que dava na telha. Então em qualquer horário que a gente sentia dor de cabeça, dor de barriga de noite, eu ia no mato, pegava e fazia um chá. E eu sonhava em fazer sabonete com ervas fortes e não sabia como fazer sabonete, mas não tinha ideia de como fazer um sabonete. Era um sonho saber como fazer um sabonete (...) só lembro forte essa vez. E uma outra vez a professora [do curso da UFRRJ] de Economia Doméstica que veio ensinar como fazer compotas de geleias... mas era um projeto deles (...) isso aconteceu na parte de processamento de doces e geleia e picles e artesanato também, usando material vegetal, palha de milho. Isso já foi a EMATER. Isso de 2002 até 2004. Foi tudo isso quando a gente formou a associação Coletivo e Santa Alice. E como Serorgânico teve [o grupo] de tecnologia de alimentos com o professor Lucena e a esposa dele.*

#### Outra agricultora do grupo acrescentou que:

*[...] teve também com o pessoal da EMBRAPA. O 'pesquisador da EMBRAPA' estava desenvolvendo aquele "feijão caupi", o inoculante pro feijão caupi. No caso da inoculação eles chegavam com o produto e faziam experiências em várias propriedades para ver o resultado. Na verdade era mais a pesquisa, né? Aí plantavam uma área com o inoculante e a outra do jeito que o agricultor já acostumava mesmo. Pra comparar.*

Em função das falas dos agricultores, percebe-se que as ações de extensão onde o saber do agricultor era valorizado foram muito pontuais e, sobretudo, com forte ação na pesquisa e na comparação entre as novas tecnologias com o saber fazer do produtor. Consideram ainda, que essa prática ainda é um pouco frágil onde, na fala da agricultora, os pesquisadores e extensionistas “já vinham com um pacote pronto”.

Além dessas questões foi abordado o surgimento do “neo-rural”, que é uma modalidade de agricultor que já teve a experiência de viver nos grandes centros urbanos, mas que foi – ou voltou – para o campo com o desejo de desenvolver a atividade rural como certo “ativismo político”, com base na perspectiva agroecológica, com vistas ao desenvolvimento sustentável ao modo de vida camponês.

Outro detalhe abordado foi a necessidade da aproximação entre os três principais atores locais para que haja o desenvolvimento territorial sustentável, que são: (1) a sociedade civil, composta por agricultores, consumidores, etc., (2) o poder público, com as secretarias da prefeitura e a câmara dos vereadores e (3) as instituições que desenvolvem pesquisa e extensão rural.

g) Oitavo encontro: tema “controle social e participação nos conselhos municipais”

A questão do **controle social** foi abordada pelo dinamizador que apresentou inicialmente as formas de participação da sociedade civil como: a participação de fato, a participação espontânea, a participação voluntária e a concedida, assim como a sua relevância para o pleno exercício da cidadania.

O significado de “controle” foi discutido sob o enfoque institucional e social, no qual salientou que este último é o controle do Estado pela sociedade mediante a participação dos cidadãos, assim como abordou os seus significados. Logo, o controle social é exercido no âmbito de um espaço institucional de representação da sociedade civil.

Assim foi discutida a sua importância para que haja prevenção à corrupção, a ampliação da qualidade da ação estatal, a disseminação da cultura de participação da na gestão pública e a orientação do Estado pela sociedade, por meio de mesas de negociação e diálogo, da prática de orçamento participativo, pelas ouvidorias das instituições e, sobretudo, pela lógica da economia solidária.

A obrigatoriedade da existência dos conselhos municipais, segundo o dinamizador do encontro, é o que dá a legitimidade à participação nos conselhos. Como a exemplo disso, os presentes salientaram que o surgimento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS – de Seropédica foi criado pela própria secretaria de meio ambiente e agronegócio, por tratar-se de uma exigência do governo federal para a captação dos recursos do PRONAF (ABRAMOVAY, 2001). Por outro lado, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA – do mesmo município, o qual não é obrigatório, surgiu de um movimento popular – “de baixo pra cima” – por alguns agricultores e cidadãos do município, juntamente com entidades como a UFRRJ, a EMATER, etc. O fato é que, como ainda não há uma lei de criação do CONSEA, o mesmo existe de fato, porém não de direito<sup>111</sup>, com reuniões regulares bimestrais localizadas na Câmara Municipal. Logo, a interação entre os participantes ocorre de formas diferentes nos dois conselhos exemplificados (VIANNA, et al., 2015). Os agricultores participantes chegaram a questionar o fato de o presidente do CMDRS de Seropédica ter de ser necessariamente o secretário de meio ambiente e agronegócio da prefeitura, conforme está descrito no regimento interno do conselho. Logo, o CMDRS não teria o papel de fiscalizador das ações do poder público como deveria. Na fala da agricultora presente esse fato é questionado: “como ele vai fiscalizar a si mesmo?”.

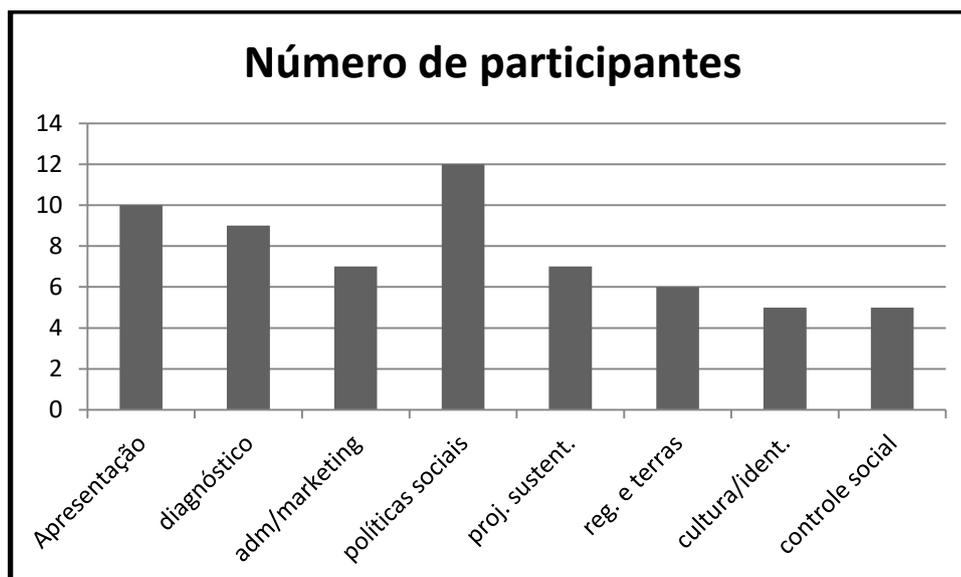
Segundo o que fora observado nas falas dos agricultores participantes, a fraca participação da associação, assim como dos diversos agricultores do município, deve-se ao fato de que eles perdem dias de trabalho na lida com a terra para muitas reuniões que não oferecem resultados para o agricultor familiar:

*O Serorgânico está lá dentro [com cadeira no CONSEA e no CMDRS]. Era para ser um rodízio de pessoas [do grupo para participar das reuniões] (...) aí fica puxado. Tem [as reuniões d]o SPG, a feira, tem a roça. A roça vai ficando pra trás.*

Destarte, consideram que a participação nos conselhos municipais passa a não ter o efeito mobilizador que deveria pelas diversas dificuldades apresentadas e, sobretudo, pela falta de objetividade e efeitos significativos para a melhoria da qualidade de vida das famílias de agricultores.

---

<sup>111</sup> No final do ano de 2015 foi elaborada e aprovada uma lei de criação do CONSEA, porém foi a mesma vetada pelo prefeito, fato que levou à derrubada do veto pela câmara dos Vereadores no início do ano de 2016, devido à pressão popular dos atores que compõe o conselho juntamente com o presidente da câmara.



**Figura 38** – Balanço do número de participantes por encontro nas capacitações na Associação Serorgânico.

**Fonte:** dados coletados e tratados pelo autor nas listas de presença.

O projeto da capacitação foi aplicado às lideranças da comunidade com a presença mais esporádica de alguns dos seus outros membros. Entretanto, a metodologia adotada previa, junto aos cursistas, o efeito multiplicador no qual os participantes transmitiriam os conhecimentos e discussões dos encontros aos demais integrantes da associação. Conforme o gráfico da Figura 38 pode-se perceber que o encontro com maior frequência teve como tema as “políticas sociais para o meio rural”, visto que muitos integrantes da associação necessitavam de informações sobre a captação de recursos como o Programa Bolsa Família e, sobretudo, as questões sobre a aposentadoria rural. Como muitos do grupo estavam em idade de iniciar processo de aposentadoria, esse tema foi muito cogitado neste encontro. A presença de outros integrantes, além das lideranças, no encontro que tratou sobre a regularização de terras é um ponto a ser destacado, pois a questão fundiária é um fator de insegurança para aqueles que ainda não possuem a documentação definitiva dos lotes.

#### 4.6.3. Os referenciais teóricos utilizados na discussão desta seção e quadro síntese de objetivos

O referencial teórico que norteou as análises do subitem em questão veio discutir inicialmente os laços sociais e o processo de cooperação entre os atores de um determinado território rural na visão de Abramovay (2010). Ainda na perspectiva teórica de Abramovay (2001) os estudos territoriais auxiliaram na compreensão de como as questões cooperativas entre os municípios que integram o Território Rural da Baía da Ilha Grande, podem contribuir para o desenvolvimento de Seropédica no que tange as suas políticas públicas intramunicipais – como é o caso do PNAE – assim como a criação de possíveis consórcios intermunicipais. Assim, as inter-relações entre os municípios que compõem o território no tocante às feiras intermunicipais enquanto propostas de integração entre os seus diversos atores fizeram uso da percepção dos mercados enquanto campos, na visão de Bourdieu (1983). A categoria “**esfera pública**” da Gestão Social enquanto teoria capaz de favorecer a compreensão da participação dos atores de Seropédica no Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande contribuiu para perceber a sua fraca integração com os demais atores e municípios, como foi discutido, enquanto espaço público a fim de reunir indivíduos e instituições para a deliberação de suas demandas e sobre o planejamento do futuro das comunidades.

Para tanto, essa seção foi, sobretudo, um relato da experiência da participação dos atores sociais de Seropédica no Território da BIG assim como da atuação do NEDET e do autor desta tese enquanto Assessor Territorial de Gestão Social nas ações do núcleo a partir das metodologias participativas utilizadas como debates e discussões propostas, DRP, escolha de temas para as capacitações, etc.

Sendo assim, os objetivos intermediários traçados para a tese nessa seção são tratados no Quadro 13 a seguir cujos resultados são identificados dada a especificidade do tema tratado.

**Quadro 13** – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção (Continua).

	<b>Objetivos intermediários</b>	<b>Resultados</b>
<b>i</b>	Identificar as principais leis e programas em documentos legais em escala nacional, regional e local e a história do município	<i>Perceber nos documentos convergências e divergências de ideias e ações para o desenvolvimento local.</i> Identificou-se o programa NEDET a partir da CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014 - Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – Ministério de Desenvolvimento Agrário como o principal documento analisado nesta seção, acerca da atuação da UFRRJ assim como dos atores de Seropédica no Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande nos anos de 2015 e 2016.
<b>ii</b>	Identificar os principais atores que propõem ações de desenvolvimento rural na região, a fim de reconhecer os <i>campos de poder</i> construídos na perspectiva das lideranças	<i>Quais são os atores envolvidos no desenvolvimento rural local? Como eles atuam?</i> Identificou-se que os atores mais presentes nas reuniões e encontros do colegiado foram a SEMAMA de Seropédica, as associações de agricultores e Santa Alice e Coletivo e o Serorgânico, assim como os representantes das empresas EMBRAPA e PESAGRO instaladas no município. No entanto, o ator que mais colabora e participa das discussões e ações de planejamento, parceria e controle social é a representante da EMBRAPA-Agrobiologia. Por outro lado os representantes da Secretaria de Ambiente e Agronegócio – SEMAMA – se alternam nas reuniões em que eventual emente comparecem, mas sem alguma interação ou efetivação em parcerias e/ou participação em elaboração de documentos ou projetos. As comunidades de Santa Alice e Coletivo e a Associação Serorgânico tiveram uma participação mais efetiva no início dos encontros, principalmente no momento da elaboração do regimento interno, mas teve dificuldades de se deslocarem para as reuniões quando as mesmas ocorreram em locais mais distantes, embora a capacitação realizada na Associação Serorgânico tenha sido uma parceria com resultados fortalecedores para a comunidade e para a agricultura do município.
<b>iii</b>	Verificar como se dá a ação comunicativa e as interações dos grupos de produtores com o poder local e com as instituições de pesquisa e extensão	<i>Identificar como ocorrem as interações entre os 3 atores: produtores, extensionistas e Estado. Há convergências ou divergências de ideias nos discursos?</i> Verificou-se que a plenária do colegiado é um espaço onde ocorre a participação dos três atores voltados para o desenvolvimento rural: (i) os agricultores familiares, comunidades tradicionais, etc. (ii) pesquisadores e extensionistas e (iii) o poder público representado pelas secretarias de agricultura/pesca/desenvolvimento/etc. A partir do encontro desses três atores é possível a troca de experiências ocorridas entre os cinco municípios envolvidos, assim como expor as expectativas, demandas e conflitos existentes tanto nos municípios individualmente quanto no território. Projetos como a Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ, experiências com o PNAE, conflitos fundiários e ambientais foram discutidos com espaço para a exposição das ideias dos três atores sem que haja coerção, intimidação ou qualquer forma de sobreposição de ideias e discursos. Portanto, trata-se um espaço onde o agricultor familiar pode estar em “pé de igualdade” com o poder público municipal/estadual e com os extensionistas e pesquisadores da área.

**Quadro 13** – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção (Continuação).

	<b>Objetivos intermediários</b>	<b>Resultados</b>
iv	Verificar se há uma tendência de preservação e fortalecimento da atividade pelo empoderamento de grupos de famílias estruturados em associações que buscam uma “racionalidade substantiva” com base nos princípios da agroecologia.	<i>Verificar se conhecimentos tradicionais construídos localmente são difundidos e legitimados pelas atividades de pesquisa e extensão, se empodera os agricultores e gera valor agregado ao produto diferenciado.</i> Verificou-se, tanto nas ações do colegiado quanto nos encontros da capacitação à Associação Serorgânico, que houve a necessidade de ouvir o agricultor local, suas demandas, experiências e frustrações. A proposta de empoderar o agricultor a partir da valorização da sua experiência, seja pela interação entre eles ou pelo contato com os extensionistas sempre foi discutido tanto nas reuniões e encontros do colegiado – pois o agricultor sempre teve espaço para expor suas experiências – quanto nas capacitações oferecidas à Associação Serorgânico e a capacitação oferecida aos membros do colegiado. A tônica dos debates sempre girou em torno da participação, da dialogicidade, da gestão e do controle social e da agroecologia enquanto ciência necessária para o desenvolvimento rural do agricultor familiar e como o conhecimento produzido por aqueles que lidam com a terra é importante para o desenvolvimento dessa ciência.

Fonte: quadro elaborado pelo autor.

#### **4.7. Os Grupos e Associações de Seropédica: Associações Extintas, Grupos Resistentes e Novas Possibilidades com o Programa Rio Rural**

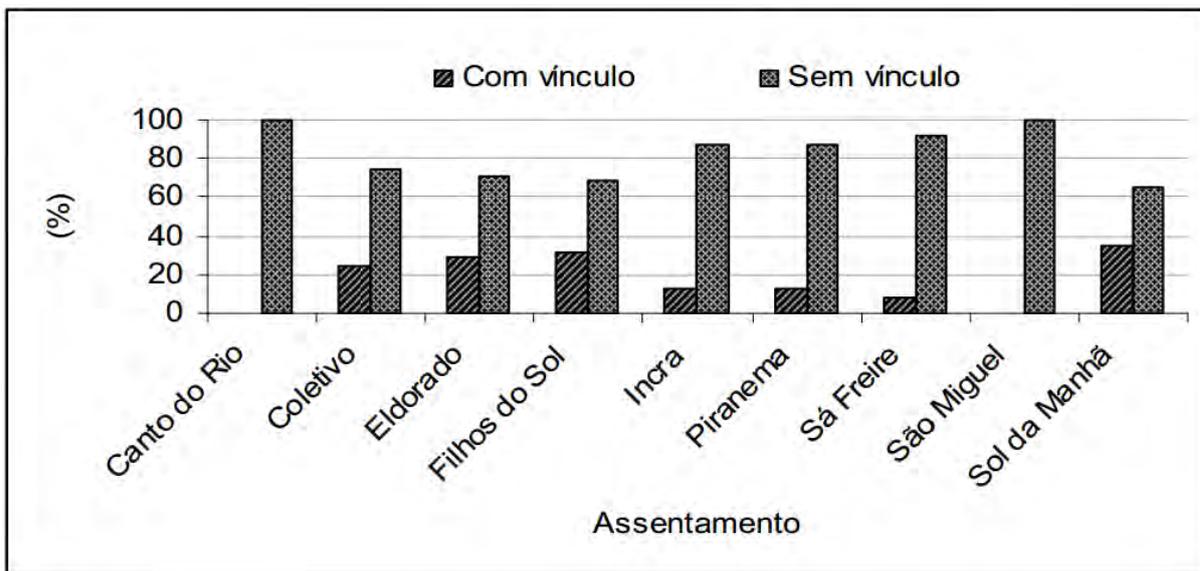
Como já foi discutido anteriormente nesta pesquisa (na seção 4.2), os maiores assentamentos que, no passado se organizaram em associações, atualmente encontram-se desarticulados, enquanto outros deixaram de existir, nos quais seus agricultores atuam individualmente, ou seja, sem vínculo de associação.

Golinski em 2008 fez um levantamento dos agricultores nos assentamentos em função do vínculo dos agricultores com alguma associação conforme o gráfico da Figura 38. O destaque para o assentamento Sol da Manhã e Eldorado que à época tinha a maior representatividade de atores em associações atualmente foram praticamente diluídos devido à especulação imobiliária. Segundo o professor extensionista da UFRRJ:

*Ao longo dos anos, desde a década de 80 quando surgiram os dois principais assentamentos que é o Sol da Manhã e o Eldorado, eles eram as grandes possibilidades. Só que ao longo desse tempo as relações que foram sendo construídas, foram relações que simplesmente não se sustentaram. Do lado dos assentamentos as dificuldades reais que eles enfrentaram foram trazendo pra eles problemas que universidade, nem a EMBRAPA, nem a PESAGRO, nem a EMATER, nunca foram capazes de trazer uma solução.[...] Ai eles foram sofrendo os grande impactos (PRO2).*

Segundo o professor e extensionista não houve uma estrutura de apoio a esses assentamentos em função dos problemas enfrentados para que eles se sustentassem e mantivessem as associações. De certa forma, a categoria da Gestão Social denominada “**interesse bem compreendido**” a qual prioriza o bem-estar coletivo para alcançar o bem-estar individual, não desempenhou uma relação de interdependência – entre os assentados e destes com as instituições de extensão e pesquisa locais – ao longo da história desses assentamentos, não elevando à categoria “**sustentabilidade**”, na visão de Cançado (2011), acerca da continuidade e a preocupação com o futuro desses grupos. Embora alguns dos agricultores desses assentamentos – mais especificamente do Sol da Manhã – tenham migrado para os SPGs de produtores orgânicos devido a um anterior “despertar agroecológico”, segundo pesquisas anteriores (LINHARES et al., 2013), os assentamentos perderam os seus

vínculos de associação ao longo dos últimos anos devido aos impactos econômicos e ambientais.



**Figura 39** – Agricultores com e sem vínculo de associação.

Fonte: Golinski (2008, p. 36)

#### 4.7.1. Os Sistemas Participativos de Garantia de produção orgânica de Seropédica

Atualmente os três maiores grupos e associações estão ligados a ABIO – Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro – por meio dos SPG de produtores orgânicos. São eles: (1) o SPG Seropédica que inclui a Associação de Serorgânico; (2) o SPG da Associação Raiz Forte – que é um grupo de agricultores dissidentes do Serorgânico – e (3) a o SPG Serramar. Este tipo de organização fomenta tanto a produção para um nicho de mercado, quanto à racionalidade substantiva no tocante aos valores socioculturais e políticos incutidos nas práticas dos grupos. Tais grupos podem ser enquadrados na categoria “**comunidade de prática**” da Gestão Social (CANÇADO, 2011) enquanto teoria capaz de compreender as dinâmicas dos espaços e a interação dialógica em uma abordagem socioprática dessas organizações.

Na visão do agente entrevistado da Secretaria de Meio Ambiente e Agronegócio do município:

*O que eu vejo? A agricultura ela não... ela tá se mantendo e acho que falta no agricultor tradicional uma organização melhor, para ele poder comercializar o produto dele. Porque dos orgânicos já tem, lá de Santa Alice [...] eles tem uma logística de venda, eles tem carro, transporta e isso facilita. Produzir é fácil, agora, vender é que é difícil. E precisa saber também onde vai produzir.[...] Eu fui lá no [assentamento] Eldorado, eles tinham uma estrutura lá, cara... eles tinham máquina de fazer farinha, tá lá abandonada... tinha caminhão [...] em uma determinada época aquilo foi ativo e eles pararam e se você olhar lá, o que eles plantam hoje o que eu vejo lá, é pouca coisa. Não dá nem pra atender a subsistência deles lá (APP1).*

No discurso do representante do poder público do município fica claro que a organização em associações, como ele mesmo aponta a experiência dos agricultores orgânicos, facilita o escoamento da produção. Entretanto, não salienta a necessidade da formação das associações com **laços fortes** (GRANOVETTER, 1973) para outros fins, para além da comercialização, ou seja, para o fortalecimento dos agricultores, para a troca de experiências, para o seu empoderamento, por exemplo; na busca por uma **racionalidade substantiva** que

ultrapasse a lógica da produção, chegando às questões humanas, sociais, ambientais, culturais, etc. A visão mercadológica associada à reprodução socioeconômica das famílias enquanto uma das suas múltiplas funções da agricultura familiar (BONAL; MALUF, 2007) aponta o destaque observado no discurso do representante da Secretaria de Ambiente e Agronegócio, como anteriormente exposta na articulação entre a cooperativa de Araruama que fornecia para as escolas pelo PNAE. Assim, para que a mesma comprasse dos agricultores interessados em “atravessar” os seus produtos para a alimentação escolar via cooperativa, a própria secretaria incentivou os mesmos a se submeterem a esse processo, ao passo que a inclusão direta do agricultor via chamada pública fortaleceria muito mais a agricultura familiar local na sua multifuncionalidade, para além da dimensão econômica (SACHS, 2008).

Antes da criação dos SPGs – Sistemas Participativos de Garantia – os produtores orgânicos, como a que faz parte a Associação Serorgânico – eram certificados por meio de Sistema de Auditoria, no qual os agricultores, individualmente, contratavam alguma empresa para fazer as vistorias e fornecer a autorização para o comércio. Como a contratação dessas empresas tinha um custo muito alto para agricultor familiar, houve então por parte da ABIO a certificação por SGP, diminuindo radicalmente o custo para a certificação. Segundo a agricultora (AGR1):

*Antes [da ABIO] era um sistema de auditoria [...] é 1 técnico que vai uma vez por ano na casa de um agricultor [...] ele ali sentava com o agricultor e perguntava pra ele tudo. Ele dava ali as informações e o técnico ia embora. O cara podia muito bem, depois, olha, meter defensivo à vontade e veneno. Isso porque o técnico ia voltar um ano depois. Quando era por auditoria eu barrei duas certificações lá em Seropédica. São pessoas que nem estão hoje no grupo. Eu conhecia o sítio do produtor e eu sabia que era venenoso. Ele só trabalhava com veneno. Era um japonês que plantava muita goiaba e foi certificado. E eu fui em cima da técnica na época. Eu perguntei qual o critério que você utilizou pra certificar aquela agricultura?*

A agricultora salienta que no sistema de certificação por auditoria, por fazer somente uma visita anual, possibilita que o agricultor “esconda” a utilização de veneno em função desse grande intervalo de tempo entre uma visita e outra do técnico certificador.

Por outro lado, o sistema SPG é mais complexo, pois exige que ocorram reuniões mensais com a presença de todo o grupo para discutir vários aspectos organizacionais sobre as visitas aos sítios, sobre as feiras, as mensalidades pagas à ABIO, etc. As visitas de “verificação” ocorrem a cada seis meses, onde uma comissão maior composta pelo “facilitador”,<sup>112</sup> com outros membros – agricultores do grupo, consumidores, professores, etc. – verificam se o agricultor está cumprindo as normas estabelecidas pela ABIO para a fertilização do solo sem adubos sintéticos e defensivos sem agrotóxicos. As “visitas de pares” ocorrem em períodos menores, com a presença de um par de agricultores para ajustar às conformidades do modo de produção orgânico.

---

<sup>112</sup> O facilitador normalmente é um agricultor mais experiente do grupo o qual fica responsável por guiar toda a comissão durante a visita de verificação, elem de preencher os formulários e questionários – que são assinados por toda a comissão – e que, posteriormente, são encaminhados para a ABIO.



**Figura 40** – Visita de verificação de um agricultor para a certificação de orgânico pelo SPG de Seropédica

**Fonte:** acervo do autor.

A **governança** na coordenação dos atores (VILLELA e PINTO, 2009) nesse tipo de **arranjo produtivo local** é horizontal embora haja hierarquicamente a função de presidente, vice-presidente, tesoureiro, etc., mas todas as decisões são tomadas coletivamente, segundo o agricultor AGR9. Há também a responsabilidade de um produtor “fiscalizar” a produção do outro, para que haja a confiabilidade e a rastreabilidade dos alimentos acerca do modo de produção orgânica que são comercializados, principalmente, no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e na comercialização pelo grupo de compras Rede Ecológica. Sobre a origem do SPG de Seropédica a agricultora (AGR1) complementa com a sua fala:

*Esse grupo, a auto estima desse grupo hoje você não teria encontrado jamais em 2008. E nem tinha encontrado ninguém junto porque a gente não se conhecia. Mesmo sendo vizinho, a gente não tinha contato nenhum. A nossa vida era toda lá fora, com parentes, em outro lugar. Vizinho não se conhecia. Não tinha convívio.[...] a gente também está com a preocupação de identificar os agricultores ‘pequenininhos’ mas que ainda usa veneno e convencer [a mudar para o modo de produção orgânico]. [...] quando ele começar a entender a natureza, como ela funciona, é outro olhar.*

A exposição da agricultora deixa clara a necessidade do grupo se unir em torno de um ideal, para o fortalecimento de todos, conforme a vem discutir a categoria “**interesse bem compreendido**” que abriga a noção de “solidariedade”, na visão de Cançado (2011) acerca da mutualidade de interesses e deveres entre os envolvidos. Nesse sentido, a **gestão social** proposta pelos SPGs de reunir, identificar e fiscalizar os próprios agricultores – entre eles mesmos – sob o enfoque da produção orgânica pode ser considerado um elemento aglutinador para a criação de um arranjo produtivo local enquanto um **campo de poder forte** na visão de Bourdieu (1983). Esse fator pode ser capaz de resistir às adversidades encontradas para a atividade na região e que terá muitas funções para além da visão mercadológica e da **racionalidade instrumental** meramente condicionada ao produtivismo, à eficiência, etc., ou seja, servirá para a manutenção do próprio modo de vida rural e para o (re)equilíbrio ecológico. Para Queiróz (2015, p. 88) o SPG de Seropédica é “um grupo de agricultores organizados em torno de um objetivo comum, a certificação que atesta a condição de produtores orgânicos”.

O professor extensionista (PRO2) expõe que os SPGs resistem ao impacto socioeconômico e socioambiental na região por que ainda há um escoamento da produção organizado pela ABIO e pela Rede Ecológica que é um grupo organizado – **uma rede** (CASTELLS, 2009) – de consumidores organizados para a compra da produção, mas que:

*Esses impactos todos e o estrangulamento econômico. O que fez eles [do SGP de Seropédica] sobreviverem até hoje e o que os mantém aqui hoje ta associado a esse projeto da Cidade do Rio de Janeiro chamado Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. É um nicho de mercado. [Que] pode ser bem reduzida. Mas mesmo sendo reduzida eles sofrem vários gargalos. Vai chegar um momento em que eles não vão priorizar o grupo de compras [da Rede Ecológica], o grupo de compras desaparece, que é nesse momento onde a produção cai. Então há uma sazonalidade, porque eles vão priorizar o pouco que eles produzem às feiras lá da Zona Sul [da Cidade do Rio de Janeiro]. Porque eles sabem que lá é certo, que é garantido, que lá vai dar.[...] Estamos nos deparando agora com essa questão mais, que é o gargalo produtivo que eles estão tendo. Pra ampliar o grupo de compras em Seropédica ou ampliar para outras áreas, vai exigir essa ampliação da produção, aí esbarra, não só no gargalo produtivo, como no gargalo administrativo deles próprios, de como administrar os seus recursos: 'ah, eu vou poder ampliar a minha produção? Por exemplo uma lógica de mercado eles não tem.*

A sazonalidade da produção é um fator problemático segundo o professor entrevistado, mas a garantia do público das feiras é preponderante para a sustentabilidade econômica das famílias. E para que o grupo permaneça unido e com a prática de uma gestão compartilhada (VILLELA; PINTO, 2009) com o apoio da ABIO e da permanência do projeto das feiras cariocas de alimentos orgânicos, assim como a distribuição em uma rede de consumidores local em Seropédica, deve haver um aumento na produção e, principalmente, uma visão mercadológica e administrativa dos recursos que dispõem.

O agricultor e facilitador do grupo de produtores orgânicos Serramar, também ligado a ABIO, o qual possui 13 membros – mas que está aumentando para 16 – possui 5 agricultores de Seropédica, além de produtores dos municípios vizinhos como Miguel Pereira, Paty do Alferes, Volta Redonda, Paracambi, expõe o início do seu grupo:

*Eu sempre percebi assim que de 2009 pra cá [...] agora tomou uma força com esse apoio da universidade [UFRRJ] essas articulações agora... a ABIO, né? Mais presente aqui, né, ficou mais conhecida. Eu acho que a mídia também tem um pouco de influência nisso com a questão dos orgânicos, né? Então ajudou bem. Porque quando eu comecei não era muito divulgado. O pessoal não tinha conhecimento do que era a ABIO. Já tinha dois grupos funcionando aqui e as feiras a todo vapor lá no Rio e os produtores não tem conhecimento nenhum. Não sabe como fazer parte, e é uma 'baita' forma de você entrar nesse mercado, né, de produções e comercialização. E com essa coisa das indústrias, o êxodo rural foi muito forte. Muitas terras abandonadas aí. Propriedades paradas.[...] Agora com essa divulgação da mídia, que o orgânico virou quase que uma moda, né? Então ta todo mundo querendo produzir orgânico. Pessoal até com o quintal de casa.*

O agricultor considera que, mesmo com o impacto econômico pela chegada das indústrias na região que levou ao abandono das terras, a entrada da ABIO enquanto mediadora dos grupos de SPG de produtores orgânicos possibilitou a retomada da produção por meio do nicho de mercado com o projeto do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas da cidade do Rio de Janeiro. Essa sua posição reforça o exposto pelo professor extensionista PRO2 da UFRRJ, mas acrescenta que a grande mídia teve um papel importante na divulgação da importância desse modo de produção aumentando o número de consumidores e adeptos à questão sociopolítica e socioambiental do plantio de alimentos mais saudáveis.

Nota-se que os **arranjos produtivos locais** – APL – que mais se destacam no município são esses três grupos de produtores orgânicos, os quais possuem uma **governança** estruturada pela articulação com a ABIO que gerencia as ações dessas associações com a sua

função normativa. Embora haja a articulação e a normatização orientada pela ABIO, a **gestão social** a partir da categoria “comunidade de prática” (CANÇADO, 2011) é um fator que foi percebido durante a observação participante, em que a não hierarquia (FREIRE, 1987) entre os seus membros é democrática por meio de “um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais” (TENÓRIO, 2016).

A dissidência de alguns membros do Serorgânico – SPG Seropédica – que resultou na formação de outro SPG denominado “Raiz Forte” que também é composto por agricultores de Seropédica e municípios adjacentes ocorreu mediante alguns desentendimentos e objetivos divergentes. Algumas das relações de parceria acerca do fornecimento conjunto de produtos de possível origem não-orgânica, nos momentos onde houve uma baixa de produção de alguns agricultores, foi o fator que levou à separação do grupo antes considerado com “laços fortes” (GRANOVETTER, 1973) no município. Essa constatação foi percebida pela observação participante do autor tanto nas reuniões de organização da Feira da Agricultura Familiar da Rural, quanto nos encontros mensais de capacitação oferecidos pela EMATER em parceria com a EMBRAPA. Essa situação pôde ser constatada, sobretudo, na fala da agricultora (AGR1):

*O risco que vocês correm como consumidores sem conhecer o processo, é um risco enorme. Por isso essa coisa do SPG. Porque agricultor, no fundo, no fundo, ninguém é amigo não, viu? A gente é amigo, a gente se dá muito bem, mas na hora de ver alguma coisa errada, não tem amizade. Porque se um fizer uma ‘meleca’ [coisa errada] vai o grupo todo. E tem acontecido agora no Serorgânico. Uma coisa muito, muito... mas já foi um olhar errado, de querer tanto acertar que errou. Errou ao julgar produto também limpo, sem agrotóxico, sem nada, mas só dele não tá certificado, foi um erro muito grande. Porque a certeza que a gente tem do orgânico, essa certeza também vale. Se a gente começar a se guiar só pelo papel... Meu Deus... tem que ser confiança. Isso é confiança, é o espírito do agricultor. Quem tá, a maioria que tá nesse grupo. A maioria não: todos... não tem aquela loucura pelo ‘eu vou ganhar muito dinheiro’. O que está em primeiro lugar aqui, você sente no agricultor: o amor... o que faz é o amor... ele não quer nem saber quanto vai ganhar.*

Observa-se no discurso da agricultora que houve uma possível situação equivocada de desconfiança sobre a origem do produto de algum agricultor, fato que pode ter levado a alguma divergência e, conseqüentemente, à dissidência de alguns da associação. A mesma salienta que o fator ‘confiança’ é importante para a união da associação, principalmente no tocante à origem da produção, embora haja a necessidade da certificação do produtor por parte da ABIO para a comercialização dos alimentos orgânicos.

#### 4.7.2. A criação dos Comitês Gestores de Micro Bacias: Programa Rio Rural

Além desses três grupos de agricultores orgânicos destacados, atualmente tem surgido outra modalidade associativa: os COGEMs – Comitês Gestores de Micro Bacias – organizados pela EMATER local, os quais vêm realizando reuniões mensais. Essa é uma iniciativa do Programa Rio Rural<sup>113</sup> do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que tem como finalidade oferecer apoio técnico e financeiro para práticas que levem a melhoria na qualidade de vida no campo, ao aumento da renda dos pequenos agricultores e à conservação dos recursos naturais para o **desenvolvimento sustentável**. O programa fomenta a **gestão participativa** de comunidades que desenvolvem a agropecuária, localizadas em microbacias hidrográficas, para

---

<sup>113</sup> A entidade executora do Programa Rio Rural – Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas – é a Superintendência de Desenvolvimento Sustentável – SDS – da Secretaria de Estado de Agricultura e Agropecuária – SEAPEC – e a fonte de financiamento é o Banco Mundial com apoio da ONU, FAO, empresas de ATER, ONGs, associações, etc. Fonte: <http://www.microbacias.rj.gov.br/pt/rio-rural>

a adoção de boas práticas enquanto protagonistas do processo de desenvolvimento sustentável, que tem como etapas o (1) planejamento das ações, (2) o monitoramento e (3) a avaliação de resultados. O incentivo à estruturação comunitária por meio da participação dos atores locais fomentará a sua inclusão socioeconômica, mas com conscientização ambiental por meio de tecnologias sustentáveis. Portanto, observa-se a proposta do Programa Rio Rural como uma **política pública de inclusão** e criação de comunidades rurais com o propósito do **desenvolvimento territorial sustentável**, que pode ser analisada sob a ótica da participação, na qual percebe-se a **Gestão Social** na visão de Tenório (1998; 2007; 2012; 2016) com base na categoria “esfera pública” (CANÇADO, 2011) enquanto um possível referencial na sua implementação. A abordagem do programa ao fomentar a criação dos Comitês Gestores das Micro Bacias, na quais os atores sociais – pequenos agricultores e pecuaristas – são os protagonistas das ações e reflexões do processo, evidencia a promoção de uma prática emancipatória pela ação cidadã para o desenvolvimento local (TENÓRIO, 2012) e para a promoção do “bem comum” da comunidade participante.

Segundo a representante da EMATER local (APE3) os COGEMs foram criados da seguinte forma:

*Aqui no município foram divididas 5 ou 6 microbacias. Ai cada microbacia ela tem um presidente para gerir [...]eles [os GOGEMs] foram criados a partir da introdução do Programa Rio Rural lá. Por enquanto3 comunidades, está entrando agora a terceira. A primeira foi aberta a do Rio Guandu, pega [Bairro] Incra, Sol da Manhã, Filhos do Sol, Santa Alice, Boa Esperança. [O segundo] Piranema que é Eldorado, Casas Altas e Santa Rosa. O próximo é Valão da Areia, que é Carretão, Nazaré e, se não me engano, Fonte Limpa. E tem dois que ainda não foram trabalhados e provavelmente não serão, que é Valão dos Bois e Sede [...] ele ta no município há uns 5 anos talvez, que foi quando teve a proposta da SDS que apresentou o programa do município, fez o mapeamento daqui da área dividiu em microbacias, né. E dessas microbacias foi feito uma análise de cada um para elas sofrerem priorizações. Parte delas contava com aquíferos, quais delas tem mais. Contava quantos produtores rurais totais e daí teve essa sequência. Bem nessa ordem mesmo: primeiro, segundo e terceiro [...] a gente explica pros produtores que é um programa destinado ao desenvolvimento da área da microbacia de forma sustentável.*

Segundo a extensionista da EMATER a criação dos comitês gestores sofreu certa priorização das áreas com maior concentração de produtores e com maiores riscos de degradação ambiental. Destarte, a criação desses 3 COGEMs no município – foram: da microbacia (1) do Rio Guandu, (2) de Piranema e (3) do Valão de Areia. A formação dos comitês favoreceu a aproximação de alguns agricultores individualizados, distribuídos nos bairros os quais passaram a ser atendidos pelo programa. É provável que essa iniciativa – que será abordada mais adiante acerca da promoção da assistência técnicas para essas áreas – fomente a gestão do território pelos seus membros com o surgimento de associações e com o ressurgimento de outras que podem ter sido extintas.

**Quadro 14 – Comitês Gestores das Microbacias – COGEMs de Seropédica**

Nº	COGEM	Bairros com agricultores
1º	Rio Guandu	Bairro Incra, Sol da Manhã, Filhos do Sol, Santa Alice, Boa Esperança
2º	Piranema	Eldorado, Casas Altas, Santa Rosa
3º	Valão da Areia	Carretão, Nazaré, Fonte Limpa

**Fonte:** quadro elaborado pelo autor com base nos dados da EMATER.

A proposta é salientada pelo produtor que faz parte do COGEM da microbacia do Rio Piranema (AGR3) como uma necessidade de reorganização dos produtores locais por meio de reuniões, como expressa em seu discurso:

*Devido ao Rio Rural a gente formalizou tudo nessas reuniões junto do Rio Rural, pra evitar de... porque tem hora que o cara pode ir, tem hora que não pode, o produtor, então focamos nisso aí. E como o Rio Rural tá fazendo o fechamento desse levantamento, então as reuniões estão meio suspensas. Devem voltar agora no início de agosto. Geralmente às quartas feiras, a primeira quarta feira do mês.*

A necessidade das reuniões dos COGEMs para a efetivação do programa Rio Rural pode proporcionar uma retomada das ações coletivas na promoção de reivindicações das comunidades – como já foi exposto anteriormente no caso dos ofícios sobre as compensações sociais solicitadas devido ao aterro sanitário – mais ainda, pode favorecer o fortalecimento das mesmas, nas quais os agricultores viviam desarticulados nas suas atividades individuais. A gestão desses comitês enquanto **arranjos produtivos locais** em função da participação já é o início de uma perspectiva de reaproximar os atores sociais para lutarem pelo bem comum, pelos seus direitos e com a liberdade de exercerem as atividades que escolheram, fortalecendo-os e contribuindo, assim, para a **manutenção do tecido social e cultural** do meio rural e para a **segurança alimentar** das famílias e da região, enquanto multifunções da agricultura familiar (BONAL e MALUF, 2007).

Outro arranjo que ocorre em Seropédica é a “Horta Comunitária” construída pelo GAE – Grupo de Agricultura Ecológica – coordenado por alunos da UFRRJ, o qual realiza diversas atividades com os alunos, como cursos sobre agroecologia, criadouros de mudas e sementes, etc. Segundo o aluno (ALU1) entrevistado a formação do grupo de discentes é sazonal e descontinua em virtude da saída dos alunos que se formam, gerando uma descontinuidade nas atividades. Sobre a Horta Comunitária o mesmo explica que:

*É uma moradora aqui de Seropédica [...] ela trabalha na prefeitura e é formada em psicologia. Aí ela queria desenvolver esse projeto na comunidade, né. Aí chegou ao GAE pra saber do trabalho do grupo né, e convidou e temos chegado junto, né. É um terreno de uma pastora, só que como está numa briga de família, assim tudo mais pra fazer a divisão, aí ela falou: ‘vai usando aí o terreno, enquanto vocês quiserem’. Fica lá no final da rua 3. Tem uma população em volta e como ela é assistente social do CRAS<sup>114</sup>, então ela conhece bastante gente ali da região. E ela tá sempre fazendo esse trabalho de ir falar com os moradores. Eles quando chegam lá eles ajudam a gente também, plantam alguma coisa. Eles colhem e distribuem para quem tá lá, pros moradores [...] É bem educativo. A gente tá sempre filmando assim, explicando, né, como é que é uma plantação agroecológica, pra fazer um consórcio, com um defensivo biológico, mais natura [...] e a gente tá fazendo uma parceria também da horta com a ‘feira grátis’ que tem ali no 49. É uma feira de trocas, assim, de produtos. A gente tá querendo organizar um evento da feira com essa coisa de trocas e tudo mais. Chamar a sociedade, abrir um espaço lá (ALU1).*

A iniciativa da uma **gestão comunitária** coordenada pelo grupo de alunos é uma perspectiva de inclusão por meio da educação e da conscientização da população, acerca das benesses de uma atividade mesmo sem fins lucrativos, mas que pode vir a fomentar a criação de futuros grupos de agricultores com base nos preceitos da agroecologia. O GAE teve a sua origem em 1983 a partir do movimento estudantil orientado por alguns professores com a finalidade de discutir e implementar atividades envolvendo a Agroecologia na universidade (LUSTOSA, 2011). Atualmente o grupo conta com a participação de alunos da graduação e de programas de pós-graduação e vem atuando em projetos como este da Horta Comunitária entre outros que ocorreram ao longo das últimas décadas. Trata-se de um grupo que se auto gerencia com relações horizontais e não hierárquicas como na categoria “comunidade de prática” do referencial teórico da Gestão Social (cançado, 2011), com o intuito de trocar experiências e promover ações comunitárias que impactem na sociedade acadêmica e extra acadêmica. É

---

<sup>114</sup> CRAS é o Centro de Referência de Assistência Social de Seropédica que é responsável pela oferta de serviços de proteção social básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

também considerado como uma ferramenta pedagógica transdisciplinar entre alunos, professores e a comunidade (Ibidem, 2011).

Enquanto por um lado, ONG – organização não governamental – como a ABIO, o governo do estadual por meio do Programa Rio Rural e alunos da UFRRJ, fomentam a criação de associações e grupos comunitários, por outro lado, o poder público municipal não tem atuado para a criação de associações conforme previu o Plano Diretor Participativo (SEROPÉDICA, 2006, p.49):

**Art. 68.** Para fortalecer as atividades agropecuárias e gerar mais emprego e renda no meio rural, o Município deverá:

**I - fomentar a organização e a implementação de associações e cooperativas** nas comunidades rurais com vistas ao fortalecimento das atividades agrícolas, especialmente de agricultura familiar (grifo meu).

As contradições encontradas entre o documento como o plano diretor e as (não) ações da atual gestão da prefeitura evidenciam o descompasso entre o planejamento e a sua atuação com as políticas públicas para o meio rural. Neste caso, o plano diretor não passa de um acúmulo de princípios “ideais”, mas que não condizem com a lógica estratégica – com evidente influência na racionalidade instrumental – para o município, o qual tem, evidentemente como meta, atrair indústrias e condomínios logísticos, o que enfraquece e desmantela grupos, associações e agricultores familiares individualizados como a exemplo da especulação imobiliária. Embora a Secretaria de Ambiente e Agronegócio mantenha a representação das associações nas cadeiras destinadas aos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, as mesmas não frequentam e/ou já não existem mais. Mais ainda, não há a mínima intervenção por parte do poder público no sentido de resgatar os vínculos comunitários e a associatividade desses grupos constatados na observação participante do autor, assim como percebido nos discursos dos entrevistados.

#### **4.7.3. Os referenciais teóricos utilizados na discussão desta seção e quadro síntese de objetivos**

A fim de compreender as dinâmicas sociais e a interdependência dos atores em torno da criação e da dissolução de grupos e associações de agricultores familiares, essa seção utilizou conceitos de laços fortes e fracos de Granovetter (1973) os quais apontam para a tendência de uma racionalidade substantiva na perspectiva de Guerreiro Ramos (1981; 1983), cujo “despertar agroecológico” (LINHARES et al., 2013) de alguns pequenos produtores redesenhou novas perspectivas no surgimento de novas associações. A criação de tais grupos baseia-se na formação de “comunidades de prática” como categoria da Gestão Social (CANÇADO, 2011) que busca a interação dialógica sem hierarquia em uma abordagem socioprática.

A questão da aproximação da multifuncionalidade da agricultura com o território por Bonnal e Maluf (2007), assim como para a multidimensionalidade do desenvolvimento sustentável para Sachs (2008) possibilitaram a análise dessa tendência a partir das associações e comitês que vêm surgindo e os que vêm resistindo aos impactos socioeconômicos, culturais e ambientais na região.

A estrutura de governança dos SPGs e COGEMs de Seropédica enquanto arranjos produtivos locais a partir dos estudos de Villela e Pinto (2009) associado à noção de redes de Castells (2009), devidamente à luz da Gestão Social com base nos ensaios teóricos de Tenório (2007; 2012; 2016), auxiliaram nas reflexões dos discursos e documentos analisados nesse subitem. Tais análises apontaram para o possível surgimento de campos de poder que são formados por essas aglomerações sociais frente às políticas locais na visão de Bourdieu (1983). Sendo assim, os objetivos intermediários traçados para a tese nessa seção são tratados

no Quadro 15 a seguir, cujos resultados alcançados são identificados dada a especificidade do tema tratado.

**Quadro 15** – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção (Continua).

	<b>Objetivos intermediários</b>	<b>Resultados</b>
i	Identificar as principais leis e programas em documentos legais em escala nacional, regional e local e a história do município	<i>Perceber nos documentos convergências e divergências de ideias e ações para o desenvolvimento local.</i> Identificou-se estudos anteriores como os de Golinski (2008) acerca dos vínculos de associação dos agricultores assentados em Seropédica assim como referências de programas como o Rio Rural pesquisados em sítios da <i>internet</i> . O Plano Diretor Participativo de Seropédica também foi consultado e questionado quando da sua não implantação do Art. 68 pelo poder público municipal no sentido de fomentar e implementar associações e cooperativas nas comunidades agrícolas.
ii	Identificar os principais atores que propõem ações de desenvolvimento rural na região, a fim de reconhecer os <i>campos de poder</i> construídos na perspectiva das lideranças	<i>Quais são os atores envolvidos no desenvolvimento rural local? Como eles atuam?</i> Identificou-se nesta seção a participação de atores envolvidos nas ações de desenvolvimento rural, sobretudo, os que atuam para o fortalecimento das associações como os SPGs de agricultores orgânicos ligados a ABIO, pela própria estrutura de governança das associações e pelas parcerias que buscam com outras instituições de pesquisa e extensão como a UFRRJ, a EMBRAPA, a EMATER e a PESAGRO que é uma forma de resistência enquanto criação de campo de poder forte face às mudanças socioeconômicas na região. A EMATER teve um papel fundamental enquanto ator na criação dos três COGEMs do município pelo programa Rio Rural do governo estadual apesar das dificuldades encontradas no processo de implantação e da captação dos recursos financeiros. O surgimento de atores voluntários como os alunos da UFRRJ que compõe o GAE na criação da horta comunitária é uma iniciativa que poderá fomentar a criação de pequenas associações e grupos de produtores ecológicos no futuro.
iii	Verificar como se dá a ação comunicativa e as interações dos grupos de produtores com o poder local e com as instituições de pesquisa e extensão	<i>Identificar como ocorrem as interações entre os 3 atores: produtores, extensionistas e Estado. Há convergências ou divergências de ideias nos discursos?</i> Verificou-se que os maiores assentamentos criados no município no passado foram diluídos ou não se organizaram com vínculos de associação por falta de apoio tanto dos gestores do poder público municipal ao longo dos anos, quanto da dificuldade de interação com as instituições de apoio à extensão e à pesquisa para o desenvolvimento rural instaladas em Seropédica. O Surgimento de novas associações motivadas pela produção orgânica organizada e certificada pela ABIO – que é uma associação criada em escala estadual – empoderou alguns grupos de agricultores e os inseriu em um nicho de mercado que os mantém em uma estrutura de governança horizontal na qual a gestão social torna-se um dos seus princípios, além da emancipação e da participação frente aos anseios da comunidade sobre as políticas públicas inclusivas. Por outro lado, o programa Rio Rural criado por uma política pública do governo do Estado do Rio de Janeiro buscou a criação dos comitês para a preservação das microbacias dos rios da região tendo como contrapartida apoiar os pequenos agricultores. Tal organização possibilitou a interação com o poder público municipal com a intermediação da EMATER enquanto entidade organizadora do programa nos municípios. Portanto, a criação dos COGEMs facilitou o diálogo tanto com o poder público local, quanto o estadual e com as instituições de pesquisa e extensão. A criação da horta comunitária pelos alunos do GAE facilitou a interação dos moradores de Seropédica interessados em criar suas hortas, a partir da experiência proposta, com os alunos e professores-pesquisadores da UFRRJ.

**Quadro 15** – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção (Continuação).

	<b>Objetivos intermediários</b>	<b>Resultados</b>
iv	Verificar se há uma tendência de preservação e fortalecimento da atividade pelo empoderamento de grupos de famílias estruturados em associações que buscam uma “racionalidade substantiva” com base nos princípios da agroecologia.	<i>Verificar se conhecimentos tradicionais construídos localmente são difundidos e legitimados pelas atividades de pesquisa e extensão, se empodera os agricultores e gera valor agregado ao produto diferenciado.</i> Verificou-se que os SPGs tendem a preservar e fortalecer as suas atividades apesar das forças contrárias como a instalação de indústrias e ao pouco incentivo do poder público municipal. Os SPGs tem encontros e reuniões regulares e momentos de troca de experiências nas feiras o que fortalece ainda mais as ações dos grupos na busca por uma racionalidade substantiva com base nos princípios da agroecologia e pela aproximação com extensionistas e pesquisadores na área. Verificou-se que a criação dos COGEMs facilitou a reunião de produtores antes desarticulados, mas que atualmente reunidos em torno dos comitês, passam a ter a oportunidade de trocar experiências e de criar um campo de poder forte capaz de manter a atividade tanto individual quanto coletiva dos grupos. A criação da horta comunitária pelo GAE da UFRRJ também pode se tornar um espaço de troca de experiências de agricultores/moradores locais no sentido de estimular a criação de futuros pequenos agricultores motivados pelos princípios da agroecologia.

**Fonte:** quadro elaborado pelo autor.

#### **4.8. A Assistência Técnica Rural Local e os Projetos de Inclusão para a Agricultura Familiar**

O fato de Seropédica abrigar uma concentração de instituições, a qual pode ser considerada como um **polo de produção e transmissão de conhecimento em agropecuária**, pressupõe que haja uma interação e interdependência entre os atores que promovem pesquisa e extensão rural – como a UFRRJ, o CTUR, a PESAGRO, a EMATER, a EMBRAPA e a própria Secretaria de Ambiente e Agronegócio – e os agricultores familiares. Entretanto, ao longo da observação participante do autor assim como a partir das entrevistas realizadas com os diversos atores, são percebidas fragilidades e descontinuidades no processo de apoio e atendimento técnico e projetos de inclusão às comunidades rurais, associações e produtores individuais.

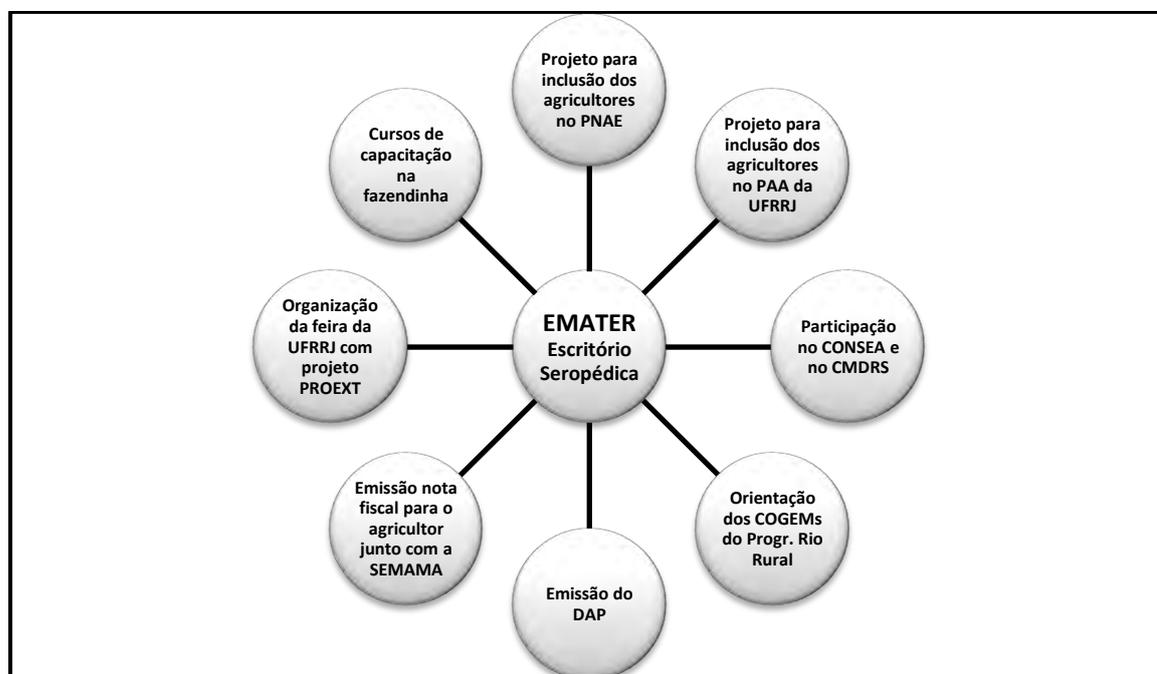
##### **4.8.1. As articulações institucionais: dificuldades iniciais.**

Uma das fragilidades percebidas é na interlocução entre a EMATER – que é a maior responsável pela assistência técnica rural de Seropédica, Paracambi e Itaguaí – e a Secretaria de Ambiente e Agronegócio, verificada na exposição da extensionista (APE3):

*Eles [a Secretaria de Ambiente e Agronegócio] ‘segurarem’ um pouco da informação pra eles é a parte da influência negativa, porque se dividir conhecimento vai ser melhor pra todo mundo. Então talvez um pouco mesmo de*

*falta de comunicação, trabalhar melhor na comunicação já vai ser mais positivo. Mas de maneira geral, o bom mesmo seria se a secretaria, ou chamasse a gente toda semana, ou a gente conversar pelo menos uma vez por semana, seria bem melhor, porque eu falaria assim: “olha o pessoal de lá de Eldorado, por exemplo, ta com problema assim, assim, ‘assado’. A Secretaria pode resolver? Não pode? Com quem que eu tenho que falar?”. Teria melhor informação, né?[...]mas de maneira geral [a relação com a Secretaria] é bem positivo. Eles nos ajudam na medida do possível.*

O discurso da extensionista da EMATER evidencia a necessidade de um estreitamento maior com a Secretaria de Ambiente e Agronegócio para que haja maiores trocas de informações, a fim de buscar parcerias assim como para solucionar alguns problemas advindos das demandas dos agricultores locais. Ela expôs a necessidade de reuniões semanais com algum membro da secretaria, pois considera que as reuniões do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável a cada dois meses é um intervalo muito longo para que possam estabelecer tais parcerias e trocas de informações. É importante salientar que mesmo com a dificuldade de se reunirem semanalmente, conforme sugere, a entrevistada considera as relações com os membros da secretaria de forma positiva, de modo que percebe ainda que haja uma ajuda mútua na “medida do possível”, sob a perspectiva do “interesse bem compreendido” na relação de interdependência de ambos na visão da Gestão Social (CANÇADO, 2011), em função das várias atribuições e demandas de trabalho de ambas as partes. Por meio da observação participante do autor nas reuniões dos conselhos municipais foi possível perceber o bom relacionamento interpessoal entre os membros das duas instituições, além da troca de informações e da busca de parcerias entre elas.



**Figura 41** – Ações da EMATER escritório local para a agricultura familiar em Seropédica.

**Fonte:** diagrama elaborado pelo autor com base nas informações fornecidas pelos entrevistados.

Na visão do representante do poder público, o agente institucional da pasta de ambiente e agronegócio, as relações e interações com a EMATER local têm melhorado muito nos últimos anos:

*Parece que hoje está sendo 'quebrado' esse orgulho... [...] esse material não é meu, isso aqui é de domínio público, eu tenho certeza que você vai usar isso pro bem do produtor. Então a gente tinha assim, uma certa... com a turma da EMATER, se [se] queria uma informação, um dado deles, à vezes a gente sentia que existia uma certa resistência em fornecer, e que era pro produtor. Então hoje eu tenho feito o levantamento das propriedades que eu vou com o GPS com tudo, né. Eu tenho tudo isso catalogado. Eu deixo eles [os documentos e dados], você pode pegar aqui. Então parece que eles agora tão com a gente mais 'abertos'. Quer dizer, agora com essa parceria lá dessa escolinha [CVAPA] que vai trabalhar junto com eles. Tem o sistema de notas [fiscais] da DAP, desse documento lá [...] então a gente está mais entrosado. Falta um pouquinho mais. [...] Porque esse afastamento, cada um trabalhando para um lado parece que está diminuindo, mas ainda falta estreitar mais esse laço aí (APP1).*

O discurso do entrevistado da SEMAMA corrobora com a fala da extensionista da EMATER sobre o distanciamento que existia entre as duas instituições, pois ambos confirmam que está diminuindo. Os entrevistados colocaram sobre a dificuldade da troca informações e conhecimentos sobre a realidade da agricultura local de Seropédica. Entretanto, o entrevistado da SEMAMA acrescenta que as parcerias para a emissão da DAP, documento cujo requerimento de nota fiscal pelo agricultor se faz necessário, assim como as atividades realizadas no CVAPA – Centro de Valorização das Áreas de Proteção Ambiental – construída no prédio de uma escola desativada no bairro do Carretão, têm aproximado as ações da referida secretaria com a EMATER local. Apesar das últimas parcerias entre as duas instituições, os dois entrevistados acreditam que os **laços** poderiam ser mais **fortes** – como na visão de Granovetter (1973).

Da assistência técnica oferecida pela prefeitura aos produtores familiares, destacam-se duas: (1) a vacinação gratuita contra a Febre Aftosa e a Brucelose aos produtores que possuem até 60 animais e (2) o empréstimo do trator aos agricultores em sistema de rodízio.

Segundo informações obtidas durante a observação participante do autor na reunião do CMDRS do dia 4 de outubro de 2016, somente os municípios de Paracambi, Seropédica e Japeri, oferecem gratuitamente a vacinação de prevenção contra a Febre Aftosa nos quais os municípios doam a vacina e ainda oferecem o serviço de aplicação das mesmas sem custos ao pequeno produtor. Entretanto o agente da SEMAMA de Seropédica não garantiu a continuidade desta atividade com a mudança da equipe gestora com a eleição do novo prefeito para 2017. As vacinações acontecem em parceria e com o acompanhamento da SEAPEC – Secretaria de Estado de Agricultura e Agropecuária do Rio de Janeiro – enquanto órgão fiscalizador do controle de animais. Segundo o agente entrevistado da pasta de ambiente e agronegócio, todos os bovinos das propriedades que possuem até 60 animais são atendidos, contemplando 81 produtores em 18 bairros do município na primeira etapa em maio de 2016, totalizando 3196 animais vacinados, segundo dados apresentados nas reuniões do conselho. Para o entrevistado representante da pasta, a vacina contra a Brucelose foi obtida através de parceria com a PESAGRO que vem fornecendo os medicamentos distribuídos aos pequenos produtores.

A iniciativa pela vacinação gratuita é sempre apresentada, comentada e elogiada nas reuniões do CMDRS pelos seus participantes como um avanço na assistência ao pequeno produtor, embora apresentem dificuldades para a sua execução pelo pouco contingente de funcionários à disposição da secretaria e devido à pequena frota de automóveis até o mês de maio de 2016 – a frota aumentou com a aquisição de dois automóveis no segundo semestre de 2016 pela SEMAMA. Na fala do entrevistado da SEMAMA nota-se a dificuldade encontrada pela equipe: “antes não tínhamos carro. Agora que ganhamos mais dois, não temos mais o pessoal que foi dispensado com a crise econômica do município. Vai ser mais difícil atender os produtores na próxima vacinação em novembro” (APP1).

O **segundo** destaque da assistência técnica oferecida pela prefeitura é o empréstimo do trator aos pequenos agricultores. A Secretaria de Ambiente e Agronegócio possui dois tratores: o mais antigo adquirido no passado com os recursos do PRONAF – mas que se apresenta constantemente defeituoso – e o mais novo adquirido com o Fundo do Meio Ambiente<sup>115</sup>, assim como os seus implementos como grade aradora, arado, etc.

O preparo do solo com o trator é solicitado pelos pequenos agricultores, mas há uma fila de espera devido à logística de deslocamento do mesmo entre os bairros do município. Na reunião do CMDRS de outubro de 2016, houve uma prestação de contas na qual foram atendidos 22 agricultores no bairro do Carretão com preparo do solo com arado, mas ainda tem 25 agricultores solicitantes em fila de espera nos bairros do Ingra, Filhos do Sol, Jardim Maracanã, Piranema, Santa Sofia, Eldorado e Casas Altas, obedecendo o itinerário entre os bairros para o deslocamento do equipamento.

A transparência das atividades desempenhadas pela SEMAMA nas reuniões do CMDRS é uma prática constante, além da exposição dos valores e itens dos equipamentos e materiais em processo licitatório como os dois automóveis, a grade aradora, o arador fixo, a roçadeira lateral e a retroescavadeira.

Ao analisar o Plano Plurianual do município observa-se o orçamento destinado à Secretaria de Ambiente e Agronegócio nos anos de 2014 a 2017 (Tabela 9) com valores crescentes, embora sejam insuficientes para os custos de manutenção do trator e seus implementos, assim como das atividades de deslocamento às áreas produtivas, segundo o discurso do representante da pasta durante a observação participante nas reuniões do CMDRS. O representante da SEMAMA expôs várias vezes durante as reuniões do conselho que teve que custear com os seus próprios recursos financeiros o conserto de algumas peças do trator, assim como o combustível para o funcionamento do mesmo.

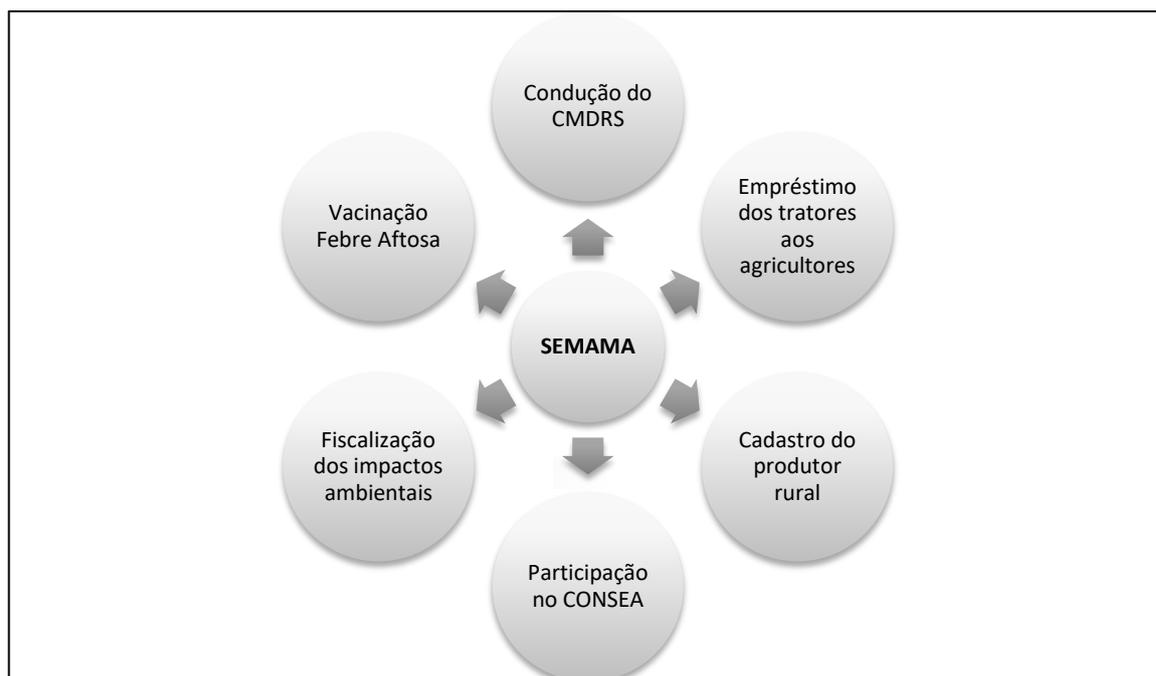
**Tabela 9** – Orçamento do Município de Seropédica para a Secretaria de Ambiente e Agronegócio.

2823 Manutenção, administração e operacionalização da unidade Unidade orçamentária	ano	metas	valor
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL SEROPÉDICA SECRETARIA DE AMBIENTE E AGRONEGÓCIOS	2014	100%	523.500,00
	2015	100%	575.300,00
	2016	100%	632.830,00
	2017	100%	696.113,00
	Total		2.427.743,00

**Fonte:** Plano Plurianual do Município de Seropédica – PPA.

Além do destaque dessas duas principais atividades exercidas pela SEMAMA, há também a emissão de GTA – Guia de Trânsito de Animal, o cadastro do produtor rural para a emissão da DAP e a condução e organização do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, conforme destaca o diagrama da Figura 42.

<sup>115</sup> O próprio secretário de ambiente e agronegócio quando esteve presente em uma das reuniões do CMDRS salientou que a junção da secretaria de meio ambiente com a secretaria de agronegócio, foi justamente para a utilização dos recursos advindos do fundo de meio ambiente com o repasse das multas e compensações ambientais das indústrias do município para ajudar os pequenos agricultores.



**Figura 42** – Principais atividades desempenhadas pela Secretaria de Ambiente e Agronegócio  
**Fonte:** diagrama elaborado pelo autor com base em informações fornecidas pelos entrevistados

Segundo o agente entrevistado da Secretaria de Ambiente e Agronegócio o empréstimo do trator é visto pelo agricultor com desconfiança:

*O pessoal hoje, o que eu vejo do produtor, é claro que a gente ta... eu por ter mais contato com eles, então eu vou, eu converso, então a gente tem uma abordagem diferente. Mas eles é uma desconfiança quando se trata de alguma coisa de prefeitura [...] não é o momento oportuno a gente chegar, que eles vão achar, associar, e não tem nada a ver, cara... nós queremos, nós tamos com esse trator aí e botar isso pra trabalhar. É uma parceria pra eles. Mas eles acham, eu já ouvi isso lá. Não é de todos não: 'ah, vocês estão vindo pra cá porque tem eleição [do prefeito]' e na verdade não é.[...] A gente tem notado que esse trator aí tem feito várias... com toda dificuldade, a gente tem corrido aí o pessoal. Tem feito, né, preparado a terra deles aí... então é a iniciativa. A parte mecânica deles a gente tem feito (APP1).*

Apesar do bom relacionamento percebido entre o agente entrevistado da SEMAMA e muitos agricultores, embora haja muitas dificuldades para a operacionalização do empréstimo do trator, há um distanciamento do agricultor com poder público por desacreditarem nas suas ações, em função das promessas realizadas no passado e que não foram cumpridas. Segundo o agente entrevistado da SEMAMA, os agricultores associam equivocadamente qualquer ação da prefeitura com fins eleitoreiros. Pode-se perceber esse descrédito do agricultor na exposição do professor do CTUR:

*O produtor está desacreditado, né? O produtor procura a assistência quando cai uma vaca dele lá que ele vai tentar curar a vaca. Quando aparece a doença que ele vai procurar a assistência. Muito fraca. Lá um ou outro é mais interessado e tal. Mas a iniciativa é muito do produtor. Não tem um programa né, não tem um programa de assistência ao produtor. De repente através da associação se ela fosse forte, realmente agregasse. [...] A EMATER poderia fazer junto aos agricultores e não faz, não tem pernas pra fazer, não sei porque não faz, não to julgando se a EMATER está trabalhando bem ou mal. [...] mas são iniciativas que poderiam ser feitas com os produtores mas não se faz. Por que? Por que está todo mundo desagregado (PRO4).*

Para o professor entrevistado, que também atua como agricultor local, o agricultor familiar está desacreditado das políticas públicas de assistência técnica e desagregado em termos de associações que, na sua visão, poderia ser um elemento mobilizador junto ao poder público municipal e à EMATER enquanto órgão estadual, a fim de reivindicar algumas intervenções para que haja melhorias na sua produção, comercialização, etc.

**Tabela 10** – Assistência técnica governamental oferecida a produtores rurais de Seropédica em porcentagem (%)

Assentamentos	EMATER	UFRRJ	PREFEITURA	PESAGRO	EMBRAPA
Bairro Incra	11,7	2,2	1,1	0,0	4,2
<b>Sol da Manhã</b>	<b>23,1</b>	<b>1,9</b>	<b>0,0</b>	<b>1,9</b>	<b>7,7</b>
<b>Filhos do Sol</b>	0,0	0,0	0,0	<b>12,5</b>	<b>6,2</b>
Eldorado	3,7	14,8	3,7	0,0	0,0
Coletivo	5,8	3,8	1,9	0,0	1,9
São Miguel	3,7	3,7	0,0	0,0	0,0
Sá Freire	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0
Piranema	8,0	4,0	0,0	0,0	2,6
Canto do Rio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

**Fonte:** Golinski (2008, p. 34, grifos meus)

Em pesquisa anterior percebe-se que à época o destaque à comunidade Sol da Manhã – que atualmente já tem um número reduzido de agricultores e a total desarticulação da sua associação devido à especulação imobiliária no local – a tabela 10 aponta o número de parcerias em média de atividades de assistências técnicas com a EMBRAPA-Agrobiologia (7,7%), e com a EMATER (23,1%). Enquanto isso nota-se que a prefeitura pouco assistiu àquelas comunidades que buscam a racionalidade substantiva capaz de fortalecer as associações através de práticas menos conservadoras e mais sustentáveis nas suas várias dimensões (SACHS, 2008), embora em seu plano diretor aponte que foram constituídas como medidas específicas para o fortalecimento da horticultura (SEROPÉDICA, 2006, Art. 71, p. 54) os seguintes itens:

- I. promoção de agrovilas como modelo sustentável de desenvolvimento para as comunidades rurais; II. fortalecimento de associações de produtos hortícolas; III. adoção do sistema de produção programada, garantindo quantidade, qualidade e regularidade dos produtos hortícolas; IV. prioridade no atendimento aos pequenos horticultores pelas patrulhas mecanizadas; V. parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RJ e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural SENAR, EMBRAPA, UFRRJ e PESAGRO para desenvolvimento de cursos sobre produção agroecológica de alimentos, controle de pragas e doenças, rotação e corte de hortaliças, melhor época de plantio para cada hortaliça, uso correto de defensivos agrícolas, classificação, embalagens, transporte e comercialização de produtos hortícolas; VI. revitalização do Mercado do Produtor e construção dos mercados populares do KM 49 e KM 40.

Percebe-se no artigo 71 do Plano Diretor do município que há, no seu texto, a presença de interesse em estimular o fortalecimento de associações, a criação de modelos sustentáveis e a criação de parcerias com pesquisa e extensão. O Plano Diretor do município, no artigo 69 (SEROPÉDICA, 2006, p. 53), dispõe ainda que “deverá ser apoiada a implantação de projeto integrado e de parceria entre a iniciativa privada e os centros de pesquisa, difusão e transferência de tecnologia nas áreas de agroecologia e agroindústria orgânica”. Entretanto, tal realização não ocorreu de imediato de acordo com as expectativas, segundo os dados levantados por Golinski (2008) acerca da assistência técnica governamental oferecida aos produtores rurais de Seropédica no período investigado pela mesma.

Embora o município de Seropédica abrigue o notável **polo de produção e transmissão de conhecimento** em questões rurais, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão com a EMBRAPA-Agrobiologia, UFRRJ, CTUR, PESAGRO, técnicos da prefeitura e EMATER-Rio, composto por instituições governamentais (tabela 10), não é possível perceber uma expressiva atuação por meio de assistências técnicas nas comunidades e assentamentos rurais do município conforme estudo realizado por Golinski (2008).

A desarticulação entre as instituições que atuam em extensão ao agricultor familiar local é um fator a ser discutido e repensado. Sendo Seropédica sede deste **polo de produção de conhecimento em agropecuária** formado por várias instituições de ensino, pesquisa e extensão, a ausência de integração entre esses atores não contribui para a sinergia necessária para o desenvolvimento do território nas suas várias dimensões, por meio do fortalecimento da agricultura familiar no local. Pode-se perceber essa dificuldade de integração na exposição da professora (PRO1) a qual vem buscando o estabelecimento de algumas articulações entre instituições:

*Agora, a minha percepção, é que falta muito articulação. Olha só: o que adianta eu desenvolver qualquer prática com agricultor, 'ah, eu tô fazendo extensão'... mas não tem alcance pra mudar a realidade. Tá faltando mesmo articular as instituições com também o poder público. Que também não adianta nada a gente pode 'morrer na praia', tem muita coisa pra ser feita, tem muita ideia legal, mas você não tem como difundir aquilo pros agricultores, ou eles também não absorvem, porque precisa de um trabalho mais integrado com a EMATER. Não tem como a gente fazer nada ao longo, de desenvolvimento de verdade sem ter um órgão de assistência. A gente não tem perna pra isso, não tem conhecimento para isso. [...] eles [da EMATER] estão isolados não tem apoio financeiro também, tem uma dificuldade danada. E o que acontece? Eu vejo e percebo que fica muita competição entre as pessoas, um ego muito grande e pouca integração.*

No discurso da professora que é pesquisadora e extensionista da UFRRJ é retratada a realidade do individualismo nas ações entre os atores envolvidos em projetos voltados para o agricultor familiar, na qual aponta a importância do contato com a instituição EMATER para que haja acesso aos agricultores locais e, conseqüentemente, fazer com que as ações sejam realmente efetivas para o **desenvolvimento sustentável do território**. Embora aponte muitos problemas pela ausência de parcerias entre as instituições, assim como com o poder público municipal, as articulações são necessárias para que haja continuidade das ações e que as mesmas se efetivem para o desenvolvimento local.

O professor extensionista (PRO2) retrata as dificuldades em obter parcerias e articulações entre as instituições:

*E uma demanda mais elaborada essa resposta é mais difícil porque ela exige um apoio institucional mais amplo um conjunto de conhecimentos que precisa ser articulado. Então aí eu fico nesse limite. Entre um e outro, por exemplo, eu tentei um apoio técnico mais específico que era o uso do trator que existe no CTUR. Porque aqui dentro da universidade também tem tratores, mas sempre se apresentavam como menos acessíveis, porque os caras usam, porque os caras tem só um, não querem emprestar. Eu consegui com o diretor do CTUR essa ajuda mas eu descobri que a instituição em si, ela própria, ela não tem essa perspectiva de dar apoio pela cultura institucional pela forma como o poder se estabelece na instituição. Então, por mais que eu tivesse um documento autorizado pelo diretor do colégio técnico, a pessoa que é o responsável pela garagem onde estão os tratores lá no colégio técnico, ela se acha no poder e na condição de negar o uso pra mim. Isso ele vai fazer. Isso como forma de manifestar o poder dele sobre mim e de dizer pra você: 'eu faço o que eu bem quiser e não tenho interesse nenhum em alimentar esse trabalho pra fora da universidade. Já basta o trabalho que eu tenho aqui, eu não eu não vou ajudar você'. No dia que eu fui buscar o trator eles furaram o pneu do trator. Foi bem marcante isso. Não foi um acidente. O pneu é rasgado é dado essa justificativa. E eles simplesmente nunca me procuraram outra vez pra dizer:*

*‘consertamos o pneu e agora você pode usar’. Simplesmente eu fui ignorado. Então eu me deparo com uma face institucional que trás a rejeição, trás o não interesse, o não envolvimento, a restrição do trabalho do profissional apenas ao campo aqui interno da universidade.*

As dificuldades das articulações expostas pelo professor extensionista revelam a grande desarticulação dentro da própria instituição da universidade com o desinteresse dos funcionários em atuarem em apoio aos agricultores familiares de fora da instituição. O mesmo professor (PRO2) continua retratando a relação entre os agricultores e o extensionistas e pesquisadores de Seropédica com a seguinte fala:

*Esses agricultores são muito espertos, né? Também foram criando ao longo do tempo uma relação de sobrevivência com essas entidades, que é uma relação similar a que a entidade tem com eles: de uso para benefício naquilo que é possível. Então não é uma relação que se estreita. É uma relação pontual de acordo com o interesse de lado a lado. Então vou dar um exemplo: ‘os agricultores sabem, por exemplo, que tem um cara lá na PESAGRO que produz muda ou que produz calda bordalesa, ou que produz outro tipo de substrato que possa favorecê-lo. Então eles têm acesso a essas informações, eles vão e fazem acesso a essa informação. E então às vezes conseguem obter alguma ajuda, mas não é nada sistemático. A EMBRAPA, por exemplo, não tem nada sistemático [...] não é nada organizado.*

A descontinuidade das atividades de extensão, a não sistematização de uma “cultura” de apoio assistido ao agricultor familiar de forma mais organizada e articulada pelas instituições, o levou a não acessar os projetos e/ou se apropriarem pontualmente de alguma ajuda ainda que seja uma simples doação de muda ou insumo agrícola, na visão do professor entrevistado. A ausência de uma política e de um planejamento inter e intrainstitucional que apoie de maneira mais sistemática e contínua o agricultor familiar, ainda é algo que necessita de atenção e aproximação por parte dessa aglomeração de entidades voltadas para ensino, extensão e pesquisa localizadas em Seropédica. Portanto, pode-se dizer que, segundo o entrevistado (PRO2), não se criou ao longo dos anos uma relação de interdependência entre os agricultores e os extensionistas ao buscar “interesse bem compreendido” – como categoria teórica da Gestão Social (CANÇADO, 2011) – ao partir do bem estar coletivo a fim de chegar ao bem estar individual. Tal pontualidade compromete a continuidade do processo de mutualidade de direitos e deveres entre ambos, o que para a proposta da Gestão Social é evidenciada pela categoria “sustentabilidade”.

A pesquisa de Queiróz (2014, p.94) discute sobre a relação entre o pesquisador/extensionista e os produtores orgânicos de Seropédica, a qual aponta que “enquanto o foco do pesquisador está no resultado da pesquisa e nos possíveis desdobramentos [...] o agricultor tem interesse na eventual disponibilidade de recurso oferecido pelo financiamento da pesquisa e no conhecimento (científico e tecnológico) para melhorar a sua produtividade” o que corrobora com a visão do PRO2 entrevistado. E mais ainda, acrescenta que só haverá a viabilidade da pesquisa se ocorrer o “encontro de vontades” entre ambos.

Como já foi discutido anteriormente a EMATER local tem um papel fundamental na extensão e, sobretudo, na articulação entre as entidades de pesquisa e extensão assim como a coordenação e execução de programas estatais como o Rio Rural. Para a implantação do programa em Seropédica foi necessária a seguinte sequência de atividades por parte da EMATER: (1) apresentação do programa ao município – ao poder público; (2) o mapeamento das áreas; (3) a priorização das microbacias hidrográficas que são espaços geográficos delimitados por aquíferos; (4) apresentação do programa às comunidades; (5) adesão da comunidade; (6) identificação dos grupos de interesse; (7) a formação do COGEM – Comitê Gestor da Microbacia com presidência e membros diretores; (8) elaboração do PEM – Plano Executivo da Microbacia – e DRP – Diagnóstico Rural Participativo; (9) apresentação do

programa no CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável; (10) seleção de beneficiários; (11) sorteio; (12) elaboração de PIDs – Planos Individuais de Desenvolvimento, submissão à análise de recurso e liberação do recurso; (13) prestação de contas – 45 após a liberação do recurso e (14) supervisão.

A extensionista da EMATER expõe a forma como a instituição intervém no processo de acompanhamento e de implantação do programa Rio Rural:

*A gente explica pros produtores que é um programa destinado ao desenvolvimento da área da microbacia de forma sustentável. Só que também a gente entende que pra você tentar desenvolver a sustentabilidade com a produção você tem que dar um subsídio pro produtor, como uma assistência técnica de melhor qualidade e também uma assistência financeira, que do programa entra, né, custeando alguns subprojetos. O valor total do recurso são R\$ 7000,00 [individual]. Esse recurso é 'fundo perdido', o produtor não precisa reembolsar, mas ele precisa fazer, demonstrar em que ele utilizou. Ele precisa fornecer as notas fiscais. Comprovar que ele utilizou aquele recurso praquela prática. Senão ele entra em dívida ativa [...] são algumas práticas, não é tão abrangente assim [...] divididas em práticas de adequação ambiental, prática agroecológica, prática de gestão de água também, e prática econômica produtiva. Aí eles escolhem quais as práticas, pelo menos alguma com certeza de adequação ambiental tem que entrar em todos os projetos. E vão manejando esse recurso de acordo com o que é viável pra eles naquela propriedade (APE3).*

A necessidade de assistência técnica desde a elaboração do projeto até a sua implantação é um fator preponderante para a extensionista. Todo o processo é acompanhado e monitorado pela EMATER, a qual organiza os encontros e reuniões com a comunidade em função das adesões e dos acordos estabelecidos coletivamente por meio da **gestão participativa e democrática**, segundo ela. Embora seja um programa que estabeleça algumas normas e critérios para a sua efetivação, trata-se de uma ação de parceria entre a sociedade civil e as entidades mantenedoras. Portanto, um dos critérios para a sua execução é a **gestão social** (TENÓRIO, 2016) para que se busque uma relação horizontal entre os participantes e as instituições que apoiam e que intervém no processo de atendimento e assessoria técnica rural. Pode-se considerar pela observação participante do autor que a orientação do programa visa, sobretudo, a “emancipação para a autonomia política” e social enquanto categoria de intenção da teoria da Gestão Social (CANÇADO, 2011).

Na visão do produtor ligado ao COGEM de Piranema quando questionado sobre a assistência técnica na sua comunidade, a aproximação das instituições:

*É hoje tá chegando. Conseguiu diminuir esse hiato que tinha da EMATER [...]. O pessoal aí acompanha. A maioria do pessoal vem aqui. Eu sou um cara que até me estresso muito porque eu cobro do pessoal. Às vezes elas não têm condições [de ir até nós] porque não tem combustível. Então eu peço pro pessoal vir aqui do Rio Rural [...]. Mas melhorou bastante [...]. Com secretaria de agricultura [...] diminuiu muito. Hoje o hiato quase não existe. O que você pede a ele eles fazem [...] com a Rural não tenho muito contato, hoje da assistência. Mas hoje com a EMATER melhorou muito (AGR3).*

O agricultor entrevistado, além de ser o único ator da sociedade civil – produtor – que tem ultimamente participado das reuniões do conselho de desenvolvimento rural, se colocou à disposição para a função. Enquanto atuante do COGEM da Microbacia de Piranema, o produtor tem atuado em parceria com os técnicos da EMATER na consolidação do comitê na sua comunidade solicitando constantemente intervenção do poder público para os problemas encontrados na localidade em que produz – também por estar próximo do aterro sanitário. Trata-se de um ator importante na gestão social tanto para o comitê que está formando – COGEM – quanto para a interlocução e a ação comunicativa para que haja o mútuo entendimento com o poder público municipal por meio do CMDRS. Segundo ele, a

implantação do programa Rio Rural vem ocorrendo a contento, embora saliente sobre a burocratização do processo.

Por outro lado, a agricultora (AGR2) do Bairro de Santa Alice que compõe o COGEM do Rio Guandu aponta alguns problemas na implantação do programa no município conforme observa-se no seu discurso:

*Pra fixar o agricultor no campo, além da ajuda do poder público, é... falta de investimento, né? A dificuldade da gente conseguir investimento. Vamos assim, pelo Rio Rural, por exemplo, nós pedimos, vários agricultores, né? Foi solicitado aquele micro trator, pra ajudar, pra facilitar o dia a dia da gente, pelo projeto. Mesmo porque o projeto cobre uma parte [do valor] e você tem que entrar com a outra parte. Não é financiado [custeado] 100%. Foi feito esse projeto já tem 1 ano. Mas esse projeto era pra ter sido aprovado no ano passado [...] Só que eu não sei se é por conta da EMATER que não tem recurso ou se é muito morosa. Não sei. Ou se é por questão política também, né? A gente não está vendo esse financiamento sair. E mesmo que saísse agora, a diferença do orçamento já é bem defasado, né?*

Como o primeiro COGEM a ser implantando foi o da Bacia do Rio Guandu, a agricultora criou a expectativa da chegada do recurso financeiro anteriormente ao entrevistado da Bacia do Piranema que ainda está em fase de implantação. Esse pode ser um dos motivos para o “desencanto” da entrevistada sobre o atraso no repasse da verba para a compra do mini trator. Embora considere uma política pública que busca ajudar o produtor com a contrapartida da implantação de projetos sustentáveis para o território, a morosidade no repasse dos recursos pode estar contribuindo tanto para o descrédito por parte dos agricultores, quanto para a execução do projeto que propõe causar impactos positivos para o meio ambiente. O fato do recurso financeiro cuja origem é internacional – do Banco Mundial – e/ou devido à crise econômica amplamente divulgada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro para os anos de 2015 e 2016 pode ser a justificativa para o impeditivo da sua imediata aquisição do apoio por parte dos agricultores. Porém, essa falta de perspectiva pode enfraquecer os comitês e as ações decorrentes dos projetos de sustentabilidade social, econômica e ambiental idealizados pela parceria entre a comunidade contemplada com o programa e a EMATER, mais ainda, desmobilizar os atores da sociedade civil na gestão social dos comitês e do território.

Assim, o município de Seropédica enfrenta vários problemas para a efetivação e operacionalização de políticas públicas de assistência técnica e social para os agricultores familiares.

Ao questionar sobre que tipo de assistência técnica os agricultores do Bairro Incra – o que mais fornece alimentos para o CEASA – receberam das instituições de pesquisa e extensão do local a resposta foi a seguinte:

*Não. Nunca teve. Olha pra te dizer uma coisa, a única coisa que teve foi que a prefeitura, deve ter sido com esse dinheiro aí do PRONAF fez na entrada do [Bairro] Incra, na [rodovia] Rio-São Paulo, fez um casebrezinho lá com cobertura e intitulou de ‘Casa do Produtor’. Nunca, nenhum produtor nenhum morador foi perguntado foi chamado a participar pra dizer que queria aquilo. Na época a prefeitura declarou o custo da obra 171 mil reais. Na época era muito dinheiro [...] mas nunca foi usado, nunca. Além do superfaturamento, tem o mau uso do dinheiro público. [...] Pra não dizer, quando nós tivemos a associação de moradores chegou aí um secretário de meio ambiente e agricultura da época [...] com um questionário de o que a gente queria, o que a gente esperava, que tinha um dinheiro. Preencheram lá uns papéis e nunca mais, ôh.(AGR5)*

No discurso da agricultora do Bairro INCRA não há assistência técnica alguma há anos na sua comunidade. Comenta ainda que atualmente estão surgindo articulações com a Feira da Agricultura Familiar da Rural, na qual teve a aproximação da EMATER e das associações de produtores orgânicos abrindo a possibilidade da transição para a agroecologia,

mas que ninguém vai dar assistência aos produtores do bairro há anos. O comentário sobre a construção do imóvel “Casa do Produtor” deixa claro que o poder público no passado criou esse “centro de atendimento ao agricultor” sem a mínima consulta à comunidade e, mais ainda, nunca funcionou com esse intuito, segundo a agricultora. A mesma salientou ainda que atualmente nesse imóvel funciona a atual sede do Corpo de Bombeiros do município, porém ficou anos sem uso para o agricultor familiar do bairro. Ainda na sua visão, a má aplicação do dinheiro público com possíveis usos de recursos do PRONAF para tal empreendimento, além de ter sido superfaturado pelo alto valor da obra, considera ainda que o mesmo não atendeu às necessidades da população e dos agricultores locais.

Para a pesquisadora da EMBRAPA (APE2) há uma enorme desarticulação entre as instituições instaladas no município para o desenvolvimento territorial e para o fortalecimento da agricultura familiar, como percebe-se em sua fala:

*Aqui no município se houver um esforço de uma gestão integrada [...] Temos assim, uma cultura, embora esteja dentro de uma universidade, dentro de uma instituição de pesquisa [...] a gente vê que a cidade não tem uma preocupação com isso [...] Eu vejo aqui um pouco desarticulado [...] eu não sei, mas acho que é a falta de vocação, não é nem vocação. É a desarticulação que está a questão da agricultura aqui. Eu acho que poderia melhorar. Agora, como melhorar?*

Na sua visão a falta de integração entre as instituições que compõem esse *polo de produção de conhecimento* que está instalado em Seropédica corrobora com a percepção dos demais entrevistados, sobretudo, acerca das limitações do poder público, no papel da Secretaria de Ambiente e Agronegócio, cuja função seria promover essas articulações por abrigar em seu território todas as entidades que desenvolvem pesquisa e extensão em agropecuária. Considera ainda que ações pontuais, individuais e desarticuladas podem ter início e fim, descaracterizando ações contínuas de apoio ao agricultor familiar.

Em pesquisa anterior, Queiróz (2014, p.91) descreve o tipo de relação das instituições de pesquisa com o início da criação dos SPGs de produtores orgânicos no município:

*A relação com essas instituições foi inicialmente pontual e limitada a projetos específicos de pesquisa de professores e pesquisadores, que buscavam espaços para realizar os seus experimentos científicos, e que nesse contato inicial fizeram abordagens com os agricultores no sentido de explicar os benefícios da agricultura orgânica e seu potencial de crescimento, o que naquela ocasião, representou um incentivo para o aprendizado sobre a agricultura orgânica e a opção por esse cultivo em oposição ao pacote tecnológico convencional, considerando as dificuldades que estes agricultores viriam enfrentar para conseguir produzir e escoar a sua produção.*

Embora tenha havido relações de aprendizagem pontuais na transição de produtores convencionais para orgânicos no município, a instituição certificadora ABIO foi a maior responsável pela extensão rural desses grupos no sentido de orientar os agricultores sobre o manejo nesse modo de produção. Durante os acompanhamentos, reuniões e visitas técnicas, a ABIO foi a entidade que mais interagiu com o SGP Seropédica no sentido de oferecer todo o aporte teórico e técnico para a produção de alimentos orgânicos, associada às pontuais intervenções das instituições de pesquisa e extensão locais.

A agricultora (AGR1) do SPG Seropédica expõe que houve um desânimo muito grande por parte dos agricultores dos assentamentos Sol da Manhã, Santa Alice, Eldorado e Coletivo até o ano de 2008 quando houve a aproximação com instituições que fomentavam a produção orgânica no local, segundo a sua exposição:

*Quando chegou, quando teve toda a mobilização, né? A Rede Ecológica<sup>116</sup> que é uma rede de consumidores para a compra coletiva e nesse mesmo instante a ABIO*

---

<sup>116</sup> A Rede Ecológica é um movimento social por iniciativa de um grupo de moradores da Urca, na Zona Sul do Rio de Janeiro, que surgiu no ano de 2001 e que tem por objetivo organizar e fomentar o consumo de alimentos

*também criou força, já que eram grupos que estavam se reunindo, aí a associação também tinha força pra fazer projetos e trazer pessoas preparadas; técnicos pra dar toda orientação ao agricultor e o primeiro passo foi aquele que eu te falei: os agricultores aprender o valor que tem o produto dele. E sala de aula, mas lá mesmo no campo. Aí pro agricultor saber o custo de produção e aprender a fazer até 'continha' quanto gasta pra produzir cada cultura e o planejar, o planejamento de produção [...] todo o nosso saber foi aprimorado. Porque o produtor já sabe a época certa, já sabe tudo, como plantar e cada época. Mas ele não tinha noção nenhuma de quantidade, pra onde ia. Ele plantava, por plantar. Porque o produtor planta. Chegou a época, a terra ta molhada é um espírito assim que não adianta você falar: 'você não vai consumir, você não tem pra onde vender', mas o momento de plantar é aquele [...] esse trabalho aí [da ABIO] foi a transformação geral.*

O apoio logístico e técnico da ABIO foi fundamental para o surgimento do SPG de Seropédica que, segundo a entrevistada, foi o pioneiro da região, no qual se juntaram também produtores de Japerí, Paracambi, e outros municípios próximos para a composição do grupo. Embora o Serorgânico tenha sido composto somente por agricultores de Seropédica, o SPG agregou produtores de outros municípios periféricos do município.

Segundo a entrevistada participante do Serorgânico a criação de SPG facilitou a organização das associações na busca de parcerias entre os próprios agricultores e com os extensionistas, sobretudo, pela necessidade de buscar e partilhar informações que contribuam para o desenvolvimento local, não somente para a produção e para a comercialização, mas também devido à necessidade de preservação dos ecossistemas eficientes para a manutenção da atividade de forma sustentável.

Seguindo essa lógica da comercialização local, alguns grupos em Seropédica vêm se organizando para a compra articulada em parceria com professores da UFRRJ que dão apoio em projetos de organização junto aos agricultores locais:

*Conseguimos montar um grupo de compra, aqui de orgânicos deles, né? Essa lista de compras é comprada por gente de Seropédica e aqui da Rural [UFRRJ], um outro grupo está na EMBRAPA e um terceiro grupo está fora daqui que é em Nova Iguaçu. O eixo desse trabalho é um dos agricultores daqui [...] que tem se dedicado mais à coisa do transporte. Ele é uma pessoa chave, tem uma capacidade de organização muito boa e é com ele que a gente vem montando esse grupo pra dar suporte (PRO2).*

Embora esta seja uma iniciativa de articulação comercial entre professores e funcionários da universidade para a aquisição de produtos orgânicos locais, não deixa de ser um estímulo pela parceria com os agricultores que necessitam do escoamento de sua produção na qual a logística de transporte é facilitada pela proximidade. Como a reprodução socioeconômica das famílias é considerada como uma das multifunções da agricultura familiar segundo Bonnal e Maluf (2007) e como um fator preponderante para a sua manutenção na atividade, circuitos de compra curtos são fundamentais para o fomento da produção, sobretudo, para o consumo de produtos orgânicos. A pesquisadora da EMBRAPA entrevistada expõe que faz parte do circuito de compras local e considera que essa lógica poderia se estender para os próprios funcionários das indústrias que estão se instalando em Seropédica:

*Ele manda toda semana a lista de produtos que ele tem, a gente marca, deposita na conta dele e ele trás na semana mesmo [...] criar essa cultura que é possível produzir pra esse pessoal que está chegando querendo uma alimentação mais saudável [...] a gente já compra sabendo quem está produzindo aqui (APE2).*

---

orgânicos no município. A compra dos produtos é realizada coletivamente pelo contato direto com os agricultores das cidades periféricas à capital, cuja identidade se aproxima dos interesses e princípios socioambientais adotados pela Rede (QUEIRÓZ, 2014, p. 92).

Outro exemplo é o **Projeto Horta Medicinal** enquanto projeto de extensão da UFRRJ em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, o qual pretendeu criar uma rede de agricultores para a produção de plantas medicinais, cujos distribuidores seriam os postos de saúde do SUS – Sistema Único de Saúde – no sentido de estimular a divulgação de terapias alternativas. A participação da pesquisadora representante do projeto na quinta reunião do CMDRS de 2014 ocorreu com o intuito de buscar parcerias e contatos com os produtores e instituições interessadas em participar do projeto, fortalecendo a produção agroecológica dos agricultores locais e valorizando o seu saber-fazer nas suas práticas agrícolas e, mais ainda, ampliando o campo mercadológico para essas famílias. Entretanto, apesar do contato da pesquisadora com os agricultores o projeto não se efetivou segundo a sua explicação:

*Eu comecei a levantar os produtores daqui, que talvez tivessem condições de produzir plantas medicinais, mas pra eles se associarem ao projeto da Fiocruz. O projeto da Fiocruz recebe plantas de agricultores mais do pessoal do Maciço da Pedra Branca. Mas muito pouca coisa. Eles estão nessa situação de ‘vamos fazer, vamos montar a rede de produção de plantas medicinais’ para o SUS, mas o círculo nunca se fecha, sabe? [...] e aqui em Seropédica eu não tive sucesso [...] eu não gostei pelo seguinte: eu tive muito trabalho pra encontrar as pessoas pra ir até as pessoas. Marcava às vezes, é... telefonava e não conseguia. E fiquei nesse problema muito tempo e o negócio não rendeu [...] eu fui numa reunião do Serorgânico e aí eu vi eles conversando da dificuldade que eles estavam de produzir, por causa da seca. Principalmente isso. A maior preocupação deles naquela reunião foi sobre a seca. Deles não conseguem tirar água de lugar nenhum. Das reservas de água deles estarem secando (PRO3).*

Mais uma vez o fator limitante para o desenvolvimento de um projeto em parceria com a universidade e com a Fundação Oswaldo Cruz para um grupo de agricultores organizado foi a dificuldade já observada e discutida acerca dos recursos hídricos. A professora pesquisadora notou na reunião de SPG de Seropédica com a Associação Serorgânico, que o fator “ausência de água” seria um complicador para o desenvolvimento do projeto, cuja meta seria a produção de plantas medicinais para o envio ao programa do SUS o qual deveria seguir uma periodicidade, tal qual ocorre com a comunidade de agricultores do Maciço da Pedra Branca no Município do Rio de Janeiro. A professora entrevistada apontou ainda a questão da assistência técnica solicitada por uma das agricultoras do Serorgânico para o desenvolvimento da atividade de parceria. Segundo ela percebeu-se que deveria ter todo um suporte técnico por trás do projeto que sustentasse a produção das plantas medicinais como percebe-se em sua fala:

*Ela disse assim pra mim: você vai trazer plantas pra cá pra eu produzir? Mas vai ter assistência técnica? Vai vir alguém aqui dizer como fazer? Vai vir material, né? Vai vir trator pra ajudar com a terra? Ou vão ficar as plantas aqui e vai ficar tudo por nossa conta? Então ela precisava de todo um suporte, toda uma assistência, né, que eu não imaginei que ela precisasse. Ela falou: ‘tem [que fazer] análise de solo’. Aí eu falei com ela. Não, eu só tenho interesse de conhecer como que é o trabalho de vocês. Não vim aqui te propor de trazer nada, nem trabalho pra senhora. Quero conhecer o que a senhora faz. Até pra saber se, o que além disso a senhora poderia fazer, né? [...] da extensão eles tem [carência] desde que a extensão leve pra eles é... uma assistência que eles precisam, porque eles são muito práticos, né? Eles precisam de coisas que deem renda. Se for levado pra eles alguma coisa pra eles que dê trabalho, mas não dê renda, eles não querem.*

É evidente a carência de assistência técnica da agricultora que esteve em contato com a professora pesquisadora, mesmo se tratando de uma produtora do Serorgânico que é uma das associações mais organizadas da região. Com todo o conhecimento que a agricultora possui sobre o cultivo de algumas plantas medicinais a partir da sua prática, houve a solicitação de um aporte técnico com base em uma **racionalidade instrumental** necessária para a produção em uma escala que atenda as demandas de uma encomenda para o SUS, na

visão da agricultora, segundo a professora entrevistada em uma relação de dependência com o pesquisador. Essa racionalidade tange às questões econômicas e práticas de ganho de capital, na qual a extensão deve, na visão dos agricultores, oferecer algum tipo de retorno imediato e financeiro. Houve posteriormente também o contato da Secretaria de Ambiente e Agronegócio com a professora para a criação de um horto de plantas medicinais da prefeitura para entregar plantas no posto de saúde do município que expôs: “nós vimos o local onde poderia ser feito. Aí a gente manteve contato durante um tempo, mas depois eles também não me responderam mais *e-mail*. Eu não sei se eles se desorganizaram, porque as pessoas mudam na secretaria ou se perderam o interesse” (PRO3). Portanto, esse é mais um exemplo de desarticulação e descontinuidade de processos de integração entre instituições locais que poderiam estar trabalhando em prol de ações coletivas e de estímulo e fortalecimento da agricultura familiar no município.

Um aspecto apresentado pela professora entrevistada é sobre o “uso” do agricultor para pesquisas por professores extensionistas da universidade, os quais se utilizam dos resultados obtidos nos contatos em experiências práticas, mas sem a ética necessária para a manutenção do vínculo entre pesquisador e pesquisado. Tais procedimentos podem criar tanto desconfiança quanto descrédito por parte do pesquisado em futuras intervenções como exposto na fala da professora entrevistada:

*Quando eu comecei a falar ela me cortou e me disse: ‘ah, professora, já vieram tantas pessoas aqui propor trabalhar com plantas medicinais e a gente não vê o fruto disso’. Aí falaram de uma pesquisadora da Rural que entrou em contato com eles e trabalhou com eles alguma coisa e depois mandou trabalho para alguma feira, algum congresso, falando daquele trabalho dela, que envolvia eles, citando eles, com fotos deles e não tinha comunicado a eles. E isso ofendeu eles profundamente. Eles acharam aquilo muito grave, né? Então eles tem um ‘pé muito atrás’ (PRO3).*

Segundo a professora entrevistada, o fato de, no passado, alguns pesquisadores não retornarem os resultados de suas pesquisas às comunidades e, mais ainda, se utilizarem de seus dados e imagens em feiras e congressos dificultou a aceitação de seu projeto na associação, a qual ofereceu a parceria. Essa percepção corrobora com o discurso exposto anteriormente do professor (PRO2) que diz que “é uma relação pontual de acordo com o interesse de lado a lado”. De fato, acaba se tornando uma relação onde o extensionista usufrui da experiência com o agricultor, e o agricultor se vale do aparato tecnológico que o extensionista pode oferecer no momento através da parceria estabelecida pontualmente, sem que haja necessariamente uma continuidade no processo de extensão rural. Na visão da Gestão Social, o componente “sustentabilidade” relativo à preocupação com o futuro e com a continuidade do processo não foram contemplados com tal aproximação pela transparência mútua acerca do “interesse bem compreendido” (CANÇADO, 2011).

Mesmo que a visão dos agricultores sobre a extensão rural esteja mais estreitamente ligada ao aspecto comercial, como o acesso aos mercados institucionais ou até mesmo às técnicas de plantio para melhor produtividade, o contato com as entidades de extensão mesmo com ações pontuais pode ser mais produtivo do que nenhum acesso, na visão dos entrevistados.

#### **4.8.2. Os projetos: Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ e Restaurante Universitário**

Um exemplo desse contato é a iniciativa da **Feira da Agricultura Familiar da Rural** enquanto projeto de extensão ocorreu inicialmente nas duas primeiras quartas feiras de cada mês no jardim interno do Pavilhão Central – P1 – do Campus de Seropédica. O projeto contou inicialmente com a compra de dez barracas de feira de 2 metros de largura por 1 metro de profundidade, com recursos obtidos pela universidade para extensão e elaboração da proposta

ao longo de um ano. Houve o contato e a cooperação técnica da EMATER – escritório local – para a elaboração do projeto e para o contato com os agricultores do município e das cidades vizinhas como Itaguaí, Japeri, Nova Iguaçu, Paracambi e Rio de Janeiro. Após esse contato houve a primeira reunião para a apresentação da proposta para os agricultores em julho de 2016. Em seguida houve a exposição da professora responsável e dos agrônomos residentes da UFRRJ acerca das 394 pessoas entrevistadas – entre alunos, professores e funcionários da universidade – sobre os itens que deveriam ser vendidos na feira. Entre os itens apresentados se destacaram: legumes, frutas, verduras, ovos, bolos, plantas medicinais, plantas ornamentais, etc. Nesta primeira reunião ficou decidido que o início das atividades da feira seria em setembro, pois em agosto a universidade estaria fechada devido às Olimpíadas de 2016 na Cidade do Rio de Janeiro. Ainda nesta primeira reunião foi decidido que haveria atividades culturais em cada dia de feira como música e teatro e foram definidas as responsabilidades individuais. Assim, ficou como responsabilidade da UFRRJ: fornecer as barracas; local para guardar as bancas, residência agrônômica; divulgação e conscientização do consumidor; banheiro, água e sinalização; apoio no gerenciamento até que haja uma autogestão. Foram também decididos acordos como: organização do espaço como limpeza e manutenção; preço dos produtos e sinalização de produto orgânico ou convencional; relatórios; revenda de produtos; criação de um fundo de renda da feira enquanto taxa de manutenção; seleção de produtos de qualidade; entrada e saída de feirantes com regularidade na presença. Foi definido também que cada banca/barraca seria gerida por um grupo de produtores.

A segunda reunião de organização da Feira da Agricultura Familiar da Rural ainda no mês de julho de 2016 teve como ponto de pauta discutir a elaboração do regimento interno da feira a partir de um modelo já apresentado pela professora responsável e a divisão das bancas entre os produtores. Segundo o regimento interno a coordenação seria composta por 1 gerente, 1 agricultor, 2 da UFRRJ e 1 da EMATER. Nesse encontro foi discutido a questão do preço justo dos produtos, principalmente entre os orgânicos e os convencionais, assim como uso de máquinas de cartão de crédito por alguns agricultores. A discussão foi polêmica, mas houve consenso. O segundo ponto de pauta foi a distribuição das barracas. A distribuição ficou: (1) Serramar – orgânico de Seropédica; (2) Serorgânico – orgânico de Seropédica; (3) Raiz Forte – Orgânico de Seropédica; (4) Feira da Roça de Nova Iguaçu; (5) Piranema, Santa Rosa e Ponte Coberta – Seropédica; (6) São José – Paracambi; (7) Bairro Incra e Santa Sofia – Seropédica; (8) Campo Grande – Rio de Janeiro e Mazombinha – Itaguaí; (9) Japeri; (10) Produtos processados: pão, doces, etc.

A terceira reunião da feira ocorreu no dia 3 de agosto de 2016 *in loco*, ou seja, no local onde a feira iria ocorrer, com a montagem e a desmontagem de uma das barracas e a discussão dos possíveis problemas como pontos de eletricidade, chuva, etc.

Um fator importante sobre a aproximação da universidade com os agricultores locais por meio da feira que extrapola a dimensão mercadológica é a perspectiva da capacitação que será oferecida aos produtores, assim como a real aproximação dos agricultores convencionais com os orgânicos e a troca de experiências e a vivência entre eles. Portanto, este espaço pode ser considerado como uma “esfera pública” (CANÇADO, 2011) onde ocorrem atividades apoiadas pela Gestão Social, sobretudo, pela criação de uma “comunidade de prática” a partir da dinâmica interativa, dialógica e horizontal entre os participantes, e que há a possibilidade da troca de conhecimentos sem hierarquização. Segundo uma das professoras que desenvolve o projeto (PRO1), o desdobramento do mesmo é estar junto ao agricultor apoiando-o em práticas de desenvolvimento sustentável e, se possível, oportunizar a transição para o modo de produção orgânica com base nos princípios da agroecologia. De acordo com a sua exposição:

*A gente tá trabalhando pra que ela seja uma feira de agricultura familiar, sem rótulo de agroecológico. Porque senão, mistura agroecológico, orgânico é uma briga, uma polarização que não é o nosso objetivo, entendeu? A ideia é que seja*

*familiar. Que a gente inclua os agricultores orgânicos sim, mas também os agricultores que não são orgânicos, mas que tem potencial pra se tornar porque eles não usam nada. Já não usam veneno, não usam calcário. Porque não usa nada, porque não tem grana. Muito caro e não tem acesso. Então esse pessoal, eles tem potencial pra se tornarem, nem digo certificado como orgânico mas cadastrado numa organização de controle social e cadastrado no MAPA como orgânico que é aquele sistema que venda direta te permite. Então, a gente vai trabalhar com o enfoque agroecológico nesses agricultores que estão isolados e que não tem nenhuma forma de garantia da qualidade de seus produtos sejam reconhecidos [...] eles precisam fazer uma capacitação com um enfoque agroecológico é que entra a nossa parceria com a EMBRAPA. Eles estão fazendo curso de formação de agentes de ATER [...] todo com enfoque agroecológico [...] a gente quer buscar uma assistência que vai desenvolver com o agricultor a tecnologia apropriada pra realidade dele pra situação, enfim, né... e depois que esse grupo estiver aqui e estiver consolidando esses mercados a ideia é que a gente possa também trabalhar com o treinamento de agricultor. Tanto aqui [na UFRRJ], quanto na EMBRAPA, quanto na PESAGRO, que são parceiros. Porque aí a gente vai ter um grupo, a gente quer formar uma coesão realmente nesse grupo, né? [...] se tiver sustentabilidade esse grupo vai se manter [...] é um projeto pra fomentar o desenvolvimento local, com foco no agricultor familiar (PRO1).*

A abordagem da professora nesse projeto de extensão vai além da visão da inserção dos agricultores nos mercados, cuja proposta é manter o grupo unido para uma coesão de troca de experiências entre eles e para que haja uma continuidade do processo, ou seja, na formação continuada dos produtores. Por meio de parceria com outras entidades como a EMATER, a PESAGRO e a EMBRAPA o projeto pretende capacitar o grupo de agricultores reunidos pelo aspecto comercial da feira, mas que pretende expandir a capacidade tanto comercial quanto tecnológica da produção adaptada a cada realidade. Trata-se de um projeto de integração entre esse polo de produção de conhecimento localizado no município no que tange ao serviço de assistência à comunidade por meio da extensão rural no sentido de fortalecer esta atividade, que é um dos seus objetivos, embora ainda muito desarticulado como já discutido neste texto. Outra preocupação percebida pela professora extensionista é a necessidade de incluir os agricultores da feira em alguma **organização de controle social** – como a ABIO – que qualifique os seus produtos como orgânicos, pois muitos deles apesar de não terem ainda a certificação já não fazem uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos em seu plantio até pela questão do alto custo desses insumos. Em seu discurso, observa-se uma grande preocupação com o **desenvolvimento sustentável** (SACHS, 2008) do território gerido pela agricultura familiar, no qual considera que a perspectiva da agroecologia tem muito a contribuir para o reequilíbrio ambiental, social, cultural, étnico e econômico da região contemplada pelo projeto.

Outro mercado que se abriu em 2016 foi o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos – do Restaurante Universitário da UFRRJ. A mesma professora responsável pelo projeto da Feira de Agricultura Familiar da Rural também iniciou o processo de inclusão dos agricultores locais na chamada pública para a compra de alimentos do Restaurante Universitário via PAA.

O texto da chamada pública foi construído em função dos produtos locais, ou seja, parte do cardápio foi adaptado ao plantio próprio de Seropédica (Chamada Pública n.º 01/2016-GProR/PROAF, p.1):

### **1. Objeto**

O objeto da presente Chamada Pública é a de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, para o atendimento à modalidade de Compra Institucional do Programa Aquisição de Alimentos, conforme especificações abaixo:

Item	Unidade	Quant.	Preço Unit. SIMA	Preço total
Mandioca (aipim)	Cx. de 20 kg	250	R\$ 30,00	R\$ 7.500,00
Banana Prata climatizada	Cx. de 20 kg	700	R\$ 58,00	R\$ 40.600,00
Abóbora madura	kg	9000	R\$ 3,00	R\$ 27.000,00
			<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 75.100,00</b>

1.1. As aquisições de alimentos, no âmbito da modalidade de Compra Institucional, serão realizadas com dispensa do procedimento licitatório, desde que, cumulativamente, sejam atendidas as seguintes exigências:

I - os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos segundo metodologia instituída na Resolução nº 50, de 26.09.2012, e disposto no art.17, parágrafo único, da Lei nº 12.512, de 2011.

Segundo o texto da chamada pública é exigido do produtor fornecedor a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP – além de CPF e certidões negativas no INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União.

Nessa primeira tentativa de incluir os agricultores locais uma agricultora de Seropédica e um agricultor do município de Paracambi venceram a chamada pública. A produtora de Seropédica trabalha com plantação de orgânicos e já conseguiu vender 134 quilos de abóbora e aipim em setembro de 2016 pelo PAA ao Restaurante Universitário da UFRRJ.

Sobre essa iniciativa a professora (PRO1) explica que pode expandir essa experiência para outras políticas públicas como o PNAE do município de Seropédica:

*Eu escrevi o projeto, contemplei a atividade de apoiar o PAA da Rural e também de trabalhar pra desenvolver a feira aqui, pra tentar uma feira aqui. E aí entraram os residentes e a gente construiu isso aí nas reuniões e fomos. Mas ficou muito tempo parado. E quando saiu eles pediram pra fazer uma justificativa com relação a importância disso pra universidade, a gente fez [...] e a gente mandou e eles aprovaram o edital na íntegra [...] agora a gente já está com essa primeira chamada que vai ser publicada agora em maio [...] a gente tem agora mais conhecimento das engrenagens. O PAA é ligeiramente diferente do PNAE. Tem as peculiaridades lá, mas é um mercado institucional, né? Então, assim, a gente já vai ter um respaldo pra começar a brigar isso daí.*

A professora sinaliza que a experiência que a sua equipe adquiriu ao desenvolver o edital do PAA para o Restaurante Universitário, pode contribuir para pressionar a prefeitura de Seropédica tanto na elaboração quanto na execução da chamada pública para o PNAE. Segundo a professora, trata-se de uma compra institucional que possui os mecanismos similares que, mantendo as suas especificidades, não diverge muito nos procedimentos legais. Portanto, pretende com esse grupo formado pelos agricultores da feira estabelecer um **campo de poder forte** no sentido de pressionar o poder público, ao reunir os atores sociais institucionais – EMATER, EMBRAPA, PESAGRO, UFRRJ – com a capacidade de intervir no processo de participação, **gestão e controle social** (TENÓRIO, 2016) dessa **política pública** que é um direito da sociedade civil. Trata-se de uma solicitação de transparência no processo, para que haja uma **dialogicidade** entre o poder público responsável pela execução da política – o PNAE – e a sociedade civil – os agricultores – de forma mais horizontal (FREIRE, 1987) interessada em participar da chamada pública para o fornecimento dos alimentos para as escolas do município.

#### 4.8.3. O programa de capacitação dos agricultores locais e outras iniciativas locais

O programa de capacitação dos agricultores da região pela parceria entre a EMBRAPA e a EMATER tem contemplado temas que tem oferecido suporte técnico em módulos de encontros realizados nas primeiras quartas feiras de cada mês. As aulas são

realizadas na SIPA<sup>117</sup>, mais conhecida Fazendinha Agroecológica do Km47, com exposições teóricas e práticas que vão de técnicas de manejo até noções de administração. Trata-se de uma iniciativa inovadora para a ação das empresas de pesquisa como a EMBRAPA, a PESAGRO, assim como a UFRRJ, acerca das atividades de extensão, pois segundo o professor do CTUR que compõe o Conselho Diretivo da SIPA, descreve que “a Fazendinha faz mais pesquisa do que extensão com os agricultores” (PRO4). Corroborando com essa fala, o professor, pesquisador e extensionista da UFRRJ expõe a sua percepção sobre a relação da Fazendinha Agroecológica com os agricultores locais: “a Fazendinha é algo muito específico. É muito de projeto de pesquisa. Não era a realidade do agricultor” (PRO2).

Sobre o programa de capacitação na Fazendinha o extensionista da EMBRAPA (APE4) coloca que:

*Específico de Seropédica a gente vem realizando ao longo desse ano [2016] junto com a EMATER, junto com a professora que coordena o negócio lá da feira da Rural. A gente vem realizando um curso de capacitação com os agricultores do COGEM lá de perto lo lixão, lá, né? Tem sido feito uma capacitação. Deve estar no sexto ou sétimo módulo. É um módulo por mês. Então foi feito em março, abril, maio, junho, julho, agosto, aí setembro vai ter um ainda. Então já está com sete módulos. Deve[ra] ter uns oito ou nove módulos e tá numa faixa de 25 a 30 pessoas [frequentando] por módulo. Então é um curso com uma carga horária bastante interessante. Porque, aqueles agricultores que participarem de todos os módulos vão sair com um certificado e uma ‘bagagem’ muito legal. Estão gostando muito. Tem vários temas, né? Desde preparo de uso de matéria orgânica, manejo de pragas e doenças pra agricultura orgânica. Tudo voltado pra agricultura orgânica. [...] produção de hortaliça, produção de composto, produção de caldas. Então, assim... seria o nosso ‘carro chefe’ pra Seropédica. Depois tem os atendimentos pontuais. Mas o que tem sido feito pra Seropédica, na Fazendinha, a gente resolveu fazer, juntar tudo num módulo. Então ficou mais fácil: marca uma data por mês e a gente consegue [atender].*

De acordo com a fala do pesquisador, a SIPA – Fazendinha Agroecológica – tem sido utilizada como espaço para as atividades de extensão nesse programa de capacitação que integra atores institucionais como a EMATER e a EMBRAPA para os agricultores locais, tanto de Seropédica quanto de municípios vizinhos como Itaguaí, Paracambi e Japeri. Embora a SIPA seja percebida pelos professores entrevistados como espaço de experimentação e pesquisa em agroecologia, a iniciativa inovadora da integração entre as instituições para o atendimento ao agricultor por meio da capacitação, possibilita a extrapolação da perspectiva da pesquisa para a extensão, a qual passa a atender a sociedade civil enquanto papel das instituições que atuam para o **desenvolvimento sustentável** do local.

---

<sup>117</sup> O Sistema Integrado de Produção Agroecológica (SIPA), implantado na década de 1990, mais conhecido como Fazendinha Agroecológica Km 47, é uma iniciativa conjunta da EMBRAPA Agrobiologia, PESAGRO-Rio e da UFRRJ.



**Figura 43** – Ações e políticas públicas em Seropédica e suas interações nas diversas escalas. **Fonte:** diagrama elaborado pelo autor com base nos dados coletados na pesquisa.

O diagrama da Figura 43 apresenta as ações e as relações entre as políticas públicas, projetos e ações nas diversas escalas do poder público, voltadas para o desenvolvimento rural e territorial de Seropédica, devidamente observados e levantados ao longo da pesquisa de campo.

Algumas ações da empresa incubadora “Ceres Jr.” composta por alunos da UFRRJ e devidamente orientada por professores, tem se destacado no apoio às ações voltadas para a agricultura familiar local. Entre elas está o apoio secretariado ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Seropédica, no qual a secretária do conselho é a atual participante da empresa júnior. A Ceres Jr. também foi responsável pela organização do **I Seminário de Alimentação Escolar e Agricultura Familiar** realizado no CAIC pela parceria entre o CONSEA, a EMATER e a UFRRJ. Entre outras ações, a empresa colaborou com o marketing da Associação Serorgânico na elaboração de um *folder* explicativo dos principais plantios e da missão do grupo. Segundo a aluna entrevistada (ALU2) a empresa tem como objetivo:

*Trazer essa questão do impacto social mesmo. No momento a gente tá fazendo mais é parcerias com o CONSEA [...] e o que vier pra gente a gente tenta conciliar, como essa questão do seminário [do PNAE] tentando auxiliar no seminário também [...] toda empresa júnior é obrigada a ter professor orientador [...] com o pessoal do Serorgânico, na antiga gestão teve um projeto, se eu não me engano, foi ligado ao marketing do agricultor pra estar melhorando essa parte [...] no nosso ‘trainee’ a gente debate principalmente o foco na agricultura familiar localmente. O último ‘trainee’ nosso, a gente fez eles visitarem vários produtores locais daqui, pra trazerem as demandas deles e ver o que a gente poderia estar encaixando de acordo com a nossa carta de serviço.*

A aproximação dos alunos da UFRRJ com os agricultores locais, mesmo prestando serviços remunerados, pois trata-se de uma empresa que precisa honrar com os seus compromissos e impostos, vem atendendo aos produtores com atendimentos de valores abaixo da tabela de mercado, segundo a aluna entrevistada. Portanto, é uma iniciativa que se

une à integração das instituições que trabalham para do desenvolvimento territorial sustentável na busca pelo protagonismo da agricultura familiar no cenário das políticas públicas locais.

De um modo geral, percebe-se indicativos de uma possível **racionalidade substantiva** pelos agricultores que apresentam vínculo de associação – a redes e APLs, como a exemplo da associações de produtores orgânicos do município, pelo fato apresentarem pertencimento a uma rede que dispõe de parcerias com instituições de pesquisa e extensão para a assistência técnica, sobretudo, acerca dos princípios da agroecologia embora ainda com laços fracos e ações pontuais. Por outro lado, nas ações da prefeitura apresentadas, tanto nas falas dos agricultores entrevistados, quanto no documento que descreve o plano diretor do município, há a presença de um discurso relativo ao efeito da produtividade “como fim”, na perspectiva da **racionalidade instrumental**. Ou seja, o foco das políticas públicas locais está nas estratégias de produção em uma visão positivista de resultados com base nas estruturas voltadas para as lógicas do mercado. Essa lógica foi observada, sobretudo, nas articulações para a inclusão dos agricultores na alimentação escolar nas reuniões dos conselhos pela inserção de produtores na cooperativa que venceu a licitação para o fornecimento de alimentos. O foco na “produtividade” por parte do poder público ocorre em detrimento da importância da multifuncionalidade da agricultura na preservação e no desenvolvimento do território rural e, conseqüentemente, na permanência do agricultor no campo, ao preservar as suas identidades, o seu modo de vida, os seus costumes e as suas paisagens.

#### **4.8.4. Os referenciais teóricos utilizados na discussão desta seção e quadro síntese de objetivos.**

O aporte teórico utilizado para nortear a análise e a discussão dos projetos de assistência técnica rural e de inclusão da agricultura familiar em Seropédica contou, inicialmente, com a ideia de laços fortes e fracos na visão de Granovetter (1973) e na interdependência dos atores e das instituições envolvidas na formação de redes (CASTELLS, 2009) de apoio ao agricultor familiar. A questão do desenvolvimento sustentável com base nos preceitos de Sachs (2008) pode ser considerada como a base para a assistência técnica na perspectiva da agroecologia, a qual é o “ponto forte” do **polo de produção e transmissão de conhecimento em agropecuária** localizado no município com a devida concentração das diversas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural. Portanto esse conceito foi amplamente utilizado ao longo do texto para analisar os discursos e os documentos. Outra teoria utilizada nesta seção foi a Gestão Social na formação e na atuação SPGs e dos COGEMs e devidamente apoiada nos ensaios de Tenório (2007; 2012; 2016) e Cançado (2013), com base nas categorias elencadas por Cançado (2011) como “interesse bem compreendido”, “sustentabilidade”, “esfera pública”, “comunidade de prática”, “democracia deliberativa”, “dialogicidade e intersubjetividade” e “emancipação”. A visão da Teoria Crítica no que concerne às tensões entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva (RAMOS, 1981) também foi recorrente deste subitem, principalmente quando do “uso” do agricultor familiar para pesquisas como mera utilização de sua mão de obra e de seu espaço de produção para a obtenção de resultados sem o devido retorno à comunidade. Essa discussão ocorreu na análise, pois gera desconfiança pelo produtor para ações futuras e descontinuidade no processo de parceria entre o pesquisador/extensionista e o agricultor em uma relação verticalizada e não-dialógica criticada por Freire (1983; 1987).

Sendo assim, os objetivos intermediários traçados para a tese nessa seção são tratados no Quadro 16 a seguir, cujos resultados alcançados são identificados dada a especificidade do tema tratado.

**Quadro 16** – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção (Continua).

	<b>Objetivos intermediários</b>	<b>Resultados</b>
<b>i</b>	Identificar as principais leis e programas em documentos legais em escala nacional, regional e local e a história do município	<i>Perceber nos documentos convergências e divergências de ideias e ações para o desenvolvimento local.</i> Foram identificados e analisados documentos do município como o Plano Plurianual com a previsão orçamentária para utilização da Secretaria de Ambiente e Agronegócio, o documento com os dados sobre a vacinação de bovinos no município, dados sobre a assistência técnica governamental oferecida aos produtores rurais de Seropédica apresentados em estudos anteriores de Golinski (2008), o Plano Diretor Participativo de Seropédica (2006, Art. 71) o qual dispõe sobre a promoção de assistência técnica e parcerias fato que não ter ocorrido a contento na visão de alguns entrevistados ao longo dos últimos anos, o edital do PAA do Restaurante Universitário (“bandejão”) e o Regimento Interno Participativo da Feira da Agricultura Familiar da Rural.
<b>ii</b>	Identificar os principais atores que propõem ações de desenvolvimento rural na região, a fim de reconhecer os <i>campos de poder</i> construídos na perspectiva das lideranças	<i>Quais são os atores envolvidos no desenvolvimento rural local? Como eles atuam?</i> Identificou que os atores mais envolvidos com a extensão rural em Seropédica na atualidade são a EMATER com a coordenação dos três COGEMs apesar das dificuldades encontradas pela crise do Governo Estadual, a parceria da EMATER com a EMBRAPA no programa de capacitação dos agricultores locais na SIPA – Fazendinha Agroecológica do Km47 – e a parceria da EMATER com a UFRRJ na inclusão dos agricultores locais no PAA do Restaurante Universitário e na criação da Feira da Agricultura Familiar da Rural que envolve agricultores familiares de Seropédica e de municípios vizinhos. A EMATER tem papel fundamental também na emissão da DAP, na participação dos conselhos municipais e teve papel fundamental na tentativa de inclusão dos agricultores no PNAE do município. Pode-se considerar que a EMATER, por mais dificuldades que tenha pela falta de pessoal no seu escritório local é o ator que mais está presente nas ações de extensão e apoio ao agricultor familiar de Seropédica. A Secretaria de Ambiente e Agronegócio destaca-se pelo compromisso com a vacinação gratuita dos bovinos em parceria com a SEAPEC e do empréstimo do trator com o operador e seus implementos aos pequenos agricultores, apesar das dificuldades logísticas de agendamento, deslocamento e manutenção do equipamento. Além dos projetos como a Feira da Agricultura Familiar da Rural e a inclusão dos agricultores no PAA do Restaurante Universitário, percebeu-se nos discursos dos entrevistados que a UFRRJ tem muitas em articular projetos entre setores distintos por meio de parcerias assim como oferecer continuidade nos programas de apoio ao agricultor familiar local, como ocorreu com o caso do Projeto Horta Medicinal o que gera desconfiança e desinteresse em parcerias futuras com os agricultores locais.

**Quadro 16** – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção (Continuação).

	<b>Objetivos intermediários</b>	<b>Resultados</b>
iii	Verificar como se dá a ação comunicativa e as interações dos grupos de produtores com o poder local e com as instituições de pesquisa e extensão	<p><i>Identificar como ocorrem as interações entre os 3 atores: produtores, extensionistas e Estado. Há convergências ou divergências de ideias nos discursos?</i></p> <p>Verificou-se que, tanto no discurso do representante do poder público municipal da SEMAMA quanto na entrevistada da EMATER, o distanciamento que havia entre as duas instituições diminuiu nos últimos dois anos nos quais foram desenvolvidas parcerias como o cadastro rural para a emissão do talonário fiscal para o agricultor familiar. Na visão do entrevistado do poder público, o agricultor familiar apresenta desconfiança quando a prefeitura oferece apoio que o percebe como com para “fins eleitoreiros”, mas considera que o diálogo tem melhorado nos últimos dois anos apesar de justificarem o pouquíssimo recurso financeiro para a ajuda aos mesmos. Por outro lado, os pequenos agricultores não consideram suficientes as ajudas do poder público, limitadas ao empréstimo do trator e a vacinação do gado, assim como sentem-se “usados” por pesquisadores quando os mesmo não retornam com os resultados obtidos em seus contatos durante o processo de pesquisa, embora utilizem a ajuda oferecida por esses pesquisadores e extensionistas como “moeda de troca” em uma visão da racionalidade instrumental. O diálogo dos agricultores com a EMATER e com a EMBRAPA tem se intensificado com o programa de capacitação oferecido na SIPA – Fazendinha Agroecológica – a qual tem buscado uma interação maior com os mesmos no sentido de promover o conhecimento com base na agroecologia e a discutir as demandas do local. Os projetos que envolveram o PAA do Restaurante Universitário assim como a Feira da Agricultura Familiar da Rural aproximaram os agricultores locais da UFRRJ, sobretudo, na busca de uma racionalidade substantiva que vá além do aspecto mercadológico, mas que busque o contato dos mesmos em um espaço de troca de experiências e transição para o modo de produção orgânica e de conhecimentos sobre gestão social, na emancipação e na participação nas políticas públicas. Na mobilização de alunos e professores da UFRRJ nas parcerias entre a empresa incubadora e os agricultores locais, seja por meio de projetos ou por iniciativas no CONSEA e no I Seminário sobre o PNAE, verificou-se também possíveis potenciais de interação entre a instituição de ensino, pesquisa e extensão e a comunidade.</p>

**Quadro 16** – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção (Continuação).

	<b>Objetivos intermediários</b>	<b>Resultados</b>
iv	Verificar se há uma tendência de preservação e fortalecimento da atividade pelo empoderamento de grupos de famílias estruturados em associações que buscam uma “racionalidade substantiva” com base nos princípios da agroecologia.	<p><i>Verificar se conhecimentos tradicionais construídos localmente são difundidos e legitimados pelas atividades de pesquisa e extensão, se empodera os agricultores e gera valor agregado ao produto diferenciado.</i></p> <p>Verificou-se que o poder público local pouco se mobiliza para o desenvolvimento de estratégias para o desenvolvimento rural com base nos princípios da agroecologia nas suas várias perspectivas e dimensões, embora o Plano Diretor Participativo (2006) do município destaque essa necessidade em seu texto no Art. 69. Por outro lado, o Projeto Feira da Agricultura Familiar da Rural tem a intenção de ir além da perspectiva mercadológica e instrumental, aproximando os agricultores orgânicos dos convencionais e, futuramente, oferecer capacitação sobre a visão agroecológica e acesso aos SPGs de produção orgânica segundo a professora-pesquisadora entrevistada. Verificou-se também que o foco do programa de capacitação da parceria entre a EMATER e a EMBRAPA na SIPA – Fazendinha Agroecológica – é fomentar o acesso ao conhecimento à ciência agroecologia aos produtores locais em função das visitas e temas discutidos e apresentados nos encontros e aulas teóricas e práticas, nas quais os conhecimentos construídos pelo saber fazer local são legitimados e redefinidos.</p>

**Fonte:** quadro elaborado pelo autor.

#### 4.9. A Produção de Conhecimento Local com Base na Perspectiva da Agroecologia

Esta seção irá abordar três aspectos sobre a produção do conhecimento em agroecologia no município de Seropédica. No **primeiro momento** será discutida a troca de experiências entre os conhecimentos construídos localmente pelo “saber fazer” dos agricultores orgânicos pela sua convivência e pela oportunidade das reuniões em que participam nos SPGs, “reuniões de pares”, “reuniões de verificação”, etc. No **segundo momento**, será discutida a relação dos pesquisadores/extensionistas com os agricultores no que tange à transferência de tecnologias, as quais, na perspectiva da agroecologia, devem valorizar e agregar, em uma relação horizontal e dialógica observada na categoria “comunidade de prática” da teoria da Gestão Social (CANÇADO, 2011), cujos conhecimentos e saberes tradicionais construídos pelos produtores em virtude das suas experiências e especificidades do local contribuem para o enriquecimento do próprio arcabouço da Ciência Agroecologia. Consequentemente, essa valorização por parte do extensionista/pesquisador pode “empoderar” o agricultor pela legitimidade dada ao seu conhecimento que o mesmo desenvolveu pela sua prática cotidiana. A **terceira questão** tratará da busca pelo aprendizado de técnicas mais sustentáveis de plantio e de criação de animais por pessoas que possuem uma “consciência agroecológica” e estão migrando das grandes cidades para o campo, enquanto ativistas de uma causa “sócio-política-ambiental”, assim como alguns produtores locais que estão reformulando as suas antigas concepções acerca da criação desta “consciência” a fim de migrarem da agricultura convencional para a orgânica e/ou agroecológica.

#### 4.9.1. A troca de conhecimentos e experiências entre os produtores orgânicos

Sobre a primeira questão, acerca da troca de conhecimentos entre os produtores orgânicos, a agricultora da Associação Raiz Forte (AGR4) expõe que:

*O próprio SPG promove isso. Se torna obrigatório você ver, pelo menos de dois em dois meses, uma vez por mês, a maioria dos agricultor[es] e acabar, né, dividindo as experiências. O SPG é isso. É dividir experiências, dividir conhecimentos. Não você ficar aí individualista e você recebe conhecimento. Inclusive esse curso [da EMBRAPA em parceria com a EMATER na Fazendinha Agroecológica] tem enfatizado bem isso: ‘tudo que vocês aprenderem aqui ensina aos seus colegas’, porque esse curso é pra promover isso. Expandir conhecimento orgânico.*

É evidente no discurso da agricultora a necessidade da troca de experiências entre os produtores enquanto prática de uma **racionalidade substantiva** na busca do **bem comum**, pois o conhecimento que é “bom para um deve ser compartilhado por todos”, para que a coletividade possa ser fortalecida sem que haja o individualismo e a competição com base na lógica de mercado tão presente no modelo capitalista de produção. O SPG é um espaço onde ocorre o encontro desses “saberes locais” na visão de Geertz (1999), das experiências exitosas, da troca das suas **etnociências** (CAMPOS, 2010) construídas localmente, e da solidariedade com a mutualidade de interesses e deveres – enquanto uma das categorias da Gestão Social (CANÇADO, 2011) – entre os pares, como uma **rede de intercâmbios no território** em metodologias participativas do tipo “camponês a camponês” (SIQUEIRA et al, 2012) segundo a agricultora entrevistada. Nesse sentido, o conhecimento passa a ser o “fio condutor” de uma prática que pode fortalecer o exercício da cidadania a fim de alcançar a sua emancipação, sem que haja a necessidade de uma constante intervenção dos técnicos extensionistas (Ibidem, 2012), para que a coletividade promova o fortalecimento da sua atividade, dos seus costumes, da sua cultura e das paisagens no meio rural.

Segundo o agricultor da Associação Serramar o conhecimento gerado pelo produtor local é legítimo, dadas as experiências com as práticas do saber fazer conforme expõe em sua fala:

*Às vezes, na teoria é uma coisa, né? E quando você vai colocar isso em prática é outra, porque aí entra aquele negócio todo da interação do meio ambiente, né? Do tipo de solo, do microclima, da semente que está sendo utilizada. Então, às vezes um produtor desses está produzindo ali há 50 anos naquela área, ele sabe a época que ele tem que produzir, ele já tem uma semente própria que é mais adaptada, que já vem selecionando há 50 anos. E não adianta nada você pegar a melhor semente de milho aí, um híbrido tal, tal, que só vai produzir em determinadas condições, de disponibilidade de nutriente de clima e tal, e que não funciona aqui. Então essa troca de saber é muito valorizada (AGR6).*

A visão do agricultor da Associação Serramar corrobora com a perspectiva da produtora da Associação Raiz Forte acerca da necessidade da valorização do conhecimento acumulado (D’AMBRÓSIO, 2001) pela experiência de quem vive e produz no local há muitos anos e conhece as suas especificidades. O PLANAPO também evidencia a produção de conhecimento assim como a perspectiva da agroecologia para que haja a autonomia do grupo de agricultores de uma determinada região, de um dado território, pois possuem características ambientais, socioeconômicas e culturais muito próximas. Portanto, a aproximação dos agricultores nas associações por meio dos SPGs proporciona esse encontro de conhecimentos como na “rodas de conversa”, realizadas nas “visitas de pares” e “de verificação” enquanto práticas de avaliação das unidades familiares produtivas (SIQUEIRA et al, 2012).

Para a agricultora da Associação de Santa Alice há também uma preocupação de “repassar” de informações para todo o grupo quando um dos produtores participa de algum

curso de capacitação, quando questionada sobre a relação dos agricultores com os extensionistas e entre os próprios agricultores, conforme expõe:

*[Tem uma agricultora nossa] quando vai a alguns encontros ela tem divulgado bastante tudo que acontece dentro dos [grupos de] orgânicos, aonde nós conseguimos apoio, os cursos, aonde foram feitos, quem organizou, o que deu de retorno. Isso a gente divulga também nas feiras. Mas nos outros sentidos eu acho que eles estão tentando capacitar mais pra gente ter mais 'bagagem', né? Para poder melhorar a nossa produção. Eu acho que é mais por aí (AGR2).*

É percebida na sua exposição oral a preocupação do compartilhamento das informações para os membros da associação, para que todos sejam beneficiados com os conhecimentos os quais considera que podem ser agregados àqueles que eles já construíram com a sua prática, com o seu “saber fazer”. Além disso, considera que a maior preocupação dos extensionistas é em capacitar os agricultores para que tenham conhecimentos “mais científicos” acerca da produção, sobretudo, de orgânicos. O compartilhamento dos conhecimentos “que vem de fora”, dos extensionistas, para a autonomia do grupo é um fator preponderante para o seu fortalecimento e que foi percebido durante a capacitação oferecida pelo NEDET-BIG à Associação Seroergânico. Contudo, a relação entre pesquisador-extensionista ainda requer uma atenção e uma discussão especial acerca da relação horizontal e dialógica necessária entre os conhecimentos acadêmicos e os conhecimentos tradicionais, construídos localmente. Conforme D’Oliveira Campos (2001) os “sistemas acadêmicos de classificação” ainda preponderam na compreensão dos saberes e técnicas construídas em diferentes culturas o que ainda interfere na relação entre o pesquisador e a comunidade investigada ou assistida.

De acordo com o professor extensionista entrevistado (PRO2) sobre a valorização dos conhecimentos tradicionais produzidos localmente pelos agricultores ainda é muito incipiente, conforme expõe em sua fala:

*Muito pouco, muito pouco. Eu vejo o contrário. Já tive histórias, assim, horrorosas de um grupo de agricultores que entra na fazendinha para ver lá o experimento, aí um agricultor vai e pega um desses experimentos e leva um desses experimentos, ficou impressionado. E de repente tá o pesquisador obrigando o ônibus a ficar retido na fazendinha até que aquele 'negocinho' que é uma 'morangazinha' de uma pesquisa seja encontrada e seja devolvida. E cria uma celeuma. O cara quer pesquisa. Ele não quer relação extensionista [...] infelizmente o que a gente vê é isso, é de pesquisa, é de colonização [...] da produção científica [...] os caras estão nesse padrão. Não é o conhecimento do agricultor, com o que agora eu vou também tá lidando [...] na prática nunca vai. Tá tudo travado. O que aconteceu? Acho que virou um 'caldo cultural' dessas 3 instituições [PESAGRO, EMBRAPA e UFRRJ] de 'feudos' cada um tem o seu mundo, cada um fecha-se no seu próprio mundinho. As dificuldades que eles enfrentam no mundinho deles que advém de políticas públicas inadequadas, ausência de recursos, ausência de apoio, muitas dificuldades. Então ele se fecha mais ainda pra sobreviver [...] se o agricultor que já domina mais ou menos for lá bater na porta pra pedir, consegue, mas se não for eles não vão fazer também. Então cada um se acostumou, se conformou e, digamos assim, se consolidou no seu próprio mundo fechado. A academia são as caixinhas, diálogo deles entre eles, fazem os 'papers', fazem os congressos, fazem os seminários, até podem fazer cursos, alguns podem fazer cursos, mas fica nós falando conosco mesmo isolados num mundo muito fechadinho. O impacto na vida desses agricultores ainda é muito frágil.*

Para o professor entrevistado a valorização do conhecimento tradicional dos agricultores não ocorre justamente pela ausência de ações entre os atores da academia, seja da universidade, seja das instituições de pesquisa que se fecham em suas pesquisas e interagem muito pouco com o agricultor. Como já expôs em outras falas, o professor extensionista apresenta o distanciamento entre a academia e a sociedade civil acerca da ausência da

dialogicidade entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento apontado pela perspectiva da “**ecologia dos saberes**” (SANTOS, 2004), a fim de promover uma igualdade de oportunidades para que ocorra a emancipação social e política dessas comunidades. A emancipação é uma categoria percebida como alcance final da perspectiva da Gestão Social enquanto teoria para tais ações (CANÇADO, 2011).

#### 4.9.2. A relação do conhecimento dos extensionistas e pesquisadores com os agricultores

A valorização das etnociências desenvolvidas pelo saber fazer dos agricultores de Seropédica pelos pesquisadores, extensionistas e professores do **polo de produção e transmissão de conhecimento** instalado no município, ainda é algo a ser discutido, sobretudo, sob o enfoque da perspectiva da agroecologia a qual é uma ciência que busca agregar os conhecimentos tradicionais oriundos dos trabalhadores aos acadêmicos em uma relação horizontal, dialógica e equânime. Um exemplo exitoso ocorrido recentemente é a experiência relatada pela professora, pesquisadora e extensionista (PRO1) da UFRRJ, a qual revela o desenvolvimento de um processo de plantio inovador em parceria com um grupo de agricultores orgânicos realizado no ano de 2015:

*No trabalho que a gente está fazendo, a gente tá procurando ter também esse ‘feedback’ com o agricultor porque, por exemplo, aquele arroz ali, a gente plantou lá com o pessoal do Serorgânico. A gente está fazendo um trabalho pra difundir arroz especiais na região [...] então a nossa ideia era o seguinte: a gente foi pra lá pra fazer um plantio para multiplicar sementes, para elas terem material, mas também, mas também pra gente aprender com elas a percepção que elas tem com relação à[quela] cultura. A [produtora] mesmo é uma agricultora experimentadora. Ela viu várias características do grão que nem o professor pesquisador que trabalha com arroz, óh, a muitos anos de estrada, que deve ter uns 30 anos de estrada, aí, não tinha percebido. Então pra gente tá sendo um ganho muito grande. E a minha percepção é que a gente tem que primeiro saber o que o agricultor precisa. Porque um problema da pesquisa também é você chegar com a solução que o produtor não tá te pedindo.*

A experiência relatada pela professora evidencia a reciprocidade na troca de informações entre o pesquisador e o pesquisado, na qual o professor ofereceu as sementes, os insumos e as informações básicas iniciais, mas a experiência adquirida pelo processo de plantio foi dos agricultores. Assim, os agricultores locais acumularam os conhecimentos sobre a experiência prática *in loco* sobre as potencialidades daquela inovação, assim como as dificuldades encontradas na sua área de manejo do solo que já interage há anos. Trata-se de uma parceria cuja hierarquização entre os saberes da academia e os saberes adquiridos pelos produtores locais não é relevante, conforme prevê a categoria “comunidade de prática” (CANÇADO, 2011) na perspectiva da Gestão Social. Portanto, o caso apresentado pela professora (PRO1) justifica a importância da valorização dos conhecimentos advindos das experiências, das vivências e do manejo que os agricultores realizaram em suas terras, a fim de que pesquisas e práticas de extensão exitosas, futuras e contínuas, possam ser desenvolvidas.

A pesquisa desenvolvida por Queiroz (2014, p. 96) apresentou a importância de um trabalho participativo em oficinas na Fazendinha Agroecológica para o desenvolvimento de uma variedade de milho adaptada às condições ambientais de Seropédica. Para isso foi ressaltada a necessidade de um trabalho de campo com profissionais consultados, mas, sobretudo, “pela experiência realizada com a **troca de saberes entre os pesquisadores e os agricultores**, bem como pela oportunidade de transmissão de conhecimento e tecnologia de forma participativa” (QUEIRÓZ, 2014, p. 96, *grifo meu*). Esse exemplo pode evidenciar um momento de parceria entre as instituições de pesquisa na qual houve a extensão técnica ao agricultor local e, mais ainda: houve o trabalho participativo e a troca de saberes entre os

pesquisadores e os produtores, ao legitimar os conhecimentos tradicionais construídos pelo “saber fazer” para o desenvolvimento de uma espécie adaptada às condições ambientais locais, condições estas tão conhecidas por quem lida com a terra.

Por outro lado, em entrevista com o professor do CTUR que também atua como produtor de alimentos orgânicos e que é pertencente à Associação Serramar, ao ser questionado se, em sua opinião, o extensionista de Seropédica valoriza os conhecimentos construídos pelos agricultores, o mesmo acrescenta que:

*Isso é muito pessoal. Depende do extensionista. Se o cara, se ele é muito novinho, e tal, não sei... ele pode não alcançar, né? Entender o conhecimento que o outro [o agricultor] tem, né? Quando o cara é mais velho, mais cascudo, ele vai saber aproveitar, ele vai entender melhor. Pode ser até o contrário, né? Pode ter um cara mais velho que não aceita [intervenção]. Isso é muito pessoal. Mas depende muito dos dois lados. Tanto da academia como do agricultor. Porque eles fazem muita coisa certa, mas também fazem muita coisa errada. Vem fazendo aquilo [há anos], né? (PRO4)*

Embora os três professores entrevistados tenham apresentado abordagens e experiências distintas, elas se complementam. A questão do distanciamento do professor/pesquisador/extensionista com os agricultores é um fator que dificulta o diálogo conforme apontou o professor PRO2, assim como há experiências exitosas como foi exposto o caso da professora PRO1 entrevistada, as quais somam ao ponto de vista do professor PRO4 que considera que esse “olhar para a prática do produtor” como algo muito pessoal e que pode estar ligado como a forma como o extensionista lida com o trabalhador do campo, pois isso não é aprendido na sala de aula da academia. Todas essas opiniões podem e devem ser analisadas e discutidas mais profundamente no sentido de atribuir à ciência agroecologia um sentido mais específico e mais cuidadoso ao fato da aproximação do pesquisador e do extensionista com o agricultor que lida com a terra e que conhece as especificidades do local onde produz.

Além de empoderar o agricultor familiar ao valorizar o seu conhecimento para que o mesmo tenha mais autonomia e emancipação, a perspectiva de agregar as etnociências construídas e difundidas pelos grupos de agricultores aos conhecimentos científicos da academia, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento da Ciência Agroecologia, pois esse é um de seus propósitos.

Ao corroborar com a visão do professor/produtor PRO4 entrevistado, a técnica da EMATER, coloca a dificuldade que normalmente o extensionista formado recentemente pela academia tem em se aproximar dos trabalhadores do campo:

*Uma das coisas que eu tive dificuldade quando eu entrei na empresa foi fazer esse ajuste. Porque eu tive uma matéria de extensão. Passa muito rápido e você sai da faculdade com muito conhecimento, pouca prática e muito arrogante. Você não sabe como conversar com os outros. Você chega [para o agricultor]: ‘ah, não... você tem que fazer isso’. [De outra forma:] ‘Não tem como? Vamo vê o que que pode ser melhor? Faz dessa forma... eu sugiro’. A gente tem que aprender a conversar. Eu acho eu deveria ter uma disciplina [na graduação]. Você massageia o ego, né? ‘Poxa o senhor faz isso? O senhor faz muito bem...’ você já ganha um ponto com aquele produtor. Às vezes nem tá. (APE3)*

A extensionista demonstra a complexidade no trato interpessoal com os agricultores quando os conhecimentos adquiridos na academia durante o curso de graduação se chocam com os conhecimentos observados pelo “saber fazer” dos agricultores. A mesma considera, no seu caso, que seria importante ter aprendido a lidar com o contato com os produtores, mas que a disciplina oferecida de extensão na graduação em agronomia não contemplou tal problemática.

Mas a questão que se coloca não é somente o tratamento interpessoal e sim a responsabilidade de agregar aos conhecimentos acadêmicos os conhecimentos tradicionais construídos e difundidos nas comunidades rurais enquanto uma prática metodológica da Ciência Agroecologia (FEIDEN, 2005; ALTIERI, 2012). Mais ainda, é nessa “via de mão dupla” que o agricultor familiar se percebe como produtor de alimentos e de conhecimentos capazes de contribuir para um arcabouço científico capaz de mudar concepções de produção e da segurança alimentar no local, no território e mundo. O reconhecimento desse “produto-conhecimento” pode empoderá-lo e emancipá-lo para que obtenha uma autonomia necessária para a manutenção dos costumes, das práticas, das paisagens, da soberania alimentar e socioeconômica de sua família (PASSADOR, 2000).

O representante do poder público entrevistado (APP1) diz não saber “como é essa abordagem do técnico especialista, [...] Eu não sei se ele mantém uma distância [...]. Mas eu acho que todo cara que ele tem um conhecimento técnico aprofundado ele tem que ouvir o cara [o agricultor] lá. Eu sempre pratiquei isso”. Embora o entrevistado seja um técnico formado em nível superior e admita que escute “muito o cara [produtor] lá dentro, porque ele está vivendo o dia a dia, porque ele vai [lhe] dar algumas dicas”, ele não garante que todo pesquisador ou extensionista se coloque nessa posição de se aproximar do agricultor familiar e compartilhar mutuamente dos conhecimentos.

Para a pesquisadora da EMBRAPA (APE2) “o aproveitar o saber é tudo, os conhecimentos tradicionais. Por exemplo: num desenho de um sistema agroflorestral, não existe um modelo [pronto]. Tem que construir junto com aquele ator [d]ali. O que ele quer, o que é importante pra ele”. Portanto, salienta que, sobretudo, o desejo dos atores envolvidos devem ser ouvidos; se a comunidade deseja plantar mudas de espécies nativas que compõem práticas alimentares tradicionais, esse desejo deve ser respeitado. Assim, surgem os conhecimentos inerentes dessas práticas que podem e devem ser valorizados, segundo a pesquisadora.

Na percepção do outro pesquisador/extensionista da EMBRAPA (APE4) que atua na Fazenda Agroecológica – SIPA – a relação entre os pesquisadores da instituição em que atua com os agricultores de Seropédica acerca do diálogo entre os saberes expõe em sua fala que essa dinâmica ocorre da seguinte forma: “alguns sim, né? Com outros, nem tanto. Algumas dessas atividades são atividades de troca de experiência mesmo, não são ‘ah, vem aqui que vocês têm que aprender isso aqui’”. A observação crítica do entrevistado sobre a atitude de alguns dos seus colegas pesquisadores chama a atenção no seu discurso, pois evidencia um possível distanciamento entre os conhecimentos do pesquisador e do agricultor pesquisado em uma forma verticalizada e “difusionista” criticada por Freire (1983) de transmissão de conhecimentos do pesquisador para o agricultor. A esse tipo de postura Boaventura de Souza Santos denomina como “monocultura do saber”, ou seja, sem o reconhecimento de outras formas de conhecimento não havendo, assim, uma ampliação no relacionamento com o conhecimento científico, sobretudo, para que ocorra a emancipação social e inclusiva – vista também como categorias da Gestão Social (CANÇADO, 2011).

Quando uma das pesquisadoras entrevistadas da PESAGRO foi questionada acerca da importância da prática da valorização dos conhecimentos tradicionais e do possível empoderamento dos produtores a partir **relação dialógica** (FREIRE, 1987) que se estabelece na relação entre pesquisador/extensionista e agricultor, a resposta foi a seguinte:

*Eu aprendi isso: você nunca despreza. Você procura uma explicação científica para aquilo que ele aprendeu na vida, que ele trouxe de bagagem. E eu acredito muito nisso: eu aprendi a acreditar que quando o produtor diz alguma coisa que é contra o que eu acho, ele tem razão e eu to errada. Então, eu tenho que procurar porque que ele ta dizendo aquilo. Porque provavelmente ele está certo e eu errado. Porque ele vive aquilo no dia a dia dele e eu não. Então eu que tenho que aprender e adaptar as coisas a ele. Então a gente procura trabalhar dessa forma [...] se você*

*chegar lá com uma coisa pronta pra ele, ele não faz [...] [isso] deixa a gente mais forte e eles também (APE1).*

A relação entre o conhecimento produzido entre os agricultores familiares e os aprendidos pelos extensionistas formados na academia, pode ser conflituosa em alguns momentos, mas que pode proporcionar certo equilíbrio e acordo nas convicções de ambos quando há o diálogo, o respeito e a valorização mútua do saber do outro na construção de um saber coletivo, para a “ecologia dos saberes” (SANTOS, 2004). Essa relação é exposta pela agricultora (AGR1) em função de uma experiência que teve no passado:

*Porque na época a minha roça era aquela roça ‘bagunçada’: uma carreira de abóbora, uma carreira de milho. Na mesma cova o milho e o feijão. Tudo junto na mesma área. Ele [o marido que estudava agronomia na UFRRJ] chegava e dizia: ‘isso é uma bagunça! Você não pode fazer isso. Isso é uma bagunça’. Aí começou a pegar linha, fazê tudo bonitinho. Ele preparava a terra e tudo e ali gastava um tempo puxando aquela linha. Enquanto ele puxava aquela linha pra botar tudo de nível. Eu disse: ‘cuide da sua roça, da minha cuido eu. Vá com a sua certinha’. Às vezes a gente se chocava. [...] mas depois a [extensionista] da EMATER foi uma que quando me visitou pela primeira vez lá no [ano] 2002. Quando ela foi ela achou a minha roça a pior coisa também, que achou muito feia, muito bagunçada, que não, cabia tudo no mesmo espaço. Depois ela foi na Fazendinha [Agroecológica – SIPA] e ela viu a mesma ‘bagunça’ na fazendinha. Diz que lembrou: ‘caramba, ela já tava certa e eu achando que a mulher tava errada’. Porque o agricultor familiar ‘é’ agroecologia. E é essa mistura. Vai numa terrinha na Bahia, de um pequenininho, tu fica encantada. Você melancia, você vê abóbora, tudo ali juntinho. Já come ali mesmo. Aí é que veio... Mas eu não sabia até então. Pra mim aquilo ali era uma agricultura boa.*

No discurso da agricultora ocorrem evidências de uma concepção de que a “agricultura boa”, na sua visão, das práticas tradicionais que trouxe da sua infância a qual passou no estado da Bahia, é o misto de várias culturas na mesma cova de plantio. Assim, essa sua técnica (tica), aprendida e difundida (matema) pelos seus familiares em sua terra natal na Bahia (etno) pode ser considerada como uma etnomatemática, segundo D’Ambrósio (2001) a qual converge com os conhecimentos tradicionais os quais podem ser resgatados pela agroecologia enquanto ciência. O fato de ter se casado com um estudante de agronomia e de ter sido visitada por uma agrônoma da EMATER, ambos aparentemente com formação em agricultura convencional, não a convenceu a deixar de lado as suas convicções acerca dos conhecimentos tradicionais ou etnoconhecimentos que, posteriormente, foram confirmados pela própria extensionista da EMATER quando da sua visita à Fazendinha Agroecológica – SIPA – como uma prática essencial para agroecologia. Atualmente, tanto ela quanto o seu cônjuge – que não concluiu o curso de graduação em agronomia – desenvolvem em seu sítio as técnicas de plantio resgatadas das práticas e conhecimentos tradicionais que a agricultora trouxe da sua infância e, praticamente, difundem essas práticas para a Associação Serorgânico e para todo o SGP de Seropédica, assim como nos encontros de capacitação e em palestras onde tem a oportunidade de expor as suas experiências individuais e com o grupo de associados. Segundo a agricultora entrevistada, a primeira impressão que a extensionista teve ao observar o seu plantio de “culturas misturadas” estava em desacordo com as suas concepções de plantio “organizado” no modo convencional e, portanto, foi criticada pelo seu “saber fazer” tradicional de agricultor familiar “sem os conhecimentos acadêmicos”. Mas em um segundo momento, ao se defrontar com essa prática realizada em uma instituição como a Fazendinha Agroecológica – SIPA – a qual desenvolve pesquisa em agroecologia, percebeu que a mesma resgatou esses conhecimentos tradicionais de povos do passado e os utiliza em uma agricultura mais sustentável e equilibrada ecologicamente, legitimando assim a prática da agricultora. Embora a extensionista necessitasse dessa constatação por meio da observação

dessa prática/teoria de uma instituição de pesquisa, segundo a agricultora, houve um reconhecimento por parte da mesma ao comparar os dois modos de plantio. Portanto, esse pode ser um exemplo no qual a “ecologia dos saberes” (SANTOS, 2001) se faz presente quando, em uma relação dialógica e horizontal entre pesquisador/extensionista/professor e aluno/pesquisado/produtor, na visão de Freire (1987) as etnociências desenvolvidas e construídas em uma determinada prática, de uma determinada comunidade, em um dado local com suas especificidades como clima, solo, umidade, etc., compõem um conjunto de conhecimentos construídos pelo “saber fazer local” e que podem e devem ser agregados aos conhecimentos da academia. A Ciência Agroecologia é a soma de todos esses conhecimentos, analisados, discutidos e testados, respeitando os costumes, as demandas, as necessidades e as especificidades locais (LTEIF et al, 2011).

Nesse sentido, valorizar o conhecimento “do outro” é, sobretudo, **empoderá-lo** (CRUIKSHANK, 1999) em um processo de emancipação político-social, pois o mesmo se sente capaz de desenvolver habilidades que, em parceria com os seus pares e com instituições de ensino, pesquisa e extensão, pode contribuir para a gestão e para o desenvolvimento do território a fim de buscar a sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Para os produtores entrevistados a valorização da prática do agricultor ocorre de forma muito mais técnica e vertical do que emancipatória pelos extensionistas como pode-se perceber nos discursos dos produtores entrevistados:

*Muitas vezes eles [os pesquisadores e extensionistas] vêm só com a teoria, né? [...] às vezes eles perguntam como a gente lida com um certo tipo de praga. A outra agricultora mesmo trabalha muito com homeopatia, né? Muitas vezes ela tem as experiências dela que ela transmite. [...] agora no caso das plantas ela tem feito pesquisas com ervas, vários tipo de ervas, pra combater... pra combater não, pra afastar os insetos [da produção] na produção orgânica tem as plantas ‘amigas’ e as ‘inimigas’, né? Então você tem que dosar as plantas pra colocar (AGR2)*

*[Teve] uma pesquisadora muito apaixonada pelo conhecimento popular, lá da PESAGRO. Cada muda de vinagreira que eu tenho hoje, e isso já tem mais de 10 anos. E ela deu um curso aqui e ela deu curso aqui. Ela deu oficina pra ensinar a gente a produzir o xampu medicinal, o sabonete medicinal, o remédio caseiro mesmo, a tintura de ervas. E tudo foi feito em cima do potencial de cada sitio, cada erva, o levantamento, e procurando em primeiro lugar exatamente isso: o que a gente sabia daquelas ervas. Como a gente costumava usar, [como] a nossa mãe [usava]. E foi muito enriquecedor. [...] essa troca com a Fazendinha já houve também muito [com relação às técnicas usadas pelos agricultores os extensionistas diziam sempre] era mais assim: ‘essa técnica que você sabe pode ser aprimorada, pode ser melhorada’. Mas teve muitas plantas medicinais que eles não conhecia, nós passamos pra eles... [mas quando eles valorizam o nosso conhecimento] nos sentimos lá em cima. É o auge... (AGR1).*

Há um aproveitamento dos conhecimentos dos pesquisadores e extensionistas em casos muito pontuais como as duas agricultoras expuseram nas entrevistas. Embora haja uma prática constante de experimentações desenvolvidas empiricamente por uma das agricultoras citadas, há sempre uma sobreposição de técnicas que os extensionistas ora sugerem certo aprimoramento, ora se nutrem dos conhecimentos. Corroborando com o discurso do professor do CTUR (PRO4) a valorização do conhecimento tradicional/empírico desenvolvido *in loco* pelo produtor rural, depende muito da “postura investigativa” do pesquisador/extensionista. Portanto, se o mesmo admite “aprender” com a prática, com o “saber fazer” daquele que está lidando com a terra, como no caso da pesquisadora da PESAGRO citada pela agricultora AGR1 interessada em conhecer e catalogar os benefícios das ervas medicinais, o mesmo poderá estar contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento científico da agroecologia o qual agrega as etnociências de uma comunidade aos saberes acumulados academicamente.

Outra característica observada na entrevista da agricultora AGR1, quando questionada sobre como a mesma se sente quando os seus conhecimentos são valorizados, a resposta foi: “nos sentimos lá em cima. É o auge...”, o que denota um possível **empoderamento**, não somente como um “aumento” da sua autoconfiança e da autoestima na visão de Bampi (2003), mas enquanto um ser social que produz conhecimento e esse mesmo saber é valorizado e difundido pela sociedade e pela academia. Mais ainda, sente-se reconhecido como um “ser social” que possui o seu valor para além da mera reprodução das técnicas transmitidas pelos pacotes tecnológicos enquanto “executador” de trabalho braçal, tal qual uma “extensão da máquina” na visão da **racionalidade instrumental e utilitarista** na crítica de Guerreiro Ramos (RAMOS, 1981).

Na percepção do aluno participante do Grupo de Agricultora Ecológica – GAE – da UFRRJ a relação entre o pesquisador e o produtor local a partir de um exemplo vivenciado pelo grupo de estudantes, é evidenciada na sua exposição:

*Um aluno lá do GAE, ele é bem militante assim, né? Ele está fazendo mestrado em Solos. O trabalho dele foi justamente esse: chegar pro produtor, perguntar: ‘ah, qual o tipo de vegetação que aparece aqui de forma espontânea que é interessante pra vocês?’. Então, o científico vai até lá, pergunta como é que é feito, né? O que está funcionando, o que está dando errado. E eles dizem: ‘ah, tem esse matinho aqui que não tá atrapalhando nada’. Ai chegaram e viram que não tinham feito nenhum estudo [nessa planta]e estão estudando. E agora eles estão indo pro laboratório, fazendo um estudo lá da parte celular dela, pra poder entender mais, de como ela pode contribuir para aquele ecossistema. Tem aquele conhecimento; ‘ah, tá aí, tá dando resultado’ mas não sabe o porque, aí a ciência, a academia vem pra ajudar a justificar esse conhecimento tradicional [...] eles gostam bastante dessa relação e até pedem, né, querem ter esse contato mesmo, né. Eu acho que eles não se sentem inferiorizados, não. Eu acho que eles vêem a importância da relação com a academia e pelo o que eu vejo até hoje ninguém se sentiu inferiorizado (ALU1).*

A relação horizontalizada entre o pesquisador e o produtor observada no exemplo apresentada pelo aluno do GAE, tipifica a necessidade que o agricultor tem em compartilhar as suas experiências, ou seja, os seus conhecimentos tradicionais com os estudiosos da academia para que haja uma “comprovação” dentro dos “padrões científicos” estabelecidos pela mesma. Nessa relação de parceria, segundo o aluno entrevistado, o agricultor familiar não se sente “inferiorizado” frente ao pesquisador, pois o mesmo compreende o seu papel enquanto elemento importante nessa “cadeia” de produção de conhecimento, que, obviamente, leva em conta o valioso “saber fazer” das práticas tradicionais. Como foi descrito pelo entrevistado no exemplo apresentado, houve uma preocupação do pesquisador em compreender como se dá a contribuição da planta nativa – até então desconhecida pela ciência acadêmica segundo ele – para o ecossistema da produção local dentro de uma visão agroecológica, a qual é mais complexa do que a produção orgânica, embora ocorram alguns equívocos ainda não muito bem esclarecidos ao agricultor familiar. Nesse sentido, o entrevistado considera que a academia pode contribuir muito para esse esclarecimento e para o desenvolvimento de uma “consciência agroecológica” para a sustentabilidade local e do planeta.

A fala do agricultor da Associação de Agricultores Orgânicos Serramar expõe um problema maior sobre a questão do conhecimento sobre agroecologia que são os equívocos que geralmente os produtores possuem entre a produção orgânica e a agroecológica:

*Essa questão do orgânico e do agroecológico gera muita confusão. Até mesmo no SPG, nos membros, dos associados é um negócio que é muito confuso, né [...] as vezes o cara planta um pé de eucalipto no sítio dele e diz que já é agroecológico, entendeu? [Diz:] ‘ah, não, eu só uso esterco e plantei um pé de eucalipto lá, é agroecológica a minha produção’. A gente sabe que não é assim e é o que mais a gente vê. É muito comum. A agroecologia é mais complicado que o orgânico. Eles acham que não (AGR6).*

Segundo o agricultor há ainda muito que ser esclarecido ao agricultor familiar sobre as diferenças entre a produção orgânica e a agroecologia enquanto ciência capaz de estudar os aspectos sociais, ambientais, produtivos, culturais, étnicos, econômicos, etc., de uma comunidade rural, de uma etnia, de um território, de uma região. Embora considere que há um processo de transição da produção convencional para a agroecológica no qual o plantio de orgânicos é fundamental, descreve que esse esclarecimento deve ser mais explorado nas reuniões de SPG, fato que foi observado durante a entrevista.

Para o aluno participante do GAE os equívocos podem ser esclarecidos para o agricultor familiar por meio de simples explicações como a que apresenta em seu discurso:

*A produção orgânica é simplesmente um modo de produzir, se produz em escala também utilizando insumos orgânicos, né? [...] A diferença começa por aí. Muitas vezes a produção orgânica não vai levar em conta a questão social, de onde é que está vindo esse insumo. Porque eu posso produzir aqui o meu milho utilizando apenas produto orgânico. Só que, da onde que está vindo esse adubo? Às vezes vem lá do Rio Grande do Sul. Enquanto a Agroecologia vai ter essa preocupação de estar utilizando, até fazendo uma adubação verde, onde você possa plantar uma leguminosa que extrai uma fonte de nitrogênio do próprio solo [...] A outra questão é: quem está trabalhando nessa propriedade? Num padrão agroecológico jamais vai ser uma propriedade de 100 hectares, com 300 hectares. Não tem como [...] na agroecologia vai estar tudo 'consorciado' ali, uma planta vai ser o defensivo da outra, de onde você pode tirar renda, caso o alface quebre, você tem uma outra produção que vai te ajudar. Então a agroecologia vai mais pra esse lado, né? Vai ter essa preocupação de onde vai estar vindo esse insumo, quem é que está trabalhando na terra, como é que está sendo essa relação. Às vezes é muito verticalizada, né? Tem lá o grande proprietário da terra mas tem o trabalho escravo, numa produção de orgânico. A agroecologia vai totalmente contra isso [...] as pessoas confundem muito. Porque está tudo dentro desse marketing do 'sustentável' né? O orgânico, o orgânico é vendido como sustentável (ALU1).*

#### 4.9.3. O surgimento do neorural com “consciência agroecológica”

A preocupação do surgimento de uma “consciência agroecológica” que é um resgate de práticas e concepções um passado remoto anterior ao período das duas primeiras revoluções industriais e de comunidades mais isoladas como as indígenas e quilombolas, transcende ao aspecto produtivo segundo o aluno entrevistado (ALU1). Questões como a origem da produção dos insumos, como adubos, sementes, etc. assim como o equilíbrio ecológico e a questão social da distribuição do trabalho, das terras, etc., são aspectos que vão além da produção orgânica enquanto técnica de plantio. A agroecologia enquanto ciência vai além da **racionalidade instrumental** e utilitária da produtividade e comercialização em larga escala, mesmo que seja com o “apelo” sustentável ambientalmente, mas que respeite os valores sociais, culturais e econômicos para que haja a autonomia e a emancipação das pequenas famílias de agricultores como uma das práticas na categorização da Gestão Social (CANÇADO, 2011).

Embora os SPGs de agricultores orgânicos de Seropédica busquem na racionalidade instrumental do aspecto produtivo – embora em escala muito pequena – e na comercialização das feiras e grupos de compras, há uma grande preocupação com a difusão da ciência agroecológica entre os participantes, sobretudo, sobre os aspectos sociais, culturais, étnicos. Isso ocorre pela troca de experiências do saber fazer o que denota o uso de funções da **racionalidade comunicativa** (HABERMAS, 1989) na busca por uma outra racionalidade: a **substantiva** (RAMOS, 1981) – do homem crítico, “parentético”, participativo, solidário, cooperativo, preocupado com o bem comum, com o futuro dos ecossistemas e da humanidade. A Gestão Social enquanto referencial teórico com suas categorias (CANÇADO, 2011) serve como base para a formação de sociedades com esses atributos.

Além da preocupação da relação entre os produtores locais e os pesquisadores e extensionistas há, atualmente, o surgimento de uma nova modalidade de produtor interessado na difusão dos conhecimentos dentro dessa “consciência agroecológica”, sobretudo, em Seropédica, segundo a agricultora entrevistada (AGR1):

*Está acontecendo uma coisa também, bem diferente. Com tudo isso, tá surgindo aí o novo agricultor. [...] eu fui numa reunião só de gente assim, que tem a terra, que tinha o seu sítio, que era mais de veraneio. E tão desesperado. [...] Tinha uma reunião de uma turma de gente que tá desesperada agora, tá apaixonado e quer fazer do seu pedaço de terra do seu quintal, da sua chácara, uma área de produção. [Está começando a ter] uma consciência, falta de alimento e uma certeza de um alimento saudável. E uma garantia de preço bom, e de um mercado consolidado e de uma demanda gigantesca que só tende a crescer. Isso já tá na cara. E tá vindo muita gente, muito inexperiente, mas com muita vontade de aprender de estar até fazendo visitas e conviver um pouco com quem já sabe. E isso está acontecendo muito, principalmente, entre pessoas jovens. E isso eu achei bonito. Isso achei muito bonito. E está crescendo muito.*

Segundo a agricultora, o surgimento da modalidade “neorural” a qual possui o desejo de produzir sem a expertise daquele agricultor que já lida com a terra há anos, mas já com a formação da “consciência agroecológica”, tanto no sentido de refletir sobre as questões da segurança alimentar e nutricional, quanto sobre os ecossistemas e sobre o crescente nicho de mercado que se abre para a produção orgânica e agroecológica, pode ser um caminho para o fortalecimento do setor e dos grupos associativos locais. Para a entrevistada, esse surgimento tem ocorrido na maior parte entre os mais jovens como forma de ativismo sociopolítico acerca das questões ambientais, sociais, políticas, culturais e econômicas as quais defendem. Portanto, mesmo antes de se estabelecerem localmente, esses futuros agricultores que já possuem essa “consciência agroecológica”, possivelmente tem um grande potencial para a formação de grupos e associações com uma governança baseada nos princípios da **gestão social** participativa e, sobretudo, com base na racionalidade substantiva, ao analisar o relato da entrevistada.

Por outro lado, há agricultores de Seropédica que se mantêm no modo de produção convencional ainda com a ausência da “consciência agroecológica”, muito menos com interesse na transição para a produção orgânica, pois já tem comercialização consolidada com o CEASA, e não se preocupam com as questões sociais, ambientais ou com o alimento saudável. A agricultora do Bairro Inkra (AGR5) que tem frequentado as capacitações promovidas pela EMATER e pela EMBRAPA na Fazendinha e tem fornecido alimentos para a Feira de Agricultura Familiar da Rural expõe a sua percepção sobre os produtores da sua comunidade:

*Acho que existe uma resistência muito grande em modificarem a forma de cultivo. O pessoal é muito acomodado. [Dizem:] ‘ah, esse negócio de orgânico aqui não dá’. Quando a gente fazia a reunião de moradores, eles diziam muito isso; ‘isso não dá aqui não’. Eles não querem. Acostumaram naquela mesmice. A gente quer plantar pro CEASA, mas a gente quer mudar pra orgânico também, né?*

Percebe-se que a agricultora do Bairro Inkra, que produz no modo convencional, já vem mudando o seu modo de atuar na agricultura ao se inserir no projetos de capacitação e da feira da rural. Por estar participando desses ambientes onde o diálogo ocorre sobre as questões da agroecologia com visitas à Fazendinha Agroecológica, pelo contato com os agricultores orgânicos e suas associações, a agricultora pretende mudar o seu modo de produção para orgânico, construindo assim uma “consciência agroecológica” com essa aproximação, criticando, assim, os seus vizinhos por se manterem refratários à ideia.

É possível que o conhecimento disseminado pelo convívio com outros agricultores que possuem conhecimentos sobre a ciência agroecologia e sobre a produção orgânica a fez querer

iniciar o processo de transição de produção convencional para orgânica. Esse fato poderá ser um avanço tratando-se de uma unidade familiar produtiva localizada em um bairro agrícola de Seropédica que não possui ainda a “cultura agroecológica”, mas que, no futuro, poderá se espelhar no exemplo dessa agricultora em função do seu exemplo, no caso do possível êxito de suas experiências com a agroecologia e com a produção orgânica.

Com as três perspectivas apresentadas nessa seção o conhecimento tradicional construído pelo saber fazer das práticas cotidianas e disseminadas pelos agricultores, assume um papel importante tanto troca de suas experiências entre os que produzem, ou seja, com os que lidam com a terra, quanto com os pesquisadores e extensionistas que possivelmente interagem pela relação dialógica com esses grupos. A questão da “consciência agroecológica” é algo que vem sendo construída nessa relação e, sobretudo, no sentido de resgatar e redefinir algumas “boas práticas” utilizadas no passado e que foram substituídas pelos pacotes tecnológicos que hoje são vistos como agentes causadores de doenças, contaminações nos humanos, nos animais e nos ecossistemas em geral. É no equilíbrio multidimensional proposto pelo desenvolvimento sustentável de Sachs (2008) que a “consciência agroecológica” se aproxima enquanto epistemologia. Assim, valorizar as etnociências construídas localmente em uma relação dialógica e horizontal com os conhecimentos acadêmicos em práticas de gestão social, pode favorecer, sobretudo, para a ampliação e para o aprofundamento da própria Ciência Agroecologia na sua “ecologia dos saberes”.

#### **4.9.4. Os referenciais teóricos utilizados na discussão desta seção e quadro síntese de objetivos**

A produção conhecimento local pelos agricultores de Seropédica tem ocorrido tanto nos SPGs dos grupos de produtores orgânicos quanto nos encontros de capacitação nas rodas de conversas do tipo “camponês a camponês” na visão de Siqueira et al. (2012) como na categoria “comunidade de prática” na perspectiva não hierárquica da Gestão Social. A fim de compreender como se dá essa produção foram realizadas análises das entrevistas e a observação participante à luz de algumas teorias que embasam as aproximações teóricas aqui propostas. A tentativa de aproximar as etnociências das ditas ciências acadêmicas, no sentido de valorizar os conhecimentos locais à luz do pensamento de D’Ambrósio (2001) e Campos (2001) acerca das tensões entre os conhecimentos que se constroem na academia, de práticas de extensão “difusionistas” (FREIRE, 1983), que podem ser denominados de “monocultura dos saberes” por Boaventura de Souza Santos (2004) é, sobretudo, uma proposta de ampliar os próprios conhecimentos acadêmicos quando os pesquisadores interagem com os conhecimentos populares, proporcionando o surgimento de uma “ecologia dos saberes”. A troca desses conhecimentos em uma relação dialógica, não hierárquica e horizontal na perspectiva de Paulo Freire (1987) como defendida na categoria “comunidade de prática” da Gestão Social (CANÇADO, 2011), entre pesquisadores/extensionistas e os agricultores locais, como também foi percebido por Queiróz (2014) é um trabalho participativo e de parceria para o empoderamento e emancipação político-social (CRUIKSHANK, 1999) à luz da racionalidade substantiva na perspectiva de Guerreiro Ramos (1981; 1983). Essa perspectiva pode ser possivelmente potencializada por uma “consciência agroecológica” que surge nos últimos anos com os “novos rurais” e que resgata as práticas tradicionais do passado.

Sendo assim, os objetivos intermediários traçados para a tese nessa seção são tratados no Quadro 17 a seguir, cujos resultados alcançados são identificados dada a especificidade do tema tratado.

**Quadro 17** – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção (Continua).

	<b>Objetivos intermediários</b>	<b>Resultados</b>
i	Identificar as principais leis e programas em documentos legais em escala nacional, regional e local e a história do município	<i>Perceber nos documentos convergências e divergências de ideias e ações para o desenvolvimento local.</i> Identificou-se para esta seção temática somente estudos anteriores como as discussões de Queiróz (2014) acerca da troca de experiências entre extensionistas e pesquisadores com os produtores orgânicos de Seropédica. Houve também a identificação de partes do Plano Diretor Participativo de Seropédica sobre a necessidade da aproximação das instituições de pesquisa e extensão dos pequenos agricultores locais, assim como estímulo ao desenvolvimento da agricultura orgânica e da agroecologia, mas sem mencionar a troca de experiências entre os mesmos. Identificou-se no programa PLANAPO a necessidade da autonomia dos agricultores para a produção do conhecimento com base na perspectiva da agroecologia em função das características locais.
ii	Identificar os principais atores que propõem ações de desenvolvimento rural na região, a fim de reconhecer os <i>campos de poder</i> construídos na perspectiva das lideranças	<i>Quais são os atores envolvidos no desenvolvimento rural local? Como eles atuam?</i> Identificou-se como principais atores institucionais locais sobre a questão do desenvolvimento rural sob a perspectiva da produção de conhecimento com base na agroecologia os SPGs de produtores orgânicos com a ABIO, a interação dos mesmos com alguns projetos de capacitação com a EMATER e a EMBRAPA na SIPA – Fazendinha Agroecológica do Km47 – na qual houve a troca de experiências entre os pesquisadores/extensionistas/capacitadores e os cursistas, nos cursos de capacitação oferecidos pelo NEDET-BIG no qual a Associação Serorgânico discutiu sobre a necessidade da valorização do “saber fazer” local bem como a diversidade desses saberes. Outro ator identificado é o grupo de professores da UFRRJ que estão à frente de projetos como a Feira da Agricultura Familiar da Rural e de implantação do PAA do Restaurante Universitário que tem como iniciativa interagir com os agricultores locais com pesquisa e extensão como foi o caso da experiência com a produção orgânica de arroz, o qual procurou captar a experiência dos agricultores envolvidos no projeto. Outro ator importante é o professor (PRO2) envolvido com projetos de fortalecimento e apoio aos grupos de produtores orgânicos na criação de um campo de poder forte com essas associações, embora considere uma difícil missão devido às adversidades políticas do local e da instituição – UFRRJ.

**Quadro 17** – Quadro síntese dos objetivos dos resultados e discussões apresentados na seção (Continuação).

	<b>Objetivos intermediários</b>	<b>Resultados</b>
iii	Verificar como se dá a ação comunicativa e as interações dos grupos de produtores com o poder local e com as instituições de pesquisa e extensão	<p><i>Identificar como ocorrem as interações entre os 3 atores: produtores, extensionistas e Estado. Há convergências ou divergências de ideias nos discursos?</i></p> <p>Verificou-se que tanto nos projetos de capacitação voltados para os agricultores familiares de Seropédica desenvolvidos pela EMATER/EMBRAPA e NEDET-BIG, assim como nos projetos de apoio aos grupos de produtores orgânicos, de produção de arroz e de inclusão na Feira de Agricultura Familiar da Rural e do PAA, há a preocupação de valorizar espaços de trocas das experiências vivenciadas pelos agricultores em virtude das suas especificidades locais, microclimas, sazonalidades, etc., embora os entrevistados considerem que nem todos os pesquisadores e/ou extensionistas assumem tal postura. Tais espaços onde ocorrem a dialogicidade e a ação comunicativa para que haja o mútuo entendimento a relação entre dinamizador/capacitador/pesquisador/extensionista se faz de forma horizontal ao dar voz ao agricultor familiar no sentido de empoderá-lo pela sua experiência e pelo seu saber fazer, o que pode surtir efeitos positivos e expressivos na sua ação cidadã. Verificou-se que os representantes do poder público municipal pouco participam desses espaços, contribuindo de forma ínfima para a troca e para a construção dos conhecimentos necessários para o desenvolvimento do território.</p>
iv	Verificar se há uma tendência de preservação e fortalecimento da atividade pelo empoderamento de grupos de famílias estruturados em associações que buscam uma “racionalidade substantiva” com base nos princípios da agroecologia.	<p><i>Verificar se conhecimentos tradicionais construídos localmente são difundidos e legitimados pelas atividades de pesquisa e extensão, se empodera os agricultores e gera valor agregado ao produto diferenciado.</i></p> <p>Verificou-se que há uma forte tendência de preservação e difusão dos conhecimentos produzidos pelos agricultores locais, sobretudo, pelas ações dos SPGs de produtores orgânicos, pois os mesmo tem como uma de suas finalidades a troca de experiências nas suas reuniões. Embora ameaçados pelo crescimento econômico da região, o qual atrai empreendimentos industriais, a resistência desses grupos amparados por alguns projetos de instituições como a EMATER, a EMBRAPA, a UFRRJ, etc., pode favorecer o fortalecimento da atividade rural desses grupos, principalmente acerca da perspectiva da agroecologia, que tem como finalidade resguardar e valorizar os saberes e conhecimentos tradicionais construídos e difundidos localmente na busca por uma racionalidade substantiva para a emancipação dos mesmos. O que se verificou a partir das entrevistas realizadas foi que há uma forte tendência em Seropédica para a produção conjunta desses conhecimentos (ecologia dos saberes) – entre agricultores e pesquisadores e extensionistas amparados pelo poder público municipal – mas há a necessidade de uma melhor articulação e planejamento entre as instituições que compõem esse <i>polo de produção e transmissão de conhecimentos em agropecuária</i> para a efetivação de grandes projetos de desenvolvimento territorial sustentável para o município com base nos princípios da agroecologia.</p>

**Fonte:** quadro elaborado pelo autor.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar em Seropédica sofreu fortes impactos nas últimas duas décadas: políticos, ambientais, culturais, sociais e econômicos, mesmo com todo o seu histórico de assentamentos e com a concentração de instituições de ensino, pesquisa e extensão localizadas em seu território. Foi percebido, *a priori*, que os impactos econômicos com a proximidade do município com a capital do estado e com a região portuária de Itaguaí, os quais fomentaram a construção do arco metropolitano, ampliou a especulação imobiliária no município com a atração de indústrias e condomínios logísticos. Tal fenômeno, causado pelo desenvolvimento exógeno e de intervenção tutorial e não participativa com base na racionalidade instrumental, levou muitos agricultores familiares a desistirem da atividade agrícola.

O impacto ambiental causado por essa transformação também foi observado ao longo desta pesquisa. Tais empresas, como o aterro sanitário e os areais de Piranema, desequilibraram o ambiente, os recursos hídricos e o bem-estar socioeconômico de alguns pequenos produtores rurais. Trata-se de uma “ocupação” do território por esses empreendimentos legitimada pelos poderes públicos nas diversas escalas, fiscalizada e autorizada por instituições de proteção ambiental. Entretanto, a opinião dos munícipes, sobretudo, dos produtores rurais que residem nas localidades não foi sequer ouvida. Alguns problemas que surgiram foram contestados por pequenos produtores em reuniões dos conselhos municipais após a instalação desses empreendimentos, embora sem efeitos de resolução pelo poder público e pelas entidades de pesquisa e extensão locais. Esse foi um dos motivos que levou ao descrédito, à desarticulação e ao esvaziamento dos conselhos nos quais foram realizadas as observações participantes na pesquisa. Neste sentido, a ação comunicativa não foi amplamente contemplada.

A troca de experiências com os demais municípios que compõem o Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande, assim como o contato do NEDET-UFRRJ com as outras comunidades e instituições que fazem parte do território, mostrou que Seropédica não é o único município da região que possui problemas de enfrentamento ao modelo de crescimento econômico vigente, no qual há a necessidade de fortalecer e resgatar a agricultura familiar com suas questões econômicas, socioculturais, ambientais, etc. Embora os outros municípios também apresentem questões como especulação imobiliária, com a chegada de condomínios residenciais, hotéis, *resorts*, indústrias, usinas termoeletricas, etc., há, em muitos casos, a mobilização de instituições, sobretudo do poder público municipal juntamente com associações de agricultores e entidades de extensão, para a efetivação de políticas públicas de **inclusão, pluralidade e participação** – enquanto categorias centrais da Gestão Social (CANÇADO, 2011) – como o PNAE e o PAA. No caso de Seropédica, como as agendas das políticas públicas municipais apontam para as dificuldades econômicas como as principais justificativas para o ínfimo amparo à agricultura no município, os fatores sociais e culturais relativos à atividade rural tornam-se secundários enquanto elementos constitutivos dos interesses locais. Visto que os rendimentos auferidos pela agricultura não contribuem significativamente para a economia do município, o foco principal da atualidade passa a ser o “polo logístico e industrial” na região, devido a sua localização estratégica junto ao porto de Itaguaí e em função dos acessos pelas rodovias que a interceptam. Com isso, o tecido social da agricultura familiar está cada vez mais “esgarçado” e fragilizado no atual cenário socioeconômico. De certa forma, Seropédica passa a ser um reflexo do panorama político-econômico-social brasileiro, pois os investimentos globais impactam severamente no local.

Portanto, essa foi a verificação da **primeira suposição** apresentada na introdução desta tese. Tal constatação aponta para o crescimento econômico na região de Itaguaí – com a elevação do PIB nos últimos anos – como uma eminente ameaça à perda da histórica

identidade rural de Seropédica, em virtude dos investimentos industriais de grandes dimensões e de alcances globais, o que favorece o êxodo rural. Esses fatores estão fragilizando o tecido sociocultural da agricultura local levando a um **processo de desterritorialização** na visão de Haesbaert (1995). A saturação das respostas de todos os segmentos entrevistados aponta para o fato de que a chegada das indústrias em Seropédica prejudicou a atividade dos agricultores, o que evidencia tal confirmação. O descaso e o abandono do poder público municipal com os pequenos agricultores como estratégia de enfraquecê-los ao excluí-los das políticas públicas, como foi o caso do PNAE, ocorreu no sentido de oportunizar o crescimento econômico via industrialização. A SEMAMA fez o que esteve ao seu alcance para apoiar os agricultores, mas com sérias limitações orçamentárias e de contingente de pessoal.

A **segunda suposição** apresentada partiu do pressuposto de que a ação comunicativa na interação individual ou por redes de agricultores familiares com os poderes públicos locais – principalmente nos conselhos municipais – juntamente com as instituições de ensino, pesquisa e extensão, por parcerias e fomentos, pode ser um meio de promover o fortalecimento da atividade rural por meio de “interorganizações”. Mesmo com o processo de exclusão promovido pelo poder público municipal, houve a criação de um campo de poder forte, sobretudo, no âmbito do CONSEA com a intensa participação das entidades de pesquisa e extensão em defesa dos agricultores para que os mesmos fossem incluídos nas políticas públicas nacionais como o PNAE. Ainda que tenha havido uma grande assimetria na participação dos agricultores nos conselhos municipais com a ausência de entendimento dos seus anseios pelo poder público municipal na ação comunicativa, a frequência de representantes de instituições como a UFRRJ, a EMATER, PESAGRO e a EMBRAPA, construíram uma representatividade de luta e cidadania pelos direitos garantidos para os agricultores familiares locais, mas que não foram cumpridos. Verificou-se, entretanto, que, com relação às políticas públicas como o PNAE, mesmo se tratando de um programa de Estado em âmbito nacional, o qual obriga os governos municipais e estaduais a adquirirem alimentos da agricultura familiar, quando o poder público local, principalmente na figura do prefeito, não tem interesse em “abraçar a causa”, a política não se efetiva plenamente. Há a necessidade de se criar uma equipe técnica que apoie, divulgue e assessorie o agricultor acerca da elaboração do projeto para a chamada pública. Como no exemplo ocorrido em 2015, a EMATER teve o papel de assessorar os agricultores interessados na chamada pública para o PNAE na elaboração de um projeto, mas que não teve o desfecho esperado no momento da assinatura do contrato. Por outro lado, a dialogicidade acerca da horizontalidade (FREIRE, 1987) na relação dos agricultores locais com a EMATER, com a UFRRJ e com a EMBRAPA tem modificado em virtude das parcerias ocorridas recentemente pela articulação dessas instituições em projetos como a Feira da Agricultura Familiar da Rural e a inclusão dos produtores locais no PAA do restaurante universitário. Foi evidente nos discursos dos agricultores entrevistados que houve interação no passado com os extensionistas e pesquisadores em projetos pontuais, nos quais a descontinuidade e a intermitência do processo ocorreram sistematicamente. Enquanto no CONSEA, que foi um conselho criado pela sociedade civil, as reuniões mantinham debates acirrados acerca do controle social, apesar de ainda imaturos e pouco fundamentados na teoria da Gestão Social, as reuniões do CMDRS, as quais eram conduzidas pela SEMAMA, tinham a rotina de apresentar os informes sobre as ações da secretaria, não sendo comuns debates, divergências e reclamações. Salvo duas situações no CMDRS, nas quais houve a contestação do texto do regimento interno sobre a eleição do presidente do conselho e a outra na qual um agricultor criticou o funcionamento do aterro sanitário, a diferença entre os dois fóruns de debate – CMDRS e CONSEA – evidencia a forma de participação, da tomada de decisão coletiva e da ação comunicativa nos dois espaços públicos. Resumindo: o CMDRS era conduzido pelo poder

público municipal, enquanto o CONSEA, durante muito tempo ilegal e não reconhecido pelo prefeito, foi conduzido pela sociedade civil organizada e pelos representantes das instituições de pesquisa e extensão, contendo as secretarias do poder público municipal como meros participantes. As nutricionistas representantes da SMECE tinham muita dificuldade em expressar as suas opiniões nas reuniões do CONSEA, principalmente acerca do processo de **não inclusão** dos agricultores do PNAE. Tal observação reflete algum comprometimento na transparência do processo, em detrimento da instabilidade funcional das nutricionistas na secretaria.

A partir da **terceira suposição** verificou-se que a organização em associações de agricultores, sobretudo àqueles que se organizam em torno da produção orgânica, pode favorecer a busca por uma racionalidade substantiva capaz de construir um campo de poder a partir da criação de laços fortes, onde as famílias participem das decisões políticas e interajam mais frequentemente e significativamente com as entidades de pesquisa e extensão como ocorre com os SPGs, enquanto exercício de “tomada de decisão” como uma importante categoria da Gestão Social. Talvez o grande papel da academia e das instituições de ensino, pesquisa e extensão concentradas em Seropédica e que desenvolvem trabalhos sobre a agroecologia e a agricultura orgânica seja disseminar a “consciência agroecológica”. Mais ainda, divulgar suas práticas e os conhecimentos na formação de grupos e associações, pela interação horizontal entre os pesquisadores/extensionistas e o trabalhador do campo em um processo dialógico (FREIRE, 1987). Entretanto, esta pesquisa notou que essa função ocorra ainda de forma muito sutil e desarticulada pelas instituições que compõem o polo de produção de conhecimento local com os agricultores familiares do município em função dos discursos analisados nas entrevistas. Os SPGs valorizam o seu “saber fazer”, o que leva ao seu empoderamento nas relações de troca de experiências entre seus pares e com a ABIO, mas muito ocasionalmente com experiências pontuais e intermitentes com pesquisadores e extensionistas das instituições que compõem o referido polo.

A fim de retomar os **objetivos intermediários** traçados para a pesquisa, o **primeiro** deles buscou identificar as principais leis e programas em documentos legais em escala nacional, regional e local, estudos anteriores e a história do município. Para tanto, houve a apreciação das atas das reuniões mensais de associações de agricultores a fim de observar a organização e compromisso com a governança dos grupos; a identificação da lei que emancipou Seropédica do município de Itaguaí; os estudos anteriores de Fróes (2004) sobre a rota da seda; o trabalho de Golinski (2008); fontes de dados do senso agropecuário do IBGE (2006); assim como pesquisa em sítios da internet sobre as instituições que compõem o polo de produção e transmissão de conhecimento em agropecuária. Tais documentos contribuíram para um panorama histórico da agricultura familiar de Seropédica. Identificou-se o Plano Diretor Participativo de Seropédica (2006) como o documento mais importante a ser analisado nesta pesquisa cujas metas não foram sequer discutidas nos fóruns de debate, muito menos alcançadas nos anos compreendidos para a sua execução segundo os entrevistados. Sobre o Plano Diretor foram discutidos problemas como (i) contradições seu próprio texto acerca transformação das áreas agrícolas para outros usos, (ii) sobre a preocupação com as águas subterrâneas do Aquífero de Piranema, (iii) sobre a não vistoria e fiscalização dos impactos das mineradoras efetivas pelo poder público municipal, (iv) sobre as não ações promovidas pelo poder público municipal no sentido de fomentar e implementar associações e cooperativas nas comunidades agrícolas, (v) a necessidade da aproximação das instituições de pesquisa e extensão dos pequenos agricultores locais, assim como estímulo ao desenvolvimento da agricultura orgânica e da agroecologia. Houve a observação da lei que institui a política nacional para tratamento dos resíduos sólidos, sobretudo, acerca do direito da participação da sociedade no controle social da empresa prestadora do serviço do aterro sanitário; participação que não ocorre. Outro documento identificado e analisado foi o CAR –

Cadastro Ambiental Rural – sobre as áreas de preservação ambiental nas propriedades rurais durante o processo de cadastro das propriedades do município que contou com a ajuda da SEMAMA. Documentos como o (i) PRONAF enquanto referencial nacional o qual cria a obrigatoriedade da criação do CMDRS; (ii) a lei de criação do CMDRS de Seropédica e o seu regimento interno; (iii) o projeto de fornecimento de alimentos dos agricultores ao PNAE de Seropédica; (iv) o edital – chamada pública – para a aquisição de alimentos ao PNAE de Seropédica; (v) a lei federal que dispõe sobre a obrigatoriedade de todo município adquirir ao menos 30% dos alimentos advindos da agricultura familiar local; (vi) a Lei de criação do CONSEA de Seropédica após o veto do prefeito e a derrubada do veto pela Câmara de Vereadores do município com publicação no Diário Oficial do município e (vii) o relatório de produtores cadastrados pela Superintendência de Defesa Agropecuária do estado do Rio de Janeiro. Identificou-se o programa NEDET a partir do Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – MDA, acerca da atuação da UFRRJ assim como dos atores de Seropédica no Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande nos anos de 2015 e 2016. Identificou-se, também, programas como o Rio Rural para a criação dos COGEMs – apesar da crise econômica de Governo do Estado do Rio de Janeiro nos anos de 2014 a 2016. Foram identificados e analisados documentos do município como o Plano Plurianual com a previsão orçamentária para utilização da SEMAMA e o documento com os dados sobre a vacinação de bovinos no município. Houve a apreciação do edital do PAA do Restaurante Universitário e o Regimento Interno da Feira da Agricultura Familiar da Rural. Identificou-se estudos anteriores como as discussões de Queiróz (2014) acerca da troca de experiências entre extensionistas e pesquisadores com os produtores orgânicos de Seropédica, e o programa PLANAPO, acerca da autonomia dos agricultores para a produção do conhecimento com base na perspectiva da agroecologia em função das características locais.

O **Segundo objetivo** intermediário o qual buscou identificar os principais atores que propõem ações de desenvolvimento rural na região, a fim de reconhecer os campos de poder construídos na perspectiva das lideranças, verificou que os SPGs de produtores orgânicos são os atores mais resistentes no município por se organizarem em redes e associações ou que buscam parcerias com outras instituições como a ABIO ou instituições de pesquisa e extensão. Historicamente, após a produção da seda no século XIX, houve a ação de atores como o INCRA com o assentamento de famílias ao longo do século XX, assim como a criação da UFRRJ e do CTUR para o ensino, extensão e pesquisa, da EMBRAPA e da PESAGRO com maior atuação na pesquisa e da EMATER para a extensão. Por outro lado, percebeu-se que após a emancipação do município, os atores compostos pelo poder público municipal se distanciaram cada vez mais dos produtores ao longo dos anos. Para os agricultores, o ator que deveria oferecer maior apoio é a Secretaria de Ambiente e Agronegócio, embora a sua atuação seja insuficiente. Mais ainda, na visão dos agricultores, o poder público municipal não investe no agricultor familiar com o intuito de enfraquecê-los a fim de promover o êxodo rural de modo de atrair indústrias e condomínios logísticos para as áreas estratégicas do município como o Bairro Santa Alice onde se localiza grande parte dos agricultores da Associação Serorgânico. Enquanto ator institucional, a Secretaria de Ambiente e Agronegócio exerceu um campo de poder de controle do CMDRS por conduzi-lo nas reuniões, mas participava discretamente dos encontros do CONSEA e do Colegiado da Baía da Ilha Grande sem contribuições. O ator mais envolvido com a extensão e com o desenvolvimento rural local observado foi a EMATER, ao criar uma rede de articulações com outras instituições locais, apesar de ter emitido somente 22 DAPs – com 16 ativos – em um universo de aproximadamente 201 agricultores no município. Atores como alunos da UFRRJ que compõe o GAE na criação da horta comunitária, o NEDET-UFRRJ com suas capacitações e o colegiado territorial tem contribuído para a criação de novos campos de poder e interações a partir dos elos e redes que foram construídos – embora o NEDET tenha

deixado de receber o suporte financeiro e organizacional da SDT/MDA a partir do segundo semestre de 2016 com a descontinuidade da política territorial do governo interino, o mesmo tem mantido as suas atividades de coordenação e apoio junto ao Colegiado Territorial na mediação entre agricultores, poderes públicos e pesquisadores/extensionistas. O surgimento de um grupo de atores compostos por agricultores de associações de produtores orgânicos, professores da UFRRJ, EMATER, as nutricionistas da SEMECE e demais membros do CONSEA na luta pelo acesso dos agricultores ao PNAE do município foi fundamental para o fortalecimento tanto do CONSEA e a sua legalização. Este fato culminou na realização do I Seminário Intermunicipal do PNAE e Agricultura Familiar em Seropédica.

A criação recente de um campo de poder pela (re)união dos produtores envolvidos no COGEM de Piranema pode ser considerado o surgimento de um ator institucional capaz de promover ações de gestão e de controle social na busca pela equalização dos problemas advindos do impacto ambiental causado pelo aterro sanitário em sua localidade. Exemplo disso foi a elaboração do documento de **controle social** encaminhado à prefeitura, assim como na condução de uma das poucas discussões travadas nas reuniões do CMDRS.

Ainda no CMDRS o advento da mudança do texto do regimento interno para a eleição do presidente do conselho evidencia o fortalecimento desse ator institucional que passa a ter uma maior ação comunicativa sem coerção, com entendimento entre as partes envolvidas e com melhor transparência frente ao poder público municipal. Tal equilíbrio pode evidenciar o surgimento da racionalidade comunicativa na visão de Habermas (1989) no processo dialógico do conselho conduzido pelo poder público. Enquanto ator institucional, o Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande passa a ter um papel importante, pois insere Seropédica em um fórum de debates e troca de experiências com municípios do território rural acerca do enfrentamento das dificuldades e dos êxitos alcançados em práticas de políticas públicas para a agricultura familiar.

No **terceiro objetivo** intermediário, o qual buscou identificar como ocorrem as interações entre os três atores investigados – produtores, extensionistas e Estado – percebeu-se que há recentemente uma maior tentativa de diálogo com as instituições de pesquisa e extensão, assim como com o poder público municipal. Embora o distanciamento tenha diminuído nos últimos dois anos, tal acesso não tem contribuído significativamente enquanto incentivo para a continuidade das atividades e muito menos para a permanência das futuras gerações. Os entrevistados apontam uma maior dificuldade de diálogo com a prefeitura a cada ano. Mais ainda, não há debates sobre o planejamento do município para que ocorra o desenvolvimento rural concomitantemente ao avanço industrial.

O espaço do CMDRS possibilitou a ação comunicativa com poder público municipal para o conhecimento e entendimento dos conflitos entre os agricultores que residem nas proximidades do aterro sanitário e os representantes da Secretaria de Ambiente e Agronegócio. Tais discussões abordaram sobre a fiscalização dos impactos e as compensações socioambientais com apoio da EMATER entre os mais atingidos, mas sem muitos efeitos de compensação e solução dos problemas. Portanto, a “democracia deliberativa” enquanto categoria da Gestão Social (CANÇADO, 2011) no processo decisório, não foi efetivamente exercida neste espaço. Por outro lado, o diálogo entre os agricultores e a EMATER, tem sido ampliado. A relação dialógica e o contato da SEMAMA e da EMATER com os agricultores do Bairro Carretão tem se intensificado com a instalação do CVAPA o que facilitou a acessibilidade dos produtores aos atendimentos da secretaria. Observou-se nas entrevistas aos agricultores, que a não frequência dos mesmos nas reuniões do CMDRS nos últimos anos se deu pela ausência de ações pela prefeitura e não pela falta de liberdade para exporem suas demandas e insatisfações; ou seja, **sentiam-se ouvidos, mas não apoiados**. Logo, a categoria “sustentabilidade” (CANÇADO, 2011) proposta pela teoria da Gestão

Social a qual visa a continuidade do processo democrático e participativo para a efetivação do bem comum, não era exercida neste espaço.

Por outro lado, no CONSEA os debates foram mais exaltados, principalmente no tocante à **inclusão** dos agricultores no PNAE e sobre a lei de criação do próprio conselho, cuja dificuldade de diálogo com o prefeito do município evidenciou ausência de transparência em ambos os processos.

As reuniões plenárias do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande foram espaços onde a participação dos três atores – agricultores, extensionistas e Estado – envolvidos com o desenvolvimento rural possibilitou a troca de experiências entre os cinco municípios participantes, assim como a exposição dialógica e horizontal das expectativas, demandas e conflitos existentes nos municípios sem que houvesse qualquer tipo de coerção ou intimidação. Constatou-se, na visão dos entrevistados, que os maiores assentamentos criados no passado no município foram diluídos ou não se organizaram com vínculos de associação por falta de apoio, tanto dos gestores do poder público municipal ao longo dos anos, quanto pela dificuldade de interação com as instituições locais de apoio à extensão e à pesquisa para o desenvolvimento do território.

O Surgimento de novas associações motivadas pela produção orgânica certificada pela ABIO, como os SPGs, empoderou alguns grupos de agricultores e os inseriu em um nicho de mercado que os mantém em uma estrutura de governança horizontal na qual a **gestão social** torna-se um dos seus princípios, além da emancipação – enquanto categoria da Gestão Social que tem como finalidade libertar e escapar dos mecanismos de manipulação do poder dominante – e da participação frente aos anseios da comunidade sobre as políticas públicas inclusivas. A criação dos COGEMs facilitou o diálogo dos produtores no programa Rio Rural, tanto com o poder público local, quanto com a EMATER, assim como a criação da horta comunitária pelos alunos do GAE possibilitou a comunicação de alguns moradores de Seropédica com os alunos e professores-pesquisadores da UFRRJ. A interação entre os agricultores e os demais atores institucionais tem alguns pontos de tensão: na visão do entrevistado do poder público, os pequenos agricultores apresentam desconfiança quando a prefeitura oferece apoio que o percebe como para “fins eleitoreiros”, mas considera que o diálogo tem se intensificado nos últimos dois anos. Por outro lado, os pequenos agricultores consideram **insuficiente a pouca ajuda do poder público** municipal. Nas relações com as instituições de pesquisa e extensão os agricultores sentem-se “usados” por pesquisadores quando os mesmos não retornam com os resultados obtidos, embora utilizem as ajudas oferecidas como “moeda de troca” em consonância com a perspectiva da racionalidade instrumental. Tais “tensões” foram construídas ao longo de anos nas relações estabelecidas entre esses três atores que interferem, ora positivamente, ora negativamente, no cenário local. Cada ator tem interagido de acordo com os seus interesses e demandas individuais, embora ainda com certa dificuldade em compreender a necessidade da promoção do “bem comum”. Decerto, o “interesse bem compreendido” enquanto categoria da Gestão Social não foi amplamente explorado nas relações interinstitucionais entre os atores nas suas relações e interações ao longo dos anos, no sentido de promover a interdependência entre os interesses coletivos e os individuais. Verificou-se que, nos projetos de capacitação mais recentes citados na pesquisa, há a preocupação de valorizar espaços de trocas das experiências vivenciadas pelos agricultores em virtude das suas especificidades locais, microclimas, sazonalidades, etc., embora os entrevistados considerem que nem todos os pesquisadores e/ou extensionistas assumam tal postura. Muitas vezes as políticas de extensão rural se comportam de forma “difusionista” como na crítica de Freire (1983) na qual o agricultor familiar não participa do processo de construção do conhecimento, ou seja, a tecnologia é apenas difundida por meio dos técnicos em uma relação verticalizada e hierarquizada. Nos espaços onde ocorre tal fator dialógico, a relação do extensionista se faz de forma horizontal ao “dar voz” ao agricultor

familiar no sentido de empoderá-lo ao valorizar as suas etnociências, pelo seu “saber fazer”. Tal valorização pode surtir efeitos positivos na sua ação cidadã, sobretudo, na sensação de pertencimento no processo de construção do conhecimento na perspectiva agroecológica.

O **quarto objetivo** buscou verificar se os conhecimentos tradicionais construídos e difundidos localmente, quando legitimados pelas atividades de pesquisa e extensão, empoderaram os agricultores. Nos últimos seis ou sete anos, o surgimento de pequenos grupos de produtores orgânicos, os quais trocam experiências com base em conhecimentos na agroecologia em parceria, ainda que pontuais com as instituições de apoio à pesquisa e à extensão, vem surgindo como resistência ao fenômeno do êxodo rural no município. Desta forma, os SPGs realizam encontros e reuniões regulares e momentos de troca de experiências nas feiras o que fortalece ainda mais as ações dos grupos na busca por uma racionalidade substantiva com base nos princípios da agroecologia e pela aproximação com extensionistas e pesquisadores na área, ainda que de forma intermitente. Verificou-se, ainda, que a alternativa ou estratégia das ocupações rurais não agrícolas (ORNAs) enquanto recurso economicamente viável, tornou-se uma atividade desempenhada entre alguns proprietários que, ao preservar as paisagens rurais, preserva também os ecossistemas e o modo de vida rural. Tal perspectiva pode ser percebida como uma prática sustentável, a qual pode levar futuramente a um possível “turismo agroecológico”. A criação do COGEM de Piranema em torno do problema do impacto socioambiental causado pelo aterro sanitário torna-se um potencial para a troca de experiência entre os produtores, a fim de criar um campo de poder forte capaz de manter a atividade tanto individual quanto coletiva dos grupos. A criação do CVAPA no Carretão possibilitou a realização de oficinas e capacitações promovidas pela EMATER com base nos princípios da agroecologia o que pode favorecer um ambiente de maior contato entre os produtores e a possível troca de experiências e conhecimentos os mesmos. Em ambos os conselhos municipais verificou-se a necessidade da intervenção dos atores envolvidos com pesquisa e extensão em agroecologia no sentido de fortalecer, empoderar e conscientizar o agricultor local acerca da necessidade e da possibilidade da transição do modelo de produção convencional para o modo de produção orgânica. Tanto nas ações do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande, quanto nos encontros da capacitação à Associação Serorgânico, houve a necessidade de ouvir o agricultor local, suas demandas, experiências e frustrações. A proposta de empoderar o agricultor a partir da valorização das suas etnociências, seja pela interação entre eles ou pelo contato com os extensionistas e pesquisadores em um processo dialógico horizontal (FREIRE, 1987), foi tema de debate nos encontros. Nessas reuniões, a agroecologia foi tratada enquanto ciência necessária para o desenvolvimento rural do agricultor familiar, e, dialeticamente, como o conhecimento produzido por aqueles que lidam com a terra é importante para o desenvolvimento desta ciência. Verificou-se que o foco do programa de capacitação da parceria entre a EMATER, a UFRRJ e a EMBRAPA na SIPA – Fazendinha Agroecológica do Km 47 – foi fomentar o acesso ao conhecimento à ciência agroecologia aos produtores locais em função dos temas discutidos e apresentados nos encontros com aulas teóricas e práticas, nas quais os conhecimentos construídos pelo “saber fazer” local foram legitimados e (re)definidos.

Conclui-se, portanto, que há uma forte tendência de preservação e difusão dos conhecimentos produzidos pelos agricultores locais, sobretudo, pelas ações dos SPGs de produtores orgânicos como nas “Comunidades de Prática” enquanto categoria da Gestão Social (CANÇADO, 2011) com sua abordagem socioprática da aprendizagem, pois os mesmos têm como uma de suas finalidades a troca de experiências nas suas reuniões periódicas. Embora ameaçados pelo crescimento econômico da região, a resistência desses grupos amparados por alguns projetos de instituições locais, pode favorecer o fortalecimento da atividade rural desses grupos, principalmente acerca da perspectiva da agroecologia, que tem como uma de suas finalidades resguardar e valorizar as etnociências e conhecimentos

tradicionais construídos e difundidos localmente, na busca por uma racionalidade substantiva que leve à sua **emancipação**. O que verificou-se a partir das entrevistas realizadas foi que há uma forte tendência local para a produção conjunta desses conhecimentos (ecologia dos saberes) – entre agricultores e pesquisadores e extensionistas amparados pelo poder público municipal – mas há a necessidade de uma melhor articulação e planejamento entre as instituições que compõem o **polo** para a efetivação de grandes projetos de desenvolvimento territorial sustentável para o município, com base nos princípios da agroecologia.

Um possível **desdobramento** dessa pesquisa no futuro poderá ser a criação de tecnologias sociais que tentem aproximar tais instituições em projetos que contemplem a disseminação dos conhecimentos sobre a agroecologia e a agricultura orgânica, entre alunos, professores, pesquisadores e extensionistas com a população local. Mais ainda, promover debates acerca da importância da gestão e do controle social na participação dos agricultores nos fóruns de discussão sobre a produção de conhecimento e sobre a criação de políticas públicas do tipo *bottom up*. Tais desdobramentos visarão fortalecer a agricultura familiar local ao empoderar o agricultor familiar enquanto detentor e também difusor de um conhecimento próprio de sua experiência com o local e enquanto gestor do território para o seu desenvolvimento sustentável nas várias dimensões. As estratégias para que ocorram novos arranjos poderão surgir pela aproximação com os demais municípios do Território da Baía da Ilha Grande, como ocorreu no I Seminário Intermunicipal do PNAE, no qual representantes do município de Paraty apresentaram o sucesso da implantação do programa nas suas escolas.

Por outro lado, na gestão municipal de 2013 a 2016 na qual ocorreu o período de investigação desta pesquisa, a maior contradição observada esteve presente no seu próprio *slogan*: “SEROPÉDICA, CIDADE SUSTENTÁVEL”. Portanto, mesmo já em momento de considerações finais ainda cabe questionar: sustentável para quem, e para quem?

Ao retomar a **problemática** desta pesquisa, a qual esteve centrada na compreensão de como ocorre a ação comunicativa nas relações entre os atores institucionais locais que compõem esse polo de produção e transmissão de conhecimento em agropecuária, composto pelas instituições de ensino, pesquisa e extensão, mais o poder público municipal, com os agricultores de Seropédica, notou-se que há ainda um grande hiato entre o “planejar” e o “agir”. Os planos e as ideias, principalmente quando dialogados e tratados entre o poder público e a sociedade civil representada pelos agricultores, muitas vezes foram acordados, porém não executados, ou seja, não se estabeleceu um mútuo entendimento na ação comunicativa entre as partes. Esse descompasso causou frustração e desconfiança por parte da população rural. Mais ainda, adverte-se que são muito pontuais e descontínuas as interações entre os atores institucionais que desempenham papéis de pesquisa, ensino e extensão, os quais poderiam promover ações para o fortalecimento e o resgate da atividade rural, por meio de projetos, acerca do enfoque local e territorial do processo de desenvolvimento sustentável nas suas várias dimensões, e que promovessem a inclusão dos agricultores nas agendas das políticas públicas do município. Tal fato evidencia uma grande contradição: um município que abriga um polo de produção de conhecimento como Seropédica não tem sido capaz de conter o processo de exclusão e de “expulsão” da agricultura familiar por meio de propostas eficientemente inovadoras, integradoras e articuladas entre as instituições. No caso da UFRRJ, que é um importante ator local, o seu poder econômico é evidente para o município, entretanto a sua atuação política ainda é insipiente. Cabe aqui uma metáfora: “a UFRRJ está em Seropédica, mas Seropédica não está na UFRRJ”. A universidade foi criada para a formação de mão de obra especializada e para a pesquisa, mas na sua origem não esteve em pauta uma ampla formação para a cidadania e para a inclusão social no local, visto que Seropédica ainda adota o modelo de “política clientelista” da Baixada Fluminense. Talvez esse tenha sido o motivo da grande dificuldade de acesso aos agricultores durante esta pesquisa para que fossem realizados contatos e entrevistas. Os agricultores muitas vezes se

posicionaram refratários e resistentes à possibilidade de serem entrevistados por “mais um” pesquisador da universidade que pouco contribuiu para as questões locais. Na visão habermasiana (1995) pode-se considerar que no Polo de Produção de Conhecimento institucional instalado em Seropédica, não se formou uma “comunidade de intérpretes”, necessária para o estabelecimento pleno da ação comunicativa entre os atores envolvidos no desenvolvimento do território.

Conclui-se, portanto, que atores como a ABIO para os SPGs de agricultores orgânicos tiveram um papel fundamental no caminho pela busca por uma racionalidade substantiva a qual valoriza a coletividade, a governança participativa interna e nos conselhos municipais, na legitimação do trabalho e da cultura rural, da produção do alimento saudável, da segurança e da soberania alimentar e, sobretudo, da emancipação. A EMBRAPA Agrobiologia enquanto ator institucional local e de atuação nacional tem realizado projetos e parcerias pontuais e descontínuas com os agricultores de Seropédica, embora muito participante nos conselhos municipais e com uma significativa contribuição social com o programa de capacitação na Fazendinha Agroecológica no ano de 2016 com a EMATER. A EMATER foi considerada nessa pesquisa como o ator que apresentou o contato mais frequente e direto com o produtor e construiu a maior rede de parcerias com outras instituições e com o poder público municipal. A PESAGRO durante o período investigado esteve envolvida com pesquisa em produção orgânica, mas participou assiduamente das reuniões dos conselhos municipais estudados. A UFRRJ enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão ainda apresenta grande desarticulação com projetos descontínuos e intermitentes. Entretanto, a instituição vem criando novos projetos e parcerias como o NEDET da Baía da Ilha Grande e com projetos embrionários como a Feira de Agricultura Familiar da Rural que tem como objetivo ir além do aspecto mercadológico ao idealizar cursos de capacitação dos agricultores e levando-os a interagir entre si e com as instituições de ensino pesquisa e extensão. O “projeto piloto” de inclusão dos agricultores no PAA do Restaurante Universitário da UFRRJ também foi uma iniciativa que articulou vários setores da universidade como a Pro-Reitoria de Graduação e a Pro-Reitoria de Assuntos Financeiros. O poder público municipal representado pela SEMAMA, no período investigado de 2013 a 2016, demonstrou boa relação interpessoal com as instituições citadas assim como com os produtores locais. Entretanto, as suas ações de apoio foram consideradas ínfimas pelos entrevistados, limitadas ao empréstimo dos tratores, os quais estiveram defeituosos constantemente e com uma longa lista de espera, à vacinação gratuita de animais e à emissão de documentos de regulamentação do agricultor familiar. A limitação dos serviços destinados à agricultura familiar foi justificada pelo agente entrevistado da SEMAMA pela ausência de recursos financeiros destinados à pasta. Tal justificativa foi apresentada com extrema transparência nas reuniões do CMDRS, embora argumentado que a junção das secretarias de meio ambiente e agricultura teria ocorrido justamente para que os agricultores tivessem acesso aos recursos financeiros captados pelos impactos ambientais com a chegada do aterro sanitário e das indústrias. Este fato sinaliza uma contradição: se houve a junção das duas pastas com esse intuito, por que não houve recursos financeiros para a agricultura?

Concluiu-se ainda com esta pesquisa que, por mais que o poder público, representado pela Secretaria de Ambiente e Agronegócio, tenha intenção de apoiar e fortalecer o agricultor familiar, se não houver boa vontade, planejamento, prioridade nas agendas e no plano de governo e de “idealização” de programas **centrados na figura do prefeito**, as políticas públicas não são criadas para o desenvolvimento equânime da sociedade. A fim de retomar a perspectiva keynesiana para o caso das políticas públicas relacionadas à reprodução socioeconômica da agricultura familiar: não há mercado forte sem Estado forte. Questões como a **segurança alimentar** da região, ameaçada pelo êxodo dos pequenos produtores, não são sequer contempladas nas plataformas governamentais do município, as quais, alavancadas

por programas como o PNAE nas escolas, poderiam fortalecer e resguardar tal reprodução. Ações conjuntas do poder público em parceria com as instituições de pesquisa e extensão que levassem ao “destravamento” das políticas públicas de fortalecimento do agricultor familiar – como a inclusão dos mesmos no PNAE – poderiam fomentar a retomada do sentimento de “pertencimento” das famílias de agricultores ao território. No entanto, a gestão do prefeito com mandato de 2013 a 2016 não promoveu qualquer ação e fomento de inclusão das famílias nos programas, políticas públicas e nos comércios locais como feiras livres e supermercados, por mais que esses temas tenham sido discutidos nas reuniões dos conselhos municipais.

Mais ainda, foi percebido que a pouca articulação e a falta de sinergia entre projetos intrainstitucionais na UFRRJ assim como a **ausência de parcerias sólidas e contínuas** com as instituições que compõem o denominado polo de produção de conhecimento, juntamente com o poder público municipal, não tem contribuído sistematicamente para o fortalecimento da agricultura familiar já tão fragilizada. Portanto, o município de Seropédica **teria um grande potencial** para o desenvolvimento rural e territorial com a existência do polo supracitado, o qual poderia estar mais focado na ação sinérgica, destinada, tanto aos agricultores organizados em grupos, APLs e associações, quanto ao produtor individualizado. Contudo, não tem promovido efeitos de combate ao fenômeno de desgaste do tecido social da agricultura familiar em virtude das mudanças ocorridas nas últimas décadas. Somado a essa questão, também em escala nacional, surgem algumas preocupações inerentes às transformações nas políticas voltadas à agricultura familiar com a minimização e descontinuidade das ações do MDA, que leva ao seguinte questionamento: o que ocorrerá em um futuro próximo com programas como o PNAE, o PAA, o PRONAF, etc.?

A valorização dos conhecimentos produzidos pelos produtores locais pelas instituições de ensino, extensão e pesquisa instaladas em Seropédica poderia favorecer o empoderamento dos agricultores familiares que lidam com a terra e que têm tanto a ensinar sobre as características do local, pela sua experiência cotidiana. Cabe às tais instituições refinarem o olhar para esses pequenos produtores e captarem os conhecimentos construídos pelo “saber fazer” para o próprio desenvolvimento da Ciência Agroecologia, a qual necessita de respostas face à complexidade dos fenômenos naturais, econômicos, étnicos, sociais e culturais do local. Mais ainda, a interação horizontal com tais instituições poderia favorecer o empoderamento e a emancipação política, social e econômica no sentido de tornar o agricultor mais ativo, participativo e interessado no desenvolvimento com igualdade, liberdade e sustentabilidade no local, assim como na promoção de políticas de “baixo para cima” e na interdependência entre os interesses coletivos e os individuais para o desenvolvimento endógeno do território; na criação do “sentido de coletividade”, na formação de campos de poder fortes por meio de redes de articulações institucionais e populares, as quais lutariam pelo equilíbrio ambiental e pela criação de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária no município.

\*\*\*

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. In: **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, nº 43, set/dez. 2001.
- \_\_\_\_\_. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre. Editora UFRGS, 2003.
- \_\_\_\_\_. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C. FILHO, N.A. (org.). **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Alínea editora. Campinas, 2007.
- \_\_\_\_\_. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, P. F., CAZELA, C. C., CARRIÈRE, J. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: Aped/Secco, 2010.
- AGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Artmed, São Paulo, 2009.
- ALCANTARA, D. **Itaguaí e Seropédica: nós nas redes – Conflitos e transformações da paisagem**. Artigo do anais da VI oficina de Arquitetura da Paisagem e III oficina Quapa-SEL RJ, p. 1-25. 2011
- \_\_\_\_\_. Sobre as águas do Piranema: potencialidades e fragilidades na ocupação de um território em transformação. In **Anais do APPURBANA**, UFPA, Belém, 2014.
- ALCOZ, L. M. **La participación delos entes locales em La elaboración de normas autonômicas y estatales**. 1ª edição, Madrid: Instituto Nacional de Administración Pública, 2009.
- ANDRADE, E. R, JUNIOR, N.N.G. e SILVA, R.P. **A balança comercial do agronegócio brasileiro e a questão fundiária**. Academic Journal. Vol. 1, number 1. November, 2013.
- ANDRADE, L. T., SOUZA, D. B. e FREIRE, F. H. M. **Homicídios nas regiões metropolitanas**. Observatório das Metrôpoles. Ed. Letra Capital, 2013.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ASSIS, R. L. **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia**. Econ. Apl. Vol. 10. Ribeirão Preto. Jan./Mar. 2006.
- BAMPI, L. **Governo etnomatemático: tecnologias do multiculturalismo**. 200f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- BOISIER, Sergio. **¿Hay espacio para el desarrollo local en la globalización?** In: *Revista de La Cepal*, n. 86, agosto, 2005. Disponível em <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/1/22211/G2282eBoisier.pdf> . Acesso em 12 de setembro de 2005.

BONNAL, P. e MALUF, R. S. Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil. In: E.N. LIMA, N.G. DELGADO e R.J. MOREIRA (orgs.), **Mundo Rural IV – configurações rural-urbanas: poderes e políticas**, R. Janeiro, EDUR/Mauad, 2007.

BÖRZEL, T. A. Organizando Babel: redes de políticas públicas. in. DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUZA, Q. (eds.). **O tempo das redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 217-256.

BOURDIEU, P. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Folios, 1983

BRANDÃO, Antônio. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, v. 107, p. 57-76, 2004

BRASIL. **Diagnóstico Territorial: Território Baía da Ilha Grande – Rio de Janeiro**. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria do Desenvolvimento Territorial. União das Associações e cooperativas Usuárias do Pavilhão 30. CONTRATO: 0240547-67/2007. PROGRAMA PRONAT, novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas para a agricultura familiar**. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2013.

\_\_\_\_\_. **Aquisição de Produtos Para a Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar**. Manual, 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 7.794, de 20/08/2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm) Acesso em: 18 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica (PLANAPO)**. 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm). Acesso em 18 de julho de 2016.

CANÇADO, A. C. **Fundamentos Teóricos da Gestão Social**. Tese de Doutorado, UFLA, Lavras, 2011.

CANÇADO, A. C., PEREIRA, J. R. e TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba, PR: CRV, 2013.

CARVALHO, I. S. H., BERGAMASCO, S. M. P. P. Sociologia rural e Etnociências: convergências e diálogos interdisciplinares. In **Anais do V Encontro Nacional da ANPPAS**, Florianópolis, SC, 2010.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 2º vol. 12ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 2009.

CAZELLA, A; BONNAL, P; MALUF, R. Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial. In: CAZELLA, A; BONNAL, P; MALUF, R. **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CHASSOT, Attico. **Alfabetização Científica: questões e desafios para a educação**. Ed. UNIJUÍ, 2000.

CRUIKSHANK, B. **The will to empower: democratic citizens and other subjects**. New York: Cornell University, 1999.

COSTA, L. F. C. e MARINHO, R. J. A. **A formação do moderno sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil**. In: COSTA, L. F; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Orgs.). Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

DALLABRIDA, V. R. **Território, governança e desenvolvimento territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência**. São Paulo: LiberArts, 2016.

D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática – Elo entre as Tradições e a Modernidade**, Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2001.

DELGADO, N. G. As relações entre a macroeconomia e a política agrícola. Provocações para um debate interrompido. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CDPA/UFRRJ, n. 14, 2000, p. 173-180

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R.S.V; SILVA, V.C.F; FIGOLS, F.A.B. e ANDRADE, D. **Os saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Ministério do Meio Ambiente. COBIO-coordenadoria da biodiversidade, NUPAUB-núcleo de pesquisas sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras, USP. São Paulo, 2000.

D'OLNE CAMPOS, M. Etnociência ou etnografia de saberes, técnicas e práticas. In: **Seminário de Etnobiologia e Etnoecologia do Sudoeste**, 1ª ed., Anais. Rio Claro: UNESP. p. 47-92, 2001.

ECHEVERRI, R. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e nos territórios da cidadania. In: FAVARETO, A. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Série desenvolvimento Rural Sustentável; v.12. Brasília: IICA, 2010.

EMBRAPA. **Sistema de produção para a cultura de quiabo no Estado do Rio de Janeiro**. Circular nº 59, Itaguaí, RJ, 1976.

ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: Daniel Mato (coord.), **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 17:31, 2005.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Trad. Vera Lúcia M

JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime E. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 59-83.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007. Capítulo 2 – Ruralidade, p. 85-111.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília, UNB, 2001.

FAIRCLOUGH, N. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In: Wodak, R., & Meyer, M. (Orgs.). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, pp.179-203, 2003.

FEIDEN, A. Agroecologia: Introdução e Conceitos. In **Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. (ed. téc.) 1a Ed. Brasília, DF. EMBRAPA Informação Tecnológica, 2005.

FERNANDES, D. L., PINTO, D. S., OLIVEIRA, L. M. T. Mudanças sociais e ambientais no Assentamento Rural Sol da Manhã – Seropédica-RJ, por meio do despertar agroecológico. **VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia** – Porto Alegre/RS, 2013.

FERREIRA, A. P., CAMPELO, E. F. C., FRANCO, A. A. e RESENDE, A. S., **Uso de leguminosas arbóreas fixadoras de nitrogênio na recuperação de áreas degradadas pela mineração de areia no pólo produtor de Seropédica/Itaguaí**. Documentos EMBRAPA Agrobiologia. Seropédica, 2007.

FERNANDES, L. J. **O remédio amargo: as obras de saneamento da baixada fluminense (1930-1950)**. Rio de Janeiro. ICHS-UFRRJ, Dissertação de Mestrado, 1998.

FLEURY, S. e OUVÉRNEY, A. L. M. . **Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da Política de Saúde**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J. e TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. In: **Cad. Saúde Pública**. vol.24 nº1, Rio de Janeiro, Jan. 2008.

FOUCAULT. M. **Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France, 1977-1978**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. *Aula de 11 de janeiro de 1978*, pp. 3-38 e *Aula de 8 de fevereiro de 1978*, pp. 155-180.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Ed. Loyola, 5ª edição, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Ed. Paz e Terra, 17ª edição, 1987.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra. 8ªed. 1983.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 211-259.

FRÓES, J. N. S. **O Brasil na rota da seda: uma contribuição para a recuperação, o enriquecimento e a divulgação da memória de Seropédica, Itaguaí e do Estado do Rio de Janeiro.** RJ: Editora Universidade Rural, 2ª edição, 2004.

FURTADO, C. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea.** R. Janeiro, Paz e Terra, 2002.

GEERTZ, C. **O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa.** Petrópolis, Vozes, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4ª edição. São Paulo: Atlas, 1994.

GILL, R. Análise do discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2003. P. 244-270.

GONÇALVES, M. A. S. **Teoria da ação comunicativa de Habermas: possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola.** Rev Educ Soc 1999; 20 (66):125-40.

GOLINSKI, J. **Análise do desenvolvimento econômico e tecnológico dos assentamentos rurais do município de Seropédica-RJ, sob uma concepção de territorialidade.** Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias. Campos dos Goytacazes, RJ, 2008 (Dissertação de Mestrado).

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. In: **American Journal of Sociology**, University Chicago Press, Chicago, v. 78, Issue 6, p.1930-1938, 1973.

GRISA, C. As ideias na produção de políticas públicas: contribuições da abordagem cognitiva. In: BONNAL, PHILLIPE e LEITE. **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação.** Rio de Janeiro: MAUAD X, 2011, P. 139-172.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O Novo Rural Brasileiro.** Campinas, IE/UNICAMP. 1999 (2ª edição)

GUEDES, C. A. M. e ROSÁRIO, J. L. Informação e conhecimento: Os impactos na reorganização do mercado e do trabalho. In: **Desenvolvimento em Questão.** Ano 3, Nº. 5. Jan./Jun. 2005, 9/34. 2005.

GUEDES, C. e SILVA, R. Denominações Territoriais Agroalimentares, Políticas e Gestão Social: Argentina, Brasil e a experiência espanhola no contexto europeu. In: **VII Jornadas Interdisciplinares de Estudios Agrários y Agroindustriales** - realizadas na Universidade de Buenos Aires de 1 a 4 de novembro de 2012.

HAESBAERT, R. A desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C., CORREA, R. L. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, p. 165-201, 1995.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 7ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HABERMAS, J. Modernidad: um projecto incompleto. In: CASULLO, Nicolas (Comp.) **El debate modernidad/posmodernidad**. Buenos Aires: El Cielo Por Asalto, 1995, 5ª ed.

\_\_\_\_\_. **Teoría de la acción comunicativa: complementos e estúdios previos**. Madrid: Cátedra, 1989.

\_\_\_\_\_. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A Ed., 2006.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IBGE, Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística. **Censo demográfico 2010 – resultados do universo**. Rio de Janeiro, IBGE, 2001.

IBGE, Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística. **Censo Agropecuário 2006 – resultados do universo**. Rio de Janeiro, IBGE, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística. **Censo demográfico 2010 – resultados do universo**. Rio de Janeiro, IBGE, 2011.

KNIJNIK, Gelsa. **Exclusão e Resistência: Educação Matemática e Legitimidade Cultural**. Ed. Artes Médicas, Porto Alegre, 1996.

LAURENTI, A. C. **Terceirização dos trabalhos agrários e o "novo rural". ORNAs, ocupações rurais não-agrícolas**. In anais: oficina de atualização temática. Londrina, PR: IAPAR, 2000.

LEITE, S. P. e ÁVILA, R. V. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. In: **RER**, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 03, p. 777-805, jul/set, 2007.

LEITE, S. P., DELGADO, N, TIBURCIO, B., MIRANDA, C. Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil. Brasília: IICA, **Série Desenvolvimento Rural Sustentável** v.14, 2011. Disponível em <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/DispForm.aspx?ID=133>. Acesso em 15/10/2012.

LINHARES, D. L., PINTO, D. S e OLIVEIRA, L. M. T. Mudanças sociais e ambientais no Assentamento Rural Sol da Manhã – Seropédica-RJ, por meio do despertar agroecológico. In Anais do **VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia** – Porto Alegre/RS – 25 a 28/11/2013

LTEIF, A. P. A. S. A., AMODEO, N. B. P., DIAS, M. M. e NETO, J. A. F. A Construção Social da Agroecologia no Assentamento Tapera, em Riacho Dos Machados, MG. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 367-394, jan./abr, 2011.

LUSTOSA, R. A. **Grupo de Agricultura Ecológica (GAE): Uma ferramenta pedagógica transdisciplinar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. Seropédica, 2011.

MALUF, R. S. Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. 15, 53-86, 2000.

MARQUES, E. C. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir de políticas urbanas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 21 nº. 60 fevereiro/2006.

MARQUES, E. D. **Impactos da mineração de areia na bacia sedimentar de sepetiba, RJ: estudo de suas implicações sobre as águas do Aquífero Piranema**. Tese de Doutorado. UFF, Niterói, 2010.

MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, C.L.G. e CASTRO, P.A., (orgs). **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Disponível em SciELO Books <http://books.scielo.org>. Acessado em 04/04/17.

MAZZOTI, A. J. A. e GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. Ed. Pioneira, São Paulo, 1998.

MENDES, F. C. **Políticas e inovações para a agricultura Urbana: estudo dos casos de Nova Iguaçu (Rio de Janeiro-Brasil), Rio Cuarto (Córdoba Argentina) e Sevilha (Andalucía-Espanha)**. Tese de Doutorado. PPGCTIA, UFRRJ, Seropédica, 2012.

MINAYO, M. C. Técnicas de análise de material qualitativo. In: **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde**. 9ª edição, São Paulo: Hucitec, p. 303-360, 2006.

MOREIRA, R. J. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, número 20, abril de 2003.

\_\_\_\_\_. **Natureza, ciência e saberes I: Identidade social e técnico agropecuário**. Rio de Janeiro: CPDA/REDES – NEAD/IN CRA, 2005.

MOREIRA, R. J. e COSTA, L. F. C. (Org.) . **Globalismos, localismos e identidades sociais**. Rio de Janeiro: Imprinta Express, 2007.

MUSSO, P. A filosofia da rede. In: **Tramas da Rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas de comunicação**. PARENTE, A. (org). Editora: Sulina, 2004.

NABUCO, M. R. e PORTO, S. I. Como planejar e executar o abastecimento alimentar municipal. In: BELIK, W. e MALUF R. S. **Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da liberalização**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2000.

NASCIMENTO, C. A. S. **Uma análise sobre a política pública do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), em um território marcado pela mudança: o caso do município de Itaguaí (RJ)**. Dissertação de Mestrado, PPGDT/UFRRJ, 2016.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: **Estudos Avançados**. 2001, vol. 15, n.43, PP. 83-100.

NEY, V. S. P. **Atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural do Estado do Rio de Janeiro**. (Tese de doutorado) UENF, Campo dos Goytacazes, 2010.

PACQUEUR, B. A Guinada Territorial da Economia Global. In: **Política e Sociedade**, n. 14, p. 78-106, abr. 2009.

PASSADOR, C. S. Projeto Escola do Campo: Casas Familiares Rurais do Estado do Paraná. In: FARAH, M. F. S. & BARBOZA, H. B. (orgs.). **Novas Experiências em Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo: Editora FGV, 2000.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, 1999, p. 87-108.

PAULA, P. D., GUERRA, J. G. M., RIBEIRO, R. L. D., CEZAR, M. N. Z., GUEDES, R. E., POLIDORO, J. C. **Rendimento agrônômico do consórcio entre cebola e alface em sistema orgânico de produção**. Seropédica, RJ: Embrapa Agrobiologia, 2005. (Comunicado Técnico).

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. IICA, Brasília, 2009.

PETERSEN, P. e ROMANO, J. O. **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid-Brasil, 1999.

PETERSEN, P. Agroecologia em construção: terceira edição em um terceiro contexto. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo, Expressão popular, Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1980.

PUCCI, B. Teoria Crítica e Educação: contribuições da Teoria Crítica para a formação do professor. **Comunicações: Caderno do Programa de Pós-graduação em Educação da UNIMEP**. Piracicaba, ano 07, nº 02, dezembro de 2000.

QUEIROZ, M. A. **A difusão da agricultura orgânica de base agroecológica: uma discussão sobre as experiências de Río Cuarto (Argentina) e Seropédica (Brasil)**. UFRRJ – PPGCTIA, 2014 (Tese de Doutorado).

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: FGV, 1981.

\_\_\_\_\_. **Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

RAMOS, D. A. L., VIANNA, M. A. e VILLELA, L. E. O (Des) Envolvimento Territorial: a Luta dos Agricultores Familiares de Seropédica-RJ por sua Inclusão no Programa Nacional de Alimentação Escolar. In **Anais do 3º SEDRES – Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade: A questão regional, uma questão (de) política**, Blumenau, 2016.

RIO DE JANEIRO, **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro – Seropédica**, Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – Secretaria Geral de Planejamento – TCE, 2015.

ROCHA, A. S. **“As representações ideais de um território”:** dinâmica econômica e política, agentes e a produção de sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós 1990. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia, UFRJ, 2014.

ROCHA, D. e DEUSDARÁ, B. **Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória.** Alea, dez 2005, v.7, no.2, p.305-322.

ROMANO, J. **Política nas políticas: um olhar sobre a agricultura brasileira.** EDUR: Mauad, 2009.

ROMANO, J. O. e DELGADO, N. G. Os planos municipais de desenvolvimento rural como processos sociais. In: MOREIRA, R.J. e COSTA, L.F.C. **Mundo rural e cultura.** Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 179-204.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, B. S. **O fórum Social Mundial: manual de uso.** 2004. Disponível em <http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/fsm.pdf>. Acesso em 03/10/14.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional.** Hucitec, São Paulo, 1994.

SANTOS, M. H. de C. Governabilidade, Governança e Democracia: criação da capacidade governativa e relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. In: DADOS – **Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, volume 40, nº 3, 1997. pp. 335-376.

SANTRANDEU, A. e LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no brasil e diretrizes políticas para sua promoção: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras.** Documento Referencial Geral. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Belo Horizonte, 2007.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade,** S. Paulo, Cia. das Letras, 2000.

SEROPÉDICA (cidade). **Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo do Município de Seropédica.** Lei 328/06 aprovada em 03 de dezembro de 2006. Disponível em <<http://www.seropedicaonline.com/wp-content/uploads/2014/08/Plano-Diretor.pdf>>. Acesso em 11/03/2015.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. In: **RAE - Revista de Administração de Empresas,** São Paulo: 1997, v.37, n.2, p. 18-30, abr/jun.

SERVA, M., JAIME JÚNIOR, Pedro. Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. In: **Revista em Administração de Empresa,** 1995, v. 35, n. 1, p. 64-79.

SEVERO, L.S. e PEDROZO, E. A. A citricultura orgânica na região do vale do Caí (RS): racionalidade substantiva ou instrumental? In: RAM – **Revista de Administração Mackenzie**, Volume 9, n. 2, 2008, p. 58-81.

SIQUEIRA, E. R., RABANAL, J. E. M, FONTES, M. A., SIQUEIRA, P. Z. R., FILHO, E. S. R. e SANTANA, J. U. R. **A construção do conhecimento agroecológico por meio de redes de intercâmbios no território.** In I Seminário sobre alimentos e manifestações culturais tradicionais. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2012.

SOUZA, J. A. N., PENHA, T. A. M. e SANTOS, R. A. V. Construindo uma economia rural não agrícola no nordeste: Emprego, determinantes e políticas. In: **Anais do XX Fórum BNB de Desenvolvimento. XIX Encontro Regional de Economia.** Anpec, 2015. Site: <http://www.bnb.gov.br/artigos-do-xix-encontro-regional>, acesso em 15/09/16.

SOUZA, P. S. A., FIGUEIREDO, E. A. J., SILVA, R. C. D e BARROS, R. C. Interação rural urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro: um estudo da agricultura nos municípios de Seropédica e Queimados. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos.** Vitória, ES, 2014.

SOUZA, Q. e QUANDT, C. Metodologia de análise de redes sociais. In: DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUZA, Q. (eds.). **O tempo das redes.** São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 31-63.

TENÓRIO, F. G. **Gestão social: uma perspectiva conceitual.** RAP, Rio de Janeiro, 32(5):7-27, set./out. 1998.

\_\_\_\_\_. **Cidadania e desenvolvimento local.** Rio de Janeiro: FGV, Ijuí: Unijuí, 2007.

\_\_\_\_\_. **A modernidade e a pós-modernidade servida em dois jantares.** Rio de Janeiro: Cadernos EBAPE, v.7, 2009.

\_\_\_\_\_. Escopo teórico. In TENÓRIO, F. G. (Org.) **Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análise.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

\_\_\_\_\_. Gestão Social: conceito. In: TENÓRIO, F. G. e KRONEMBERGER, T. S. (Orgs.). **Gestão social e conselhos gestores.** Rio de Janeiro: FGV Editora, v.3, 2016.

TOLENTINO, V. R., FRADE, C. O. e BENEVENUTO, M. A. D. R. Segurança alimentar, agroecologia e cooperativismo solidário: diálogos com a práxis da agricultura familiar. In: PERRUSO, M. A. e LOBO, R. **Educação do campo, movimentos sociais e diversidade – a experiência da UFRRJ.** Gráfica e Editora F&F, Rio de Janeiro, 2014, p. 273-306.

TUBBS, D., MARQUES, E. D., GOMES, O. V. e FILHO, E. V. S. Impacto da Mineração de Areia sobre a Química das Águas Subterrâneas, Distrito Areeiro da Piranema, Municípios de Itaguaí e Seropédica, Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geociências**, 41(3): 472-485, setembro de 2011.

VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 13-32, dez. 2002.

VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. In: **Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento**. Local. v.3, n.5, pp. 5-19, Setembro, 2002. Disponível em [http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n5\\_jose\\_eli.pdf](http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n5_jose_eli.pdf). Acesso em 08 de abril de 2004.

\_\_\_\_\_. Destinos da ruralidade no processo de globalização. In: **Estudos Avançados**. 2004, vol. 18, n. 52, PP. 51-67.

VERGARA, S. C. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

VIANNA, M. A., VILLELA, L. E. e VIDAL, M. Desterritorialização e articulação entre atores locais: o caso dos conselhos municipais de segurança alimentar e desenvolvimento rural de Seropédica-RJ. In: **Anais do XVI ENANPUR**, 2015.

VIANNA, M. A., KRAEMER, C. F. B., VILLELA, L. E. O papel dos conselhos municipais e dos atores locais para o fornecimento da alimentação escolar pela agricultura familiar em Seropédica-RJ. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social/ENAPEGS**. Porto Alegre, 2016.

VILLELA, L. E. **Desenvolvimento territorial sustentável e desafios postos por megaempreendimentos: o caso do município de Itaguaí – RJ**. Cad. EBAPE.BR vol.9 no.3 Rio de Janeiro Setembro de 2011. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512011000300009>> Acessado em 08/10/2012

\_\_\_\_\_. Escopo metodológico. In: TENÓRIO, F. G. (Org) **Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análise**. Rio de Janeiro: Ed FGV: 35-49, 2012.

VILLELA, L. E. e PINTO M.C. **Governança e gestão social em redes empresariais: análise de três arranjos produtivos locais (APLs) de confecções no estado do Rio de Janeiro**. RAP — Rio de Janeiro 43(5):1067-1089, Set./out. 2009

VILLELA, L.E., COSTA, E.G. e CANÇADO, A.C. Perspectivas da agropecuária do município de itaguaí face a megaprojetos em implementação no local. In: **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 16, n. 2, p. 208-219, 2014.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva** (v.1). Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 1999.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. São Paulo: Bookman, 2001.

ZALUAR, A. e CONCEIÇÃO, I. S. Favelas sob o controle das Milícias no Rio de Janeiro que paz? **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez. 2007.

ZAPATA, T. **Desenvolvimento territorial à distância**. Florianópolis: SeaD/UFSC, 2007

## 7. ANEXOS

### 7.1. Anexo I – Roteiros das entrevistas

#### **Roteiro de perguntas dirigidas aos agricultores:**

1. Como você vê a agricultura familiar hoje em Seropédica com relação ao passado?
2. A especulação imobiliária com o crescimento econômico com a chegada das indústrias na região tem afetado a agricultura familiar?
3. Quais os principais impactos no meio ambiente que ocorrem hoje em Seropédica? E como eles influenciam na agricultura familiar?
4. Como você vê a participação dos agricultores nos espaços onde são discutidas as políticas públicas como, por exemplo, os conselhos municipais?
5. Como você avalia a entrada de Seropédica no Território Rural da Baía da Ilha Grande?
6. Como está o funcionamento da sua comunidade/associação? Ela tem se reunido? Você conhece outras associações e comunidades de agricultores?
7. Como a assistência técnica rural como a prefeitura, a EMATER, EMBRAPA, etc., tem atuado na sua comunidade?
8. Como se dá a relação entre o conhecimento prático que vocês agricultores tem com a atividade agrícola, em lidar com a terra, com os conhecimentos que são trazidos pelos extensionistas? Eles valorizam o seu conhecimento prático, o seu saber-fazer?
9. Como você vê a inclusão dos agricultores locais no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – no município?
10. Você sabe ou conhece algum agricultor que exerça alguma atividade não-agrícola na sua propriedade além do plantio e criação de animais?

#### **Roteiro de perguntas dirigidas aos professores da UFRRJ, pesquisadores, extensionistas e atores envolvidos nas políticas públicas do município:**

1. Como você vê a agricultura familiar hoje em Seropédica com relação ao passado?
2. A especulação imobiliária com o crescimento econômico com a chegada das indústrias na região tem afetado a agricultura familiar?
3. Quais os principais impactos no meio ambiente que ocorrem hoje em Seropédica? E como eles influenciam na agricultura familiar?
4. Como você vê a participação dos agricultores nos espaços onde são discutidas as políticas públicas como, por exemplo, os conselhos municipais?
5. Como você avalia a participação de Seropédica no Território Rural da Baía da Ilha Grande?
6. Você sabe como estão funcionando as comunidades e/ou associações de agricultores familiares de Seropédica? Como é a sua relação/atuação com ela(s)?
7. Como você vê a assistência técnica rural aos agricultores familiares de Seropédica?
8. Como se dá a relação entre o conhecimento prático desenvolvido pelos agricultores na atividade agrícola, em lidar com a terra, com os conhecimentos que são levados pelos extensionistas? Eles valorizam o conhecimento prático, o saber-fazer do agricultor?
9. Como você vê o processo de inclusão dos agricultores locais no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – no município?
10. Você sabe ou conhece algum agricultor que exerça alguma atividade não-agrícola na sua propriedade além do plantio e criação de animais?

#### **Roteiro de perguntas dirigidas aos feirantes de Seropédica:**

1. Há quanto tempo trabalha(m) na feira de Seropédica?

2. A barraca é alugada ou própria?
3. São produtores locais?
4. (Quando produz o que vende) Compra de outro lugar quando não tem?
5. O que produzem? A produção é orgânica ou convencional (com uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos)?
6. Vendem seus produtos em outra feira?
7. Há alternância de produtos?
8. Como é a relação com o consumidor?
9. Como é a relação feira e prefeitura de Seropédica?
10. O fato dos mercados funcionarem aos domingos durante o horário da feira prejudica as vendas?

**Roteiro de perguntas dirigidas ao responsável pelas compras no supermercado local:**

1. Vocês compram produtos dos agricultores de Seropédica?
2. Quais são os itens?
3. Quais as dificuldades encontradas para comprar do agricultor familiar?
4. Vocês têm idéia de criar um espaço na loja a fim de evidenciar os produtos locais?
5. Vocês têm idéia de criar um espaço na loja para produção orgânica local?

## 7.2. Anexo II – Lei de Regulamentação/criação do CONSEA-Sr



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Câmara Municipal de Seropédica  
Poder Legislativo

LEI nº 619/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 49, inciso IV e artigo 57, § 7º ambos da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 29, inciso V do Regimento Interno (resolução 019 de 07 de setembro de 2000).

FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO aprovou a presente Lei, bem como derrubou o veto do Poder Executivo e EU promulgo TACITAMENTE a seguinte Lei Municipal.

**Ementa: Cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar (CONSEA) do Município de Seropédica**

**Art. 1º** Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Seropédica – CONSEA Seropédica, com caráter consultivo, constituindo-se em espaço de articulação entre o governo municipal e a sociedade civil para a formulação de diretrizes para políticas e ações na área da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

**Art. 2º** Cabe ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Seropédica (CONSEA) estabelecer diálogo permanente entre o Governo Municipal e as organizações sociais nele representadas, com o objetivo de assessorar a Prefeitura do Município de Seropédica na formulação de políticas públicas e na definição de diretrizes e prioridades que visem a garantia do direito humano à alimentação.

**Art. 3º** O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Seropédica – CONSEA-Seropédica tem como finalidade propor políticas, programas, projetos e ações que configurem o direito à alimentação e à nutrição como parte integrante dos direitos humanos, competindo-lhe, ainda propor:

- I- As diretrizes da política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a serem implementadas;
- II- Os projetos e ações prioritárias da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem incluídos, anualmente, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento do Município de Seropédica;
- III- As formas de articular e mobilizar a sociedade civil organizada, no âmbito da política municipal de segurança alimentar e nutricional, indicando prioridades;
- IV- A realização e o apoio ao desenvolvimento de estudos que fundamentem as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional;
- V- A organização e implementação das Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional;
- VI- Parcerias que garantam mobilização e racionalização no uso dos recursos disponíveis;
- VII - Campanhas de conscientização da opinião pública visando à união de esforços;
- VIII – A elaboração de seu regimento interno.

**Parágrafo único.** Compete também ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Seropédica (CONSEA-Seropédica), estabelecer relações de cooperação com Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional de municípios da região, com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio de Janeiro (CONSEA-RJ) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Câmara Municipal de Seropédica  
Avenida Ministro Fernando Costa, 754, Centro, Seropédica, Rio de Janeiro, RJ  
CEP nº 23.890-000 – (21) 2682-6757

Página 1 de 1



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Câmara Municipal de Seropédica  
Poder Legislativo

**Art. 4º-** O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Seropédica (CONSEA-Seropédica) será composto por no mínimo 12 conselheiros(as), sendo 2/3 de representantes da sociedade civil organizada e 1/3 de representantes do Poder Público, preferencialmente, ou por no mínimo maioria de representantes da sociedade civil organizada.

**§ 1º-** Caberá ao Governo Municipal definir seus representantes incluindo as Secretarias afins ao tema da Segurança Alimentar e Nutricional (como por exemplo, as secretarias de assistência social, saúde, agricultura, meio ambiente, educação, governo, planejamento, etc.).

**§2º-** A definição da representação da sociedade civil deverá ser estabelecida pela Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional ou por meio de consulta pública, entre outros, aos seguintes setores:

- I. Movimento Sindical, de empregados e patronal, urbano e rural;
- II. Associação de classes profissionais e empresariais;
- III. Instituições religiosas de diferentes expressões de fé, existentes no Município;
- IV. Movimentos populares organizados, associações comunitárias e organizações não governamentais.

**§3º-** As instituições representadas no CONSEA devem ter efetiva atuação no município, especialmente, as que trabalham com alimentos, nutrição, educação e organização popular.

**§4º-** O CONSEA será instituído através de portaria municipal contendo a indicação dos conselheiros governamentais e não governamental com seus respectivos suplentes.

**§5º-** Os (as) Conselheiros(as) suplentes substituirão os(as) titulares, em seus impedimentos, nas reuniões do COMSEA e de suas Câmaras Temáticas, com direito a voz e voto.

**§6º-** O mandato dos membros representantes da sociedade civil no COMSEA será de dois anos, admitidas duas reconduções consecutivas.

**§7º-** A ausência às reuniões plenárias deve ser justificada em comunicação por escrito à presidência com antecedência de no mínimo três dias, ou três dias posteriores à cessão, se imprevisível a falta.

**§8º-** Na ausência do Presidente será escolhido pelo plenário presente, um representante da sociedade civil para presidir a reunião.

**§9º-** Poderão ser convidados a participar das reuniões do COMSEA, sem direito a voto, titulares de outros órgãos ou entidades públicas, bem como pessoas que representem a sociedade civil, sempre que da pauta constar assuntos de sua área de atuação.

**§10-** O COMSEA terá como convidados permanentes, na condição de observadores, um representante de cada um dos Conselhos Municipais existentes.

**§11-** A participação dos Conselheiros no CONSEA, não será remunerada.

**Art. 5º-** A diretoria do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Seropédica - CONSEA, escolhida por seus pares, terá a seguinte composição:

- I – um (a) (1) Presidente;
- II – um (a) (1) vice-presidente;
- III – um (a) (1) secretário (a) Geral.

**Parágrafo Único -** O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Seropédica serão presididos por um (a) conselheiro (a) representante da sociedade civil.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Câmara Municipal de Seropédica  
Poder Legislativo

**Art. 6º-** O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Seropédica – CONSEA-Seropédica contará com câmaras temáticas permanentes, que prepararão as propostas a serem, por ele, apreciadas.

**§1º** - As câmaras temáticas serão compostas por conselheiros(as) designados(as) pelo plenário do CONSEA-Seropédica, observadas as condições estabelecidas no seu regimento interno.

**§2º** - Na fase de elaboração das propostas a serem submetidas ao plenário do CONSEA-Seropédica, as câmaras temáticas poderão convidar representantes de entidades da sociedade civil, de órgãos e entidades públicas e técnicos afeitos aos temas nelas em estudo.

**Art. 7º-** O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Seropédica (CONSEA-Seropédica) poderá instituir grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas.

**Art. 8º-** Cabe ao Governo Municipal assegurar ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Seropédica – CONSEA-Seropédica, assim como a suas câmaras temáticas e grupos de trabalho, os meios necessários ao exercício de suas competências, incluindo suporte administrativo e técnico e recursos financeiros assegurados pelo orçamento municipal.

**Art. 9º-** O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Seropédica – CONSEA-Seropédica, reunir-se-á, ordinariamente, em sessões bimestrais e extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou, pelo menos, pela metade de seus membros, com antecedência mínima de cinco dias.

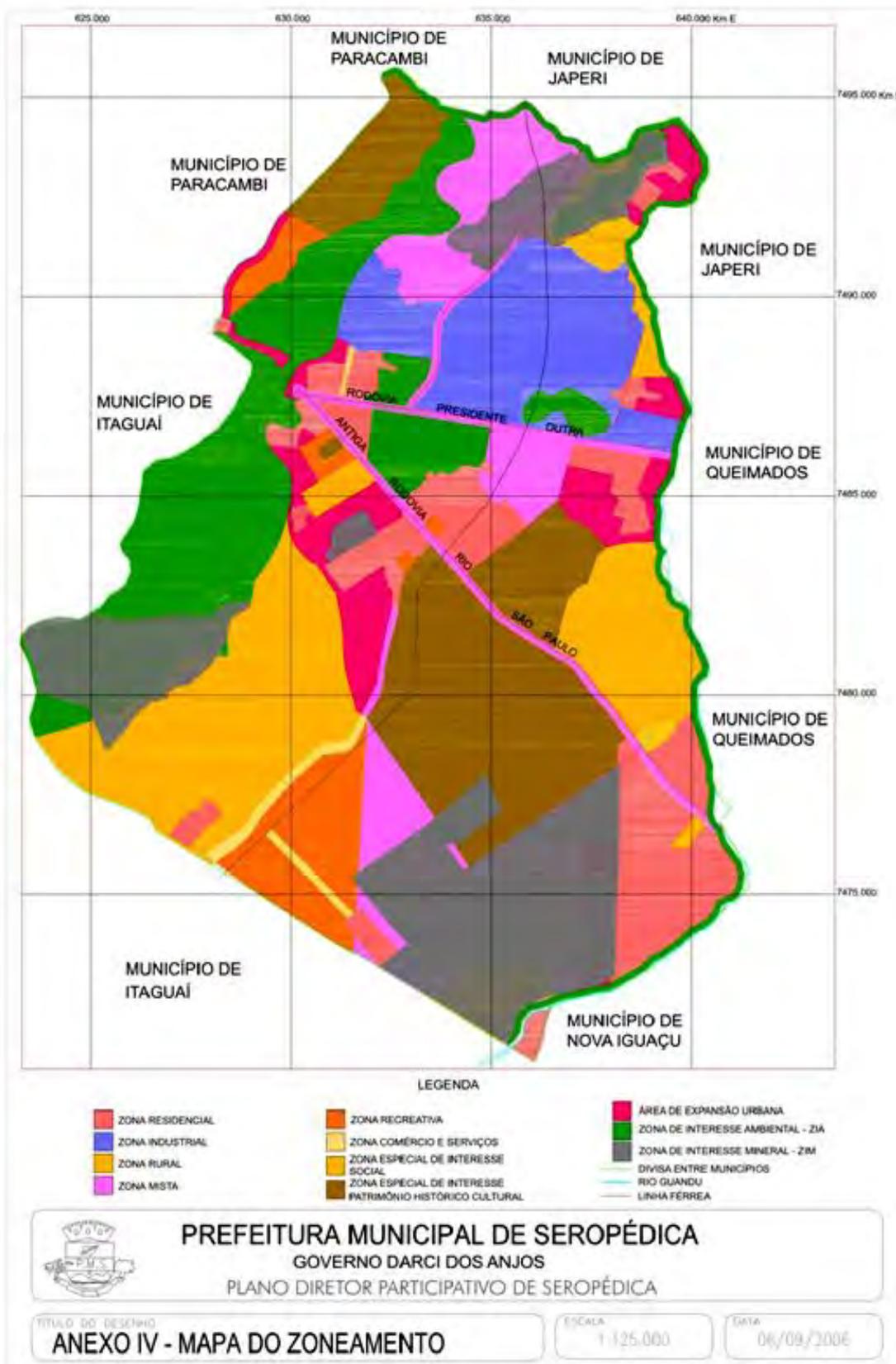
**Art. 10-** O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Seropédica – CONSEA-Seropédica elaborará o seu regimento interno em até sessenta dias, a contar da data de sua instalação.

**Art. 11-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Seropédica- RJ, 31 de maio de 2016.

Wagner Vinícius de Oliveira  
Presidente da Câmara Municipal de Seropédica

7.3. Anexo III – Zoneamento de Seropédica pelo Plano Diretor Participativo de Seropédica de 2006



#### 7.4. ANEXO IV – Alteração do anexo I da Lei nº 328 do Plano Diretor Municipal



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Prefeitura Municipal de Seropédica**  
**Gabinete do Prefeito**

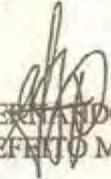
**ART. 3º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar o anexo 1 – alguns usos, da Lei nº 328, de 3 de setembro de 2006, que passará a ter a seguinte redação:

“Zona Residencial – usos adequados – residencial unifamiliar e multifamiliar, condomínios horizontais e verticais, escolas e creches; usos tolerados – hotel, pensão, hospedaria, ambulatório, posto de saúde, comércio varejista, farmácia, padaria, bares, lanchonetes e restaurantes, açougues, quitandas e micro empresários individuais; usos inadequados – templo, clube, boate, indústria, supermercado, hipermercado, cinema, teatro, serviço e comércio, quando incompatíveis com o uso residencial.

Zona Mista – usos adequados – indústrias, hotel, motel, pensão, hospedaria, bares, restaurantes e similares, centros de logística, postos de combustíveis e terminais rodoviários; usos tolerados – residencial unifamiliar e multifamiliar, condomínios horizontais e verticais, misto (residência/comércio, residência/serviço, residência/indústria de pequeno porte, comércio/indústria), comércio atacadista, shopping centers e extração mineral; usos inadequados – indústrias de características poluentes ao meio ambiente.”

**ART. 4º** – A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Seropédica, 26 de maio de 2011.

  
ALCIR FERNANDO MARTINAZZO  
PREFEITO MUNICIPAL

### 7.5. ANEXO V – Tabela roteiro para a pesquisa

Nº	TEMAS NORTEADORES (cap. IV)	Principais Teorias	Objetivos intermediários				Fontes de dados (triangulação)		
			Identificar as principais leis e programas	Identificar os principais atores E os campos de poder	Verificar como se dá a ação comunicativa e as interações	Verificar tendência de “racionalidade substantiva” base na agroecologia.	ENTREVISTAS	DOCUMENTOS	OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE
1	<b>O Primeiro Contato com duas Aglomerações Produtivas Locais: o início do período exploratório</b>	APL, racionalidade substantiva, dialogicidade	PNAE, regimentos dos conselhos municipais,	Agricultores isolados e independentes e Agricultores em parceria com extensionistas	Dificuldades de interação com o poder público e interação com extensão de um deles	Um dos grupos interage com a ciência agroecologia enquanto o outro não	Um agricultor de cada APL	Pesquisas anteriores	Visita aos sítios
2	<b>Breve recorte histórico da agricultura familiar em Seropédica</b>	Teoria Crítica, ação comunicativa	Programas de assentamentos	Campos de poder que existiram	Como foram as interações entre PP, agricultores e unid. de pesquisa	Sempre houve incentivo? Os saberes tradicionais sempre foram valorizados?	Agricultores antigos, pesquisadores e extensionistas: história oral	Livro da rota da seda, pesquisas anteriores	Registro das histórias apresentadas nos conselhos municipais
3	<b>A Especulação Imobiliária, as Ocupações Rurais Não Agrícolas em Seropédica e inclusão no comércio local: Efeitos do Crescimento Econômico</b>	Crescimento econômico, Desenvolvimento territorial sustentável, APL, Multifuncionalidade da agricultura, gestão social	Plano diretor Municipal estabelece criação de programas de apoio e incentivo a agricultura	Tensões entre os agricultores e o poder público local: falta de apoio o que os leva desistir da atividade e vender	Dificuldades na comunicação: agricultores e o poder público local, falta de transparência e divergência de interesses	A racionalidade só é buscada por meio das organizações. O poder público não incentiva	Agricultores mais afetados – Santa Alice e Coletivo	Plano Diretor Municipal, dados sobre a vacinação da SEMAMA	Relatos dos agricultores nas reuniões dos conselhos municipais
4	<b>Os Passivos Socioambientais em Seropédica e o Impacto na Agricultura Familiar</b>	Desenvolvimento territorial sustentável, ação comunicativa, dialogicidade, controle social	Lei nº12.305 Política Nacional de Resíduos Sólidos, Plano Diretor	Poder público, empresas e agricultores. Muitas denúncias e reclamações.	Ações para replantio das áreas de nascentes nas propriedades agrícolas	A falta de água afeta os agricultores: agroecologia para recuperação das nascentes	Agricultores próximos do aterro e de Piranema, poder público local	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, pesquisas anteriores, Lei nº12.305	Discussões no conselho de desenvolvimento Rural
5	<b>A Participação dos Agricultores nos Conselhos Municipais e o (não) Acesso às Políticas Públicas como o PNAE</b>	Gestão Social, Ação comunicativa, Dialogicidade, Controle Social, desenvolvimento sustentável	Leis de criação dos conselhos publicadas nos Diários Oficiais do município	Enfraquecimento da participação dos agricultores: não ter “voz” nos conselhos	Dificuldade de acordos e diálogo entre agricultores e poder público	Os grupos mais organizados são os que mais participam dos fóruns locais	Agricultores participantes, presidentes dos conselhos, extensionistas, Agente da SEMAMA	Atas dos conselhos, Regimentos internos, projetos do PNAE	Observação nos conselhos municipais, participação no Seminário PNAE

Nº	TEMAS NORTEADORES	Principais Teorias	Objetivos intermediários				Fontes de dados (triangulação)		
			Identificar as principais leis e programas	Identificar os principais atores E os campos de poder	Verificar como se dá a ação comunicativa e as interações	Verificar tendência de “racionalidade substantiva” base na agroecologia	ENTREVISTAS	DOCUMENTOS	OBS. PARTIC.
6	<b>Seropédica no Colegiado do Território Rural da Baía da Ilha Grande</b>	Desenvolvimento Territorial Sustentável, Gestão Social, políticas públicas para o meio rural, campos de poder	Programa territórios da cidadania	Poder Público, extensionistas e sociedade civil (associações e cooperativas)	Fóruns de debates nas plenárias do colegiado e nas conferências territoriais e capacitações	A agroecologia é um tema recorrente nas discussões, sobretudo em projetos de sustentabilidade	Gerente da UNACOOP, agricultores participantes, poder público e extensionistas	Diagnóstico UNACOOP, atas reuniões do colegiado, regimento interno	o autor enquanto ATGS – NEDET – MDA e capacitador do Serorgânico e dos membros do colegiado
7	<b>Os Grupos e Associações de Seropédica: associações extintas, grupos resistentes e novas possibilidades com o Programa Rio Rural</b>	APL e redes, governança, políticas públicas para o meio rural, gestão social, Laços fortes, Campos de poder	Alguma informação no plano diretor que indique estímulo a criação de associações	Identificar as lideranças dos grupos e associações nos conselhos municipais	A relação dos agricultores com a extensão e com o poder público	Verificar qual(is) grupos buscam essa racionalidade em contraste com a racionalidade instrumental	Lideranças dos grupos e associações, poder público e empresas de pesquisa e extensão.	Atas de reuniões dos grupos e associações, regimentos internos.	Participação nas reuniões das associações, nas capacitações e nos conselhos municipais e colegiado da BIG
8	<b>A Assistência Técnica Rural Local e os Projetos de Inclusão para a Agricultura Familiar</b>	Multifuncionalidade da agricultura, criação de APL e Redes, Políticas públicas para o rural Agroecologia	Analisar os projetos de extensão e as missões das entidades de pesquisa, plano diretor do município	Perceber os campos de poder envolvidos nos programas de assistência técnica do PP e das entidades de pesquisa e ext.	Identificar nas falas dos entrevistados como se dá o diálogo entre os atores	Verificar quais projetos buscam a racionalidade substantiva com base na agroecologia	Lideranças de agricultores locais, UNACOOP, extensionistas de Seropédica	Projetos de extensão e da Feira, sites das empresas de extensão, relatório da conferência de ATER, chamada pública do PAA	observação das ações na conferência de ATER (2015) e nas reuniões dos conselhos municipais.
9	<b>A produção de conhecimento local com base na perspectiva da agroecologia</b>	Relação dialógica, racionalidade substantiva, Agroecologia, etnociência, ecologia dos saberes	Identificar nos projetos quais valorizam o saber-fazer local	Observar nos discursos os contrastes entre os que valorizam os saberes populares	Como é a dialogicidade entre os atores envolvidos	Verificar se no uso da agroecologia há o empoderamento pela valorização dos saberes	Agricultores locais assistidos e não assistidos, extensionistas	Projetos de capacitação e formação local, plano diretor municipal	Participação nas reuniões da ABIO-Seropédica, conselhos municipais